

PAULO ROBERTO LOYOLLA KUHLMANN

Exército Brasileiro: estrutura militar e ordenamento político

1984 – 2007

**São Paulo
2007**

PAULO ROBERTO LOYOLLA KUHLMANN

Exército Brasileiro: estrutura militar e ordenamento político

(1984 – 2007)

Tese apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof Dr. Leonel Itaussu de Almeida Mello

**São Paulo
2007**

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a um homem cuja vida se tornou referência a vários de seus descendentes, por seus símbolos, força e atitude. A Moyses Kuhlmann (em memória), pelo espírito autodidata, envolvido pela capacidade artística do dia a dia e pela humildade explícita, que o fizeram superar barreiras iniciais, aventurando-se de Sabará, MG a São Paulo, com 18 anos, para ser faxineiro, cuja inclinação artística ficou denunciada casualmente por uma brincadeira, quando um cacho de banana de cera escondido em cima de um armário é descoberto, fazendo brilhar o seu autor sem que houvesse dele essa intenção; a partir daí, sua competência adquirida pelo estudo sem regras e sem formalidades, que se juntaram à sua obstinação e trabalho, que o levaram a tornar-se botânico sem formação. Isso tudo finalmente resultou na sua ascensão à direção do Instituto Botânico de São Paulo. Apesar de poucos escritos, após aposentado, era procurado por jovens botânicos para troca de conhecimentos.

AGRADECIMENTOS

Após momentos conturbados de transformações consideráveis, com mudanças de Campinas, SP, para Natal, RN, e logo em seguida, com o retorno para São Paulo, SP, sem apoio e auxílio de diversas pessoas, a finalização desse doutorado seria impossível. Agradeço, pois, às seguintes pessoas:

à Ana, que me direcionou a fazer disciplinas no ano de 2004, antes da mudança para Natal, fato que possibilitou a continuação do doutorado; sem essa sugestão oportuna, o doutorado se tornaria inviável,

aos amigos Major Ronaldo, que em momentos de angústia foi um companheiro inestimável que ouviu meus lamentos e me ajudou a tomar a decisão correta, ao Santão Soarão (*march or die*), que deu apoio fundamental, também na aflição, a Miguel, crítico e tradutor e a Emílio, tradutor,

ao Prof Dr Leonel Itaussu de Almeida Mello, pela preocupação em fazer o doutorado funcionar, em épocas de dificuldades pessoais e familiares e pela sua extrema lealdade, que nos fez caminhar juntos desde 1998,

ao Prof. Dr. Eliézer, que me proporcionou a condição de palestrar sobre meu trabalho de mestrado no Memorial da América Latina, indicando confiança em momento de retorno, quando o sentimento era de distanciamento do meio acadêmico e de insegurança; além disso, a possibilidade de participar de artigo conjunto para a RESDAL, o que me fez acreditar ainda estar vivo para o meio acadêmico da Defesa,

aos companheiros da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em especial a Fortunato Pastore, Francisco José Corrêa Martins, Oscar Medeiros Filho e Selma Gonzáles, acadêmicos militares que, onde estiverem, se dispõem a ajudar um militar acadêmico, fruto de uma sinergia e camaradagem surgida na Seção de Ciências Sociais, amizades que não se perderam com a distanciamento,

aos diversos companheiros da caserna, dentre eles, General Marco Aurélio, Cel Gilson, Cel Ponzi, Cel Sampaio, Cel Paulo Roberto, Cel Nolasco, Cel Schroeder, Ten Cel Pacheco, Ten Cel Diehl, Tem Cel Knippel, Ten Cel Hernandez, Ten Cel Bessa, Tem Cel Adelino, Ten Cel Adilson, Maj Lange, Maj Lima, Maj Fernandes, Maj Ademar Neto, Maj Curti, Cap Megale, Cap Windson, Cap Amaral, cujo apoio foi fundamental para ter contato com as realidades da Força Terrestre, sem o que este trabalho não passaria de teoria desconectada da realidade,

aos companheiros dos tempos do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP: Profa Dra Suzeley Kalil Mathias, Prof Dr. Samuel Alves Soares; Prof. Dr. Cláudio Silveira, Prof. Dr. Luiz Alexandre Fuccille e Dra. Adriana Marques, quando ainda eram humanos, tal como eu ainda sou,

aos funcionários do Departamento de Ciência Política, em especial à Raí e Vivian, que sempre demonstraram preocupação com a condição ansiosa do aluno e com suas idiossincrasias, apoiando e ajudando nos momentos mais complicados,

a todos que participaram desse parto com muita dificuldade e dor, muito mais do que prazer, meus sinceros agradecimentos.

Marche ou crève

Lema da Legião Estrangeira

RESUMO

KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla, **Exército Brasileiro: estrutura militar e ordenamento político (1984 - 2007)**. 2007. 181 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Ocorreram amplas transformações nos sistemas militares de diversos países no período pós-Guerra Fria. No Brasil, o Exército replanejou sua força militar terrestre após a guerra das Malvinas mediante a implantação de um sistema de planejamento estruturado. Atualizações constantes foram feitas, mas as suas linhas principais podem ainda serem encontradas na remodelagem das unidades, missões e estrutura. Mesmo com a criação do Ministério da Defesa, o elemento político de direção nacional pouco interferiu. Essa reestruturação não tem correspondência direta com o modelo do pós-modernismo militar estruturado por Charles Moskos e que sugeria a transformação de grandes exércitos de conscritos em pequenos exércitos tecnologicizados, cumprindo missões diferentes das tradicionais guerras inter-estatais. O desafio dos estruturadores da força terrestre foi de administrar poucos recursos com muita criatividade, especializando número crescente de profissionais de guerra terrestre, alargando o escopo das missões sem abrir mão das tradicionais, tornando algumas organizações militares mais operacionais, produzindo um salto de qualidade, ainda que tudo isso se desse sem interesse e sem direcionamento político. A ausência de clara direção política das forças armadas produz imprecisões na formulação de estratégias e de missões criando, por exemplo, sobreposição de missões auto-atribuídas com as de outros órgãos de segurança do Estado.

Palavras-Chave: Pós-modernismo militar; pós-Guerra Fria. Estrutura de Defesa de Exército Brasileiro. Ameaças à segurança do Estado, missões das forças armadas. Nível de influência política na estruturação da Defesa.

ABSTRACT

KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla, **The Brazilian Army: military structure and policy planning (1984 - 2007)**. 2007. 181 f. Thesis (Doctoral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Broad transformations occurred in the military systems of many countries after the Cold War period. In Brazil, the Army re-dimensioned its military land forces after the Malvinas War when a planning system was structured and implemented. Despite of the continual changes the main lines can be found in the units remodeling, missions and structures. Even with the creation of the Ministry of Defense, the political elements interfered minimally. This restructuring has no direct connection with the post-modernist military model structured by Charles Moskos, which indicates the transformation of the big armies of recruited into the small technological armies with missions different from the traditional inter-state wars. The challenge for those involved in structuring the land forces was to creatively administrate the scarce resources to specialize land warfare professionals, broaden the number of missions without abandoning traditional missions and make military organizational even more operational attaining one leap of quality regardless of any political interest or guidance. The absence of clear political guidance of the armed forces can produce failures in the strategies and missions designs and this can produce, for example, overlaps of their own missions with those of other security organs of the State.

Keywords: Post-modernism military; Post-Cold War. Brazilian Army Defense Structure. State Security threats, armed forces missions. Political influence in the Defense Structure.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Histórico de crises internas	112
Figura 2 – Levantamento do Exército das novas ameaças	113
Figura 3 – Segurança interna no Brasil pós-Guerra Fria	114
Figura 4 – Organização territorial do Exército: antes e depois de 1986	121
Figura 5 – Sistema de Doutrina Militar Terrestre	123
Figura 6 – Distribuição das unidades até 1985	126
Figura 7 – FT 90 e 2000 - Planejado e Executado	129
Figura 8 – Distribuição das unidades em 2007	131
Figura 9 – Unidades de Fronteira	137
Figura 10 – Forças de Ação Rápida (FAR)	140
Figura 11 – Unidades de Emprego Peculiar	145
Figura 12 – Centros de Instrução	147
Figura 13 – Forças de Contingência	149
Figura 14 – Percentual de profissionalização nas brigadas	159

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1	Organização Social Militar: Institucional X Ocupacional	34
Quadro 2	Forças Armadas em Três Eras	39
Quadro 3	Forças Armadas em “Estado de Segurança”	48
Quadro 4	Pós-Modernismo Militar - Brasil	60
Quadro 5	Explicitação das Variáveis	65
Quadro 6	Países com transição recente	70
Quadro 7	Perfil do serviço militar na América	72
Quadro 8	Missão das forças armadas	101
Quadro 9	Estrutura de Defesa e Segurança Pública da Argentina	104
Quadro 10	Estrutura de Defesa e Segurança Pública do Brasil	106
Quadro 11	Missões do Exército Brasileiro	107
Quadro 12	Níveis de Segurança e Instrumentos Estatais de Defesa	115
Quadro 13	Distribuição das Unidades até 1985	128
Quadro 14	Distribuição das Brigadas no território por Comando Militar de Área (Planejado)	130
Quadro 15	Distribuição das Brigadas no território por Comando Militar de Área (Executado)	132
Quadro 16	Transformações a partir de 1985	133
Quadro 17	Distribuição das unidades em 2007	134
Quadro 18	Comparação das transformações 1985- 2007	135
Quadro 19	Unidades de Fronteira	137
Quadro 20	Descentralização da aviação do Exército	141
Quadro 21	Organizações Militares de Emprego Peculiar	144
Quadro 22	Centros de Instrução	146
Quadro 23	Unidades componentes da FOCON	150
Tabela 24	Efetivo da turma de cadetes da AMAN - 1985 a 2006	154
Tabela 25	Efetivo do Exército de 1985 a 1995	156
Tabela 26	Efetivo do Exército de 1996 a 2007	157
Tabela 27	Percentuais de cabos e soldados do Núcleo-Base e Efetivo Variável	158
Quadro 28	Percentuais do Núcleo-Base de cabos e soldados das OM e Frações de OM	159

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Origens de um problema	10
Heranças do “partido fardado”	13
“Novo soldado” ou nova estrutura de defesa?	17
Desvelando o objeto da pesquisa	19
Estrutura do trabalho	22
Capítulo I - PÓS-MODERNISMO MILITAR E A RAZÃO DE ESTADO	24
O soldado - tipologias intrínsecas e influência social	27
Modelo Institucional/Ocupacional	31
Pós-modernismo militar	35
O prelúdio - A Revolução nos Assuntos Militares	36
Pós-modernismo militar em si	38
Críticas ao pós-modernismo militar	41
1. Críticas ‘intra-sistema’ - Militar: pós-Guerra Fria ou pós-moderno	43
A desestruturação do mundo encantado	44
2. Críticas ‘extra-sistema’ - não há direção única na Europa	49
3. Gênero e diversidade sexual	53
A mulher nas Forças Armadas	53
Pós-modernismo na América Latina e Brasil	56
América Latina	56
Brasil	58
Análise da validade do modelo Pós-Moderno	64
Conceitual e Estratégica	64
Relativa à América Latina	68
O serviço militar como referência de mudanças na defesa	69
Democracias Ocidentais e ‘Afins’	70
América	71
Aplicações do paradigma militar pós-moderno	73
Nova Proposta – Forças Armadas Contemporâneas	78

SUMÁRIO (CONTINUAÇÃO)

Capítulo II - ORDENAMENTO POLÍTICO E FORÇAS ARMADAS: AMEAÇAS, MISSÕES E ESTRATÉGIAS	81
Introdução	81
Estratégia e Razão de Estado - Premissas	81
Tipos de Estados	86
Tipos de transição	87
Forças Armadas e Poder Político no Brasil	90
Ameaças, missões e estruturas	92
Ameaças percebidas	93
Ameaças à democracia	94
Agenda norte-americana e Guerra Fria	97
Política estratégica norte-americana e ‘tentativas de fuga’ da agenda	100
Missões no período da Guerra Fria e no pós-Guerra Fria	101
Missões, estrutura de defesa e segurança e legislação - uma comparação	103
Argentina	104
Brasil	105
Missões do Exército	107
Defesa Interna	111
Capítulo III - ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DE FORÇA	118
Introdução	118
Transformações na estrutura de Defesa do Exército	119
1. A grande estrutura - a divisão territorial e os órgãos de direção	119
Divisão territorial	119
Órgãos de direção - planejamento e operações	121
2. A transformação da força	124
Amazônia e Calha Norte	136
Forças de Ação Rápida –FAR	138
Aviação do Exército	140
Brigada de Operações Especiais - Bda Op Esp	142
Unidades de emprego peculiar e Centros de Instrução	143
Defesa Interna	147
1. Brigada de Infantaria Leve - Garantia da Lei e da Ordem	147
2. Forças de Contingência	147
Operações de Paz	152
Artilharia de Costa e Anti-aérea	153
Efetivo da Força	154
Cenários Prospectivos para o EB 2022 (CENÁRIO EB 2022)	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	173

INTRODUÇÃO

Origens de um problema

Este trabalho surgiu da experiência vivida por quem ingressou no Exército Brasileiro, onde atuou como militar de carreira de linha combatente e que trilhou o “caminho normal” dessa formação militar¹, servindo em unidades militares operacionais, dentre as quais a Brigada de Infantaria Pára-quedista². Nessa Brigada os soldados são voluntários ao serviço militar, diferentemente da maior parte das tropas, nas quais os soldados são captados pelo sistema do serviço militar obrigatório.

Notou-se que havia uma diferença significativa a favor da forma voluntária, quando comparada com a forma obrigada de captação, posto que proporcionava um grande diferencial positivo na constituição da tropa e na qualidade do soldado, que demonstrava maior interesse em desempenhar sua função, aliado à mística pára-quedista. A facilidade de conduzir atividades militares desgastantes e complexas com este soldado era muito maior do que em outras unidades militares, onde grande parte dos soldados é obrigada a servir.

Apesar dessa vantagem inicial, o período de permanência desse soldado voluntário é semelhante ao de outras tropas do Exército: boa parte dos soldados permanece apenas pelo curto período de um ano ou menos, por força da estrutura, não por vontade própria.

Entretanto, ao participar de exercício militar junto a uma unidade de fuzileiros navais da Marinha do Brasil, muitas observações intrigantes puderam ser feitas, que levaram a

¹ Desde o ensino médio (Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em Campinas), passando pelo ensino superior na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, graduando-se Oficial de Artilharia em 1985. É necessária fazer-se a distinção entre as chamadas “linha combatente” e “linha técnica”. A primeira abrange aquelas funções desempenhadas na atividade bélica definida pelo senso comum. Já a segunda volta-se para atividades não relacionadas diretamente com a guerra, tais como saúde, ensino fundamental, administração, dentre outras. Logo após, realizou o curso básico pára-quedista, serviu por 3 anos em unidade militar de Artilharia de Campanha Autopropulsada (comumente referida pelo senso comum como quartel de tanques blindados), em Curitiba e, após realizar o curso de Comunicações, serviu por 7 anos na Brigada de Infantaria Pára-quedista.

² Considerada como unidade estratégica pela grande mobilidade e capacidade de realizar incursões em território inimigo, devendo resistir por 72 horas até a chegada de outra tropa que tenha conseguido ultrapassar as linhas inimigas. Ver Brigada de Infantaria pára-quedista. Disponível em <http://www.tropaselite.hpg.ig.com.br/BRASIL_BRIGADA_PARAS.htm>. Acesso em 15 Ago. 2004.

diversos questionamentos. De início, verificou-se que os fuzileiros navais têm um processo bastante diferente de ingresso dos soldados. No que tange à constituição da tropa e perspectiva de carreira o candidato realiza um concurso e, depois de aprovado, passa por um treinamento em centro específico, sendo depois enviado a uma unidade militar³. Diferentemente do Exército, onde a preparação básica inicial do recruta é feita nas unidades combatentes⁴. Este combatente tem um plano de carreira e, portanto, maior constância e nível de preparo, já que passa maior tempo na força militar, com perspectiva de carreira.

Além disto, por causa do período mais longo de permanência na força militar, sargentos e oficiais não necessitam ensinar todos os anos, repetidamente, os rudimentos da vida militar, podendo se voltar para treinamentos mais específicos e elaborados, adestrando frações de combate, indo além do treinamento básico individual. Por este motivo, os exercícios militares podem ter nível de complexidade muito mais elevada, já que a tropa está em melhores condições de responder aos estímulos e superar obstáculos de ocorrência possível em um conflito militar real. O que se deseja ressaltar aqui não é simplesmente o incômodo em repetir instruções básicas, mas o fato de a instrução básica ser intrinsecamente absorvente de toda a estrutura, causando um baixo nível de adestramento.

Após esse exercício militar observado junto aos fuzileiros navais, surgiu uma angustiante necessidade de analisar os fatos com maior amplitude; e esta centelha de angústia analítica começou a crescer e se agravou ainda mais com a leitura do livro "*A psicologia da incompetência dos militares*"⁵, que aborda os problemas encontrados na História para constituir exércitos que tenham desempenho desejado, enfocando principalmente as questões psicológicas dos chefes militares, afirmando que nem sempre a força militar possibilita

³ A Marinha utiliza centros de treinamento para os recrutas que iniciam a carreira, liberando as unidades militares desse ônus. A objeção a esse argumento é que alguns que alegam que o entrosamento entre comandante e comandados talvez seja melhor quando instrutores (oficiais) e monitores (sargentos) acompanham todo o processo de formação dos soldados que comporão suas unidades.

⁴ A diferença no estilo de formação, em centros de treinamento ou logo nas unidades de combate, corresponde à escolha por mais especificidade de treinamento ou por unidade de comando, sendo que os centros de treinamento aliviam as unidades do ócio da formação básica, possibilitando o adestramento continuado.

⁵ DIXON, Norman F., *A psicologia da incompetência dos militares*, São Paulo: IBRASA, 1973.

condições adequadas para reforçar valores fundamentais no chefe militar, como iniciativa, coragem, disposição de correr riscos. Pelo contrário, muitas vezes a instituição militar fortalece valores desfavoráveis ao guerreiro, tanto no treinamento como na ascensão profissional, tais como obsessão por limpeza, exagerada insistência com a previsibilidade, dentre outras. Essa leitura possibilitou que a busca pela análise crítica da força militar começasse a rondar a mente de um oficial acostumado, no mais das vezes, a aquiescer ao *status quo* da força e a defendê-la, institucional e corporativamente.

Estas inquietações levaram à procura do meio acadêmico civil, inicialmente com certo receio pelo recente ambiente histórico de antagonismos pelo qual passou o Brasil, que causou grave distanciamento entre militares e acadêmicos, temor que não se configurou como obstáculo no contato efetivo com a universidade. O ambiente acadêmico proporcionou a inserção em programa de pós-graduação por concurso, isento de discriminação, a busca pela isenção da análise, a diferente vivência da informalidade em sala de aula, somada à experiência intelectual de professores com longo tempo de estudo.

Além da adaptação ao novo meio, houve a dificuldade de saber como incorporar um estilo analítico em relação à própria força militar: a busca de tentar estruturar-se como um observador participante, considerando a complexidade de analisar crítica e imparcialmente seu próprio grupo, sem cumprir o triste papel de ser um representante dos interesses da força militar fantasiado de acadêmico, já que a cultura do grupo estava incutida no observador; ou de cair no extremo de tornar-se o alter ego da força militar, criticando-a impunemente⁶, fazendo das páginas do estudo acadêmico parte de um processo psicanalítico. Difícil é achar o caminho do meio⁷.

⁶ Segundo Bañon e Olmeda, as organizações sociais complexas tendem a se isolar de seu entorno, utilizando-se do segredo para proteção de sua estrutura. Os pesquisadores, por sua vez, estabelecerão relação que tenderá ou ao conflito aberto ou a compromissos conjunturais. BAÑON, Rafael e OLMEDA, José Antonio, El estudio de las Fuerzas Armadas, in *La institución militar en el Estado Contemporáneo*. Madrid, Alianza 1985, p. 16.

⁷ A abundância de militares profissionais entre os experts nos estudos de forças armadas e sociedade, citada por Bañon e Olmeda (p. 16), ainda não se verifica no Brasil, e muito menos os estudos dos acadêmicos de origem militar estão inseridos em estudos institucionais das forças armadas.

Como parte desse processo, foi realizada uma dissertação de mestrado em dezembro de 2001⁸ que teve como objetivo discutir a questão do serviço militar no Brasil e verificar as razões da continuação de sua obrigatoriedade.

Heranças do "partido fardado"

A conclusão a que se chegou naquele estudo foi a de que as Forças Armadas no Brasil desejam influenciar a juventude brasileira com valores caros à vida castrense, criando vínculos com a sociedade por meio do serviço militar, que se dá em várias fatias sociais, desde médicos e dentistas formados, jovens universitários de áreas variadas, até soldados com relativa baixa escolaridade⁹.

Essa necessidade de "formatar" (padronizar) pessoas de maneira favorável ao Exército, vem das características do natimorto "partido fardado"¹⁰. A força militar, como partido, possui visão de mundo que pretende implantar no país, buscando amalgamar o Brasil. Concluiu-se que há certa disfunção entre os objetivos tradicionais específicos da Defesa e o principal papel auto-atribuído das Forças Armadas, que é o da integração nacional. Para atingi-la, atuam de várias formas: por meio da presença física dos quartéis e dos tiros-de-guerra¹¹ em todo o território, pela formação militar anual de parcela da juventude brasileira com a inculcação de valores caros aos militares e pela presença assistencial em áreas longínquas e desabitadas do país.

A idéia de se inserir o cidadão civil abaixo da pirâmide militar, provocando relação desigual, onde o militar ensina ao civil, criando situação hierárquica favorável ao

⁸ KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla, *O serviço militar, Democracia e Defesa no Brasil: razões da permanência do modelo de recrutamento*. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-17102006-102857/>>.

⁹ Relativa porque se verificou que os jovens incorporados ao Exército possuem, em sua maioria, escolaridade acima de 7ª série.

¹⁰ Expressão cunhada por FERREIRA, Oliveiros, em *Forças Armadas, para quê?* GRD, São Paulo, 1988, e em *Vida e morte do partido fardado*. SENAC São Paulo, 2000. Natimorto, porque o autor do termo constata seu falecimento após a sua institucionalização.

¹¹ Um trabalho relevante nessa área está sendo estruturado quanto às relações entre as estruturas de poder local e o estabelecimento e manutenção dos tiros-de-guerra, no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, por Selma Lúcia de Moura Gonzales.

militar, foi apresentada segundo tipologia denominada de “relações de baixo padrão” entre sociedade e militares, as que se baseiam nesse tipo de proposta, já que não há intercâmbios fortes com as parcelas mais importantes da sociedade, em condições de igualdade.

Entretanto, não se podem negar os inúmeros benefícios do serviço militar, benefícios sociais que são ocasionados pela rápida profissionalização dos jovens pelo convênio das forças armadas com o sistema “S” - SENAI, SENAC, SENAT, dentre outros, impulsionado pelo governo Lula por meio do Projeto Soldado-Cidadão, iniciado em 2004 e possível inserção no mercado de trabalho pós-período de caserna. Ainda assim, pode-se afirmar que são benefícios que todos os jovens deveriam ter acesso, proporcionados pelo Estado. Nesse caso, às forças armadas se atribui uma função que as desvia do foco estratégico principal, qual seja, o saber como fazer a guerra. Esse conflito entre a função de construção de nação e os imperativos funcionais é o que essa análise buscava salientar¹².

Fora isto, a sociedade brasileira e os órgãos legislativos e governamentais têm baixa preocupação com temas de Defesa e pouco conhecimento em relação às Forças Armadas¹³. Isso delinea situações conflitantes: de um lado, uma ampla autonomia dos militares para delimitar o formato da Defesa, atuação, planejamentos de longo alcance, reequipamento bélico, dentre outros; de outro lado, um estrangulamento da Força pela estrutura estatal que a deveria manter que, por desconhecer as reais finalidades e funcionamento *strictu sensu* das Forças Armadas, restringe drasticamente o orçamento militar, criando situações críticas, manifestadas na falta de renovação do material bélico e nos períodos de meio-expediente que as unidades militares recorrem para fazer frente ao minguado orçamento, prejudicando consideravelmente a capacidade operativa da força militar. Este descompasso tem estreita ligação com a herança da autonomia conquistada pelos

¹² Esse e outros conflitos entre as várias missões que as forças armadas possuem, historicamente, e que tem sido acrescidas ou modificadas, é abordado em EDMUNDS, Timothy, What are armed forces for? The changing nature of military roles in Europe, *International Affairs*, 82, 2006, p. 1061-1078.

¹³ Essa temática é abordada por diversos especialistas no assunto, tais como Eliézer Rizzo de Oliveira e Mário César Flores.

militares desde o período autoritário (1964-1985), bem como a manutenção das prerrogativas militares¹⁴ na Constituição Federal de 1988.

Por isso, o Exército, em particular - a força que tem maior porcentagem de recrutas -, teme que se fosse adotado o modelo de soldado voluntário e profissional, haveria uma redução drástica de efetivo em seus quadros. Essa redução ocorreria para adequar orçamentos ao custo elevado do soldado que permanece por mais de um ano na força militar, em torno de cinco vezes mais caro do que o recruta. Outra preocupação é que o custo do soldado ficaria atrelado às leis de mercado e, em caso de crescimento econômico nacional, haveria dificuldade em preencher os quadros das unidades militares, por haver opções melhores na vida civil.

É fato que ocorre a adequação de efetivos quando se reestrutura a força, como ocorre, por exemplo, no Chile, onde houve inclusive a diminuição do número de generais¹⁵. Todavia, essa diminuição deve tomar as devidas precauções de não vir a ser maior do que a necessária, pela exclusiva preocupação da estrutura estatal em diminuir gastos, chocando-se com as preocupações da força militar terrestre de manter grandes efetivos, sem análise aprofundada das necessidades de Defesa.

Ainda a respeito de efetivo necessário para a Defesa, os chefes militares afirmam em publicações oficiais¹⁶ que o efetivo do Exército é pequeno em proporção à população nacional, e que por isso devem manter ou aumentar o efetivo¹⁷. O atrelamento do efetivo a

¹⁴ Obras diversas tratam desta temática, tais como: RIZZO DE OLIVEIRA, Eliézer [et al], *Forças Armadas no Brasil*, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, RIZZO DE OLIVEIRA, Eliézer, *De Geisel a Collor - Forças Armadas, Transição e Democracia*, Campinas: Papirus, 1994; ZAVERUCHA, Jorge, *Rumor de Sabres - tutela militar ou controle civil?* São Paulo, Ática, 1994.

¹⁵ PRIETO, Carlos Maldonado, *Segunda Profesionalización Militar de Chile*, IUS-Canada 2004 International Conference: Transformation and Convergence: Armed Forces and Society in the New Security Environment, Toronto, 1-3/10/2004.

¹⁶ Estado-Maior do Exército, *Orientação para tratamento de temas sensíveis*, Brasília: EGGCF, 9 jul. 1997; Comandante do Exército, Portaria n.545, 30 set. 1999. Plano de Comunicação Social de Exército para o Triênio de 2000 a 2002. *Boletim do Exército* n.43, 22 out. 1999.

¹⁷ ROCHA, Fernando Carlos Wanderley e SENNA PIRES, Sérgio Fernandes, Serviço militar obrigatório versus serviço militar voluntário: o grande dilema. *Cadernos Aslegis*, Brasília, v. 8, n. 24, p. 61-100, 2004. Disponível em <www2.camara.gov.br/comissoes/credn/publicacao/servicomilitar>. Acesso em 05 Abr. 2006. Esse trabalho foi realizado por dois oficiais que trabalhavam, nessa época, como assessores parlamentares, representando os interesses da força militar.

uma relação/razão estabelecida com a população, ou com o território, contraria a lógica mundial de *downsizing*¹⁸ das forças militares no pós-Guerra Fria, além de não considerar as reais ameaças para a estruturação e distribuição da força militar no território nacional¹⁹. Na verdade, o que se deve analisar é que modificações de missões ocorreram após o fim da Guerra Fria na América Latina se cabe aumento ou diminuição de efetivo.

Agora, tecendo considerações a respeito do custo do soldado, a abordagem fixada apenas na vertente econômica às vezes se torna preponderante na discussão. Entretanto, esse viés não resiste a uma análise mais aprofundada, já que há diversos ângulos para a mesma questão, ainda que se enfoque pelo aspecto econômico²⁰. Apesar de o Brasil gastar 1,86% do Produto Interno Bruto com a Defesa, sendo um dos gastos percentuais mais baixos na América Latina, o orçamento da Defesa é o 3º orçamento da união, após a Saúde e a Educação²¹. Além disto, 60 a 70 % deste orçamento é gasto com pessoal. Comparativamente, no continente americano, o Brasil tem o segundo maior orçamento, extremamente distante do primeiro, que são os Estados Unidos, mas próximo ao Canadá, que tem orçamento menor do que o brasileiro²². Pode-se inferir que um aumento no orçamento da Defesa causaria certo constrangimento social. De onde seriam alocados os recursos para esse possível aumento? Enfim, como convencer a sociedade, parlamento e governo a destinar mais recursos às forças armadas, quando não existe conflito iminente à vista?

¹⁸ Diminuição de estruturas e efetivos - otimização.

¹⁹ Mário César Flores aponta como erro fazer avaliações do efetivo necessário de soldados comparando-se o percentual pelo número de habitantes. Dossiê Defesa Nacional na ordem do Século 21, Ano 2 - Vol 1, 2003, Disponível em <http://www.cebri.org.br/pdf/175_PDF.pdf>. Acesso em 14 Set. 2005.

²⁰ Há trabalhos acadêmicos na área de sociologia militar internacional que buscam descaracterizar esta análise puramente economicista da realidade, verificando que ela não é, nem preponderante, nem definitiva. Ver BALDWIN Jr, Robert H., The Decision to end the draft: Economics vs. Sociology, *Joint Perspectives* 3, núm 1, verão 1982, p. 58-68. Outra visão de um economista argentino que considera a questão pelo lado do custo-benefício é bastante esclarecedora e nesse caso não favorece a manutenção do serviço militar obrigatório somente pelo motivo do 'baixo custo'. SCHEETZ, Thomaz, Argumentos econômicos relativos al servicio militar obligatorio, *Noticias*, No 12, Primer Trimestre 1991, Fundación Illia, Buenos Aires.

²¹ ROSIÈRE, Antonio Carlos Ayrosa, Orçamento de Defesa, Curso de Gestão de Recursos de Defesa (CGERD 2006), São Paulo, 22 Ago 2006. Disponível em <http://www.abimde.com.br/palestra22ago06_Rosiere.ppt>. Acesso em 15 Abr. 2007.

²² U.S. Military Spending vs. the World, February 06, 2006. Disponível em <<http://www.armscontrolcenter.org/archives/002244.php>>. Acesso em 29 Ago 2006.

"Novo" soldado ou nova estrutura de defesa?

Reiniciando a abordagem pelo tipo de soldado e forma de captação, vale destacar que ocorreram transformações em vários países, notadamente na Europa e na América, com relação ao modelo de recrutamento de soldados para as Forças Armadas, com o abandono do recrutamento obrigatório e a adoção do soldado voluntário profissional.

A mudança na forma de recrutamento teve início nos Estados Unidos, na década de 1970, pelo questionamento movido pela opinião pública norte-americana com respeito à guerra do Vietnã. Enviar soldados recrutados em guerras expedicionárias (fora do território) foi fator de questionamento em países que tomaram essa atitude, tal como Portugal, por exemplo.

Após certo hiato, na década de 1990 até o início do século XXI, cerca de dez países da Europa e quatro na América do Sul também transformaram o modelo de serviço militar obrigatório para o de tipo voluntário; outros, flexibilizaram a obrigatoriedade do serviço militar, com a incorporação preferencial de voluntários e/ou a adoção de lei que permitisse a objeção de consciência²³. Essa mudança gerou diversas tipologias no âmbito do campo de estudo das Forças Armadas e Sociedade, indo desde a caracterização Institucional/Ocupacional²⁴, diretamente ligada a essa transformação, como também fazendo parte da idéia de Revolução dos Assuntos Militares e constando como um dos parâmetros do pós-modernismo militar²⁵.

Em uma análise inicial, parece existir uma característica comum entre os países que modificaram sua forma de recrutamento: a maior parte deles são democracias estabilizadas. Na Europa, entretanto, países relevantes militarmente, com democracia estável,

²³ Objeção de consciência é a possibilidade do cidadão se eximir do serviço militar obrigatório por motivos religiosos, filosóficos ou políticos. Em alguns países, há serviço alternativo ao serviço militar.

²⁴ MOSKOS, Charles C., "From Institution to Occupation: Trends in Military Organization," *Armed Forces and Society* 4, Fall 1977, 41-50. Exploração do mesmo tema, por Moskos, em *La nueva organización militar: ¿Institucional, ocupacional o plural?* in Rafael Bañon e José Antonio Olmeda, op cit., p. 140-152.

²⁵ MOSKOS, Charles C., WILLIAMS, John Allen & SEGAL, David R., *The postmodern military: armed forces after the Cold War*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ainda mantém o serviço militar obrigatório, tais como Alemanha, Dinamarca e Noruega²⁶, o que induz ao raciocínio de que, ou essas democracias não “andam” bem, ou existem outros motivos para se mudar ou manter o tipo de recrutamento.

Portanto, o tipo de soldado – se conscrito recruta ou voluntário profissional – é definido por vários motivos, que vão desde questões sócio-histórico e culturais, como também processos políticos domésticos que definem estratégias ou se moldam simplesmente à vontade popular ou, ainda, impulsionados por ordenamentos de forças internacionais hegemônicas, com a adoção da agenda de segurança alheia. Se essa decisão reflete simplesmente o contínuo de uma situação cultural, ou a imposição de *status quo*, significa que a definição estratégica tem andado de costas para as injunções necessárias a ter forças armadas que respaldem ações do governo em ambiente internacional e que possibilitem os necessários anticorpos a invasões indesejadas. Há muito mais do que a forma de recrutamento; na verdade, a forma como se concebe a estrutura de defesa é que deve ser considerada em um estudo mais aprofundado da questão. Esta tese surge pelo sentimento de que a abordagem do serviço militar, somente, não dá conta da análise do projeto de força²⁷. A moldura estrutural da força militar deve ser levada em conta.

Desvelando o objeto da pesquisa

De acordo com o incentivo de companheiros mais experientes no estudo das relações civil-militares no Brasil²⁸, surgiu o desafio de ir além da discussão do serviço militar, enfim, de tratar somente a forma de recrutamento nas forças armadas. No tabuleiro do xadrez, ir além dos piões, também importantes, mas abordar também cavalos, torres, reis e rainhas; é

²⁶ JEHN, Christopher, and SELDEN, Zachary “The End of Conscription in Europe?” *Western Economic Association International Annual Meeting*, San Francisco, July 5-8, 2001. Disponível em <<http://www.rand.org/pubs/monographs/MG265/images/webS0228.pdf>>. Acesso em 23 Out 2006.

²⁷ Em 2001, após conversa particular com Domício Proença Júnior, no congresso REDES 2001, em Washington, essa questão foi apontada.

²⁸ Eliézer Rizzo de Oliveira e Samuel Alves Soares, durante exame de qualificação realizado em 21 de dezembro de 2006.

um grande desafio que coaduna com a tríade Claseswitziana²⁹: povo, força armada e governo, o que se faz representar pelas variáveis da tipologia do pós-modernismo militar, ainda que ocultando as máximas estruturais, notadamente, as decisões político-estratégicas do ordenamento político.

Por isso, de acordo com análise da tipologia abrangente do pós-modernismo militar, será visto o quanto esta tipologia define o que as democracias ocidentais (*Western-style democracies*) realmente têm em comum e se a tipologia pode indicar ideal a ser alcançado nos projetos de modernização militar da América do Sul³⁰, ou talvez alguma direção analítica consistente, fugindo do mimetismo possível e comum. Preliminarmente, verifica-se que o paradigma do pós-modernismo militar é um considerável esforço acadêmico de sistematizar a pesquisa nas *Western developed democracies* e caracterizando um percurso comum na configuração militar dos países³¹. Uma questão inicial deste estudo é se direção única prevista no modelo do pós-modernismo militar corresponde à realidade, ao menos nas democracias desenvolvidas do Ocidente, ou se há várias direções possíveis.

Além dessa questão inicial, pode-se imaginar que o paradigma da instituição militar pós-moderna possa ser a extrapolação das forças armadas norte-americanas consideradas como modelo, na busca por aumentar a influência dos EUA e possibilitar a interoperabilidade nas operações³² após a Guerra Fria, ou ainda o desejo de estruturar as

²⁹ Chamada de trindade paradoxal, em PROENÇA JUNIOR, Domicio et all, *Guia de Estudos Estratégicos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 80.

³⁰ Esse “extremo-ocidente” é desconsiderado da análise, quase sempre, ou por desconfiança no tipo de democracia que se tem abaixo da linha do Equador, ou pelos poucos recursos necessários para estruturar uma força “pós-moderna”.

³¹ BASHAM, Victoria, “Understandings of Equal Opportunities Among Members of Britain’s ‘Postmodern Military:’ The Intersection of Diversity and British Military Doctrine. *Theoretical and Empirical Challenges to the Postmodern military - Inter-University Seminar on Armed Forces and Society, 45th Anniversary Biennial International Conference*. Chicago, outubro de 2005.

³² Discussão a respeito dessa necessidade e das dificuldades impostas no Brasil, causadas pela falta de interesse em integrar atuações, desde a adoção de tipologia diferenciada quanto a operações conjuntas e/ou combinadas, é tratada na página 30, nota 18, do livro PROENÇA JUNIOR, Domicio & DINIZ, Eugenio, *Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica*. Brasília, Humanidades, UnB, 1998. Disponível em <<http://www.de9.ime.eb.br/~intec/Domicio/Dia20out2005/Proen%E7a%20Jr%20&%20Diniz%201998%20-%20Pol%EDtica%20de%20Defesa%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em 17 Ago. 2006.

forças armadas de acordo com a “divisão internacional da atividade militar³³”, elegendo forças militares de alguns países para missões unicamente policiais e outras, mais capazes, para atuações além-território. Portanto, cabe verificar também se a tipologia é isenta de viés hegemônico. Além disso, o quanto é possível manter o otimismo do pós-modernismo militar após o fatídico “*September 11th*”, o que pressupunha como missão principal das forças armadas as ações de caráter humanitário e de manutenção da paz, em contexto consegue se manter de pé, ante ao recrudescimento das ações realizadas pelo ‘Estado Modelo’ da tipologia.

Continuando as indagações, é fato que as dimensões da desmobilização do pós-Guerra Fria e da ameaça terrorista recente pesam significativamente na definição das missões e na estruturação das forças militares de vários países, mas resta saber se isso pode ser tomado como abrangente.

Dependendo de como se visualizam as ameaças e se estruturam as forças estrategicamente para fazer face aos problemas e o quanto e como as forças armadas são porosas à pós-modernidade da sociedade é o que se necessita avaliar.

Na América do Sul, países que ainda são analisados com relação ao grau de consolidação democrática e suas relações com os militares, como Brasil, Argentina e Chile têm posturas diferenciadas: a Argentina conta com serviço voluntário desde 1994, o Chile passa por transição do modelo de serviço militar, iniciada em janeiro de 2006 com data prevista até 2010 e o Brasil ainda permanece com o modelo de serviço obrigatório. Esses países serão objeto de estudo de caso neste trabalho. Entretanto, não só a forma de recrutamento e treinamento do soldado, como vários outros aspectos da estrutura militar tem buscado se adaptar aos novos tempos, ou tempos hipermodernos³⁴.

³³ Termo cunhado Por Mário César Flores.

³⁴ LIPOVETSKY, Gilles com CHARLES, Sébastien *Os tempos hipermodernos*, São Paulo: Barcarolla, 2004. expressão mais adequada para os dias de **aprofundamento do modernismo** em que vivemos, já que o hipermodernismo denuncia a volta à desconfiança e à inquietação, ainda que se apóie na Ciência, desregradamente, sem que nela se tenha a verdadeira fonte da felicidade, como outrora substituiu a crença religiosa no modernismo. Além disso, esse aprofundamento prevê não a dissolução do estado, mas sua realidade exposta às últimas

Sem deixar de considerar as questões estratégicas, da “razão de estado”, há aspectos que talvez possam elucidar a questão se for levado em conta por qual tipo de transição os países de “democracias recentes” passaram; se por ruptura, pactuada ou de continuidade³⁵, que prerrogativas os militares ainda detém³⁶ e qual o nível de relacionamento da sociedade com relação aos temas das forças armadas, e qual a aceitação das mudanças - propostas pelo estamento estatal - por parte das forças armadas.

Portanto, considerando esta inter-relação, este trabalho tem por finalidade verificar se as problemáticas da transformação da estrutura militar têm correlação com a democracia, ou com a forma de transição democrática e, dentro do escopo da transição e consolidação, com a abolição das prerrogativas militares e de que forma isso tem influenciado a moldura estrutural das forças armadas no Brasil, tendo como foco o Exército Brasileiro.

Considerar como se dá a definição da missão e papel das forças armadas, estrutura da força e se os momentos de transição coincidem com os caracterizados pela tipologia do pós-modernismo militar (períodos antes, durante e depois da Guerra Fria). Além disso, se os eventos transformadores de estratégias militares nos Estados Unidos e Europa Ocidental, especificamente o pós Guerra Fria e o atentado de 11 de setembro de 2001 são totalizantes, a ponto de mudar estratégias dos países periféricos, ou que outros fatores influenciaram a reestruturação da força militar terrestre.

Preliminarmente, já se conhece a ligação da estratégia norte-americana durante o período de Guerra-fria que favoreceu os regimes autoritários latino-americanos como forma de contenção à ideologia comunista, fortalecendo a missão das forças armadas de defesa interna e muitas vezes desrespeitando os direitos humanos. No Brasil, tal como na América

conseqüências, como em tudo o mais, desde o hiperconsumo até o hiperestado, ainda que o Estado não dê conta de várias das problemáticas que anteriormente se propunha

³⁵ MOISES; José Álvaro e GUILHON DE ALBUQUERQUE, José Augusto, *Dilemas da Consolidação da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

³⁶ ZAVERUCHA, Jorge, *Frágil Democracia: Collor, Itamar, FHC e Os Militares (1990-1998)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; RIZZO DE OLIVEIRA, Eliézer, *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Editora Papyrus, 1994; CASTRO; Celso, D'ARAÚJO, Maria Celina. (Org.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

Latina, influência da agenda norte-americana se faz notar, dentre outras formas, por meio do *United States Southern Command* (USSOUTHCOM), que tem entre seus objetivos o de fortalecer e auxiliar o combate ao “narcoterrorismo”³⁷, expressão que parece inapropriada, mas que traduz o desejo de dar nova versão aos movimentos guerrilheiros da região.

Estrutura do trabalho

Buscando responder a algumas das indagações, a estrutura do trabalho contará com a seguinte divisão:

No capítulo inicial, **Pós-modernismo militar e a razão de Estado**, será analisado o novo modelo de soldado e de estrutura militar de acordo com algumas correntes de pensamento do campo de estudo das Forças Armadas e Sociedade, ligadas às relações civil-militares com relação à democracia, com ênfase na tipologia do pós-modernismo militar. Buscar-se-á verificar se é adequado utilizar a tipologia do pós-modernismo militar e se o paradigma estabelecido tem consonância com a realidade das democracias desenvolvidas ocidentais e, mais particularmente, da América Latina e Brasil.

Nos capítulo seguinte: **Ordenamento político e as forças armadas**, serão abordadas as diferenças de estruturas de Defesa e missões de países e suas forças armadas; será analisada a relação do aparato estatal com a estrutura de Defesa, verificando se houve maior regulação da Defesa pelo aparato político estatal, principalmente no que tange à definições de ameaças, missões e formulações de estratégias, após a transição democrática. Além disso, qual o nível de influência sofrida no “hemisfério” pelos Estados Unidos nos períodos de Guerra Fria e pós-Guerra Fria, a questão da generalização da ameaça terrorista, da policialização das forças armadas e que mudanças ocorreram motivadas por esses eventos.

Quanto à **Estrutura de Força do Exército**, como se conceberam e foram executados os planos de modernização da força militar, portanto, quais suas motivações

³⁷ *United States Southern Command* (USSOUTHCOM), Our Missions. Disponível em <<http://www.southcom.mil/appssc/index.php>>. Acesso em 17 Out. 2007.

originais, transformações e adaptações e de que forma têm conseguido dar conta das injunções da Defesa do período pós-Guerra Fria.

Ao final, serão tecidas algumas **Considerações Finais**, que sintetizam o esforço da tese e buscam alinhar direções para a seqüência de estudos e de ações políticas com relação à estrutura de Defesa.

CAPÍTULO I - O MILITAR PÓS-MODERNO E A SOCIOLOGIA MILITAR

A guerra, portanto, não é apenas um verdadeiro camaleão, que modifica um pouco a sua natureza em cada caso concreto, mas é também, como fenômeno conjunto e relativamente às tendências que nela predominam, uma surpreendente trindade em que se encontra, primeiro que tudo, a violência original do seu elemento, o ódio e a animosidade, que é preciso considerar como cego impulso natural, depois, o jogo das probabilidades e do acaso, que fazem dela uma livre atividade da alma, e, finalmente, a sua natureza subordinada de instrumento da política por via da qual ela pertence à razão pura.

O primeiro destes três aspectos interessa particularmente ao **povo**, o segundo, ao comandante e ao seu **exército**, e o terceiro releva sobretudo o **governo**. As paixões chamadas a incendiarem-se na guerra de preexistir nos povos em questão; a amplitude que assumirá o jogo da coragem e do talento no domínio do acaso e das suas vicissitudes dependerá do caráter do comandante do exército; quanto aos objetivos políticos, só o governo decide deles³⁸.

Carl Von Clausewitz
(1780–1831)

Introdução

Este capítulo busca delimitar o campo teórico que servirá de pano de fundo para a discussão da estrutura militar atual e do militar contemporâneo, suas relações com o Estado e a sociedade, dando corpo ao que se pretende estudar. A discussão que se seguirá tem como necessidade perscrutar as forças armadas pós-modernas³⁹, sua consistência teórica e sua aplicabilidade para a América do Sul, principalmente o Brasil.

Visando realizar reflexão sobre o militar pós-moderno, o objeto de estudo em questão e o campo teórico que circunda o tema, estruturou-se o que será chamado de **dupla interferência**⁴⁰: em um primeiro plano, o da **sociologia militar**, refere-se às transformações

³⁸ Carl Von Clausewitz, *Da Guerra*, São Paulo: Martins Fontes, 1979, p. 89.

³⁹ De acordo com o modelo do pós-modernismo militar proposto por Moskos et all, op. cit.

⁴⁰ Esta divisão dual é esquemática, visa facilitar o que se pretende demonstrar neste capítulo, caracterizando as especificidades, já que estes termos são utilizados de forma única, neste campo de estudo. Na verdade, Olmeda já havia definido que o campo de estudo relacionado aos militares denominou-se internacionalmente Forças Armadas e sociedade, tendo uma concepção bicéfala – política e sociológica - , por causa de seus fundadores: Samuel Huntington, cientista político, e Morris Janowitz, sociólogo. Ver Rafael Banón y José Antonio Olmeda, *La institución militar en el Estado contemporáneo*, Madrid: Alianza, 1985. p. 10.

sociais que ocorrem no aparelho militar inserido numa sociedade característica e suas mútuas interferências e relações: o que esta sociedade deseja para sua Defesa e o que permite que dela se colete para estruturá-lo (homens, armas e gastos). No segundo plano, o das **relações civil-militares**, que aborda os limites impostos ao aparelho militar em relação a um aparato estatal democrático: quem governa, quem dirige os militares, qual o campo de ação desse estamento estatal, sua autonomia e autoridade em relação ao poder civil.

Estas duas vertentes já fazem parte de linhas de estudo dos militares (ou forças armadas): a relação com as sociedades em que estão inseridos e a relação que o Estado estabelece com sua estrutura bélica militar que, dependendo de sua situação histórico-cultural, exercerá controle das instituições militares de gradiente variável, sempre tendo como base a democracia⁴¹. Entretanto, a idéia da dupla interferência busca fazer a interseção desses dois campos. Como se pode notar, na citação inicial, a *trindade paradoxal*⁴²: povo, exército e governo, influenciam-se mutuamente, sendo que a dupla interferência (sociologia militar e relações civil-militares) tenta dar cabo da análise.

Elucidando, a dupla interferência pode ser observada num exemplo voltado ao campo analisado: um país de democracia recente, com alto nível de autonomia dos militares em relação aos seus afazeres, pode obstar mudanças solicitadas pela sociedade com relação à intolerância de perda de vidas humanas em conflito expedicionário (fora do território), a não ser que se fragilize tanto a legitimidade dos militares em relação à sociedade, com uma derrota militar muito grande em combate, que pode até causar mudanças bruscas com a diminuição radical das forças militares, desconsiderando questões de razão de estado. Logo, o espectro de mudanças é extremamente variado, que deve considerar desde tradições histórico-culturais até capacidade econômica e legitimidade política.

⁴¹ Zaverucha explicita que o controle do poder civil em relação às forças armadas pode até ser maior em regimes ditatoriais ou totalitários, entretanto, o foco da análise que se seguirá é o da condução civil dos assuntos militares no âmbito da democracia. Ver Jorge Zaverucha, Introdução, in *Frágil Democracia: Collor, Itamar, Fhc e Os Militares (1990-1998)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.11.

⁴² Domicio Proença Junior, Eugenio Diniz e Salvador Ghelfi Raza. Guia de Estudos Estratégicos. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 80.

Aproximando-se do conceito de pós-modernismo militar, observa-se que a origem da maior parte dos estudos e paradigmas adotados na literatura considerada seminal, que serve de referência no campo de estudo de Forças Armadas e Sociedade tem origem norte-americana e não por acaso tem predominância da análise do caso norte-americano, de onde os tipos-ideais e as pressuposições teóricas são estabelecidos.

Por vezes são prescritivos, estabelecendo qual o melhor sistema militar num Estado de regime democrático, ainda que busquem ser analíticos, entretanto, desejando criar um tipo-ideal, idealizam a estrutura norte-americana, provavelmente de forma inconsciente. O estudo que se segue ao norte-americano, muitas vezes, nas democracias estabilizadas e com elevado bem-estar social, basicamente Europa Ocidental, busca questionar as variáveis utilizadas, demarcando as nuances sócio-políticas e culturais relativas aos seus países e verificando quais as realidades e possibilidades de enquadramento da teoria à prática. Em seguida, os teóricos que estudam relações civil-militares em países de democracias recentes, na Europa Mediterrânea, Central e Oriental, na América do Sul e Central procuram ajustar as teorias às suas realidades, já que são países de democracia mais frágil, recentemente consolidada, em sua maioria. A busca é de encontrar formas de superar a tutela ou a autonomia militar e estruturar bases mais democráticas, dentro das possibilidades políticas, sociais e econômicas.

A discussão sobre estrutura de força armada, relação com a estrutura política, visão social da força militar, porosidade social e modificações durante e após períodos históricos marcantes como o pós-Guerra Fria e o ataque às Torres Gêmeas em setembro de 2001 serão analisados nesse capítulo, com a intenção de apresentar as semelhanças e diferenças com o que foi delineado pelas discussões de Forças Armadas e Sociedade em período recente, buscando apresentar referenciais de análise para o estudo subsequente.

O soldado - tipologias intrínsecas e influência social

O estudo da sociologia militar conta com um marco fundamental que é o livro de Samuel Huntington, *O soldado e o Estado*⁴³. A partir desse trabalho se construiu o alicerce para o pensamento sociológico militar, que estabeleceu a seguinte estrutura: primeiro, a preocupação fixou-se no soldado que estabelece relações políticas - o oficial combatente de carreira; aquele que administra a violência. Por administração de violência⁴⁴ Samuel Huntington entende que o oficial – diferentemente do sargento, que é um técnico da violência – deve dispor de condições para dosar o “remédio” nas condições necessárias para cada crise, ou conflito⁴⁵. Essa administração deve nivelar-se, necessariamente, com o que estrutura o poder político.

Além disso, Huntington considera a profissão militar – mais especificamente o oficialato – como *profession*, isto é, profissão regularizada e estruturada academicamente, diferentemente de outras ocupações, ou empregos (*job*). Nesse caso, pode-se prever a necessidade de estruturar o que se estuda nas escolas militares e o que se deseja de um oficial, fruto de reflexão social e política de um país.

Por fim, como profissão que tem responsabilidade social e que traduz um tipo de estrutura de pensamento, o realismo conservador⁴⁶, próprio da mentalidade militar, que considera o Estado como forma última de organização política e social – já que o homem é inerentemente mau e imutável (tal como a visão hobbesiana); – considera o conflito bélico como realidade presente e possível, ainda que latente, razão básica da existência das forças

⁴³ Samuel P Huntington, *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996. (edição original - 1957).

⁴⁴ A questão da administração da violência já era objeto de análise em Justus Lipsius, em 1589, que afirmava ser a guerra a aplicação ordenada da força. Ver Gunter E. Rothenberg, Maurício de Nassau, Gustavo Adolfo, Raimundo Montecuccoli, “Revolução Militar” do Século XVII, in Peter Paret (org), *Construtores da Estratégia Moderna*, Rio de Janeiro; BIBLIEX, p. 59.

⁴⁵ Samuel P Huntington, op. cit, p. 29,30.

⁴⁶ O conservadorismo militar pode ser dimensionado tanto por essa vinculação, como sugerido por Huntington, nesse estudo ou, como sugerem outras análises, que o militar é conservador quanto à entrada das massas na disputa pelo poder, mas modernizador quanto a tecnologias e outras questões.

armadas e cabendo a elas a tarefa de planejar e executar a necessária administração da violência, se necessário⁴⁷.

Entretanto, apesar de Huntington levantar características específicas da condição do militar que ainda hoje podem ser observadas, seu trabalho também foi relevante quanto à questão política do controle dos militares pelo aparato político. Naquilo que se designou de relações civil-militares. Em *O soldado e o Estado*, neste trabalho, Huntington denomina de controle civil objetivo, que seria a melhor forma do militar não se desviar de sua função principal, com o perigo de perder-se em seu profissionalismo. Parte ele do pressuposto que, em uma sociedade democrática, o profissionalismo militar depende de sua subordinação política, que, se não ocorrer, pode descaracterizar a profissão militar. O militar profissional é caracterizado por Huntington como aquele que não se envolve em política e é submisso aos ditames do ordenamento político; este tipo de padrão é denominado de controle civil objetivo.

Essa autonomia/separação social que Huntington especifica com relação à necessidade de o militar ater-se aos afazeres do treinamento para a guerra, função primordial, refere-se à especialização e especificidade técnica, característica da modernidade, e à regulação do estamento militar pelo ordenamento político, otimizando a finalidade do instrumento que, enfim, deve servir ao Estado.

Contudo, diferentemente desse autor, a autonomia a que se refere grande parte dos estudos brasileiros quanto às relações civil-militares trata da independência da ação militar e da falta de controle do aparato bélico pelos civis e de outros estudos em sociedades de democratização recente, que apontam para a característica manutenção e autonomia das forças armadas nesses países, que se auto-regulam e possuem foro particular⁴⁸.

⁴⁷ Ver Samuel P. Huntington, *A mentalidade Militar: o Realismo Conservador da Ética Profissional Militar*, in op.cit, p. 77 a 97.

⁴⁸ Bañon e Olmeda, op.cit, p. 15.

No entanto, Huntington escreve, posteriormente, *A ordem política das sociedades em mudança*⁴⁹, indicando que, nas sociedades não consolidadas há várias formas de participação dos militares na política de seus países nos diversos estágios de desenvolvimento, diferente, deste modo, de seu referencial teórico anterior. Portanto, alguns consideram que sua análise anterior criava um modelo que tomava por base os Estados Unidos, não sendo caracteristicamente um tipo ideal⁵⁰. Neste sentido, observam-se dois padrões distintos: o dos países de democracias estabilizadas, tal como os Estados Unidos e Europa Ocidental, e o dos países com sociedades em mudança, onde os militares podem representar uma força modernizadora até o momento da entrada das massas no processo político, momento em que se tornam forças conservadoras. A influência social e política dos militares nesses países é muito grande.

Pode-se inferir que de acordo com o tipo de transição para a democracia será delineado o tipo de controle e nível de autonomia dos militares em relação ao sistema político.

De Huntington, ainda em sua primeira obra, são característicos os dois imperativos que regulam a atuação das forças armadas: os imperativos funcionais, caracterizados pelas ameaças à segurança nacional, e os imperativos sociais, qualificados pelas forças sociais, ideologias que as movem e suas instituições. Portanto, às vezes, as necessidades da Defesa podem ser negligenciadas ou superestimadas por causa das convicções ideológicas da sociedade circundante. Aqui Huntington observa a influência no interesse pelos assuntos da Defesa por parte da sociedade e quanto ao tipo de sociedade (mais conservadora, liberal, dentre outras) interfere no tipo de controle dos militares, valorizando seu profissionalismo, ou não⁵¹. Verifica-se, assim, que a dupla interferência está presente: as

⁴⁹ Samuel P. Huntington, *A ordem política nas sociedades em mudança*, São Paulo: Edusp, 1975.

⁵⁰ Dentre as críticas ao tipo ideal norte-americano., ver Rebecca L. Shiff, *Civil-Military Relations Reconsidered: A Theory of Concordance*, *Armed Forces & Society*, Fall 1995, Vol. 2, N. 1., p. 17-48.

⁵¹ Samuel Huntington, *Poder, Profissionalismo e ideologia: relações civis e militares em teoria - as variedades do controle civil in O soldado e o Estado - Teoria e Política das relações entre civis e militares*, Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

injunções ligadas à sociedade, que influenciam significativamente a atuação das forças armadas, e o controle político da mesma.

Retomando a questão sociológica, o militar de Huntington, portanto, é tanto mais profissional quanto mais restrito ao seu trabalho na caserna, distanciado da sociedade. Outra análise fundante do estudo de Forças Armadas e Sociedade é a de Morris Janowitz, que mostra o militar mais próximo à sociedade, recebendo suas influências, em *O soldado profissional*⁵². Esse autor apresenta a profissão militar como algo que se modifica com o tempo, tendendo a se assemelhar cada vez mais com a profissão civil, por causa do avanço tecnológico e, aliado a ele, o surgimento de especializações diversas.

Essas mudanças externas desencadearam uma modificação na estrutura militar, diminuindo o quantitativo de militares de combate e aumentando o quantitativo de ramos mais técnicos e de logística, contando também com o acréscimo de civis na força militar. É o que ele chamou de *civilization*. Na verdade, em ângulo diferente de Huntington, Janowitz considera que os militares refletem as tendências da sociedade em que estão inseridos. Sua constatação parte também das modificações ocorridas nas Forças Armadas norte-americanas, naquela época, mas que vieram a ocorrer, posteriormente, nas Forças Armadas de outros países, com a tecnificação dos aparelhos de guerra.

Modelo Institucional/Ocupacional

No ano de 1977, após o evento da guerra do Vietnã, com o desgaste do sistema militar norte-americano e conseqüente transformação da forma de recrutamento militar, com a

⁵² Morris Janowitz, *O soldado profissional*, São Paulo: GRD, 1967 (edição original - 1960).

adoção do serviço voluntário e profissional nas Forças Armadas norte-americanas (*All Volunteer Force* - Forças Totalmente Voluntárias - FTV), a relação militar-Estado começa a considerar o soldado de baixa patente, com a antítese Institucional/Ocupacional - I/O, que caracteriza os estilos que estruturam a vida militar, se mais próximos aos valores tradicionais do soldado de Patriotismo, Amor ao serviço, Dedicção (*Duty, Honor, Country*), caracterizados como Institucionais, ou se mais próximos aos valores das recompensas materiais, definido pelas injunções do mercado, mais comuns às atividades profissionais civis, e que interferem nas organizações militares. Segundo Moskos⁵³, a força militar, por necessidade de captar e preencher as vagas de soldados existentes, estaria se aproximando mais do mercado e se distanciando dos valores institucionais.

A tipologia I/O surge em momento de crise, de paralisia quanto à essência da organização militar, percebida por acadêmicos e veteranos militares norte-americanos. A razão que motivava o recrutamento de oficiais e soldados era cada vez menos clara, e essa terminologia começava a ser utilizada no vocabulário político nas discussões sobre a compensação do exército e sobre as forças voluntárias⁵⁴. Essa apreciação de Moskos pode ser considerada como uma análise mais isenta de matizes norte-americanos, apesar do momento em que foi elaborada.

Algumas análises afirmaram que Moskos nada mais fez do que ver de um outro ângulo o que Janowitz já havia feito, portanto, essa tipologia não acrescentaria muito à discussão no campo das relações civil-militares⁵⁵.

Entretanto, este trabalho deseja enfatizar que a causa do “efeito” ocupacional não é a mesma do que originou a *civilization*; a última foi originada pelo desenvolvimento e

⁵³ Charles Moskos, “From Institution to Occupation: Trends in Military Organization,” *Armed Forces and Society* 4, Fall 1977, p. 41-50. Também pode ser vista a descrição dessa tipologia em Charles Moskos, *La nueva organización militar: ¿Institucional, ocupacional o plural?*, in Bañon e Olmeda, op.cit, p. 140-154.

⁵⁴ Charles Moskos & Frank Wood, *Lo Militar: ¿Más que una profesión?* Madrid, Ministerio de Defensa, 1991, p. 27 (edição original: 1988).

⁵⁵ Morris Janowitz, *From Institutional to Occupational: The need for conceptual continuity*, *Armed Forces and Society*, N.4, 1977, p. 51-54.

especialização das forças armadas tecnologicamente; o efeito ocupacional foi determinado por mudanças de estruturação do modelo de forças armadas, enfim, motivada pelo soldado voluntário. Essa tipologia, criada por motivo da mudança do modelo de recrutamento, caracteriza a relevância dessa mudança, conferindo ao soldado de menor nível hierárquico maior consideração sociológica. Isto se evidencia também por ser esse novo soldado alvo de políticas que estruturam as forças militares, diferentemente dos tempos de recrutamento obrigatório.

Sobre essa característica da tipologia é fundamental ressaltar que aqui se abre a preocupação com a forma de recrutamento do soldado, ao mesmo tempo em que a do oficial: afinal, por que o oficial teria mais valores éticos e morais, de valor acentuado a defender a nação, portanto, valores institucionais, e o soldado ingressante na força valores mais ocupacionais? Será que os dois não seriam motivados por ambas as vertentes? Se o salário de um oficial for baixo, e ele não conseguir proporcionar o mínimo desejável à sua família, como seria ele motivado institucionalmente? O que diferencia os oficiais dos recrutas, nessa abordagem, a idade da incorporação à vida militar (do oficial costuma ser mais baixa), ou a forma como ocorre a socialização do indivíduo na instituição total⁵⁶?

Ao mesmo passo que se deve analisar qual é a representatividade da sociedade quanto ao público que ingressa como soldado, se menos representativo, por causa do voluntariado (a preocupação norte-americana é que haveria diferença racial - mais negros e hispânicos como soldados voluntários do que brancos, e diferença social - mais pessoas de nível sócio-econômico mais baixo⁵⁷), que quadros, que elementos da sociedade ingressam nas

⁵⁶ Erving Goffman, *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974. Agradeço a Miguel Mello e Silva, doutor em Psicologia pela Unicamp, pela lembrança e inclusão dessa discussão neste âmbito. Sobre a socialização militar, no Brasil, ver [Celso Castro](#), *O Espírito Militar - Um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, e Piero Camargo Leirner, *Meia-Volta, Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*, Rio de Janeiro/ São Paulo, FGV/FAPESP, 1997.. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

⁵⁷ Há indicações de que análises desse tipo podem estar equivocadas. Ver Russell Beland, e Curtis Gilroy, *The Reality of Our All-Volunteer Military*, *Washington Post*, Saturday, November 25, 2006; p. A21. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/11/24/AR2006112401103.html> Citando a parte que explicita a questão – “A recent study by Tim Kane of the Heritage Foundation -- which is consistent with our own analyses -- showed that the percentage of recruits coming from the highest-income Zip codes in the United States had increased steadily since 1999, while the percentage coming from the lowest-income Zip codes had declined. By

Forças Armadas como oficiais? O monitoramento dessas questões reflete como está posicionado o estamento militar, se está à margem, ou mais centralizado em relação às mais importantes carreiras nacionais⁵⁸.

Posteriormente, após as críticas, no ano de 1988 o referencial analítico construído por Moskos foi adaptado. Estruturando mais a tipologia, descrevendo profundamente o que seria Institucional e o que seria Ocupacional, e afirmando que a força militar não deveria se distanciar dos valores Institucionais, e que a tipologia somente servia de parâmetro balizador.

Assim sendo, agora, não mais se apresenta uma dicotomia e uma tendência, mas diferentes graus entre os dois extremos, que podem combinar-se sem que se perca o objetivo da eficácia militar. Sempre haverá a superposição das duas lógicas, e dependendo do momento que se vive, existirão tendências ou ocupacionais ou para a reinstitucionalização.

Essa tipologia foi aplicada em estruturas militares de vários países⁵⁹. Coincidentemente, todos os países que foram analisados têm tradição liberal democrática⁶⁰ e fazem parte de forças armadas consideradas mais modernas e eficazes.

O quadro abaixo retrata a tipologia Institucional/Ocupacional de Charles Moskos:

VARIÁVEL	INSTITUCIONAL	OCUPACIONAL
Legitimidade	Valores normativos	Economia de mercado
Papel /função	Difuso, generalista	Específico, especialista
Grupos de referência	"Vertical" Valores e prestígio interno às FFAA	"Horizontal" com os que têm o mesmo trabalho e salário, externo as FFAA
Atrativos para a convocação ao recrutamento	Qualidades de caráter; orientação, estilo de vida	Pagamento elevado, treinamento técnico

2005 high-income areas were producing five recruits for every three from low-income areas. At the same time, recruit quality, as measured by high school diploma rates and aptitude test scores, remained high". (Agradeço a Margareth Hayes o envio desse texto).

⁵⁸ Estudos que já trataram dessa relação do público que procura as carreiras militares são comuns, tais como Carvalho, José M. de 1985 'As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador', in Fausto, Boris (org.). História geral da civilização brasileira. 3ª ed., São Paulo, Difel, tomo III, vol. 9.

⁵⁹ Charles C. Moskos & Frank R. Wood, *Lo Militar: Más que una Profesión?*, Madrid: Ministerio de Defensa, 1991. (original: *The military: more than just a job?* escrito em 1988)

⁶⁰ Estados Unidos, Grã-Bretanha, a então Alemanha Ocidental, França, Austrália, Holanda, Grécia, Suíça, Israel. Na edição produzida em 1991 pelo Ministério da Defesa da Espanha, há um apêndice que aplica o referencial analítico às Forças Armadas da Espanha.

Avaliação de resultados	Holística e qualitativa	Segmentada e quantitativa
Bases de compensação	Pertencimento, Posto e antigüidade	Nível de destreza, conhecimento e atitudes, competência
Modo de compensação	Em espécie, simbólico. Convivência e dependência	Salário e incentivos. Independência social
Sistema legal	Justiça militar; recurso individual aos superiores; prioridade da organização	Jurisprudência civil; ação grupal (sindicato); Prioridade do interesse próprio
Papel da mulher	Emprego limitado; padrão de carreira restringido	Emprego amplo; modelo de carreira aberto
Cônjuge	Integrado na comunidade militar	Separado da comunidade militar
Residência	Trabalho e residência adjacentes; vilas militares; residência assegurada nas transferências	Separação do lugar de trabalho e da residência; permanência em moradias civis
Situação depois de finalizado o serviço	Subsídios de veteranos e preferências	Igual ao civil

Quadro 1 - Organização social militar: Institucional X Ocupacional

Fonte: Tabela 1. Organización social militar: institucional vs. ocupacional, p. 44, in MOSKOS, Charles, C., & WOOD, Frank R., *Lo Militar: Más que una Profesión ?* Madrid: Ministerio de Defensa, 1991.

Nessa nova demarcação observa-se que mesmo o oficial que segue a carreira combatente tanto quanto os militares de mais baixa patente que são contratados pode estar motivado por interesses de mercado ou institucionais.

Como referência a esse aspecto citado anteriormente, nos Estados Unidos a convocação de soldados voluntários atualmente usa um dístico institucional “*Be all you can be*”⁶¹, adaptado para atrair pessoas que tenham algo mais do que motivações puramente econômicas, embora seja possível imaginar que exista a necessidade de apresentar algo de compensável, em termos de remuneração, para o soldado que inicia a vida militar.

Isso tudo indica para mais uma possibilidade de análise, enfim, que motivações institucionais mantêm o homem na força militar, tal como o antigo (e moderno) dever republicano de ir à guerra, ou o desejo (hipermoderno) da aventura, da auto-superação e qual seria a influência da motivação inicial na estrutura e eficácia operacionais e de que maneira a socialização no meio militar modificaria a pessoa, com que vantagens.

⁶¹ “Seja tudo o que você pode ser”.

As características dessa tipologia estão voltadas às mudanças intrínsecas à relação do militar com a instituição, e a maior influência que exista do mercado (e sociedade) em relação ao caráter institucional da força militar. Vão à direção de um aprofundamento do estudo de Janowitz, são de base mais sociológica do que política, e abrangem fundamentalmente a questão da permeabilidade da instituição militar à realidade da sociedade em seu entorno, portanto, povo e exército, somente esses dois pólos do triângulo de Clausewitz, diferentemente da tipologia a seguir.

Pós-Modernismo Militar

Recentemente, em 2001, três reconhecidos pesquisadores de temas civil-militares estruturaram a tipologia do pós-modernismo militar. Numa obra organizada por Moskos, Segal e Williams⁶² que se torna referencial analítico atual nas relações Estado-Forças Armadas e Sociedade e tem influenciado as discussões mais contemporâneas⁶³. Esse novo trabalho foi alvo de estudo de caso de vários países, os quais foram analisados segundo o paradigma proposto.

O prelúdio – a Revolução nos Assuntos Militares

O pós-modernismo militar apresenta as modificações ocorridas em Forças Armadas mais influentes após a Guerra-Fria, caracterizando-as pelo termo *Revolution of Military Affairs* (Revolução nos Assuntos Militares - RAM). A RAM é um ideário baseado em mudanças tecnológicas e sociais, que provocaram mudanças na estratégia. Em consequência, a nova versão estratégica necessitaria de um militar adequado, que seria o militar pós-moderno. Seria a transformação da sociedade industrial para a sociedade em rede e, dentro da estrutura militar, do soldado industrial do exército de massa⁶⁴ ao soldado pós-

⁶² Charles C. Moskos, John Allen Williams, David R. Segal, *op cit.*

⁶³ Na verdade, o termo já havia sido cunhado por Moskos e Burk, em 1994, em Charles C. Moskos & James Burk, *The Postmodern Military*, in James Burk, *The Military in New Times*. Boulder, CO: Westview. 1994.

⁶⁴ John Ulrich Nef, *The Enlightenment and the Progress of War - The Citizen Soldier*, in *Western Civilization since the Renaissance - Peace, War, Industry and the Arts*, New York: Harper & Row, 1963, p. 303 a 315. Agradeço a Francisco Corrêa Martins, doutorando do Departamento de História da USP, por essa informação.

industrial do exército profissional⁶⁵. A visão segundo a RAM corresponde a um rompimento qualitativo com os padrões de combate da era Moderna⁶⁶. Conceitos anteriormente estabelecidos na estratégia militar, como a surpresa em combate, são contestados por esse pensamento ‘revolucionário’⁶⁷.

Explicitando um pouco o conceito, a Revolução nos Assuntos Militares tem três aspectos principais: o avanço da tecnologia; o fim do exército de massa e a aversão a perdas humanas.

O avanço da tecnologia no aparato militar bélico viabiliza a informação em rede, quase que instantaneamente, e da mesma forma possibilita o uso instantâneo da força. Essa interferência tecnológica já havia sido citada por Janowitz no seu livro seminal, só que ainda sem imaginar a sociedade da informação e as redes de conectividade.

O fim do exército de massa se deve à diminuição considerável de homens por quilômetro quadrado no campo de batalha, de milhares para centenas, proporcionada pela junção da tecnologia à estratégia apropriada, e pela necessidade de forças ágeis devido à rapidez com que os exércitos se postam para o combate⁶⁸ e a incerteza quanto ao inimigo.

A RAM ganha força após a chamada “guerra do Golfo”, em 1991, desfechada contra o Iraque, onde a superioridade de meios tecnológicos criou a possibilidade da guerra assimétrica, mais asséptica e virtual. Esses aspectos foram ainda mais estimulados pelo conflito do Kosovo, em 1999, onde a perda de vidas para os Estados Unidos quase inexistiu.

Como conduz Castels, as ‘guerras instantâneas’ fazem parte de uma estrutura dos países democráticos desenvolvidos (ou sociedades democráticas tecnologicamente desenvolvidas), que procuram tornar a guerra mais aceitável às suas sociedades, não

⁶⁵ Manuel Castells, O limiar do eterno - Guerras instantâneas, in *A sociedade em rede*, Paz e Terra, v. 1, 1999, p. 481 a 487. Agradeço a Sérgio Gomes, mestre em Pedagogia pela Universidade Mackenzie, pela informação.

⁶⁶ Armed Forces after the Cold War, in Charles C. Moskos, John Allen Willians, David R. Segal, *op cit.* p. 5.

⁶⁷ Margareth Daly Hayes, A História Militar e a Defesa no século XXI, in *I Simpósio Internacional NAIPE/USP de História Militar*, São Paulo, 02Ago1999.

⁶⁸ Coerente com esse pensamento analisa Mário César Flores, *Reflexões estratégicas - ilações para o Brasil*, Palestra na UFRGS em 23 jun. 2004, <http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/ar.art06.htm>, p. 7.

envolvendo cidadãos comuns em conflitos, só em situações excepcionais, devendo ser curta para que o consumo de recursos humanos e econômicos não seja elevado e constante, cirúrgica, e escondida da visão pública, com o espetáculo midiático⁶⁹ dos ataques perfeitos⁷⁰.

Mas a análise sociológica de Castells aprofunda a questão quando ele afirma que as “*guerras instantâneas, cirúrgicas e segregadas, com base na tecnologia são privilégio das nações tecnologicamente dominantes*”⁷¹. Outras guerras cruéis e lentas, estendem-se pelo globo terrestre. Afirma ainda que as diferentes temporalidades expressadas pelas diferentes realidades econômicas e tecnológicas só são conduzidas para a lógica dos conflitos ‘instantâneos’ quando algum conflito tradicional é incluído nos planos das potências mundiais⁷². Essa nova temporalidade na guerra caracteriza as formas de dominação do novo sistema, dentro de lógica excludente⁷³. Segundo essa visão, a RAM não é possível a todos, somente aos mais desenvolvidos econômica e tecnologicamente.

Entretanto, a contestação da RAM não é finalizada apenas pelos argumentos: a RAM começou a ser contestada quando aos ‘ataques cirúrgicos’ seguiram-se as operações militares no terreno, mostrando claramente que a rapidez cirúrgica não havia eliminado as resistências e nem ajudou a localizar o ‘grande agressor’ Osama Bin Laden. A reestruturação dos estados Afeganistão e Iraque se mostra totalmente inexequível, e as problemáticas enfrentadas pelos Estados Unidos colocam em cheque tal revolução militar.

Ao descrédito da condução político e militar soma-se o descrédito na perfeição da ‘guerra espetáculo’ e nos ideais democráticos norte-americanos, pelo fenômeno hipermoderno da mídia nas mãos das pessoas, com as transmissões das torturas em Abu Ghraib, por meio de filmagens de aparelhos celulares⁷⁴.

⁶⁹ A guerra como espetáculo, essa sim, pós-moderna.

⁷⁰ Manuel Castells, O limiar do eterno - Guerras instantâneas, in *A sociedade em rede*, Paz e Terra, v. 1, 1999, p. 481.

⁷¹ Idem, p. 484.

⁷² Idem, p. 485.

⁷³ Idem, p. 486.

⁷⁴ The Abu Ghraib Files, http://www.salon.com/news/abu_ghraib/2006/03/14/chapter_10/index.html.

Pós-Modernismo militar em si

O pós-modernismo militar foi descrito pelos seus idealizadores com mudanças paradigmáticas, identificadas por cinco características organizacionais fundamentais⁷⁵:

- 1 - Aumento da interpenetração (permeabilidade) das esferas civil e militar;
- 2 - Redução das diferenças de serviço, posto, e especialidades de combate e apoio;
- 3 - Mudança na missão de combate convencional (*war fighting*) para missões humanitárias de baixa intensidade e/ou missões policiais (*constabulary*), não tradicionalmente consideradas militares;
- 4 - Tendências ao multilateralismo, em ações multilaterais por meio de foras de coalizão sob os auspícios internacionais, ao invés de ações unilaterais;
- 5 - Internacionalização das forças militares.

Essas características indicam uma tendência, pós-moderna, de maior interdependência entre estados e menor nível de conflitos, tanto quanto à desvalorização do estado nacional e a valorização de ações multilaterais. A tipologia do militar pós-moderno se configura de acordo com características desenvolvidas dentro de três parâmetros alinhados a fases históricas, segundo o quadro que se segue:

ÁREA TEMÁTICA	PERÍODOS		
	MODERNO (ante-Guerra Fria) 1900-1945	MODERNO FINAL (Guerra Fria) 1945-1990	PÓS-MODERNO (pós-Guerra Fria) a partir de 1990
Ameaça percebida	Invasão inimiga	Guerra nuclear	Conflito subnacional ou sub-estatal
Definição de missão principal	Defesa do território pátrio	Apoio a aliança	Novas missões
Estrutura da força	Grandes efetivos; serviço militar obrigatório	Grandes efetivos profissionais	Pequenos efetivos profissionais
Perfil militar predominante (comandante)	Combatente ("guerreiro")	Gerenciador ou técnico	Politicamente apto ("estadista"/"culto")
Postura da opinião pública	Solidária	Ambivalente	Indiferente
Relacionamento com a mídia	Incorporada	Manipulada	Cortejada
Quadros civis (proporção quanto aos militares)	Componente reduzido	Componente mediano	Componente muito grande
Quadros femininos	Excluídos ou em unidades à parte	Integração parcial	Integração plena
Postura de cônjuges	Entrosamento pleno	Envolvimento parcial	Distanciamento

⁷⁵ Charles C. Moskos, John Allen Williams, David R. Segal, *op cit.* p. 275.

Homossexuais	Impedidos / punidos /expulsos	Afastados	Aceitos
Imperativo de consciência	Limitado ou vedado	Permitido rotineiramente	Absorvido em serviços civis

Quadro 2 - Forças Armadas em Três Eras

Fonte: Table 2.1, *Armed Forces in the Three Eras: The United States*, p. 15, in MOSKOS, Charles C., WILLIAMS, John Allen, Segal, David R., *The postmodern military: armed forces after the Cold War*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Mas, como já foi demarcado anteriormente, também nessa análise da sociologia militar há a ênfase no caso norte-americano, já que o capítulo que serve de referencial para o paradigma nascente estrutura-se nas forças armadas norte-americanas⁷⁶.

Corroborando com esta lógica, Margareth Hayes⁷⁷, afirmou que era difícil adequar forças armadas de outros países com a dos Estados Unidos nas operações expedicionárias combinadas junto da Organização do Tratado Atlântico Norte - OTAN, pela diferença do nível tecnológico e mentalidade de combate.

Então, parece surgir um padrão atual, incutido ou não, de formato de força armada, e que tem seu modelo, nas Forças Armadas dos Estados Unidos, possivelmente, na OTAN. Novamente, da mesma forma que na tipologia I/O, os países que foram analisados e discutidos representam países de tradição liberal-democrática⁷⁸, consoantes com as democracias ocidentais e, em sua maioria, partícipes da OTAN.

Portanto, uma questão de fácil percepção surge é se o padrão de militarismo pós-moderno é válido, como tipo sociológico. Ainda, se ele é abrangente a ponto de abarcar os países de menor nível tecnológico, ou de menor bem estar social distribuído pela população, de regime político não tão semelhante e fora do eixo América do Norte (Estados Unidos e Canadá) e Europa Ocidental⁷⁹. Essa questão é central, neste capítulo.

⁷⁶ Um dos capítulos iniciais da obra, que descreve o modelo, denomina-se *Toward a Postmodern Military: The United States as a Paradigm*. in Charles C. Moskos, John Allen Williams, David R. Segal, *op cit.* p. 14-31.

⁷⁷ Margareth Daly Hayes, *A História Militar e a Defesa no século XXI*, in *I Simpósio Internacional NAIPE/USP de História Militar*, São Paulo, 02Ago1999.

⁷⁸ Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, França, Austrália, Holanda, Suíça, Israel, Dinamarca, Itália, Canadá, Nova Zelândia, e África do Sul.

⁷⁹ Houve uma iniciativa de José Antonio Olmeda, do Instituto Universitário General Gutiérrez Mellado, da Espanha, de produzir uma obra conjunta que abrangesse países ibero-americanos: José Antonio Olmeda (Ed.) *Democracias frágeis. Las relaciones civiles-militares en el mundo iberoamericano* Valencia, Tirant lo Blanch, 2005, na qual participaram Samuel Alves Soares e Paulo Kuhlmann, escrevendo pelo Brasil, *Las relaciones civiles-*

Finalizando o livro que explicita a tipologia do pós-modernismo militar, John Allen Williams⁸⁰ identifica o objetivo do esforço acadêmico internacional conjunto que foi o de mostrar as mudanças nas missões militares (*military's role*) e seu relacionamento com as mudanças na sociedade bem como na conjuntura internacional.

Williams faz a análise da obra dos autores que escreveram sobre as forças armadas de seus países e afirma, quanto à validade do trabalho e das tipologias, que, embora existam diferenças, a direção é clara. Portanto, a tendência indicada pela tipologia é assim justificada, apesar de afirmar que o conceito de soberania nacional ainda permanece cheio de vigor.

Afirma que o estudo foi realizado totalmente nas democracias de estilo ocidental (*Western-style democracies*). Os países fora da Europa Ocidental e América do Norte (Austrália, Nova Zelândia, Israel, e África do Sul) são predominantemente Ocidentais na orientação. Quanto a outros estados do mundo em desenvolvimento (*developing world*), se há similaridades quanto ao padrão pós-moderno, ainda cabe especular⁸¹.

Apesar de nada científico e pouco analítico, afirma que sua expectativa é que outras nações se movam para a direção das características do pós-modernismo militar⁸².

Críticas ao Pós-Modernismo Militar

O modelo pós-moderno foi aplicado e é utilizado em aulas proporcionadas por David Segal, em curso sobre Forças Armadas e Sociedade, que solicita dos alunos aplicarem a tipologia em países diferentes das democracias ocidentais (*Western democracies*), portanto, como um modelo paradigmático das Forças Armadas de nossos dias⁸³.

militares en Brasil, p. 463 a 521.

⁸⁰ John Allen Williams, *The Postmodern Military Reconsidered*, in John Allen Williams, David R. Segal, *op cit.* p. 265 a 277.

⁸¹ Idem, p. 272.

⁸² Idem, p. 275.

⁸³ University of Mariland, Department of Sociology, Specialty Area: Military, Sociology 664 - Armed Forces and Society, Fall 2003, Prof David R. Segal, www.bsos.umd.edu/socy/grad/syllabi/socy664_f03_dsegal.doc

Entretanto, dois, dentre os três organizadores do livro, David Segal⁸⁴ e John Allen Williams⁸⁵ fazem críticas à referida tipologia; serão denominadas como críticas intra-sistema, nesse trabalho.

Além disso, mais recentemente, no painel dirigido por John Allen Williams realizado em Chicago, em outubro de 2005, no *Inter-University Seminar on Armed Forces and Society, 45th Anniversary Biennial International Conference*, denominado “*Theoretical and Empirical Challenges to the Postmodern military*”. Acadêmicos, na sua maioria, da Universidade de Bristol, apresentaram os seguintes trabalhos: Anthony Forster, “*A critique of Postmodern military thesis: the European challenge*”⁸⁶, Paul Higate & M. Henry, “*Theoretical Eclecticism in Postmodern Times: Using Space and Place to Challenge Militarization*”, Timothy Edmunds, “*Importing the Post-Modern Military: A Square Peg in a Round Hole?*”⁸⁷, Victoria Basham, “*Understandings of Equal Opportunities Among Members of Britain’s ‘Postmodern Military:’ The Intersection of Diversity and British Military Doctrine*”⁸⁸ e Rachel Woodward e Trish Winter, *Representing the British Soldier: an approach to the study of culture and identity in the mediated Armed Forces*.

Numa rápida abordagem, a análise de Segal critica o conceito de pós-modernismo militar, pela imprecisão do termo, com relação à sociologia, e com relação à dificuldade de se atrelá-lo ao momento histórico do Pós-guerra Fria; Williams constata a dificuldade de se manter os mesmos parâmetros após o ataque às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001, e relativiza algumas tendências apontadas no estudo inicial.

⁸⁴ Bradford Booth, Meyer Kestnbaum, and David R. Segal, “Are Post Cold War Militaries Postmodern?” *Armed Forces & Society* 27:319-342, <http://falcon.arts.cornell.edu/lsr32/articles/pdf337/militaries-postmodern.pdf>.

⁸⁵ John Allen Williams, *Civil-Military Relations in the Postmodern Era*, International Seminar: “Democracy, Multiculturalism, and Armed Forces: The Challenges of Human Security” La Paz, Bolivia, 25-26 March 2004 http://www.cda-acd.forces.gc.ca/bolivia/engraph/seminars/mar2004/papers/Williams_e.pdf.

⁸⁶ <http://www.btinternet.com/~anthony.forster4/IUS-Conference-2005.pdf>.

⁸⁷ Publicado posteriormente no jornal 'International Affairs', em nov. 2006. com o título '*What Are Armed Forces For? The Changing Nature of Military Roles in Europe*'.

⁸⁸ Em solicitação por e-mail, foi conseguido junto a esses acadêmicos os textos, exceto o de Victor Basham. Agradeço a gentileza desses pesquisadores da Universidade de Bristol.

Quanto às críticas dos acadêmicos britânicos – que serão denominadas de críticas extra-sistema – Anthony Forster analisa detidamente os parâmetros apresentados pelo pós-modernismo militar nos países da Europa, e não identifica um caminho único para os desafios do pós-guerra Fria, mas vários.

Timothy Edmunds, por sua vez, caracteriza os diversos tipos de missões que os militares costumam receber e quais os fatores que levam as forças armadas de cada país a ter determinado rol de missões, avaliando os motivos.

Victoria Basham, Rachel Woodward & Trish Winter abordam mais profundamente as questões de gênero e da diversidade sexual, afirmando que a integração plena das mulheres e a aceitação dos homossexuais está ainda longe de ser verificada.

1. Críticas ‘intra-sistema’ - Militar: Pós-Guerra Fria ou Pós-Moderno

Inicialmente, o próprio David Segal faz crítica contundente, indo à raiz do problema, analisando o que seria pós-modernismo e qual seria a possibilidade de existir o militar pós-moderno.

Inicialmente, Segal coloca em cheque a idéia de que todo o globo está vivendo o pós-Guerra Fria. Considera que esse ‘estado’ é regional, não sendo a realidade da Coreia do Norte e países adjacentes⁸⁹.

David Segal mostra que a divisão estruturada por faixas de tempo, atrelando o pós-modernismo militar ao pós Guerra fria se mostra inconveniente, porque o pós-modernismo não tem necessariamente ligação teórica sociológica que sustente esse argumento.

Nesse passo, ele passa a designar de soldado pós-Guerra Fria, ao invés de soldado pós-moderno, o que é mais coerente, porque estabelece vínculo com uma situação estratégica definida historicamente, de mudança mundial.

⁸⁹ Segal, p. 338, nota 2.

Além dessa discussão anterior, existe a condição pós-moderna, e o pós-modernismo, que se caracterizam diferentemente. Segal et all afirmam que existe, na verdade, um militar pós Guerra fria numa sociedade pós-moderna.

Em seguida, ele afirma que o soldado não pode ser pós-moderno, por ter ligação intrínseca com o Estado, instituição e inerentemente moderna, e por defender valores da metanarrativa da Pátria, e com a Defesa do território, que não pode ser deixada de lado, nem no “período” pós-moderno.

O trabalho de Segal pode ser considerado de profundidade acadêmica e analítica, pois resgata a condição moderna das forças armadas antes mesmo de ocorrer o fatídico ataque às Torres Gêmeas. Afirma ainda que a defesa do território não pode ser negligenciada, ainda que no período pós Guerra fria.

A desestruturação do mundo encantado

Por sua vez, já após 11 de setembro de 2001, no ataque às Torres Gêmeas caracterizado como nova linha divisória nas relações internacionais, John Allen Willians, em 2004, considerando essa linha divisória, traduz mudança radical no paradigma do pós-modernismo militar, praticamente reconstruindo o referencial analítico, criando uma tipologia específica⁹⁰:

Williams não denomina mais os militares de pós-modernos, já que em si mesmos os militares não são pós-modernos, ainda que apresentem maiores ou menores tendências em relação ao pós-modernismo. Ele muda o termo e os chama, mais precisamente, de ‘militares em sociedade pós-moderna’⁹¹.

Afirma ainda que as missões tradicionais não deixaram de existir, como parece sugerir a tipologia do pós-modernismo militar, mas a ênfase modificou-se.

⁹⁰ John Allen Willians, op cit.

⁹¹ Idem, p.2.

Além disso, que a necessidade de líderes combatentes e administradores permanece, apesar de surgirem necessidades de novas características nos militares atuais devido às complexidades contemporâneas.

As mudanças não são tão radicais como propõe a tipologia, nem mesmo nos países estudados. Williams aponta, de forma geral quanto às mudanças envolvendo a sociedade como mudanças ainda em curso. Por exemplo, quanto à integração de mulheres e de homossexuais, ele diminui a ênfase excessiva do modelo pós-moderno de integração plena das mulheres e da aceitação de homossexuais.

Movido pelo impacto de 11 de setembro, Williams resolve estender a análise e criar nova tipologia, o que, de certa forma, descaracteriza a sistematização da tipologia anterior e suas divisões históricas. De fato, ou a tipologia não deu conta de sistematizar uma tendência geral, se é que ela existe, ou a queda das Torres Gêmeas foi fator histórico que resultou em retrocesso, do pós-modernismo militar ao modernismo.

Apesar da análise favorável que o autor faz da aceitação e apreciação pública dos eventos por causa das vitórias iniciais no Afeganistão e no Iraque, ele apresenta um retorno ao ‘estado de segurança’ movida pela possibilidade de ameaça de ataques terroristas.

De fato, o futuro agradável e colorido, o ‘Narciso Triunfante’⁹², previsto pelo pós-modernismo, estendido aos militares pela tipologia pós-moderna, define e dá lugar ao futuro incerto e cinzento do ‘Narciso Inquieto’⁹³ do hipermodernismo. Não há mais luz no fim da História.

Assim, o Hiperestado, travestido de modelo de forças armadas pós-modernas, que realiza intervenções humanitárias, retira sua pele de cordeiro e revela sua natureza desrespeitando os Direitos Humanos em Abu Ghraib e Guantânamo, em prol das razões de estado, aquilo que teoricamente condena em Estados autoritários, quando utilizam forças

⁹² Expressão de Gilles Lipovetski para indicar a sensação do momento pós-moderno.

⁹³ Expressão de Gilles Lipovetski para indicar a sensação do momento hipermoderno.

armadas e polícias na defesa interna, extrapolando e ofendendo os limites democráticos. O escopo (ou escala) é diferente, mas a transgressão do valor é a mesma.

Na nova tipologia de Williams, *‘Postmodern II – Armed Forces in the Security State’* (que poderia denominar-se ‘Forças Armadas em Tempos Hipermodernos’), os *Western democracy states* tem como primeira ameaça o terrorismo em níveis variados de atuação, e a força militar, “pequena” (no caso dos Estados Unidos), é aumentada pela força de reserva integrada, para suprir a necessidade de mais combatentes para o conflito no Iraque que se estende mais do que desejado pelo governo norte-americano. Há até discussões para o retorno do serviço militar obrigatório, que não se configura como hipótese viável.

O foco da Defesa retorna à Defesa Territorial. Não parece ser possível verificar diferença relevante entre a tipologia do período moderno - Defense of Homeland, para a do Pós-moderno II - Homeland Security, a não ser nas formas de ação. Entretanto, até o momento, as ações estratégicas fortaleceram o combate militar tradicional, principalmente no Afeganistão e no Iraque, contrariando pensadores das relações internacionais que criam ser o combate tradicional inviável e problemático para o combate ao terrorismo, com a desvantagem adicional de aumentar o desgaste nas relações entre estados antes de pensamento coincidente.

Apesar da crítica no texto de que o líder combatente e o administrador técnico ainda são importantes, Williams somente acrescenta aos *soldier statesman* e *soldier scholar*, na tabela, o *soldier policeman*, sem retornar os anteriores. Portanto, a formação militar, segundo esse pensador, deverá enfatizar o soldado estadista e o soldado intelectual, somado ao soldado policial.

Uma crítica freqüente à dominação norte-americana no continente é o desejo de que as forças armadas dos outros países se voltem à repressão de problemas internos, tornando-se forças armadas policiais.

A atitude popular com relação às forças armadas é tão inconstante que não parece permitir a criação de variável que mude a relação entre forças armadas e opinião pública, segundo análise pessoal.

Um exemplo nítido são os Estados Unidos, que conforme o tempo a opinião popular modificou-se de acordo com os acontecimentos e os períodos, isso em dias recentes.

De indiferente, antes do atentado às Torres Gêmeas (segundo a tipologia original), Williams propõe que após o 11 de setembro passa a ser de apoio, entretanto, desconfiado (A impressão é que a indignação e comoção social pelo atentado foi grande e de apoio ao governo, mas o combate no Iraque contava com apoio e rejeição, ao mesmo tempo). Hoje, na verdade, grande parte da população não apóia as ações militares no Iraque, apesar de os militares não estarem sendo hostilizados como na guerra do Vietnã. Da mesma forma a mídia, que pode ter atuação de certa forma autônoma, se moverá conforme se apresentem as situações causadoras de conflito.

Quanto à conscrição, Williams afirma que, ironicamente, o movimento para acabar com a conscrição pode ser revertido, ao menos nos Estados Unidos, após a vitória militar no Iraque se seguiu à inabilidade em estabilizar o país. Cita que aumentou a discussão pública quanto à necessidade de alguma forma de serviço militar compulsório, ao menos como serviço civil.

Surpreendentemente, Williams afirma que os estudos do pós-modernismo militar foram conduzidos nas *Western democracies*, e parecia que era esse seu ponto de vista, ou seja, o estudo se aplicava somente a elas, apesar do desejo de que a tipologia fosse encontrada em outros países. Entretanto, nessa tipologia atualizada, acredita que o estudo pode ser aplicado em outras nações em outras localidades geográficas⁹⁴. Após considerações quanto às similaridades das nações e a necessidade das forças armadas de adequarem-se às sociedades e

⁹⁴ John Allen Williams, op cit, p. 7/8 - “*The question arises whether the results of this study, conducted among Western democracies, are applicable to militaries in different geographical locations or belonging to nations at different levels of political and social development. We argued that they apply. [...] they also face the threat of terrorist attack*”.

acomodarem-se às diversidades sociais, aponta a ameaça terrorista como generalizada no mundo.

A questão da ameaça terrorista generalizada deve ser observada com certo rigor e distanciamento, já que diversos países já viviam a ameaça terrorista desde bem antes de 11 de setembro (exemplos disso são Espanha, Reino Unido, Israel, dentre outros). O que se aponta como ameaça terrorista generalizada trata-se de ameaça oriunda de grupos extremistas muçulmanos, o que é bastante problemático, por se entender que há coesão entre os grupos extremistas muçulmanos quanto a suas ações e objetivos.

VARIÁVEIS	PERÍODOS	
	PÓS-MODERNO I 1990 - 2001	PÓS-MODERNO II 2001-?
Ameaça percebida	Conflito subnacional (ex: violência étnica, terrorismo)	Subnacional <i>Transnacional</i> <i>Internacional</i> <i>(ameaça terrorista em cada nível)</i>
Definição de missão principal	Novas missões (ex: manutenção de paz, humanitárias)	<i>Defesa do território</i> <i>Suporte militar para a autoridade civil</i> Novas missões (manutenção de paz, humanitárias) <i>Combate intensivo</i>
Estrutura da força	Pequenos efetivos profissionais	Pequenos efetivos profissionais <i>Força de reserva integrada</i>
Estrutura Burocrática Nova tipologia	Hierárquica	Achatamento hierárquico
Perfil militar predominante (comandante)	Soldado estadista Soldado acadêmico	Soldado estadista Soldado acadêmico Soldado policial
Postura da opinião pública	Indiferente	Apoio (Solidária) Desconfiando?
Relacionamento com a mídia	Cortejada	Cooptada
Quadros civis (proporção quanto aos militares)	Componente muito grande	Integrado (operações e apoio) Privatização de funções

Quadros femininos	Integração plena	Integração plena (?) (não ao final do período)
Postura de cônjuges	Distanciamento	Integradas
Homossexuais	Aceitos	Tolerados, então aceitos (não: tolerados)
Imperativo de consciência	Absorvido em serviços civis	Absorvido em serviços civis (Retorno da conscrição?) (não ao final do período)

Quadro 3 - Forças Armadas em “Estado De Segurança”

Modelo **Pós-Moderno I** - Charles C. Moskos, John Allen Williams, and David R. Segal, eds., *The Postmodern Military: Armed Forces After the Cold War* (New York: Oxford University Press, 2000).

Modelo **Pós-Moderno II** - adaptado por John Allen Williams.)

2. Críticas ‘extra-sistema’ - Não há direção única na Europa

Tanto Timothy Edmunds como Anthony Forster esgarçam o modelo do militar pós-moderno.

Apesar de o paradigma analítico do pós-modernismo militar ter sido verificado em 13 países, Forster identifica problemas na escolha⁹⁵.

Edmunds faz uma análise voltada aos diversos tipos de missões que são atribuídas aos militares, e questiona se é a natureza das ameaças que tem impulsionado as mudanças ou se as novas missões tem emergido em consequência de influências domésticas e sócio-políticas internacionais.

Afirma que algumas tendências têm particular importância: o declínio da significância da defesa do território, o crescimento do modelo profissional, de acordo com o

⁹⁵ Anthony Forster, op. cit., nota 1, p. 14, “Moskos et al explore 7 European states (Denmark, France, Germany, Italy, Netherlands, Switzerland and the UK, alongside Australia, Canada, Israel, New Zealand, South Africa and the US) which also allows exploration of the different conclusions that can be reached on the basis of a ‘most different’ methodology. The authors are well aware of the problem and selection bias and reliance on the US is discussed in chapters by Moskos and Williams”. Moskos et al explora 7 estados europeus (Dinamarca, França, Alemanha, Itália, Países Baixos, Suíça e o Reino Unido, ao lado Austrália, Canadá, Israel, nova Zelândia, África do Sul e os EUA) que também permite exploração das conclusões diferentes que pode ser alcançada por uma metodologia “bem diferente”. Os autores estão bem cientes do problema e seleção induzida e confiança nos EUA está discutida em capítulos por Moskos e Williams

modelo de forças armadas modernas – pequenas (enxutas), ágeis, de estrutura altamente flexível; os novos desafios de segurança, como o terrorismo, o tráfico de drogas, e a imigração ilegal; e a natureza das ameaças, que podem ter influência internacionais ou domésticas.

Apesar da freqüente sistematização de que as forças armadas organizam-se para a defesa em combate de guerras inter-estatais, existem diversas missões que podem ser atribuídas aos militares, e isso desde antes do pós-Guerra fria, tal como as guerras expedicionárias de projeção de poder, a defesa interna, mais comum ao Terceiro Mundo, a construção da nação (*nation building*), que pode ir desde a assistência a catástrofes, passando pelo apoio médico a populações em regiões inóspitas, chegando ao conceito de escola da nação, por meio do serviço militar.

Para Edmunds a onipresença do pós-Guerra Fria e do pós 9/11, necessariamente, não se configura em todo o globo terrestre; entretanto, para diversos países o fim da Guerra Fria levou à reconsideração de propósitos. Houve a ênfase de novas tarefas, ou pelo menos a re-enfatização de tarefas, já que as missões de paz existiam desde a década de 1940, por exemplo.

A reinterpretação das tarefas modificou-se, ou reinterpretou-se, em resposta ao conflito civil e a desordem, principalmente nos países/sociedades pós-conflito, que possuem uma grande quantidade de organizações militares – forças para militares, milícias, forças mercenárias e gangues criminosas. Os conceitos tradicionais do profissionalismo militar, nesses contextos, não são apropriados, já que não há o monopólio da violência.

Os ataques terroristas de 11 de setembro e a subsequente ‘guerra ao terror’ causaram grande impacto nas missões das forças armadas européias, com a modificação e reforma do setor de segurança. A ‘guerra ao terror’ trouxe o desafio à instituição militar, questionando a posição principal da força armada com relação à ameaça externa ao estado.

Outros elementos do setor de segurança, tais como a polícia e agências de inteligência – possuem mais condições de prestar apoio do que as forças armadas.

Várias nações na Europa, pós-autoritárias e fragilizadas pela guerra, tem sofrido reformas no setor de segurança, com o fortalecimento das organizações regionais de segurança – como a OTAN, a democratização européia e o fortalecimento das missões de paz. Entretanto, há diversos desafios e formas diferentes de lidar com a questão.

Forster afirma que é falso o universalismo proposto pela tipologia do pós-modernismo militar, que não há modelo único de forças armadas e que a direção das mudanças nem sempre é clara, havendo uma variedade de problemáticas que ultrapassam a chave proposta pelo modelo do pós-modernismo militar.

Os fatores que direcionam os diversos modelos de forças armadas são influenciados pelos fatores históricos e sócio-culturais, a localização geográfica e a riqueza do Estado, bem como o nível de autonomia dos militares em relação ao aparelho estatal podem fazer com que ocorra a resistência a mudanças.

A permeabilidade das forças armadas deve ser considerada, não só pela resistência a mudanças, mas pela forma como as mudanças se processam, de forma imposta pelo Estado, ou por política liberal oriunda de dentro do estamento militar.

O modelo de forças armadas pode configurar-se de várias formas: expedicionárias de combate, defesa territorial, modernidade tardia, e pós-neutras.

Segundo Edmunds, alguns países, por exemplo, tem se organizado como **forças expedicionárias de combate**, que significariam o mais alto nível de capacidade estratégica. Os países que assim se conseguem organizar, agindo de forma global contra ameaças distantes de seus territórios, acabam por se tornarem em forças voluntárias e profissionais. Forster afirma que o custo dessa estrutura, não só humana, mas tecnológica, é bastante alto, e

poucos países podem empreendê-la. São forças mais levemente armadas, e tem por objetivo a projeção de poder.

Entretanto, Forster argumenta que ainda que alguns países se estruturarem como forças expedicionárias de combate, as ações expedicionárias envolvem pequena parte de seus efetivos, sendo o restante para a manutenção da estrutura de defesa nacional. Além do que haveria um desgaste econômico, político e social permanecer com estruturas em combate por longo tempo, fora do território.

Outros países têm modificado sua estrutura militar, ainda que não sejam forças capazes de missões expedicionárias de combate, sem a capacidade de projeção de poder, mas, debaixo do guarda-chuva da OTAN, organizam-se de forma semelhante, cumprindo missões de manutenção de paz. Outros países mantêm suas estruturas antigas – conscrição e exército de massa – mas executam missões de manutenção de paz com seu efetivo profissional, buscando aprimorar seus quadros, tornando-os mais flexíveis. Os países que atual dessa forma dual de compromisso são caracterizados por Forster como de **Tardo-Modernas** (*Late Modern*).

Edmunds afirma que países que possuem ameaças externas conhecidas, como Grécia e Turquia, permanecem com a defesa territorial como elemento chave de sua estruturação. Para Forster, países organizados com essa estrutura são os de **Defesa Territorial**. São armadas pesadamente e mantêm o serviço obrigatório.

Os países de estrutura **pós-neutra** têm forças baseadas em milícias, baixo espectro de atuação e limitadas condições de participar em missões internacionais.

Outros países, com a dissipação da ameaça regular externa, encontram-se rodeados por fontes de ameaça primárias, como o crime organizado, o declínio econômico e o terrorismo.

Segundo Edmunds, as missões de defesa interna e de construção nacional sempre conflitarão com as prioridades da defesa nacional, e a adequação das estruturas nem sempre é simples.

Portanto, a organização das forças armadas é diversa, e diversa também as ameaças e missões, por vezes históricas e culturais, que cada força militar se atribui. Para o caso da Europa, tanto Forster como Edmunds desqualificam o caminho único do modelo do militar pós-moderno.

Gênero e Diversidade Sexual

A mulher nas Forças Armadas

Essas questões são analisadas por Victoria Basham e Rachel Woodward & Trish Winter⁹⁶. As observações iniciam por dois questionamentos importantes: o primeiro seria que, numa tipologia abrangente, todas as questões que dão origem à discriminação deveriam ser abordadas, não são só as de gênero e orientação sexual, mas de raça e religião, dentre outras; o segundo é que descrever as questões relativas à orientação sexual classificando unicamente como de homossexualidade é restringir a amplitude da diversidade sexual, já que, no geral, a palavra ‘homossexual’ é comumente utilizada mais para a orientação homoerótica masculina, o que não deixa de ser outro tipo de discriminação⁹⁷. De certa forma, desconsidera o universo diverso da sexualidade, que faz parte da luta por aceitação dos ativistas (homossexuais (gays), lésbicas, bissexuais, transexuais e transgênero).

⁹⁶ Victoria Basham, Understandings of Equal Opportunities Among Members of Britain’s ‘Postmodern Military:’ The Intersection of Diversity and British Military Doctrine, e Rachel Woodward, & Trish Winter, Representing the British Soldier: an approach to the study of culture and identity in the mediated Armed Forces, *Theoretical and Empirical Challenges to the Postmodern military - Inter-University Seminar on Armed Forces and Society*, 45th Anniversary Biennial International Conference. Chicago, outubro de 2005.

⁹⁷ Victoria Basham, op. cit, nota 6, p. 21.

O estudo de Woodward & Winter foca a análise de como a mulher militar é vista nas forças armadas e na sociedade britânicas por meio de entrevistas com militares e nas representações de jornais de circulação nacional. Com esse foco britânico, elas observam que, no geral, a presença da mulher nas forças armadas é vista como fator disruptivo, pela propensão a quebra dos códigos de conduta militares, pela conduta sexual desregrada, que causa desagregação e desestabilização na união e na corporação. São vistas como sexualmente descontroladas, e que acabam por atrapalhar a efetividade operacional⁹⁸.

Essa visão discrimina o sexo feminino como desregrado e disruptivo, não considerando a pessoa que transgride, certamente fechando os olhos às questões do desregramento masculino que se referem ao abuso sexual e a falta de capacidade de separar características funcionais das sexuais. Além disso, costumeiramente, um homem que transgride nessa área é visto, ao menos na cultura latino-americana, como virtuoso; uma mulher que transgride já é desabonada pela sua conduta, que contamina sua qualidade profissional, o que não ocorre, geralmente, com os homens.

Outra representação predominante no discurso referente à mulher militar na sociedade e no âmbito das forças armadas britânicas é como *Tomboy* (segundo a Wikipedia - *uma garota que se comporta de acordo com o papel do gênero masculino, seja vestindo roupas unissex, se interessando em assuntos ditos tipicamente "masculinos", ou fazendo parte de um grupo de amizades predominantemente masculinas*⁹⁹).

Segundo as autoras, *Tomboy*, além de ser uma mulher que se interessa pelas atividades masculinas, gosta de esportes radicais se veste praticamente como homem, ainda assim é um homem pela metade, ou, como descrito por elas, um homem incompleto: sua capacidade física fica sempre aquém das necessidades, não sendo capaz de cumprir missões

⁹⁸ Rachel Woodward, & Trish Winter, op. cit, p. 6 e 7.

⁹⁹ Tomboy, Disponível em <http://www.verbeat.org/blogs/fer/arquivos/2006/02/tomboy_1.html> e em <<http://en.wikipedia.org/wiki/Tomboy>>. Acesso em 21 Nov. 2006.

efetivamente de combate¹⁰⁰. Mulheres militares britânicas entrevistadas respondem que sempre se sentem chegadas com relação às suas capacidades e sempre tem que provar que possuem competência de cumprir bem seu papel, simplesmente por serem mulheres, o que é bastante desgastante¹⁰¹.

Analisando a representatividade das mulheres nas forças armadas, não quanto à representação discursiva, mas efetivamente, o estudo de Foster faz dois tipos de análise em relação às mulheres: percentualmente, em relação à força de trabalho feminina na sociedade, e qual o maior posto alcançado, em oito países europeus. Ele demonstra que as mulheres ainda estão longe de estarem representadas nas forças armadas em similaridade como o estão inseridas nas sociedades. O país onde estão mais inseridas é a França, com 12,79% de representatividade nas forças armadas e 45% na sociedade, como força de trabalho¹⁰².

Portanto, de acordo com estudos mais fundamentados quanto à questão de gênero, a integração plena a que tenta delimitar o paradigma do pós-modernismo militar está longe de ter sido atingida, tanto em percentuais, como em aceitação da mulher, socialmente.

Buscando realizar análise com relação a esses aspectos no Cone Sul, se pode observar tanto a forma de representação discursiva e social nas revistas e documentos militares como o percentual efetivo de representação.

Orientação Sexual

A questão da orientação sexual já é apontada por Williams, no seu estudo após o atentado de 11 de setembro, onde ele coloca que não há aceitação da diversidade sexual (ou dos homossexuais), eles são, na verdade, tolerados.

¹⁰⁰ Rachel Woodward, & Trish Winter, op. cit, p. 8 e 9. O argumento da efetividade operacional é analisado por Victoria Basham, op. cit, p. 9, que diz ser esse o argumento 'formalmente' utilizado para desqualificar a mulher.

¹⁰¹ Victoria Basham, op. cit, p. 13.

¹⁰² Table 5 - Policies and representation of Women in selected European Armed Forces 2004, in Anthony Forster, *A critique of Postmodern military thesis: the European challenge*, <http://www.btinternet.com/~anthony.forster4/IUS-Conference-2005.pdf>, *Theoretical and Empirical Challenges to the Postmodern military - Inter-University Seminar on Armed Forces and Society, 45th Anniversary Biennial International Conference. Chicago, outubro de 2005.*

Victoria Basham, entretanto, procura sair da verificação macro e ir para a observação mais aproximada; afirma a pesquisadora que somente 100 pessoas nas forças armadas britânicas são abertamente *gays*¹⁰³; de fato, a diversidade sexual está longe de ser aceita, mesmo nos países de democracia consolidada e de sociedades avançadas. Provavelmente a porosidade institucional militar na América Latina aos direitos civis, nessa área, seja ainda menor.

Pós-Modernismo na América Latina e Brasil

América Latina

Na América Latina, Garcia¹⁰⁴ realiza uma análise da formação dos exércitos na América Latina, seu envolvimento político e sua influência na conformação das sociedades latinoamericanas, caracterizando as grandes diferenças com relação às democracias ocidentais consideradas na análise de Moskos *et all* (2000).

A respeito da influência na formação militar, houve em toda a América Latina a influência de países Europeus na formação de exércitos da região, tais como Espanha (durante o período colonial), Alemanha, França e Inglaterra (principalmente nas forças navais)¹⁰⁵. O Chile influenciou em vários países, sendo reconhecido como transmissor do prussianismo a diversos exércitos (Colômbia, Venezuela, Equador, El Salvador e Honduras). Na segunda metade do Séc. XX, houve a influência militar dos Estados Unidos praticamente em toda a região.

¹⁰³ Victoria Basham, op. cit, p. 17.

¹⁰⁴ GARCIA, Jaime, El militar Postmoderno en America Latina, *Security and Defense Studies Review*, vol. 2, summer 2002.

¹⁰⁵ Especificamente no Brasil, a presença francesa foi marcante no Exército Brasileiro nas décadas de 1920 e 1930.

Quanto à herança histórica, os militares da América Latina adotaram papel muito além do notadamente militar, controlando áreas da Defesa, política, educação e desenvolvimento. Os “pais da pátria” tiveram profunda identificação com os militares, sendo militares antes de assumir o governo, ou abraçaram a carreira militar logo após a assunção. De forma geral, foram protagonistas ativos na formação das repúblicas, surgindo dessa interferência um republicanismo autoritário.

Esses sistemas políticos autoritários tinham determinadas características, tais como presidencialismo forte, exércitos próximos ao poder presidencial, cidadãos passivos e mais receptivos do que participativos, com grandes diferenças entre as elites e o povo. Esses exércitos conservadores constituíam-se em fatores ordenadores da sociedade.

No período da Guerra Fria, houve a deterioração política, econômica e social dos governos militares, o que acabou por proporcionar a derrocada dos regimes autoritários. Entretanto, a herança histórica incutiu mentalidades mais autoritárias e conservadoras do que nos países das democracias ocidentais.

Após esse desenho histórico da formação, constituição e características das forças militares na América Latina, Garcia reconhece que o ritmo de evolução das organizações militares não é o mesmo que o dos Estados Unidos, Canadá e Europa Ocidental, entretanto tem sido influenciado pelas mudanças ocorridas nesses países ocidentais, buscando incorporar novas tecnologias e aceitar “novas missões”.

Garcia aponta para a necessidade de flexibilizar o conservadorismo militar latino-americano herdado historicamente. O militar da pós-modernidade na América Latina deve ampliar a interpretação dos valores militares (patriotismo, valentia e honra), deixando de considerar-se como a expressão maior de sua sociedade. Essa flexibilização pode ser obtida por meio da maior integração dos estudos militares com universidades civis, proporcionando a ida dos militares a universidades, buscando a interação e confrontação de pontos de vista.

Quanto à **estrutura da força**, há estrita relação com a mudança estratégica, o que alterará necessariamente a mentalidade profissional militar.

A estruturação industrial moderna do exército de massa, que induzia à clássica Clausewitziana da destruição de forças militares e ocupação de território, dá lugar a uma estrutura de forças de deslocamento rápido, comandadas por profissional sem formalidades engessadoras no exercício de sua profissão, com maior nível tecnológico, mais flexível, dinâmico e rápido, que visa a destruição de sistemas de comando e controle do adversário.

A ampliação/diversificação do rol de missões militares induz à necessidade de operações combinadas com outras forças militares de outros países, o que impacta a visão tradicional nacionalista, flexibilizando a ligação com o território e com a valentia heróica. A atuação internacional delimita novas fronteiras e novos símbolos, agora virtuais, e a valentia, nesse novo contexto, exige maior racionalismo e se baseia na legitimidade do conflito. Como o dever assume conotação jurídica, o oficial deve ser formado conhecendo tratados e acordos internacionais, aos quais deve ser instado a cumprir.

Portanto a ênfase de Garcia na necessidade de alterar a formação militar segundo algumas características do modelo militar pós-moderno se faz para que seja possível estruturar um militar apto e atualizado à pós-modernidade.

Na realidade, Garcia verifica que a tradição sócio-cultural da América Latina é bastante diferenciada do 'padrão pós-moderno', ou seja, de democracia liberal consolidada. Isto dificulta a flexibilização e adaptação da estrutura e do pensamento militares.

Garcia faz proposta de necessidade de flexibilização de conceitos, tal como o nacionalismo visto mais ao longe, além-fronteiras, nas missões internacionais, das estruturas militares, com a composição de forças de ação rápidas, respondendo às incertezas e à necessária instantaneidade das ações pela rapidez com que se instauram os conflitos contemporaneamente, e da formação dos militares, tornando-os mais aptos a cumprir missões

diversificadas. Sua indicação é ao mesmo tempo racional, tentando verificar o que há de necessário no modelo militar pós-moderno que é necessário adaptar nos países abaixo da linha do Equador, e minimalista, por não questionar a integralidade do conceito do pós-modernismo militar e suas reais intenções.

Brasil

Uma análise do padrão pós-moderno em relação ao Brasil foi realizada por Côrtes¹⁰⁶, ainda que mais prescritiva e menos analítica.

Côrtes afirma que a 3ª Revolução Industrial afetou as forças armadas dos países semi-desenvolvidos, em graus diferentes de amplitude e velocidade.

O fato de não haver inimigo claramente delimitado dificulta a mobilização social com o propósito de estabelecer uma política de Defesa Nacional no mundo pós Guerra Fria. Entretanto, o que deve mover uma nação não são seus inimigos, que se modificam historicamente, mas os interesses nacionais, que são perenes. Segundo Côrtes, os interesses nacionais e a ameaça a eles é que devem moldar a estruturação da Defesa.

Côrtes vê com desconfiança as proposições de “novas missões” estipuladas pelas grandes potências aos países semi-desenvolvidos, fornecendo a estes característica policialesca, enquanto os países desenvolvidos adquirem cada vez mais estratégia intervencionista.

Pode-se afirmar, portanto, que sempre haverá a intenção de países com expressividade no cenário internacional exercerem influência e utilizarem-se de alguma forma para induzirem o uso das forças armadas de países semi-desenvolvidos segundo seus interesses, que não os interesses soberanos. Por esse motivo cabe ao país em questão, no caso o Brasil, saber avaliar o que é propriamente interesse nacional e o que é imposição exógena.

¹⁰⁶ Marco Henrique C. Côrtes, A Defesa Nacional diante do Pós-Modernismo Militar, *Revista da Escola Superior de Guerra*, nº 40, 2001, p. 18-47.

Aparentemente contraditório, Côrtes afirma que a solução para não ser conduzido por interesses que não os do Brasil é procurar cada vez mais realizar mudanças de acordo com o paradigma pós-moderno, com relação à estruturação da força. Para isso ele realiza a comparação da análise dos paradigmas pós-modernos com a condição das forças armadas brasileiras, que se conformam de acordo com o quadro abaixo:

ÁREA TEMÁTICA	PERÍODOS		
	MODERNO (ante-Guerra Fria) 1900-1945	MODERNO FINAL (Guerra Fria) 1945-1990	PÓS-MODERNO (pós-Guerra Fria) a partir de 1990
Ameaça percebida	Invasão inimiga	<i>Invasão inimiga (até 1982) Violação de fronteira</i>	Conflito subnacional ou sub-estatal <i>(contexto próprio)</i>
Definição de missão principal	Defesa do território pátrio; apoio à aliança[42-45]	<i>Defesa do território pátrio; missões de paz</i>	<i>Vigilância e proteção de fronteiras/espço aéreo; dissuasão estratégica, novas missões</i>
Estrutura da força	Grandes efetivos; serviço militar obrigatório	<i>Grandes efetivos; serviço militar obrigatório</i>	<i>Grandes efetivos; serviço militar obrigatório</i>
Perfil militar predominante (comandante)	Combatente ("guerreiro"), <i>parcialmente politizado</i>	Combatente ("guerreiro"), <i>parcialmente politizado [até 1988]</i>	Politicamente <i>independente, com ampliação cultural</i>
Postura da opinião pública	Solidária	Ambivalente <i>[até 1954]; Polarizada</i>	<i>Polarizada</i>
Relacionamento com a mídia	Incorporada	<i>Incorporada [até 1954]; crescentemente hostil</i>	<i>Predominantemente hostil</i>
Quadros civis (proporção quanto aos militares)	Componente reduzido	<i>Componente reduzido</i>	<i>Componente reduzido</i>

Quadros femininos	Excluídos ou em unidades à parte	Integração parcial	<i>Integração parcial</i>
Postura de cônjuges	Entrosamento pleno	Envolvimento <i>intenso</i>	<i>Envolvimento qualificado</i>
Homossexuais	Impedidos / <i>afastados</i>	Impedidos / <i>afastados</i>	<i>Impedidos / tacitamente tolerados</i>
Imperativo de consciência	Limitado ou vedado	Permissão <i>maior</i>	Permissão <i>maior</i>

Quadro 4 - Pós-Modernismo Militar - Brasil

Fonte: CÔRTEZ, Marco Henrique C., Defesa Nacional diante do Pós-Modernismo Militar, *Revista da Escola Superior de Guerra*, nº 40, 2001.

Côrtes analisa cada critério visando observar o que seria relevante para essa reestruturação da Política de Defesa no Brasil.

De início ele considera que os quatro últimos parâmetros (Quadros Femininos, Postura dos Cônjuges, Homossexuais e Imperativo de Consciência) não são relevantes para a estruturação de uma Política de Defesa Nacional que leve em conta a estruturação de forças armadas segundo o parâmetro pós-moderno, ou por não constituírem problema grave (Homossexuais e Imperativo de Consciência), ou por acompanharem a evolução das contingências sociais brasileiras (Quadros Femininos e Postura dos Cônjuges). Entretanto, devem ser analisados e equacionados institucionalmente.

Segundo se pode observar, a análise do modelo do pós-modernismo militar por Cortes é de foro íntimo, seguindo intuições às quais são desprovidas de análise aprofundada.

Caracterizar o Brasil como tendo a missão principal de vigilância e proteção de fronteiras é muito similar à defesa do território; o que caracteristicamente modificou-se foi a ameaça, que não parece ser de conflito subnacional ou subestatal, se a prioridade da força militar terrestre desenvolve-se prioritariamente na Amazônia.

Quanto ao perfil militar predominante, Cortes apresenta o militar brasileiro como parcialmente politizado, no período moderno e de modernismo tardio, e no período pós-moderno, como politicamente independente. Nesse caso, ele foge da função preponderante do militar em cada fase, que poderia ser vista como “combatente antiguerilha”, talvez, dentro da concepção da perseguição do inimigo interno’, nos dois primeiros períodos. Parcialmente

politicizado parece traduzir uma idéia de que o militar brasileiro tinha conjunção política, ou melhor, estava ligado politicamente a algum partido, o que é verdade para alguns países da América Latina, mas não é a realidade do Brasil.

Politicamente independente significaria que o período da Guerra-Fria terminou, e por isso o inimigo comunista não mais existe. Será isso? Também nesse caso, a avaliação é vaga, e não dá cabo da tipologia de Moskos et all.

Quanto à imprensa, sendo ela polarizada, significaria que há democracia no Brasil, e isso poderia ser visto como positivo. Entretanto, não se tecerão maiores comentários porque a questão da mídia é dificilmente mensurada e possível de se analisada por essas fases.

Quanto ao imperativo de consciência, Cortes apresenta que no período “Moderno Final” e “Pós-moderno” haveria uma permissão maior, que não traduz a mudança constitucional de 1988, onde pela primeira vez apresenta o imperativo de consciência.

Continuando a análise de Cortes: segundo sua visão, quanto à **ameaça percebida**, os conflitos subnacionais ou subestatais em outros estados, que podem concorrer para desestabilização iminente, podem provocar a ação preventiva dos países tecnificados, segundo a conceituação atual de gerenciamento de crises. Utilizando-se pragmaticamente das novidades jurídicas e diplomáticas da intervenção humanitária, esses países empregarão as forças armadas em operação de manutenção, construção ou imposição de paz, conferindo “legitimidade” ao puro intervencionismo.

No Brasil, a **missão principal** estendeu as possibilidades de controle do território, por meio da vigilância e proteção de fronteiras e do espaço aéreo. Considera também as “novas missões” desde que cuide de não atribuir às forças armadas atividades tipicamente policiais, que devem ser cumpridas com a adequada participação de cada órgão estatal (Polícia Federal, polícias dos estados, etc.).

Quanto à **estrutura da força**, apesar de Côrtes expor que o Brasil se mantém com grandes efetivos e serviço militar obrigatório, afirma que é urgente a mudança e a reformulação do serviço militar obrigatório, para que o Brasil atinja um patamar de força militar necessário à dissuasão¹⁰⁷.

Cita que a população nacional cresceu muito além da necessidade de complementação anual e que a transformação pode se beneficiar pela inexistência de contestação. A transição para forças totalmente voluntárias (FTV) deve considerar os três ramos das forças armadas diferentemente, atendendo às necessidades de cada força.

Os valores cívicos e morais, segundo Côrtes, devem ser atingidos por modificações do serviço militar obrigatório para o serviço cívico integral, sem o prejuízo dos estudos dos jovens.

Segundo ele, a cota compulsória para atender as necessidades das forças armadas deveria ser preenchida preferencialmente por voluntários, sendo decrescente conforme o ritmo de implantação das FTV. O restante dos excedentes deveria receber instrução básica de cidadania e aproveitado em serviço público.

A necessidade urgente de se realizar um eficaz processo de pós-modernização tendo como principal razão contrarrestar a tentativa dos países tecnificados de induzir ou impor novo papel às forças armadas dos países semi-desenvolvidos, que, por descaracterização de suas funções devido à falta de capacidade dissuasória, tornaria todas as forças armadas em polícia, cada uma em seu vetor (aéreo, marítimo e terrestre), por inércia.

Para que o Brasil atingisse um patamar pós-moderno, em consonância com a RAM, Côrtes afirma que a busca por desenvolver a Pesquisa e Desenvolvimento militar e a cooperação integracionista dos semi-desenvolvidos da região seriam questões relevantes.

¹⁰⁷ Na verdade, há diversos autores que são a favor da modificação da estrutura militar em prol da otimização da operacionalidade, tais como Mário César Flores e Murillo Santos; as posições contrárias se reverterem de argumentações de preocupação republicana com a representatividade e esforço cidadão de toda a população quanto ao esforço de guerra, principalmente veiculadas por Eliézer Rizzo.

Entretanto, apesar da retórica, a integração não tem se movido concretamente. Outro item que deve ser considerado com mais profundidade é a mobilização, que deve ter concepção sistêmica.

Esta complexa adaptação à RAM dos países semi-desenvolvidos não deve desestimular o empreendimento, que deve requerer a aceleração da integração sul-americana.

Portanto, segundo pode ser observado, Côrtes aponta para uma necessidade de seguir em direção a uma estruturação da força militar que corresponda a um alto nível de tecnologia, que pode ser conseguido com uma integração regional, e com concreta movimentação em direção a uma estrutura de força pós-moderna, mas enxuta, profissional e efetivamente dissuasória, o que induz à necessidade de alterar a estrutura de força. O desnível tecnológico não deve ser considerado um impedimento para essa busca, mas um obstáculo a ser superado.

Percebe-se, assim, que Côrtes realiza leitura um pouco semelhante a de Garcia, que deixa de avaliar com profundidade o parâmetro pós-moderno e tenta posicionar o Brasil dentro das possibilidades de país semi-desenvolvido, de forma a buscar estrutura de defesa compatível com os países mais tecnificados.

Análise da validade do modelo Pós-Moderno

Conceitual e Estratégica

Inicialmente, verifica-se que, diferentemente da dicotomia Institucional/Ocupacional, que tende a ser mais generalizante e descritivo, admitindo diversas possibilidades, o modelo do pós-modernismo militar aponta para um só caminho, segundo a pressuposição de que o aperfeiçoamento militar de uma força armada deve ocorrer segundo a forma definida pela tipologia, sendo, portanto, quase que prescritivo.

Além disso, o modelo do pós-modernismo militar segue parâmetros que são colocados segundo periodizações. Portanto, segundo Segal, existe grande dificuldade de

entrelaçar o conceito do pós-modernismo com a pós Guerra-Fria e de real identificação das mudanças com as periodicidades (moderno, moderno-tardio, pós-moderno).

Outro detalhe mais específico refere-se à subdivisão das variáveis, que desconsidera questões políticas fundamentais, tais como a razão de estado, a opção política dos condutores da estratégia de Estado e o nível de autonomia das forças armadas em relação ao estamento político. Apesar de as forças militares serem passíveis de modificação por influência social, não se pode relegar a segundo plano os aspectos políticos da questão, já que a política e a força militar são indissociáveis.

Também há na tipologia do pós-modernismo militar a questão da interpenetrabilidade das esferas civil e militar, conceito que não parece ser razoável, já que não se poderia imaginar uma sociedade militarizada, ainda mais considerando o estudo com a premissa da democracia; se a prescrição do valor democrático se faz presente nas análises políticas, imagina-se que nas sociedades democráticas o que se deseja é que as conquistas sociais penetrem as instituições militares; não que ocorra a militarização da sociedade.

Com relação às variáveis, esse estudo buscou clarificar o que estaria por trás de cada uma delas, enfim, a base estrutural da variável, sem a qual a discussão não encontraria fundamento adequado. Às bases estruturais denominou-se ‘sujeito oculto’, porque, apesar de ser o que delimita a direção de cada variável, não foi considerada pelos autores da tipologia. Além disso, observa-se que esse sujeito oculto aponta para questões políticas que devem ser consideradas, sob pena de distorcer a análise.

Assim ficaria o parâmetro do “militar pós Guerra-Fria em sociedade pós-moderna”, após análise mais detalhada:

‘Sujeito Oculto’	VARIÁVEIS
Estratégia Razão de Estado	Ameaça percebida
	<i>Definição de missão principal</i>
Formação militar	<i>Estrutura da força</i>
	Perfil militar predominante

Visão da sociedade	Postura da opinião pública
	Relacionamento com a mídia
Porosidade da Instituição à sociedade	Quadros civis
	Quadros femininos
	Postura de cônjuges
	<i>Inclusão das diferenças (raça, religião, diversidade sexual)</i>
	<i>Cidadania militar</i>
	Legitimidade - Imperativo de consciência

Quadro 5 - Explicitação das Variáveis. Organizado pelo autor.

Concebida assim, primeiramente se observa que nem sempre as condições de estratégia e razão de Estado se configuram de acordo com a tipologia pós-moderna, fato que se confirma com o atentado às Torres Gêmeas do *World Trade Center* em Nova York, e é corroborado pela análise de John Allen Williams, que, *pos facto*, realiza adequações na tipologia. Portanto, a Defesa Territorial é e sempre será a missão primordial, só não será se houver uma fronteira alongada como a dos Estados Unidos, que por vezes pode estar em nossos portos, mas ainda assim, em caso da inteligência e estratégia dos inimigos, sempre haverá uma “Linha Maginot” a ser transplantada com audácia e capacidade, como o foi na ação conduzida pela Al Qaeda, em 11 de setembro¹⁰⁸.

Existe a possibilidade de ocorrer a distensão das atividades militares para outros campos, tais como para ações expedicionárias, tipo renovado de imperialismo, ou de ações humanitárias ou missões de paz, alimentadas geralmente por interesses estratégicos dos países nas regiões de atuação. Na verdade, em qualquer país pode-se delimitar várias missões, ou aplicações do estamento militar, apontando quais seriam as primordiais; países que se encontram com inimigos fronteiriços terão, logicamente, como missão primordial a defesa territorial; entretanto, países onde as questões fronteiriças não sejam tão relevantes, outras missões, de projeção de poder ou de caráter geralmente menos belicista como as missões de paz podem adquirir destaque. Não esquecendo das missões antigas e nem sempre citadas como missões de defesa interna e de construção de nação (*nation building*).

¹⁰⁸ Nesse exemplo, entretanto, nascem algumas questões de análise: como combater ente não-estatal que atue contra um Estado? De forma significativamente tradicional, como o ataque ao Afeganistão?

Portanto, dificilmente se verá nos itens Estratégia e Razão de Estado, algo diferente do parâmetro considerado moderno, pela tipologia, o que acha ressonância com a análise de Segal et al sobre a característica intrinsecamente moderna do soldado, já que se liga umbilicalmente ao Estado, estrutura essencialmente moderna. Só haverá alguma mudança quando realmente os Estados deixaram de existir, mas aí já se poderiam prever outros tipos de conflitos pós-modernos, quiçá entre unidades confederadas.

A ordem das variáveis relativas à estratégia e razão de estado não foi condizente, já que, inicialmente, se definem as ameaças; em seguida, as missões, posteriormente, a estrutura. A estrutura não pode anteceder a definição das missões, ao menos, conceitualmente. Se isso ocorrer, na prática, trata-se de adaptar o martelo para a função de parafusar.

A estrutura de força parece reproduzir a idéia da estratégia e da razão do Estado, se há consonância entre as ameaças e a estruturação da Defesa. Surge aí o problema: quem estrutura a Defesa considera realmente as ameaças, é levado por sugestões de países hegemônicos, ou a Defesa se auto-regula de acordo com interesses corporativos? Pode haver a dissonância tal qual a Linha Maginot, ou seja, uma estrutura totalmente montada em cima de uma visão ultrapassada de estratégia que, quando testada, se mostra ineficiente.

É, portanto, muito difícil não atrelar o núcleo duro da política quando se consideram estratégia, razão de Estado e estrutura de força, o que parece ser um grande problema do paradigma do pós-modernismo militar. Saber o quanto é totalizante o pós Guerra-Fria, que segundo Segal não atingiu a Ásia, com os conflitos da Coreia do Norte e Japão, e o quanto seria totalizante o 11 de setembro.

Uma questão de menor envergadura, mas de não menor importância, é a formação militar. Ela deverá proporcionar a capacidade de o militar cumprir diversos papéis diferenciados, como scholar, estadista, negociador, polícia; se não houver educação formal que atinja estas necessidades, o militar não desempenhará bem suas diversas funções no

mundo pós-moderno. Entretanto, não deverá perder sua característica intrínseca de combatente, guerreiro. Esse aspecto parece ser corroborado por Garcia, William e Segal. Agora, como o sistema político introduz alterações no sistema educacional militar?

O mais indicado seria apresentar subdivisões – inicialmente, a visão da sociedade em relação aos militares, verificada pela mídia, pela opinião pública, enfim, como a sociedade vê os militares, qual o nível de aceitação dos militares pela sociedade. A mídia parece ser órgão possível de cooptar, pelos militares, deseja-se que seja favorável e isenta, entretanto, não se deseja que seja contrária. Entretanto, até no estudo inicial do pós-modernismo a mídia foi o parâmetro que menos respondeu a qualquer delimitação: Cada país a mídia tinha determinada atuação.

A segunda subdivisão apresentaria o nível de permeabilidade da instituição militar às conquistas sociais e aos ordenamentos democráticos. Nesse caso, se mensuraria o quanto seria permeável a instituição à aceitação das mulheres, da diversidade sexual abertamente explicitada e, acrescentando algo mais, a todo tipo de diferenças sociais (raciais, religiosas, etc.).

Relativa à América Latina

De acordo as análises com foco na América Latina e mais especificamente, o Brasil, que levaram em conta o pós-modernismo, algumas considerações podem ser feitas:

Ficou claro que apesar da situação histórico-cultural ser bastante diferente das *Western democracies* e existirem grandes disparidades sociais, políticas e econômicas, Garcia sugere que é necessário buscar a preparação da força militar segundo o parâmetro pós-moderno, principalmente no que tange à formação militar, capacitando os novos militares a cumprir “novas missões” de acordo com a situação geoestratégica atual, possibilitando maior estreitamento das relações civil-militares.

Quanto à análise de Côrtes, ele afirma categoricamente a necessidade urgente de reformular a **estrutura da força**, mais especificamente a forma de recrutamento, apesar de toda a diferença dos países semi-desenvolvidos em relação aos desenvolvidos. Segundo ele, essa seria a única forma de ter a possibilidade de cumprir um papel relevante quanto à Defesa, com a capacidade dissuasória e operativa necessária.

Essa consideração de Cortes é a despeito de sua chamada de atenção para que o país visualize seus interesses, quais vetores ameaçam esses interesses e a partir daí estruturar sua defesa, sem ser levado pelos países desenvolvidos a cumprir tarefas que não são consoantes com a vontade nacional. Portanto, ainda que pudesse considerar a estruturação paradigmática do pós-modernismo militar como forma dos países desenvolvidos de estruturar segundo suas vontades a Defesa dos países semi-desenvolvidos, ainda assim, ele considera fundamental modificar a estrutura de força conforme o padrão pós-moderno, indo de encontro ao possível desejo das hegemonias de estruturar as forças militares brasileiras.

Por isso, nas análises de Garcia e Côrtes, ocorre na verdade uma aproximação do que interessa da tipologia às realidades específicas da América Latina e Brasil; efetivamente, a validade da tipologia não está sendo questionada, nesses trabalhos.

O serviço militar como referência inicial de mudanças na defesa

Segundo análise pessoal, pode-se considerar que a **estrutura da força** é um dos mais importantes itens a ser considerado, pois está por trás da tipologia Institucional/Ocupacional, tendo sido o fator causador.

Além disso, a estrutura de força de pequenos efetivos profissionais faz parte do paradigma militar pós-moderno, é indutora da maior inclusão das mulheres nas forças armadas, sendo possível fator de necessidade de adaptação dos chefes militares. Proporcionará maiores condições de operação de equipamentos tecnologizados, e menos

dificuldades para operar em missões expedicionárias (fora do território). A questão é poder visualizar o porquê das diminuições de efetivo e adoções de serviço voluntário e profissional em países sem a capacidade expedicionária.

Democracias Ocidentais e ‘Afins’

A partir da década de 1990 diversos países modificaram o sistema de serviço militar. Neste caso, similarmente à obra de Samuel Huntington¹⁰⁹, que trabalha com a idéia de ondas de democratização, parece estar ocorrendo uma “onda de serviço voluntário”, iniciada com o caso paradigmático dos Estados Unidos¹¹⁰. Duas décadas após a transformação norte-americana, a onda eclodiu em vários países conforme pode ser visto na tabela a seguir:

PAÍS	ANO ^a	FH	OTAN ^b	UNIÃO EUROPÉIA ^c	TIPO
África do Sul	1994	1/2			PMM
Bélgica	1994	1/1	1948	1951	
França	1996	1/1	1948	1951	I/O, PMM
Holanda	1996	1/1	1948	1951	I/O, PMM
Espanha	2001	1/1	1982	1986	
Eslovênia	2003	1/1	2004	2004	
Hungria	2004	1/1	1999	2004	
Itália	2004	1/1	1948	1951	PMM
República Tcheca	2004	1/1	1999	2004	
Portugal	2004	1/1	1948	1986	
Eslováquia	2006	1/1	2004	2004	

Quadro 6 - Países com transição recente

Fontes: a. Military Service - Countries that never had, or abolished, mandatory military service:

http://en.wikipedia.org/wiki/Military_service

b. Nato Member Countries, <http://www.nato.int/structur/countries.htm>, Updated 11 Jul. 2006

c. The History of European Union, http://europa.eu/abc/history/index_en.htm

Legenda: I/O - participaram do estudo de caso da tipologia Institucional/Ocupacional

PMM - participaram do estudo de caso do paradigma Pós-modernismo militar

Os países que tem FTV e foram analisados segundo as duas tipologias (I/O e PMM), foram Estados Unidos, Grã-Bretanha, Austrália e Holanda Com SMO, Alemanha, Suíça e Israel.

Os países com FTV que foram considerados somente na tipologia PMM - Canadá, Nova Zelândia. País com SMO - Dinamarca.

¹⁰⁹ Samuel Huntington, *A terceira onda: a democratização no final do século XX*, São Paulo: Ática, 1994.

¹¹⁰ Segundo estipulado por Moskos et all, já referenciado.

O país que participou somente da tipologia I/O, e possui SMO, foi a Grécia.

Avaliando os países de acordo com as tipologias I/O e PMM, observa-se que países da Europa Ocidental (Bélgica), Europa Mediterrânea (Espanha e Portugal) e Europa Central (República Tcheca, Eslováquia, Eslovênia e Hungria) não foram considerados quanto às tipologias, e talvez possam dela fazer parte, atualmente, já que a estrutura da força foi modificada.

É fato que países que não fazem parte de organismos de segurança regional, como a OTAN, apresentam maiores possibilidades (ou razões) para terem serviço militar obrigatório. Exceto a África do Sul, todos os países da tabela acima fazem parte da União Européia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte. A impressão inicial é que estas mudanças têm ocorrido por adaptação a sistemas de segurança regional, motivados ou por adequação a um sistema mais democrático, ou pela necessidade de nivelar padrões de capacidade dos militares em operações conjuntas e combinadas¹¹¹.

Os países que mudaram o modelo de serviço militar têm, de forma geral, alto nível de democracia, segundo análise da organização *Freedom House*¹¹², que considera liberdades civis e direitos políticos. Atribui uma avaliação numérica, que quanto mais baixa (1), mais livre é o país considerado. O número 7 representa o pior índice. Resta saber se há coincidência do tipo de regime político com a mudança da estrutura de força, em cada país.

América

Dois acadêmicos chilenos, Aravena e Dujisin¹¹³ analisaram vários motivos para alguns países modificarem a forma de recrutamento e apresentaram uma síntese da situação

¹¹¹ Ver Proença, Política de Defesa Nacional, p. 30.

¹¹² <http://www.freedomhouse.org/>

¹¹³ Francisco Rojas Aravena & Rodrigo Araya Dujisin, *Visión comparada del Servicio Militar en las Américas*. Santiago, FLACSO, 2001, p. 32.

do serviço militar na América, que foi adaptada neste trabalho de acordo com modificações que ocorreram posteriormente.

Segundo os autores, os motivos para se fazer uma mudança no tipo de serviço militar seriam: promessas políticas de campanha, pressões sociais, violação dos direitos humanos, processos de paz e modernização das Forças Armadas. Dentre outros, podem ser acrescentados a essa lista, modificação de estratégia motivada pela adequação às novas ameaças, conflito armado recente, perda significativa de vidas humanas em conflito, abuso de poder das Forças Armadas no período ditatorial e ajustamento a órgão supranacional (como exemplo, OTAN).

Vários desses fatores podem ser identificados nas mudanças de modelos. Por exemplo, cumpre mencionar os casos de violação dos Direitos Humanos (Argentina e Honduras), o processo de paz (Nicarágua e Honduras), as pressões sociais e promessa política (Argentina, Nicarágua e Honduras) e a modernização institucional (Chile e Peru).

O quadro seguinte sintetiza o modelo de serviço militar dos países americanos.

TIPO DE FFAA	SERVIÇO MILITAR	PAÍSES	F H
Profissional	Voluntário Profissional	Canadá (-)	1/1
		Estados Unidos (1973)	1/1
Recrutamento voluntário		Uruguai (1974)	1/1
		Nicarágua (1990)	3/3
		Argentina (1994)	2/2
		Honduras (1994)	3/3
		<i>Peru</i> (1999)	2/3
Transição		Chile	1/1
Exército de Massa	Voluntário a princípio	Belize	1/2
	Conscrição Obrigatória	Bolívia	3/3
		Brasil	2/2
		Colômbia	3/3
		Cuba	7/7
		El Salvador	2/3
		Equador	3/3
		Guatemala	4/4
		México	2/2
		Paraguai	3/3
Venezuela	4/4		

País Desmilitarizado		Costa Rica	1/1
		Haiti	7/6
		Panamá	1/2

Quadro 7 - Perfil do serviço militar na América

Fontes: Aravena & Dujisin, *op cit*, p. 31, 32, e RESDAL - Atlas *comparativo de la Seguridad y la Defensa en América Latina*, <http://atlas.resdal.org/atlas-fuerzas-c.html>

FH - Freedom House, *Freedom in the World*, 2006 Edition, <http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=15>

Legenda - FH - *Índice Freedom House* de liberdades civis e direitos políticos

Obs: os números entre parênteses significam o ano da transição de modelo de serviço militar

Seguindo a tradição de vários países anglos-saxões, o Canadá e os Estados Unidos nunca adotaram o serviço obrigatório em tempo de paz. As mudanças na América se deram primeiro com os Estados Unidos logo após a guerra do Vietnã, em 1973, que tornaram as forças militares totalmente voluntárias devido ao grande número de mortos e a indignação social. Após um hiato de vinte anos, a maior parte das mudanças ocorreu na década de 1990, da mesma forma que noutros países do mundo. No início do século XXI, o Chile inicia um processo de transformação da força militar¹¹⁴.

A relação democracia/estrutura de força, em relação ao serviço militar, de acordo com os índices *Freedom House*, parece sugerir alguma ligação de causa/efeito, que deverá ser analisada posteriormente.

Aplicações do paradigma militar pós-moderno

Parece haver no Brasil e na América Latina uma adesão às idéias do pós-modernismo militar, motivadas também pelas novas idéias quanto aos assuntos militares, denominadas de Revolução de assuntos militares.

Se a RAM se baseia no potencial tecnológico de um país, que acaba por influir na montagem/desenho de suas forças armadas, ela parece ser característica dos países desenvolvidos, isto é, com alto nível tecnológico. Entretanto, como as mudanças na América Latina ocorrem pela procura da aproximação dos valores que ocorrem nos países

¹¹⁴ Plan 100 Días - Servicio militar - **Medida N° 33**: Comenzar la transición hacia un cuerpo armado profesional y voluntario, aumentando los soldados profesionales a 2 mil y a mil las voluntarias mujeres. <http://www.gobiernodechile.cl/100/meta/100dias.pdf>

democráticos, com alto nível tecnológico e bem estar social distribuído de forma equilibrada pela população, há a busca de se tomarem certos valores como reestruturadores das forças armadas dos países semi-desenvolvidos. Um exemplo disso é a ênfase na constituição de forças de deslocamento rápido, que motivaram no Brasil a criação da 11ª e 12ª Brigadas de Infantaria Leve (Aeromóvel), a última em 1995, em Caçapava, SP e a primeira em 2005, em Campinas, SP. Soma-se a isso a alteração do pensamento estratégico, da “estratégia da presença” para “presença seletiva”, ainda que por enquanto somente no pensamento do Comandante da Força¹¹⁵.

Ainda que as mudanças ocorram lentamente, parece que o ideal será atingir o patamar do soldado pós-moderno (estrutura de força pequena, força totalmente voluntária e profissional) numa força militar transformada pelos valores da RAM, considerando o projeto de força adequado para as ameaças. Isso ganha maior relevância quando se mostra que o Brasil tem planos de longo alcance para atingir o nível de país desenvolvido, um plano com previsão para o ano 2022¹¹⁶.

Se há possibilidade de aplicação da tipologia do pós-modernismo militar é algo que carece de análises mais aprofundadas, pois os trabalhos de Garcia e Côrtes, apesar de relevantes, ainda seriam muito pouco para um aprofundamento dessa possibilidade. O curso de Segal, onde há a aplicação do paradigma em outros países, parece tentar testar o pós-modernismo militar, mas não há nada escrito que aprofunde a análise sobre os países semi-desenvolvidos e o pós-modernismo. Williams admite que o trabalho foi realizado em cima das democracias de estilo ocidental (*Western-style democracies*), que se há similaridades para os países em desenvolvimento no mundo é mera especulação, mas que nenhum país é imune às influências transnacionais¹¹⁷.

¹¹⁵ Francisco Roberto de Albuquerque, Diretriz Geral do Comandante do Exército, Brasília, DF, 3 de fevereiro de 2003. Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/01Instit/CmtEx/Mensagens/diretriz.htm>>. Acesso em 29 Out. 2006.

¹¹⁶ Projeto Brasil 3 tempos: 2007, 2015 e 2022”, Disponível em <http://www.nae.gov.br/index_arquivos/Page391.htm>. Acesso em 30 Out. 2006.

¹¹⁷ John Allen Williams, The postmodern reconsidered, in John Allen Williams, David R. Segal, *op cit.* p. 272.

As variáveis que influenciam na estruturação do pós-modernismo militar, segundo Williams, são o relacionamento com a sociedade e a estrutura internacional¹¹⁸. Portanto, o discurso fica preso a vetores que não necessariamente o vetor político, como se o vetor político não influenciasse na estrutura de força das forças armadas. A discussão é semelhante à inicial do livro “Dilemas da Consolidação Democrática”¹¹⁹, quando se mostrou que, na transição democrática dos países na América Latina, muitas vezes se apontam vetores que de certa forma são estáticos, ou seja, condicionam apesar da ação dos agentes, como que por osmose, não havendo mais nada a fazer se não aceitar a indução, independente da ação política. Provavelmente isso ocorre no paradigma do pós-modernismo militar porque ele é analisado nas *Western democracies*, onde o “problema” do controle civil dos militares esteja completamente consolidado e não exista mais a necessidade de se tratar dele. Entretanto, parece ser um tanto quanto ingênuo descartar o elemento político das formulações concernentes ao ambiente estratégico.

Essa falta do elemento político na tipologia do pós-modernismo militar causou certa estranheza, principalmente quando se deseja aplicar a tipologia aos países da América Latina, e por esse motivo no início do capítulo houve a dissecação do estudo dos assuntos militares em sociologia militar e relações civil-militares, esta última considerando as questões políticas de controle civil dos militares em ambiente democrático. Essa reflexão política será o alvo do capítulo seguinte.

Se o prefixo pós foi amplamente questionado pelas análises da teoria social pós-moderna, por sua imprecisão e por acondicionar a idéia de superação da modernidade e de possível desaparecimento do estado-nação, estrutura inerentemente moderna – por isso a contestação de Segal -, o conceito do hipermodernismo talvez seja mais viável já que é realidade o hiper-estado e com ele suas novas formas de guerra assimétrica, e sua hiper-

¹¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 265.

¹¹⁹ João Álvaro Moises, José Augusto Guilhon Albuquerque (org.), *Dilemas da Consolidação da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

influência, até no que tange à argumentação sociológica, nem sempre precisa e isenta. O hipermodernismo apresenta-se como o aprofundamento do modernismo, às suas últimas conseqüências, e não como sua superação. As fronteiras projetadas para além dos territórios, com empresas, capital e força militar constituída e utilizada em ações expedicionárias parece ser mais a realidade atual do que o desaparecimento do estado-nação.

O tema do pós-modernismo militar remete ao eixo principal da discussão da sociologia, qual seja, a passagem do mundo tradicional de vida ao mundo moderno, onde as coisas da vida se autonomizam. Do modernismo para o pós-modernismo, quando a crença religiosa na ciência e no progresso são questionados, e se vive mais solto de amarras que o próprio modernismo não conseguiu desvencilhar o homem.

Já o hipermodernismo seria a saída de um período *cool*, agradável, do Narciso irreverente do pós-modernismo, para o do Narciso consciente, tenso com o futuro que não promete ser maravilhoso, mas ainda ligado irresistivelmente ao progresso da técnica.

O hipermodernismo aproxima-se do desencantamento, não só nas bases tradicionais do mundo, mas também nas bases da Ciência e Progresso, já que nada garantiram quanto a alguma certeza de equilibrar relações humanas e natureza, pelo contrário. Nesse sentido, a aceleração e o desequilíbrio¹²⁰ atingem proporções cada vez maiores entre os países, e a busca acelerada pela tecnologia ocorre, ainda que se saiba que ela não é fator de resolução das problemáticas do homem, individualmente, quanto às questões psicológicas, da sociedade, quanto às questões da desigualdade e nem do planeta, com relação ao meio-ambiente.

No mundo hipermoderno, o indivíduo distancia-se do conceito de Nação, e parte-se para o da disciplina, alienação e sedução individual. O homem hipermoderno não mais é seduzido pelos valores únicos de Pátria e Nação, mas também do mercado¹²¹. O

¹²⁰ Koyaanisqatsi (da língua Hopi) - n. 1. Vida louca. 2. Vida tumultuada. 3. Vida em desintegração. 4. Vida desequilibrada. 5. Um estado de existência que exige outro modo de viver. <http://www.koyaanisqatsi.org/>

¹²¹ Consoante à *civilization*, de Janowitz, ou a tipologia ocupacional, de Moskos.

homem hipercrítico é contrário à hipocrisia de se ressaltar os valores de pátria e nação por meio de uma obrigatoriedade no serviço militar.

É verdade que o Estado recua, não mais administrando atividades da vida econômica, e com dificuldade de legitimar o sacrifício supremo dos indivíduos por meio do ideal de Nação, já que agora, a segunda modernidade, ou hipermodernismo, se alicerça em três axiomas constitutivos da modernidade anterior: o mercado, a eficiência técnica e o indivíduo¹²².

Portanto, o Estado, para cumprir a finalidade da Defesa, dentro de um contexto hipermoderno, deve realizar a conciliação desses três elementos, sob pena de sucumbir. É imperativo ao Estado reestruturar-se, nos mais variados setores de sua ação.

As forças armadas brasileiras vivem um momento de extremo conflito: ao mesmo tempo em que buscam abraçar as idéias hipermodernas do ativismo gerencial, busca manter as prerrogativas tradicionais, conquistas corporativas e estruturas arcaicas, dentro de uma autonomia frente ao Estado e sociedade que beira à fase ditatorial. Gerenciar uma empresa sem que se analise sua estrutura é consoante com a missão, visão, valores, é o mesmo que solicitar a um obeso que realize uma corrida de 110 m com barreiras.

Entretanto, apesar do recuo do Estado em algumas questões, há a estruturação da idéia do Hiperestado, e com ele ressurgem as temidas e execradas questões geopolíticas, mais do que o consenso universal. Nesse caso, apesar de discursos de interdependência e multilateralidade, até por parte do hiperestado norte-americano, os estados buscam manejar suas forças militares como podem, ou por meio de forças expedicionárias de combate militar, tal como Estados Unidos, Reino Unido e França, com tropas profissionais de alto nível tecnológico, ou participando dessa divisão de poder mundial por meio de adaptações, participando de missões de paz com algum nível de belicidade, como o Brasil no Haiti, ainda que a totalidade da força militar não seja profissional.

¹²² Gilles Lipovetsky, com Sébastien Charles, *Os tempos hipermodernos*, São Paulo: Barcarolla, 2004, p. 54

A projeção de poder e a capacidade de atuar fora do território em missões humanitárias, ou nem tanto, ainda que com pequeno efetivo, caracteriza a capacidade de estruturação de um Estado em tempos hipermodernos, tal como a capacidade de formar exércitos e combater, em tempos modernos.

Portanto, buscando adaptar a diversidade encontrada no estudo de Anthony Forster e às diversas críticas realizadas, estruturou-se nova divisão esquemática a partir das variáveis do padrão pós-moderno, aprofundando-as, que se buscará seguir na análise dos três países, analisando nos capítulos que se seguirão a estrutura militar, o ordenamento político e a relação com a sociedade, cada divisão em um capítulo, considerando os três países.

Nova Proposta – Forças Armadas Contemporâneas

A questão do serviço militar, que deu origem ao início das inquietações e da pesquisa, neste momento explicitou que algo ocorria, em termos de mudança, transformação ou ajuste, nas forças armadas, tanto na Europa, como na América. Talvez seja a mais “explícita” transformação, mas que em si não sinaliza motivos.

Avaliando a insistente postura de atribuir ao modelo militar pós-moderno a transformações que se circunscrevem na esfera dos países fortes economicamente, de tradição democrática e de capitalismo avançado, com alto nível tecnológico; entretanto, diversos países sem esse perfil também modificaram estruturas, dentre os quais os países da Europa Mediterrânea (Portugal, Espanha e Itália), da Europa Central (Estônia, Letônia, Lituânia, etc), inclusive, da América do Sul¹²³, que costumeiramente são agrupados, para a análise das questões políticas, quanto à transição democrática.

Ao que parece, diversos seriam os motivos de mudança/transformação, tais como: mimetismo (cópia de estruturas, sem análise), mudança da configuração internacional ou regional (motivos externos), arranjos regionais (conciliações), mudanças proporcionadas pelo

¹²³ Não citados por aqueles que estruturaram a tipologia ou pelos que a criticaram.

estamento político (internas superiores – de motivação estratégica, democrática ou simplesmente eleitoral), mudanças propostas pelas próprias forças armadas (internas – motivações estratégicas, corporativas), mudanças exigidas pela sociedade e acatadas pelos políticos (motivação social), mudanças de adequação aos novos tempos pós-modernos (Direitos Humanos, individualismo), ajustes sociais (sociedade envelhecida, etc).

O pós-modernismo militar só teria sentido se as mudanças forem forjadas pela pacificação do ambiente internacional e pelas mudanças proporcionadas pelo ajuste a uma sociedade pós-moderna. Seriam estes os motivos pós-modernos, que inclusive deveriam tender para uma linha prescrita pelo paradigma de Moskos et al; entretanto, se motivos políticos, ou de ou estratégicos, forem os racionalizados, e se houver uma adaptação ao modelo pós-moderno com intenções de projeção de poder e aumento do poderio militar, como a adequação tecnológica, não poderiam ser considerados “motivos pós-modernos”, segundo avaliação própria.

David Segal, em e-mail em resposta a perguntas sobre se seu curso ainda ocorria, utilizando o livro de Moskos et al¹²⁴, apesar de suas críticas, afirmou que o curso ainda se mantém em vigor, que a tipologia do pós-modernismo militar recebeu menor ênfase no semestre anterior, porque os alunos não achavam que ela funcionasse bem. Entretanto, pretende utilizar o livro de Moskos et al para exemplificar análise comparativa.

Afirma que os trabalhos que os alunos realizaram, utilizando a tipologia, em nenhum deles foi analisado algum país da América Latina utilizando a tipologia do pós-modernismo militar, mas a Institucional/Ocupacional.

O desenvolvimento da análise que levasse em conta **Sociedade e Forças Armadas - Possibilidades Sociais e Permeabilidade Institucional**, onde seriam identificados inicialmente os aspectos sociais relevantes para a estruturação da Defesa, tais como o desenvolvimento sócio-econômico e a idade da população e, somados a esses, o

¹²⁴ E-mail de David Segal, Re: Postmodern military and critics, 06 Fev. 2007.

Índice de Desenvolvimento Humano por regiões de cada país e o Índice de Gini. Posteriormente, serão abordadas as questões da porosidade institucional ao pós-modernismo prevalente na sociedade, considerando a Postura da opinião pública, o relacionamento com a mídia, a resiliência das Forças Armadas às mudanças propostas de fora, o percentual de quadros civis, de quadros femininos e de diversas minorias - sexuais, raciais e religiosas, bem como a questão do imperativo de consciência – regulamentação do desejo de não ser militar em casos de motivos religiosos, políticos ou filosóficos.

CAPÍTULO II

ORDENAMENTO POLÍTICO E FORÇAS ARMADAS: AMEAÇAS, MISSÕES E ESTRATÉGIAS

Vigiai, pois, porque não sabeis o dia nem a hora.
(Evangelho de Mateus cap. 25 vers. 13)

Introdução

Embora a tipologia do pós-modernismo militar expresse mudança em determinadas áreas, motivadas pelas modificações externas - características do pós-Guerra Fria, e por transformações internas, oriundas de sociedades pós-modernas, que resultariam na substituição da defesa territorial contra uma invasão inimiga pelo surgimento de novas missões, de dimensões subnacionais, na verdade, não se pode descurar que, ainda nessas instâncias há outras interferências.

Preliminarmente, antes mesmo de constatar a viabilidade de um caminho único nas missões das forças armadas pós-Guerra Fria, é significativo verificar as condicionantes históricas pelos quais o Estado se estruturou, analisar se as circunstâncias regionais têm lógica diferente da lógica envolvente do pós-Guerra Fria e do combate ao terrorismo, quais são as definições de política externa e estratégia de Estado, que são definidoras de modificações, principalmente em políticas de Estado como a Defesa, e como se estabeleceu sua forma de democracia, o que interfere no relacionamento do Estado, com a sociedade, e com a Defesa.

Estratégia e Razão de Estado - Premissas

Quanto às questões estratégicas, necessariamente se partem de determinadas premissas, ou pressupostos (hipóteses), para se organizar a Defesa, que são considerados válidos, e que podem causar distorções ou idéias inexatas. A partir da premissa ou hipótese, ocorrerá a estruturação de determinado tipo de estratégia e de organização para o combate que, quando testadas, podem levar à catástrofe, ou, com sorte, a dificuldades em reverter a

situação de crise durante o conflito. Por exemplo, a premissa de que os aviões bombardeiros eram invencíveis e que o bombardeio estratégico causaria efeito psicológico extremamente superior à destruição material a ponto de o inimigo perder a capacidade de luta¹²⁵, por causa do terror infligido à população, não se verificou na prática, e ainda assim essa idéia prevaleceu no planejamento militar na Grã-Bretanha, por causa do desinteresse político e pelo interesse corporativo dos militares do período pós-Primeira Guerra Mundial.

Portanto, a virtude da prudência e da fortaleza¹²⁶, quais sejam, a avaliação precisa e a busca determinada em chegar a situações desejadas e bem mensuradas, é fundamental nas questões de Defesa.

Premissas ainda mais problemáticas permearam sociedades e estados, ainda mais após momentos de grande conflito e crise. A necessidade psicológica de crer que as guerras não mais ocorrerão, que surgirá um conjuntura de paz, sucede-se a grandes guerras de alto poder destruidor; a sensação de falta de ameaças e, por isso, a idéia da inviabilidade das forças armadas pode descaracterizar o segmento armado nacional e impossibilitá-lo de reagir minimamente ante a necessidade futura não visualizada. O discurso anti-hobbesiano é alentador na teoria, mas nem sempre transformador a ponto de modificar o recurso às armas pelos países, desde os mais poderosos ou até mesmo mais fracos.

Com já visto no capítulo I, o pós-modernismo como premissa acalentadora perdeu muito de sua força após o dramático ataque às Torres Gêmeas, e o retorno à sensatez do pensamento um tanto quanto mais clássico e tradicional parece ser mais acertado, ainda que não solucione as incertezas do mundo hodierno¹²⁷.

Uma questão que surge é a da visibilidade: a falta de um inimigo manifesto para alguns Estados pode causar a sensação de falta de necessidade de preparo militar, o que

¹²⁵ Proença et all, *Guia de Estudos de Estratégia*, p. 140-145.

¹²⁶ Andre Comte-Sponville, *Pequeno Tratado das Grandes Virtudes*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

¹²⁷ GARRETA, Jaime & TIBILETTI, Luis Claves para una Política de Defensa, SER EN EL 2000 N°6 - Agosto de 1994, Disponível em: <<http://www.ser2000.org.ar/articulos-revista-ser/revista-6/editor.htm>>, Acesso em: 12 jul. 2007.

dificultaria a concepção de uma força militar necessária. Porém, a atual complexidade das relações internacionais e a agilidade da modificação do quadro internacional, atrelada à rapidez na atuação de forças militares, sem a antiga fase de reunião de meios para a guerra; somado ao desinteresse momentâneo de preparação para um “improvável” conflito bélico, pode levar um país a situação completamente indesejável e irreversível. Por isso, o que se tem adotado como conceito-chave do sistema militar é a flexibilidade, na capacidade de pronta-resposta¹²⁸.

Outra premissa existente é a falta de condições de uma guerra totalizante (ilimitada e duradoura) nos dias atuais, pela falta de condições convenientes para a condução de guerras, causada pelos diversos órgãos multinacionais, pela interdependência econômica e comercial existente entre os países e pela inexistência de potências militares que se antagonizem¹²⁹, somado à condição norte-americana de indisputabilidade global¹³⁰ de sua capacidade militar, que possui em torno de 45% do total global do gasto militar em Defesa.

Todavia, apesar da improbabilidade, a vontade política de alguma nação poderia superar essas considerações e de certa forma, atropelá-las¹³¹, gerando uma nova guerra demorada e aglutinadora. Nesse caso, talvez a melhor forma de se preparar seria a de uma estrutura flexível e pronta, que não descuidasse de alguma forma de captar inúmeras pessoas para um conflito extenso, ainda que improvável, mantendo ao menos o cadastro dos jovens que atingem a maioria. Na verdade, a maior ou menor necessidade de ter reservas em grande quantidade depende da exposição a inimigos claramente definidos e à falta de alianças

¹²⁸ Geraldo Magela da Cruz Quintão, A política defesa para o século XXI e a missão constitucional das forças armadas, in Aldo Rebelo & Luis Fernandes (org) *Seminário Política de Defesa para o Século XXI (Brasília: 2002)*, Brasília: Câmara dos Deputados, 2003. Chamada de “prontidão mobilizacional”, em Domício Proença Junior e Eugenio Diniz, *Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica*. Brasília, Humanidades, UnB, 1998, p. 27.

¹²⁹ Mário César Flores, Reflexões Estratégicas, p. 19-21.

¹³⁰ Termo utilizado por Mário César Flores, na palestra *A Segurança do Brasil - suas Demandas e seus Problemas de Defesa*, em 14 / 4 / 2007, no curso Segurança Internacional e Defesa – Uma abordagem na perspectiva das Relações Internacionais para o Projeto de Força Brasileiro, realizada no NUPRI-USP.

¹³¹ Domício Proença Junior e Eugenio Diniz, *op. cit.*, p. 28.

militares. Esse tipo de balanço deve ser considerado quando da formulação estratégica nacional¹³².

A questão da **estratégia**, ainda mais no contexto democrático, é uma **concertação** dos objetivos/interesses nacionais, de acordo com avaliação política do segmento Legislativo e Executivo, a identificação de ameaças que os podem ofender; a partir daí definem-se as missões das Forças Armadas, e então, a estrutura bélica. Não é uma fórmula matemática, como gostariam alguns, mas um jogo político comum nas democracias¹³³.

Acrescenta-se a essas variadas vertentes a idéia de que as ameaças agora não são mais as antigas, tradicionais, quando ameaças não-ortodoxas¹³⁴ se apresentam e que por essas condicionantes o militar deva ser mais adaptável a novas formas de atuação.

A questão que movimenta a Defesa, como se pode perceber é a que premissas condicionam as ações e planejamentos dos estados nacionais.

Algumas dessas premissas tangenciam ou interpenetram o ideário do pós-modernismo militar, entretanto, como já observado, a questão internacional, somada a questões de permeabilidade social são mais levadas em consideração pela tipologia do pós-modernismo militar do que o elemento político, que obviamente interfere de maneira preponderante e definidora na estrutura de defesa de um país. Quem define a estratégia deve ser o elemento político que coordena as ações e estruturas militares. Entretanto, ou alguns estados podem comprar idéias e estruturas pré-fabricadas por puro mimetismo, ou estruturas militares podem ter rígidas carcaças que não se alteram, apesar de visivelmente obsoletas.

Além disso, que princípios (se é que existem objetivos nacionais permanentes ou aspirações nacionais imutáveis¹³⁵) devem nortear questões *macro* – internacionais e regionais:

¹³² JEHN, Christopher & SELDEN, Zachary, *The End of Conscriptio in Europe?*, Online, Disponível em <<http://www.rand.org/pubs/monographs/MG265/images/webS0228.pdf>>, Acesso em: 19 jul. 2006.

¹³³ Citar Domicio.

¹³⁴ Geraldo Magela da Cruz Quintão, *op. cit.*, p. 27.

¹³⁵ Domicio faz crítica direta ao conceito de Objetivos Nacionais Permanentes, oriundo do pensamento da Escola Superior de Guerra, que simplifica o que na verdade deve ser fruto de discussão política. Ver Domicio Proença Junior e Eugenio Diniz, *op. cit.*, p. 13. Entretanto, há máximas previstas na Constituição Federal que devem ser seguidas, e que direcionam características principais de um Estado, minimamente, as características Westphalianas

deve-se pesar se pode ocorrer conflito internacional em que a participação se faça obrigatória dentro de imperativos ideológicos ou humanitários, talvez, em consonância com um ideário democrático e liberal, induzindo a concluir que o domínio imposto pela força de uma idéia contrária seja extremamente conflitante, até incompatível, com a viabilidade da existência razoável do país, semelhante ao que ocorreu na II Guerra Mundial.

De outra forma, localmente, pode haver inimigos históricos, que mantenham determinado país em situação de alerta, mantendo a estrutura de exército de massa, já que seus exércitos se baseiam principalmente na defesa do território nacional¹³⁶.

O dilema das velhas missões tradicionais (*old war*), de conflitos entre forças militares estruturadas de dois ou mais estados nacionais e das novas missões (*other than war*) humanitárias, de manutenção ou imposição de paz, leva a matrizes diversas: os dois tipos de mantem, sobrecarregando o Estado e suas forças armadas; as antigas missões se desvanecem, não sendo substituídas por nenhuma nova missão; somente permanecem as missões antigas, ou há a substituição das velhas pelas novas. Cada caso induzirá a uma configuração e a uma aceitação de destinação de recursos e de nível de importância que a força militar terá dentro de seu Estado¹³⁷. Entretanto, a mudança no ambiente internacional, tanto quanto a regional, ou local, pode ser tremenda, revertendo a situação de “calmaria” momentânea. Nesse caso, velhas missões ressurgem, novas missões se agregam, e baseado na arquitetura de Defesa existente é que se dará cabo das situações de conflito existentes. O que transparece do paradigma do pós-modernismo militar é a idéia de que o mundo atingiu estado de bonança, as forças militares dedicar-se-iam mais a missões humanitárias do que a missões de combate inter-estatal, tomando como modelo paradigmático os Estados Unidos. Essa era a tendência

de soberania e autodeterminação, dentre outras. Mas sua crítica ao conceito de Poder Nacional, nesse trabalho, é irretocável.

¹³⁶ Timothy Edmunds, *What Are Armed Forces For? The Changing Nature of Military Roles in Europe. International Affairs*, Vol. 82, nº 6, Nov 2006. p. 1067-1068.

¹³⁷ Ver Table 7 - Typology of changing roles and legitimacy in Europe, in Anthony Forster, *A critique of Postmodern military thesis: the European challenge*. Online, Disponível, <http://www.btinternet.com/~anthony.forster4/IUS-Conference-2005.pdf>, p. 23.

apontada pela tipologia. Embora desejada, não se configurou, ainda mais após o ataque às Torres Gêmeas.

Em casos como o brasileiro, onde as ameaças não se apresentam tão tangíveis, como delimitar e conseguir recursos para a Defesa? Que respaldo se terá da população para manter forças armadas latentes, sem que exista inimigo nitidamente declarado? Além disso, considerando a falta de inimigos confessos pode-se pensar em eliminar as forças armadas, diminuí-las de forma drástica ou modificar suas funções consideravelmente, descaracterizando-as e inviabilizando-as para um possível e necessário uso ‘tradicional’, qual seja, o confronto inter-estatal.

Nesse caso, a negligência ao necessário estado de prontidão – o azeite sobressalente para a lâmpada – causada pela despreocupação motivada pela inexistência momentânea de conflito, pode levar a situação, no mínimo, constrangedora. A capacidade de mobilização hoje em dia depende de condicionantes um tanto quanto mais complexas do que outrora. Por outro lado, difícil questão é moldar forças bélicas sem que os militares as superdimensionem, ou que as estructurem segundo ponto-de-vista corporativo, intra-muros, sem considerarem as outras forças que atuam em meios diferentes ao seu¹³⁸, ou sem ponderarem as questões políticas, as de política externa e da grande estratégia do Estado, à qual se referia Clausewitz.

Tipos de Estado

De acordo com Edmunds, o tipo de missões atribuídas às forças armadas é condicionado por essas estruturas anteriores: países com diferenças comuns, como países fracos, destruídos por conflitos bélicos, ou que vivenciam guerras civis, tem características

¹³⁸ Ver “Estrutura Integrada de comando e planejamento militar”, in Domício Proença Junior e Eugenio Diniz, *op. cit.*, p. 28 a 31.

próprias, que não são as mesmas de países pós-autoritários, que também diferem de países com longo período de estabilidade econômica e tradição democrática.

Estados que vivenciaram guerra civil tem fragilidades em impor qualquer tipo de monopólio da violência ou ordem econômica e social. Muitas vezes convivem com vários tipos de organizações armadas, tais como forças para-militares, milícias, mercenários ou mesmo gangues criminosas, que “convivem” com as forças armadas regulares¹³⁹. Muitas vezes são sociedades destruídas pela guerra, que muito provavelmente não terão condições próprias de sair da crise. Possivelmente criarão relacionamentos necessários com órgãos multilaterais para poderem se reerguer.

Tipos de transição

Outro grupo de países com características semelhantes são as sociedades pós-autoritárias, onde reformas no sistema militar são acompanhadas de reformas no sistema político, enfim, da democratização das estruturas e de reformas econômicas¹⁴⁰.

A literatura sobre forças armadas e poder político e sobre a transição democrática é extensa e tem diversas ramificações, das quais este trabalho só fará um pequeno sobrevôo com finalidade de apontar direções.

Tratando sobre as transições democráticas, é consenso que o Brasil tem características semelhantes de transição para o regime democrático com o que ocorreu na Espanha, ou seja, uma transição por concerto, e não por ruptura, como ocorreu em Portugal. Entretanto, este concerto foi tamanho, com as forças do antigo regime, que alguns analistas consideram que houve, na verdade, continuidade¹⁴¹ o que conferiu alto nível de prerrogativas dos militares durante o período democrático. Portanto, o que se pode observar é que há uma

¹³⁹ EDMUNDS, Timothy, op cit, p. 1065.

¹⁴⁰ Idem, p. 1066.

¹⁴¹ WEFORT, Francisco C., Incertezas da transição na América Latina, in MOISES, J A; ALBUQUERQUE, J A G. *Dilemas da Consolidação da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 p. 80.

continuidade no nível de autonomia, na forma de gerir as FFAA, que prevalece até os dias de hoje, apesar da consolidação da democracia.

Adam Przeworski traduz três características para que a consolidação possa ser observada, o que ele chama de estado final comum de uma democracia completa:

- 1 - se estabelece um controle civil sobre os militares;
- 2 - há possibilidade real de alternância partidária no poder (regimes competitivos);
- 3 - a alternância pode produzir mudanças políticas reversíveis.

A Argentina viveu um conflito bélico inter-estatal que, por seu fracasso, ocasionou mudanças drásticas no regime político, provocando uma “transição por ruptura”, onde os militares ficaram sem espaço para manobra no campo político dentro do novo sistema que emergiu, restando a eles ações revoltosas que em nada os favoreceram.

No Brasil, entretanto, o regime autoritário perde a legitimidade produzida pelo milagre econômico quando este se esgota, a partir do que se inicia uma fase de abertura política controlada¹⁴² com “longuíssimo processo de transição”, comandado com êxito seu cronograma de desfecho, que desemboca numa democracia tutelada¹⁴³.

A sombra do poder armado era ameaçadora, ainda que já nos quartéis, momento em que as forças armadas permaneciam como “árbitro em última instância das decisões políticas fundamentais¹⁴⁴”.

Essa transição por continuidade proporciona ampla autonomia às forças armadas, às quais não são atribuídos controles externos, o que fica patente pela impenetrabilidade do sistema jurídico militar aos civis e pela capa protetora que a Lei de Anistia proporcionou aos militares que cometeram excessos durante o período autoritário. Não há, também, controles externos (*accountability*), já que os assuntos da defesa restringem-se aos militares, até os dias

¹⁴² MELLO, Leonel Itaussu Almeida, Golbery revisitado: da abertura controlada à democracia tutelada, in MOISES, J A; ALBUQUERQUE, J A G. op cit, p. 210.

¹⁴³ Idem, p. 221.

¹⁴⁴ Idem, p. 221.

de hoje, e mesmo a forma como cada força armada utilizou o orçamento não é franqueada nem mesmo ao Ministério da Defesa.

A discussão da tutela engloba inclusive a manutenção das missões das Forças Armadas no texto constitucional atual, de acordo com o que queriam as próprias Forças Armadas. Este aspecto é assinalado por Eliézer Rizzo de Oliveira¹⁴⁵. Isto se deu pela pressão da pessoa de Leônidas Pires Gonçalves, então ministro do Exército. As Forças Armadas continuam tendo ingerência na garantia da lei e da ordem, que foi, e ainda é, bastante contestada. Durante as discussões na Constituinte, os militares tiveram duas formas de se articular, fazendo valer a argumentação de força do ministro do Exército e por meio de assessorias parlamentares. De acordo com Eliézer, a diferença dos militares quanto aos civis é que eles tinham exata noção de onde queriam chegar, e utilizavam suas estratégias com competência¹⁴⁶.

Outras discussões surgiram sobre este tema, pois, até que a Lei Complementar nº 69, de 23 de Julho de 1991¹⁴⁷ – que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas fosse editada, houve a greve na Companhia Siderúrgica Nacional em 1988, que foi reprimida pelo Exército, por ordem de um juiz de primeira instância, o que causou uma série enorme de problemas e discussões acadêmicas.

Com relação às negociações quanto ao âmbito militar, nos assuntos estritamente militares, alguns cientistas políticos, tais como Eliézer Rizzo de Oliveira, defendem que as forças armadas têm grande autonomia quanto à suas questões (educação, definição de organização, compra de equipamentos, etc), e que há grande desconhecimento da sociedade das questões militares, apesar de haver uma relação cordial entre a sociedade e as Forças Armadas, o que ele denomina de paradoxo das relações civil-militares.

¹⁴⁵ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de, Constituinte, Forças Armadas e autonomia militar, in Eliézer Rizzo de Oliveira et al, *As Forças Armadas do Brasil*, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, p. 145-185.

¹⁴⁶ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de, *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Editora Papirus, 1994, p 128.

¹⁴⁷ Foi substituída pela Lei complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

A falta de mudança dos temas (agenda) militares, ainda nos dias de hoje, muitas vezes é explicado pela inação do Congresso Nacional, porque os temas da Defesa não dão voto¹⁴⁸. Entretanto, verificam-se os concertos entre o Executivo e a Força Militar, que aplica lobby ao Congresso para que temas considerados sensíveis sejam mantidos. Assim foi com o tema serviço militar.

Enfim, apesar deste grande esforço teórico que aborda as questões mais políticas do que as definitivamente militares, há pouca alusão ao *modus faciendi* da atividade militar, e de como as questões políticas interferem na eficácia da atuação militar. Este trabalho visa cobrir esta lacuna, interagindo o âmbito político com o estratégico-militar.

Forças Armadas e Poder Político no Brasil

Há um extenso trabalho intelectual que aborda a relação das forças armadas com o poder político no Brasil e na América Latina. A influência política das forças armadas no Brasil é ampla e caracterizada em diversos eventos da história do país, e pode ser vista nas várias intervenções desde a República, passando por apoios a Getúlio Vargas, no contra-golpe do general Lott para que Juscelino assumisse, dentre outros. Foram constantes ações políticas das forças armadas no cenário brasileiro, e, por isso, diversas teorias surgiram a respeito de seu papel político. Citando algumas:

O modelo interpretativo das forças armadas como representantes das classes médias, de Nelson Werneck Sodré¹⁴⁹ afirma, principalmente baseado nos movimentos tenentistas, que o Exército era a classe que proporcionaria a transformação no sistema político, indo contra as oligarquias que detinham o poder. Há diversas críticas sobre este modelo de interpretação, primeiro dizendo que esta é uma visão que tenta encaixar a teoria marxista onde não era possível, depois dizendo que os militares tinham mais forte em si a

¹⁴⁸ Esta expressão é quase unânime em todos os que trabalham com a temáticas das forças armadas, entre eles: Mário César Flores e Eliézer Rizzo de Oliveira.

¹⁴⁹ Nelson Werneck Sodré, *História militar do Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

visão institucional¹⁵⁰, que se originava da formação militar, e por isto não se viam como classe libertadora¹⁵¹.

A teoria do poder moderador, de Alfred Stepan¹⁵², afirma que até 1964, os militares participavam intervindo para “organizar a casa”, ou seja, solucionavam os conflitos políticos, depois retornavam aos quartéis, porque não se sentiam em condições de governar. Entretanto, isto criava um problema que era o de que um agente externo à política fazia alterações no percurso, o que não proporcionava um andamento natural do processo político. Após o surgimento da Escola Superior de Guerra os militares sentiram-se em condições de governar, e o fizeram. Esta teoria é criticada porque os militares nem sempre agiram só como um poder acima de qualquer outro, como o era o do imperador, e para manter o *status quo*, mas na verdade proporcionaram mudanças transformadoras, muitas vezes.

A análise teórica do partido fardado, de Oliveiros Ferreira, que afirma serem os militares um partido, segundo a visão de Gramsci, pois tem organização, visão de mundo, e condições de intervir politicamente, pois conseguem dar a “palavra de ordem” em momento oportuno. Além disto, conseguem adeptos civis à sua “causa”. Oliveiros acreditava que os militares seriam capazes de realizar a revolução, tanto contra os sistemas vigentes no país, e impedindo o sistema que desejavam impor, ou seja, o comunismo, que não era próprio ao Brasil. Infelizmente, para Oliveiros, a falta clara de objetivo do partido não possibilita que a revolução ocorra, e, para piorar, o partido falece, com medidas institucionais tais como enviar os generais para a casa cedo – conhecida lei denominada de cota compulsória, ou seja, os generais não podem passar mais que doze anos, somando os três postos de generalato

¹⁵⁰ Edmundo Campos Coelho, *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

¹⁵¹ Antonio Carlos Peixoto, Exército e política no Brasil: Uma crítica aos modelos de interpretação, in Alain Rouquié (coord), *Os partidos militares no Brasil*, Rio de Janeiro: Record,

¹⁵² Alfred Stepan, *Os militares na política – as mudanças de padrões na vida brasileira*; Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

(Brigada, Divisão e Exército) – e com o Ato Institucional 17, que proíbe manifestações políticas dos militares, e que eles participem da política¹⁵³.

Ameaças, missões e estruturas

Num pensamento esquemático, as ameaças configuram as missões das forças armadas, que condicionariam a estrutura militar¹⁵⁴. Apesar da lógica factual, desse pensamento exclui-se o elemento político: qual a dimensão que um Estado deseja ter de seu aparato bélico? De acordo com a vontade política, isso pode ir desde um leve grupo para manter a ordem pública, até condições para defender e manter interesses em regiões do outro lado do planeta.

Portanto, a missão atribuída nem sempre é a expressão positiva para contrabalançar a negatividade das ameaças, na realidade, ela pode desde deixar de anular as ameaças, ficando com ‘saldo negativo’, até ser extremamente mais forte do que as ameaças. Isso é parte da explicação de porque não há exata correspondência entre ameaças, estruturas e missões.

Os argumentos em prol das ações intervencionistas humanitárias são, em geral, acoplados a interesses econômicos e políticos¹⁵⁵, tal como o interesse em livrar o Kuwait da ocupação do Iraque em 1991; havia o interesse claro em salvaguardar o comércio de petróleo. E vice-versa: intervenções que tem como finalidade principal interesses políticos e econômicos e são camuflados com roupagem humanitária ou de direito internacional, tal como a invasão do Iraque.

¹⁵³ Oliveiros Ferreira, *Vida e morte do partido fardado*, São Paulo, Senac, 2000. (Série Livre Pensar).

¹⁵⁴ De acordo com Salvador Raza, em palestra sobre Projeto de Força, no curso de Segurança Internacional e Defesa: Uma abordagem na perspectiva das Relações Internacionais para o Projeto de Força Brasileiro". NUPRI, USP, em 26/07/07, afirmou que a estruturação do projeto de força não deve-se basear em ameaças ou inimigos que modificam-se com o tempo, mas em capacidades, de acordo com a prossecção de cenários complexos. Essa mudança ocorreu nas forças militares norte-americanas, após 1991, cujo projeto denominou-se *Bottom-Up Review*. Ver Domicio Proença Junior e Eugenio Diniz, *op. cit.*, página 38, nota 20.

¹⁵⁵ Segundo Mário César Flores.

Da mesma forma, interesses militares internos sempre se utilizarão de argumentos que os defendam, bem como a organização militar da estrutura que favoreça essa intervenção.

Assim ocorreu com a estruturação da Brigada de Forças Especiais, no Brasil, quando o Ministro da Defesa, Viegas, utilizou-se do argumento do terrorismo como parte da necessidade de transformar o Batalhão de Forças Especiais em Brigada, e transferi-la para o centro do país, saindo do Rio de Janeiro. De certa forma, pode-se dizer que há necessidade dessa ampliação, principalmente quanto ao cenário difuso, e a necessidade ainda cada vez maior de ações diversificadas com menor efetivo, altamente especializado. Mas não houve menção de modificação de legislação por causa da ameaça terrorista, no Brasil, tal qual ocorreu na Espanha, Reino Unido e Estados Unidos¹⁵⁶.

Entretanto, há questões estruturais que interferem na definição e no espectro de quem faz o que na área de segurança e defesa.

Ameaças percebidas

O conceito de ameaça é ligado à percepção, ou seja, uma pessoa pode estar vivendo situação de perigo, entretanto, não o percebe; da mesma forma que pode estar vendo fantasmas onde eles não existem¹⁵⁷. Portanto, depende primordialmente de que “sentidos” são utilizados para perceber as ameaças e quais são os “órgãos” aos quais se dará credibilidade para percebê-las para que, para isto, sejam proporcionados “anti-corpos” necessários para a reação¹⁵⁸. Portanto, quem o Estado designa para determinar que ameaças são relevantes e como diminuir o risco de possibilidade de perigo é um fator basilar.

¹⁵⁶ Citar

¹⁵⁷ SAINT-PIERRE, Héctor Luis, Reconceitualizando “novas ameaças”: da subjetividade da percepção à segurança cooperativa, in MATHIAS, Suzeley Kalil, SOARES, Samuel Alves (Org.). *Novas ameaças dimensões e perspectivas – desafios para a cooperação em defesa entre Brasil e Argentina*. 1. ed. São Paulo: Sicurezza, 2003, p. 23 a 58.

¹⁵⁸ Segundo Salvador Raza, a análise e estruturação da Defesa por ameaças ou hipóteses de conflito é ultrapassada, pois as ameaças se modificam com o tempo; deve-se estruturar a Defesa (o projeto de força) por capacidades. RAZA, Salvador Ghelfi *Análise da Defesa, Curso Segurança Internacional e Defesa*, NUPRI/USP, 19 de maio de 2007. Assim afirma o Exército que faz seu planejamento. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, *Concepção Estratégica do Exército*, in *Sistema de Planejamento do Exército - extrato*, 2002, p. 35/52.

Também quanto às ameaças, há nítida correlação entre elas e a forma de inserção na política externa que um país traça como seus objetivos, o que definirá os movimentos que esse Estado realizará no tabuleiro internacional e, com isso, o nível de interferência e o grau de problemas que estará disposto a suportar.

Ameaças à democracia

Se as forças armadas são as responsáveis únicas por fazer essa avaliação, pode-se cair no princípio do louco cuidando do hospício: para os militares, nada é seguro, por definição¹⁵⁹. Nesse caso, pode ocorrer o fenômeno da “securitização”, quando os órgãos de segurança do Estado ultrapassam em muito as questões da cidadania e do bem-estar social, enfim, quando a segurança excede a negociação, qual seja, o campo do dissenso e da política¹⁶⁰. Nesse caso, ocupa-se o campo das ameaças à democracia, não ao Estado, em si¹⁶¹.

A negação do uso das forças armadas no ambiente interno segue o corolário de que, por já terem as forças armadas feito uso de forma desmesurada e descontrolada durante o período autoritário, esse uso freqüente possibilita a atuação autônoma, o abuso quanto aos direitos humanos e, no limite, a retomada do aparelho de Estado pelo estamento militar. Portanto, seria uma ameaça ao regime democrático de um país.

Todavia, observa-se que, no Brasil, o uso do aparelho militar na repressão de conflitos internos continuou a ser ilimitado, por solicitação dos próprios civis e, nem por isso, houve a retomada do poder.

Na verdade, no estudo com relação às novas ameaças, segue-se também um corolário de que as novas ameaças, como um todo, são de interesse dos Estados Unidos, mega-força militar e com hegemonia, no mínimo, regional (hemisférica?), que, por um lado,

¹⁵⁹ “Se se acredita nos médicos, nada é sadio; se se acredita nos teólogos, nada é inocente; e se se acredita nos militares, nada é seguro” Lord Salisbury

¹⁶⁰ Suzeley Kalil Mathias, Brasil: Interesse nacional e “novas ameaças”, in MATHIAS, Suzeley Kalil, SOARES, Samuel Alves (Org.), op cit., p. 125 a 156.

¹⁶¹ Samuel Alves Soares, As antinomias das realções civis-militare no Brasil: das velhas às novas ameaças, in MATHIAS, Suzeley Kalil, SOARES, Samuel Alves (Org.), op cit., p. 211 a 244.

fazem parte da nova agenda de segurança que substituiu a idéia de Kennedy de “segurança e desenvolvimento” sendo alocada agora como parte da divisão internacional de trabalho militar. Como consequência tangencial, poder-se-ia dizer que o fato de a configuração mundial ter realmente modificado e proposto novos desafios aos militares, sobretudo possibilitando duas visualizações: o da crise de identidade, com o desaparecimento do inimigo, e a desvalorização da relevância do estamento militar, na maior parte dos países.

No Brasil, essa desvalorização soma-se à idéia de revanchismo por parte dos reprimidos ao estamento militar, visão de alguns militares que acreditam ser uma forma de os governos alinhados à esquerda impugnarem, por outras vias, as forças armadas ao desamparo e ao sucateamento; por causa do combate desferido à esquerda durante o período autoritário.

Esse desamparo pode se configurar também uma ameaça, no limite: se os militares se sentirem desamparados, podem chegar ao extremo de ações descontroladas, movidos por algum líder que as chame a agir¹⁶².

Como outra ameaça ao estado democrático, parece haver o descaso com a questão social e com o desnível social existente no Brasil, que também pode alcançar uma situação tal qual Canudos, onde a força militar foi chamada a agir contra uma questão social agravada ao extremo.

Há, portanto, diversos fatores que podem, no extremo, causar situações de crise onde o Estado, em sua preservação, pode ignorar, ou passar por cima de um governo ou, mais ainda, de um regime democrático. Espera-se que os controles democráticos de um estamento estatal sejam muito mais finos, específicos e devem ser muito maiores e mais eficazes do que simplesmente uma democracia eleitoral.

Há que se controlar a pobreza e os desníveis sociais, sob pena de eles proporcionarem motivos para a organização de movimentos extremos de insatisfação social e de desestabilização política e estatal. Se os desequilíbrios sociais forem controlados, por meio

¹⁶² De acordo com Mário César Flores e Samuel Huntington.

de soluções palpáveis, diminuindo os desníveis sociais, talvez haja o esvaziamento das vozes mais radicais e esses movimentos sociais sigam suas reivindicações dentro dos limites que não desestabilizem o Estado; ao fim e ao cabo, se o Estado não proporcionar segurança e mínimo de bem-estar, esse mal pode transformar-se em insegurança e instabilidade.

Além disso, o estado deve controlar as ações militares no ambiente interno, por meio da integração das ações entre as várias estruturas do Estado (ministério da Justiça, Polícia Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública, dentre outros) sob pena de os militares serem empregados abundantemente, criando autonomia demasiada, como citado acima, ou de forma inadequada, sem que a população sinta modificações significativas quanto a sensação de segurança, o que desqualifica a ação militar, que deveria ser a *Ultima Ratio*, e desqualifica mais ainda o Estado, de forma cabal, já que em termos radicais não há outro meio a empregar acima das forças armadas.

Ações militares devem ter objetivos bem definidos e serem controladas quanto aos abusos, bem como qualquer ação de repressão ainda que não efetuada por militares das forças armadas. Afinal, quem ocupa posição de poder pode abusar dos direitos humanos, não tão somente os militares. Daí surgem duas ameaças ao sistema democrático: o abuso da ação militar, e a falta de solução à insegurança pública.

Parece, portanto, que antes de se falar de ameaças bélicas inter-estatais (*Old War*), ou de novas ameaças (*Other than war*), é necessário falar claramente de ameaças ao sistema democrático, ou, considerar as duas coisas como suas imbricações conjuntas: ameaças à Defesa e ameaças à Democracia, como idéias complementares.

O controle do meio-ambiente, por exemplo, é claramente uma forma de se diminuir a ameaça de invasão de potência no território brasileiro: se não houver essa

preocupação, declara-se a incapacidade de governar, como de certa forma ficou evidenciado no incêndio em Roraima, em 1998¹⁶³.

Agenda norte-americana e Guerra Fria

Precisando a política estratégica do Brasil e discordando da visão unicista¹⁶⁴ de que, durante o regime autoritário, o Brasil unicamente atrelou-se aos Estados Unidos, somente desenvolvendo a “caça aos comunistas” no interior das fronteiras¹⁶⁵. Isto realmente é fato, mas não é a expressão total da verdade. Há, ao mesmo tempo, ou em períodos diversos, o alinhamento aos interesses estratégicos norte-americanos, e a idéia de Brasil-Potência, que não se coaduna nem um pouco com o que desejavam os EUA. Abaixo segue descrição sumária quanto ao que se sucedeu em cada um dos governos do período autoritário (1964-1985).

Observa-se que o alinhamento automático¹⁶⁶, ou a interdependência com o governo norte-americano fez parte da política de governo de Castelo Branco (1964-1967); entretanto, é interessante frisar que o Acordo de Assistência Militar Brasil-EUA não surge no governo autoritário, mas muito antes, em março de 1952, durante o governo de Getúlio Vargas (1951-1954).

Posteriormente, no governo de Costa e Silva (1967-1969), houve a recusa da assinatura do Tratado de Não-Proliferação Nuclear¹⁶⁷, criticou-se a criação de uma Força Interamericana de Paz e houve a proposta de relacionamento com a América Latina fora do

¹⁶³ MARTINS FILHO, João Roberto, a visão militar sobre as “novas ameaças” no cenário da Amazônia brasileira in MATHIAS, Suzeley Kalil, SOARES, Samuel Alves (Org.), op cit., p. 277.

¹⁶⁴ Essa visão unicista atribui ao governo autoritário a idéia de ter sido entreguista, e de ter se alinhado totalmente às vontades de Washington. Ver Paulo G. Fagundes Vizentini, O regime militar brasileiro e sua política externa, in MARTINS FILHO, João Roberto (org), *O golpe de 1964 e o regime militar – novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006, p. 143.

¹⁶⁵ D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (org), *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997, p. 155.

¹⁶⁶ O afrouxamento dos laços com os EUA, ainda no governo Castelo Branco, é descrito em John W. F. Dulles, *Castello Branco, o presidente reformador*. Brasília : Universidade de Brasília, 1983.

¹⁶⁷ D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso, op. cit, p. 340.

âmbito da OEA, rompendo com a norma de relacionamento do governo anterior com Washington, que agravou a relação com os Estados Unidos¹⁶⁸.

Durante o governo Médici (1969-1974), com a idéia de Brasil Potência, na área estratégica, o Brasil se recusa a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, e avança com a estruturação da indústria de armamentos nacional, bem como a ampliação do mar territorial brasileiro de 12 para 200 milhas em 1970¹⁶⁹, atitudes contrárias à vontade norte-americana¹⁷⁰.

No governo Geisel (1974-1979), ocorreu a assinatura do acordo nuclear com a Alemanha Ocidental, já que os EUA se recusou a colaborar com o projeto nuclear brasileiro. Após as insistentes pressões norte-americanas para que o Brasil desistisse do acordo nuclear, Geisel rompe o Acordo Militar Brasil-EUA¹⁷¹. Houve também o avanço do programa espacial desenvolvido pelo Brasil¹⁷². Neste governo, houve o esmaecimento do discurso de Brasil-potência e a busca da cooperação na América Latina. Com relação à Argentina, houve o acordo quanto ao contencioso das barragens hidrelétricas da bacia do Prata. Geisel p. 346.347

O estreitamento das relações com a África, principalmente com as ex-colônias portuguesas, foi crescente, a ponto de Geisel ter reconhecido a independência de Angola, consoante com a aproximação dos países de língua portuguesa, demonstra uma ação independente. Assim pensa Vizentini e confirma depoimento do presidente Geisel¹⁷³.

Duas ações relativas à preocupação do desenvolvimento de tecnologia própria, que se liga às questões de tecnologia militar, surgem durante o governo de Geisel: o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha¹⁷⁴, que foi duramente criticado pelos Estados Unidos, e o desenvolvimento da indústria de armamentos¹⁷⁵.

¹⁶⁸ Paulo G. Fagundes Vizentini, op cit, p. 147.

¹⁶⁹ Presidente da República, Decreto-Lei Nº 1.098, de 25 de março de 1970 - *Altera os limites do mar territorial do Brasil*. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=196892>>. Acesso em 13 ago. 2007.

¹⁷⁰ Paulo G. Fagundes Vizentini, op cit, p. 149.

¹⁷¹ Idem, p. 153.

¹⁷² D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso, op cit, p 349, 350, 351

¹⁷³ D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso, op cit, p 302,303, 338, 344, 345.

¹⁷⁴ Idem, p. 304,305 e 339

¹⁷⁵ Idem, p 343

Os rumores de internacionalização da Amazônia fizeram com que o Brasil se reunisse com os países vizinhos e lançasse a Iniciativa Amazônica¹⁷⁶.

No governo de Figueiredo (1979-1985), o Brasil apoiou a Argentina no conflito das Malvinas, em 1982, vendendo secretamente aviões de combate durante a guerra¹⁷⁷.

Apesar de que a condução da estratégia e da Defesa no Brasil possa ter sido equivocada, no período da Guerra Fria, há que se perceber que não houve atrelamento à vontade norte-americana, e que existia algum direcionamento com relação à Defesa.

Entretanto, com relação a definições políticas e condução da Defesa, no período do governo Fernando Collor de Mello, ocorreu o desmantelamento da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional em 1990, responsável por confeccionar o Conceito Estratégico Nacional¹⁷⁸, que continha as hipóteses de guerra. Desse período até a definição da política de Defesa Nacional, que somente surge em 1996, além de bastante sumária, servindo de base para as mais variadas críticas, houve um hiato de seis anos sem a mínima condução da Defesa no Brasil, período em que as forças armadas continuaram a se planejar, inclusive, a longo prazo.

Política estratégica norte-americana e ‘tentativas de fuga’ da agenda

A tentativa de fuga da agenda norte-americana com relação aos assuntos de Política Externa e Defesa vem desde o período considerado de ‘alinhamento automático’, pós

¹⁷⁶ Idem, p. 153.

¹⁷⁷ Idem, p. 155.

¹⁷⁸ BITENCOURT, L. "The Importance of the Amazon Basin in Brazil's Evolving Security Agenda", en J. S. Tulchin y H. Golding (Eds), *Environment and Security in the Amazon Basin*, Washington, DC, Woodrow Wilson Center, 2002.

II Guerra Mundial¹⁷⁹, e se concretiza durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), com o rompimento, em 1976, do Acordo Militar Brasil-EUA e a busca por uma política militar autônoma (nem alemã, nem francesa, nem norte-americana). Seria mais ou menos a retomada da missão indígena, pelos “jovens turcos¹⁸⁰”, mas de forma mais institucionalizada, vinda de cima.

A questão da autonomia estratégica é algo complexo se analisarmos a capacidade do Estado Brasileiro de se manter independente frente ao Estado norte-americano hegemônico. Em outra época, os Estados Unidos já viveram situação semelhante: segundo Samuel Huntington, os EUA eram cativos de certo atrelamento à Europa no período subsequente à Revolução Francesa e das guerras napoleônicas, pela proximidade física e por suas condições de potência menor ¹⁸¹. A procura de um Estado secundário nas relações de poder é achar como é possível fazer com que o guarda-chuva protetor do país hegemônico possa proteger e não impor, liberando espaço para um caminho individualizado. Qual seria a melhor estratégia para seguir, utilizando-se do guarda-chuva e sem seguir *ipsi literis* a agenda hegemônica, é o desafio com que se defrontam todos os governos do “hemisfério”, principalmente os latino-americanos. Aliás, essa é a recomendação de Mário César Flores para o Brasil nos dias atuais.

Missões no período da Guerra Fria e no pós-Guerra Fria

¹⁷⁹ Esse assunto será retomado mais adiante.

¹⁸⁰ Ver Exército Brasileiro, ‘A modernização do Exército nos primórdios da República’ in *Seu Exército - (Uma sinopse Histórica)* <http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/sinopse/profissional.htm>

¹⁸¹ Samuel Huntington, “A Mudança nos interesses Estratégicos Americanos” in *Política Externa*, vol. I, nº 1, São Paulo, Paz e Terra/Núcleo de Política Internacional e Comparada (USP), 1992, p. 17. Richard Henry Lee afirmava que havia o desejo de separar-se da política e dos vícios europeus, mas a proximidade impedia que isso ocorresse.

Iniciando a análise quanto às missões atribuídas às forças armadas, dois autores, Covarrubias¹⁸² e Edmunds¹⁸³, tratam da abrangência delas. Para simplificar e sintetizar, o quadro esquemático abaixo realiza a correlação entre as missões tratadas pelos dois acadêmicos.

Covarrubias	Edmunds
Tradicionais (hipóteses de guerra)	Inter-estatal (<i>old war</i>)
Zona Cinzenta (coordenação militar-policial)	Intra-estatal (<i>internal security</i>)
Apoio ao desenvolvimento	<i>Nation Building</i> <ul style="list-style-type: none"> • Construção civil • Defesa Civil • Escola de nacionalismo
Não-tradicionais (novas ameaças)	Novos papéis (<i>New Roles</i>) <ul style="list-style-type: none"> • Combate as tráfico de drogas • Guerra ao terror
Compromissos estratégicos	Operações de paz

Quadro 8 - Missão das forças armadas
Fonte: Organizado pelo autor

De acordo com esse quadro comparativo, percebe-se o grau de amplitude de missões possíveis para as forças armadas. Os dois acadêmicos afirmam que, dependendo do país, algumas missões são mais prioritárias que outras e não necessariamente correspondentes à tipologia do pós-modernismo militar. Segundo Covarrubias, há países que necessariamente não abandonaram a concepção tradicional (ou moderna, de acordo com a tipologia supracitada) de conflito inter-estatal, porque “o inimigo jaz à porta”. Assim é o caso do Chile. Outros priorizam os compromissos estratégicos, como o Uruguai, sendo que alguns têm os problemas internos como preponderantes, como a Colômbia.

A atuação da força armada em ambiente interno é extremamente complexa, até porque há diversos motivos para atuar internamente; há ações constabulares de controle de fronteiras terrestres e marítima, levadas a cabo, no mais das vezes, por forças como a Guarda

¹⁸² COVARRUBIAS, Jaime García, Transformación de la Defensa: El caso de EE.UU. y su Aplicación en Latinoamérica, *Military Review*, p. 23-30, Mar.-Abr. 2005. Disponível em: <<http://www.ndu.edu/chds/docUploaded/art-garcia2.pdf>> Acesso em: 19 ago. 2007.

¹⁸³ EDMUNDS, Timothy. Op. cit, p. 1063 a 1067.

Nacional e Guarda Costeira; ações de combate a movimentos guerrilheiros, tal como na Colômbia; ações de contenção de guerra civil em sociedades pós-conflito, às quais muitas vezes extrapolam a capacidade das forças militares locais de refrear, dentre outras crises possíveis.

Segundo Mário César Flores, até os países com antiga tradição democrática utilizam suas forças armadas em ações internas¹⁸⁴, apesar de possuírem forças constabulares; ainda assim, para o Brasil, que não as possui, seria muito difícil e dispendioso constituí-las atualmente¹⁸⁵. Por outro lado, Edmunds afirma que existe na América Latina a tradição de as forças armadas atuarem em ambiente interno; entretanto ressalta, à semelhança de um inúmeros cientistas políticos brasileiros, que o emprego indiscriminado das forças armadas nesse âmbito pode trazer ameaças à democracia e aos cidadãos¹⁸⁶.

No período da Guerra-Fria, duas tendências ocorreram nas forças terrestres: a primeira, que se chamou de “alinhamento automático¹⁸⁷” à agenda de segurança norte-americana, com a consequente missão de combate à guerrilha, mais conhecida como defesa interna, dentro do ideário da segurança nacional; a segunda, motivada pelo imaginário geopolítico do “Brasil-Potência”, busca estruturar forças armadas autóctones, apartando-se do direcionamento norte-americano, tanto que em 1974 o País rompe o acordo militar com os Estados Unidos, após vários estranhamentos com relação à política externa norte-americana.

Missões, estrutura de defesa e segurança e legislação - uma comparação

Logicamente, interesses e ameaças são mutantes, e a estrutura bélica, tanto quanto a estrutura de segurança e a relação entre elas, é mais ‘definitiva’. O que é preponderante é

¹⁸⁴ FLORES, Mário César, *Reflexões estratégicas - repensando a defesa nacional*, São Paulo: É Realizações, 2002, p. 33. O que ele denomina de cumprimento da cláusula do contrato sociopolítico.

¹⁸⁵ Ibid., p. 89.

¹⁸⁶ EDMUNDS, Timothy op cit, p. 1062.

¹⁸⁷ Não há consenso quanto a esse alinhamento, que talvez só tenha ocorrido no período do governo Castelo Branco. Ver VIZENTINI, Paulo G. Fagundes, O regime militar brasileiro e sua política externa, in MARTINS FILHO, João Roberto (org), *O golpe de 1964 e o regime militar – novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006, p. 143 e 149; DULLES, John W. F., *Castello Branco, o presidente reformador*. Brasília : Universidade de Brasília, 1983 e D'ARAUJO, Maria Celina & CASTRO Celso (org), *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997, p, 153, 340, 349 a 351.

fazer planos de longo alcance, buscando acertar rumos, prever orçamentos, reestruturações da estrutura, sem que se perca um fio condutor lógico.

Como se afirmou anteriormente, muitas vezes a estrutura é dura, pois envolve inclusive a questão histórica que envolveu o acerto dos órgãos de defesa externa/constabulários e policiais. Talvez a forma de organização/estrutura acabe por condicionar missões a determinados órgãos, bem como a falta delas deixará determinadas forças ‘sobrecarregadas’, o que seria um arranjo para a Defesa partindo de trás para diante (de marcha-ré).

Como as missões modificam-se, às vezes, de uma hora para outra, a falta de cobertura de todas as ameaças pela estrutura bélica existente é denominada de risco¹⁸⁸.

Há diversas formas de organização e, portanto, as missões são divididas constitucionalmente a cada órgão. Nesse caso, os órgãos de polícia podem fazer parte da força de terra, ou podem estar inseridos em outro órgão. No caso do Brasil por exemplo, havia a Guarda Nacional, que foi extinta em 1911. Nesse caso, dificilmente missões constabulárias ficariam fora das Forças Armadas.

Argentina

O quadro abaixo demonstra o quanto são separadas as áreas de atuação de defesa externa e de segurança interna, inclusive, quanto à legislação.

¹⁸⁸ Citar Raza.

ESCALA	FORÇA	ÓRGÃO	MISSÃO
Ministério da Defesa	Forças Armadas	Marinha, Exército e Força Aérea	Enfrentar agressões de origem externa
Ministério del Interior	Forças Federais	Policía Federal	Segurança no âmbito nacional
		Gendarmería nacional	Patrulha das fronteiras e dos pontos estratégicos
		Prefectura naval	Patrulha do território marítimo e dos rios navegáveis
		Policía de Seguridad Aeronáutica	Custodia os aeroportos.
Provincias		Policia	

Quadro 9: Estrutura de Defesa e Segurança Pública da Argentina

Fonte: Lei 23.554 – *Ley de Defensa Nacional*¹⁸⁹ e Lei 24.059 – *Lei de Seguridad Interior*¹⁹⁰.

Na Argentina a Lei nº 23.554 discrimina claramente que as forças armadas somente devem se ater a. Limita a atuação das forças armadas à atuação externa, e afirma a diferença que há entre defesa nacional e segurança interior. A divisão bastante discriminada faz alusão, inclusive, ao trabalho de inteligência, quando afirma que os organismos de defesa militar não devem, em nenhuma hipótese, trabalhar com questões relativas à política interna (Art. 15º).

Quanto à possibilidade de conflito, ou de discussão diplomática, inclui as Ilhas Malvinas¹⁹¹ como parte do escopo da defesa, apresentando, portanto, uma área a ser ainda definida, em confronto com o Reino Unido (Art. 4º).

Afirma que composição, dimensão e distribuição serão analisadas conjuntamente (Art. 21º), o que diferencia do Brasil, que ainda mantém uma postura corporativa entre as forças, cada uma se auto-regulando.

Segundo Sain, a definição de ameaça externa, na Argentina, é tão bem delimitada que se define não somente pela origem, mas pelo tipo e autor da agressão¹⁹².

¹⁸⁹ MINISTERIO DA DEFENSA, *Ley de Defensa Nacional*. Disponível em <http://www.mindef.gov.ar/secciones/documentos/ley_23554.htm>. Acesso em 25 mai. 2007.

¹⁹⁰ *Ley de Seguridad Interior*, http://www.mindef.gov.ar/secciones/documentos/ley_24059.htm. Uma discussão bastante consistente sobre o estabelecimento dessas leis e as idas e vindas de congresso, executivo e militares na Argentina, ver Marcelo Saín, *Novos Horizontes, Novos problemas: As Forças Armadas argentinas frente às “novas ameaças” (1990-2001)* in MATHIAS, Suzeley Kalil, SOARES, Samuel Alves (Org.). *Novas ameaças dimensões e perspectivas – desafios para a cooperação em defesa entre Brasil e Argentina*. 1. ed. São Paulo: Sicurezza, 2003

¹⁹¹ Além das outras ilhas pertencentes à Província da Terra do Fogo, <http://www.tierradelfuego.org.ar/ubicacion/>

¹⁹² Sain, op. cit., p. 164.

Ainda mais definida fica a questão da defesa que delimita inclusive o treinamento militar, que não deve ser feito se não para as atividades tipicamente prescritas para o âmbito externo¹⁹³.

Do ano de 1988 até o estabelecimento da *Lei de Seguridad Interior*, houve várias tentativas de se alterar essa rígida e bem definida linha de defesa externa/segurança interna, por parte do Executivo, mediante pressões norte-americanas, principalmente do Comandante do Comando Sul dos Estados Unidos (USSOUTHCOM) e com a aquiescência dos militares, por vezes, já que havia ocorrido uma diminuição sensível do orçamento militar e falta de definições quanto à defesa, o que proporcionou esse ambiente de relativa instabilidade. Entretanto, o posicionamento firme do Congresso, unindo esquerda e direita, levou à manutenção da delimitação excludente.

A lei anterior que tratava das questões de defesa e segurança (Lei 16.970, de 10 de outubro de 1966 - *Ley de Defensa Nacional y Sistema Nacional de Planeamiento y Acción para la Seguridad*), entretanto, estava em conformidade com a doutrina Kennedy de “desenvolvimento e segurança”¹⁹⁴, e abrangia tanto o âmbito interno como o externo. Essa lei é semelhante à doutrina de segurança nacional, da Escola Superior de Guerra, do Brasil.

Brasil

No Brasil, há três forças armadas, Marinha, Exército e Força Aérea; a Polícia Federal, Polícias Militares e Civis nos Estados. Não há Guarda Nacional ou Costeira. Nesse caso, existirão missões que serão cumpridas pelas forças armadas, apesar de isto não ser visto positivamente.

No Brasil; nenhum órgão de polícia é diretamente subordinado as forças armadas, como ocorre, por exemplo, no Chile e na Itália. A subordinação de forças policiais às forças

¹⁹³ Sain, op. cit, p. 167.

¹⁹⁴ Desarrollo y seguridad, Memoria Debida, <http://www.nuncamas.org/investig/dandrea/memoria/memori07.htm>

armadas pode ser vista positivamente se considerada a facilidade de coordenação, comando e controle.

Com relação às estruturas e missões, há conflitos diversos:

ESCALA	FORÇA	ÓRGÃO	MISSÃO
Ministério da Defesa	Forças Armadas	Marinha Exército Força Aérea	defesa da Pátria garantia dos poderes constitucionais garantia da lei e da ordem <u>faixa de fronteira</u> missões de paz
Ministério da Justiça	Forças Federais	Polícia federal;	I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União [...] cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e <u>de fronteiras</u> IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
		Polícia rodoviária federal;	ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais
		Polícia ferroviária federal;	patrulhamento ostensivo das ferrovias federais
Governos estaduais	Forças Estaduais	Polícias civis;	preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, funções de polícia judiciária e a apuração de <u>infrações penais</u> , exceto as militares
		Polícias militares	polícia ostensiva e a preservação da ordem pública
		Corpos de bombeiros militares.	execução de atividades de defesa civil

Quadro 10: Estrutura de Defesa e Segurança Pública do Brasil

Fonte: Constituição Federal, Art 142, 144. Lei de Organização, Preparo e emprego das forças armadas, 2004.

Missões do Exército

As missões do Exército, segundo o SIPLEX, são definidas segundo a Constituição Federal e as leis que se seguiram, regulando o preparo e o emprego das Forças Armadas. São elas, portanto:

1. Defender a Pátria	Art. 142 da C.F.
2. Garantir os poderes constitucionais	
3. Garantir a Lei	
4. Garantir a ordem	
5. Cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil (atribuições subsidiárias)	Lei Complementar nº 97/1999
6. Participar de operações internacionais de manutenção de paz, de acordo com os interesses nacionais	Art. 4º da C.F.
7. Atuar na faixa de fronteira terrestre	Lei Complementar nº 117/2004, inciso IV do art. 17-A

Quadro 11 : Missões do Exército Brasileiro

Fonte: Palestra proferida pelo Gen Ex Albuquerque, Comandante do Exército, em 2004, na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, SIPLEX, e Legislações

Se comparado com o que se supunha ser as missões do Exército no ano de 1991, por exemplo, somente são citadas as missões de 1 a 4, ainda que fossem consideradas ações complementares as atribuições subsidiárias de:

- desenvolver ações de interesse militar nos campos científico- tecnológico, econômico e social em que houver carência da participação da iniciativa civil;
- colaborar com a Defesa Civil, prestando socorro em caso de calamidade pública;
- colaborar com as iniciativas visando à Proteção Ambiental¹⁹⁵.

Portanto, talvez como fruto de entendimento do Exército e de acordo com a busca por conseguir, primeiro, projeção internacional e posteriormente, condições de atuar na faixa de fronteira, o Exército consegue alargar suas tendas e ter condições de atuar com mais amplitude.

A questão da cooperação com o desenvolvimento nacional em estreita ligação com a dupla “Segurança e Desenvolvimento” que, embora questionável para alguns, delimita

¹⁹⁵ Estado-Maior do Exército, *Doutrina, Política e Estratégia*, Brasília, EGGCF, 24Out 91.

uma questão intrínseca à tradição militar terrestre, como tendo um papel tutelar e integrativo da nação brasileira.

Entretanto, as forças armadas brasileiras costumeiramente se imaginam capazes de abarcar missões das mais variadas: no período da Guerra-Fria, mantinham a defesa interna de acordo com a agenda norte-americana (e com interesses do segmento que se manteve no poder) e imaginavam um Brasil Potência, com forças armadas de grande dimensão. Talvez essa incoerência em coadunar estratégia de presença – colonização, com controle de dissidentes – com estratégia de projeção de poder, estratégias dificilmente coadunáveis, seja parte da idiosincrasia militar brasileira, inclusive nos dias atuais. Soma-se a isso a idéia das missões subsidiárias, que seriam a possibilidade de apoiar as populações mais carentes em locais extremos do país, e o auxílio a catástrofes, dentre outras.

Percebe-se essa tríade de missões nas diversas auto-descrições das unidades militares brasileiras. Como exemplo, a missão da 2ª Brigada de Infantaria de Selva é assim estruturada:

Atuar como *Força de Vigilância Estratégica* no quadro de *segurança externa* em sua área de responsabilidade, compreendendo os Municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Atuar também de forma *preventiva e repressiva* no quadro de *Garantia de Lei e da Ordem (GLO)* em sua Sub-área de Segurança Integrada. Como atividade complementar, *cooperar com o desenvolvimento econômico e social, nas atividades de apoio à Defesa Civil* e aos órgãos públicos dos diversos níveis, em ações de parceria¹⁹⁶.

Para demonstrar como essa visão é marcadamente tríade, apresentamos a descrição da missão de mais uma unidade, bastante semelhante nas diversas unidades militares:

Decorrente da Missão Constitucional do Exército (Art 142 da Constituição) a 17ª Bda Inf SI tem por missão "Defender a Pátria, **garantir a manutenção dos Poderes Constitucionais, da Lei e da Ordem, através de ações complementares**".

Em outras palavras, nos referentes à **Defesa Externa**, a 17ª Bda Inf SI **vigia a linha de fronteira** que lhe é correspondente e **mantém a integridade do Território Nacional** em sua área de responsabilidade.

¹⁹⁶ Descrição das missões das unidades da Força Terrestre na Operação Timbó IV - <http://www.timbo.mil.br/ft.htm>

Na **Segurança Interna**, acompanha o cenário nacional e regional, apoiando as ações desenvolvidas pelas expressões do Poder Nacional e, em casos excepcionais assumir encargos de Segurança Pública.

Quanto às **ações complementares**, essas são de natureza social e econômica e são **destinadas ao apoio da população e à criação de infra-estrutura mínima em áreas carentes**¹⁹⁷.

No tocante ao Brasil, ocorreu a transferência da prioridade da Defesa da região Sul para a região amazônica, fato claramente delimitado na Política de Defesa Nacional, junto com a “divisão do bolo” entre as três forças: para a Marinha, o Atlântico Sul¹⁹⁸ e a Dimensão aeroespacial para a Força Aérea.

Diferentemente do que se via no período da Guerra-Fria, quando a prioridade para a Defesa se mantinha na região Sul, que possuía um inimigo delimitado, inter-estatal e que se armava e se preparava consoante a um confronto, na Amazônia, atual prioridade, novas e velhas ameaças são percebidas e a conseqüente forma de “combatê-las”: os vazios geográficos são amenizados com a idéia de colonizar a região¹⁹⁹, envolvendo ao mesmo tempo a intenção de nacionalizar os índios²⁰⁰ e adaptá-los à vida atual, somado às questões do controle da fronteira (contrabando de armas, drogas, madeira, dentre outros), confronto com guerrilha de outros países e uma improvável guerra assimétrica, com inimigo em superioridade de forças; por isso, a estratégia da resistência.

¹⁹⁷ Missões da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/06OMs/Infantar/Brigada/Selva/17bdasl/indice.htm>>. Acesso em 09 jul. 2006.

¹⁹⁸ Chamada pela Marinha de “Amazônia Azul” que, com essa estratégia de marketing visa demonstrar para a população a importância da dimensão marítima.

¹⁹⁹ No site do Exército Brasileiro consta, sobre o Comando Militar da Amazônia: “*O CMA é, na região amazônica, o mais importante vetor de colonização, ocupação dos grandes espaços e vazios demográficos ainda existentes. Cumprindo seu papel social, coopera na modernização e no progresso de todas as comunidades da área, não só com componente militar, mas, também, na saúde, educação, nos estudos e nas pesquisas científicas e em muitos outros campos. Presta inestimável ajuda às populações indígenas ribeirinhas, principalmente pelo atendimento médico nos hospitais militares. É importante coadjuvante no Projeto Calha Norte de revitalização e vivificação da fronteira e desfruta excelentes relações com as Forças Armadas dos países limítrofes*”. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/06OMs/Comandos/CMA/indice.htm>> Acesso em: 01. ago. 2007 (grifos nossos)

²⁰⁰ Frase do general Villas Boas, então Chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia “... em uma comunidade indígena próxima à fronteira com a Colômbia, antes do Exército estabelecer um pelotão de fronteira, os indígenas achavam que eram colombianos”. AMORIM, Luís Henrique, *Jornal da Ciência*, 28 set 2005. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/toa/cma_villas.htm> Acesso em: 01 ago.2007.

Portanto, a Amazônia reúne num só lugar as novas e as velhas ameaças. Isso fica claro quando se verifica as missões descritas pelos próprios agentes da Defesa. Como exemplo, a missão da 17ª Brigada de Infantaria de Selva:

Decorrente da Missão Constitucional do Exército (Art 142 da Constituição) a 17ª Bda Inf SI tem por missão "Defender a Pátria, **garantir a manutenção dos Poderes Constitucionais, da Lei e da Ordem, através de ações complementares**".

Em outras palavras, nos referentes à **Defesa Externa**, a 17ª Bda Inf SI **vigia a linha de fronteira** que lhe é correspondente e **mantém a integridade do Território Nacional** em sua área de responsabilidade.

Na **Segurança Interna**, acompanha o cenário nacional e regional, apoiando as ações desenvolvidas pelas expressões do Poder Nacional e, em casos excepcionais assumir encargos de Segurança Pública.

Quanto às **ações complementares**, essas são de natureza social e econômica e são **destinadas ao apoio da população e à criação de infra-estrutura mínima em áreas carentes**²⁰¹.

Citando como são percebidas as missões de outra brigada, a 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira:

A fim de assegurar a **defesa da Pátria**, atuar como Força de Vigilância do CMO, por intermédio principalmente das **estratégias da presença** e da **dissuasão na fronteira oeste do Brasil**, entre os rios Cabixi e Perdido.

A fim de garantir os **Poderes Constitucionais, a Lei e a Ordem**, manter-se em condições de ser empregada, em qualquer ponto do CMO, particularmente na faixa oeste do estado do MS e MT, por determinação de seu Cmt, de forma emergencial e temporária, depois de esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição.

Ficar em condições de participar de **operações internacionais**, de acordo com os interesses do País.

Como **ação subsidiária, preventiva ou repressiva**, atuar na faixa de fronteira terrestre contra **delitos transfronteiriços e ambientais**, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos, executando, dentre outras, as **ações de patrulhamento, revista de pessoas, veículos e prisões em flagrante delito**.

Ainda como **ação subsidiária, cooperar com a defesa civil**, na forma da Lei.²⁰²

Ainda assim, não ocorreu a despreocupação com a região Sul do país, que mantém praticamente todas as suas unidades em condições de emprego.

²⁰¹ EXÉRCITO BRASILEIRO. Missões da 17ª Brigada de Infantaria de Selva. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/06OMs/Infantar/Brigada/Selva/17bdasl/indice.htm>>. Acesso em: 16 mai. 2007.

²⁰² EXÉRCITO BRASILEIRO, Missão da 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira. Disponível em <<http://www.18bdainffron.eb.mil.br/missao.html>>. Acesso em 16 mai. 2007.

Verifica-se, então, que as ameaças percebidas pelos militares são o vazio populacional da Amazônia, a não-integração dos índios e os problemas fronteiriços, principalmente no entorno amazônico. Entretanto, a questão amazônica não é recente, nem suas problemáticas. A busca pelo fortalecimento, desenvolvimento e colonização da região existe desde a década de 1960, tanto quanto o arrefecimento das questões quanto a Argentina, que ocorreu na década de 1970²⁰³. Assume a primeira prioridade, é fato, não como área primeira a ser defendida, mas como área de vazio que precisa ser reenchida, colonizada e desenvolvida.

Deve-se perceber que a região que permanece como de principal atenção é descrita de forma quase que subliminar, na Política de Defesa Nacional:

O planejamento da defesa inclui todas as regiões e, **em particular, as áreas vitais onde se encontra maior concentração de poder político e econômico. Complementarmente**, prioriza a Amazônia e o Atlântico Sul pela riqueza de recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestre e marítima²⁰⁴.

Portanto, é falho dizer que a área mais importante a ser defendida é a região Amazônica e o Atlântico Sul (romanticamente denominado de Amazônia Azul). De fato, desde o planejamento inicial do SIPLEX, os estados de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, enquadrados pelos Comandos Militares de Área do Sudeste e do Leste, são considerados de Núcleo Central.

Defesa Interna

O Exército Brasileiro historicamente teve ampla atuação na Defesa Interna,, desde os fundamentos do Império e República, mais com uma finalidade de estruturar o Estado do que de defender cidadãos. O interesse era manter a incolumidade do território e o regime do

²⁰³ MARTINS FILHO, João Roberto, A visão sobre as “novas ameaças” no cenário da Amazônia brasileira, in Samuel Alves Soares & Suzeley Kalil Mathias (org.), *Novas Ameaças: dimensões e perspectivas - desafios para a cooperação entre Brasil e Argentina*. São Paulo: Sicurezza, 2003. Ver p. 249 e 254, principalmente.

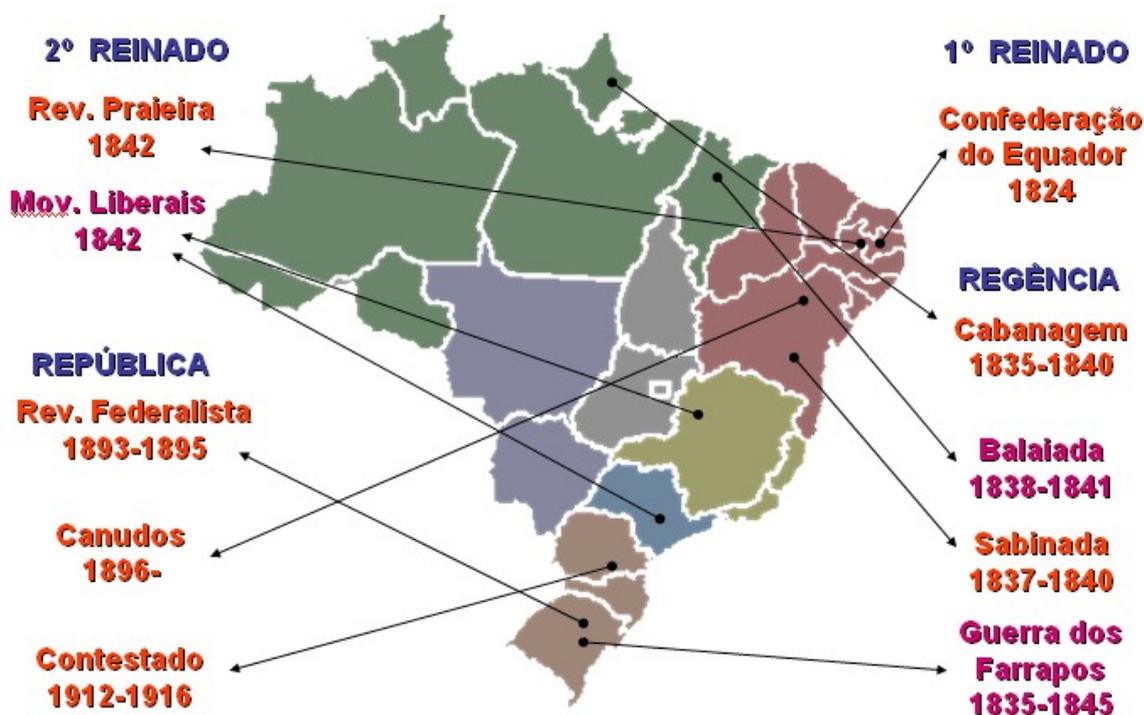
²⁰⁴ https://www.defesa.gov.br/pdn/index.php?page=o_brasil

momento; ou em Defesa da Monarquia/República e do *status quo* territorial, ou de ameaças de questões sociais não resolvidas pelo estado, tal como Canudos e Contestado. Na mesma direção atesta semelhantemente Suzeley, afirmando que a afirmação do Brasil como nação independente se deu pela contenção dos levantes internos²⁰⁵. Não é à toa que o patrono do Exército²⁰⁶ é Caxias, “o Pacificador²⁰⁷” e não Caxias, o líder da guerra do Paraguai.

Até porque se fosse feita uma comparação entre efetivos empregados, custos, duração e número de conflitos, talvez ficasse ainda mais reforçado que o emprego das forças armadas no âmbito interno tenha sido ainda mais relevante.

Um rápido levantamento das atuações no âmbito interno demonstra isso:

HISTÓRICO DE CRISES INTERNAS



Elaborado pelo autor

²⁰⁵ MATHIAS, Suzeley Kalil, Brasil: Interesse nacional e “novas ameaças”, in in MATHIAS, Suzeley Kalil, SOARES, Samuel Alves (Org.), op cit., p 147. Ver também EXÉRCITO BRASILEIRO, Cronologia do Duque de Caxias, Disponível em < <http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Patronos/Caxias/cronolog.htm>>. Acesso em 25 Out 2007.

²⁰⁶ Ver CASTRO, Celso, Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército Brasileiro. Heróis Nacionais. Revista Estudos Históricos, nº 25, 2000/1, Disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/286.pdf>>. Acesso em 2 Out. 2007.

²⁰⁷ EXÉRCITO BRASILEIRO, Marechal Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias - Patrono do Exército Brasileiro. Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/01inst/Historia/Patronos/Caxias/index.htm>>. Acesso em 25 Out 2007.

Segundo Suzeley, ainda prevalece no Brasil a idéia de que as ameaças são internas, ou seja, que o inimigo é interno²⁰⁸. Esse fato é presente em palestra do comandante do Exército, de acordo com o mapa apresentado abaixo:

LEVANTAMENTO DO EXÉRCITO DAS NOVAS AMEAÇAS



Fonte: Palestra do Comandante do Exército, s/d

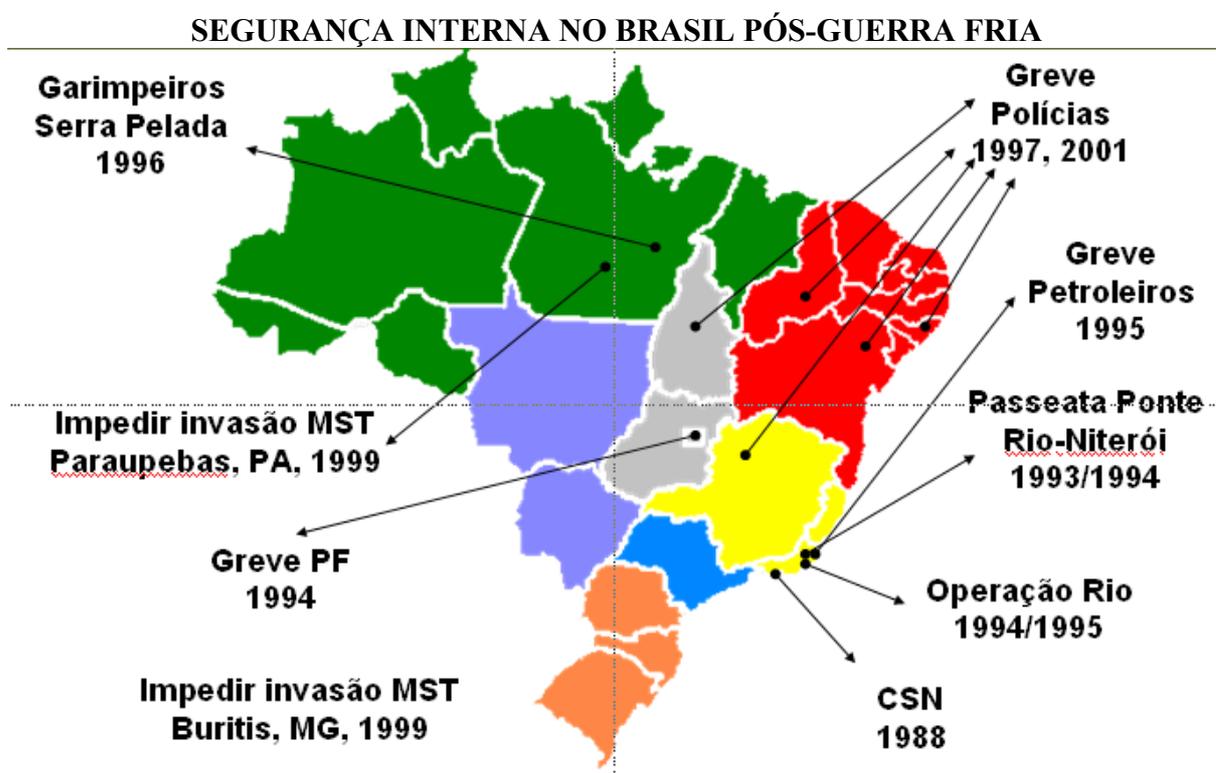
A utilização do Exército no âmbito interno, nos dias atuais, parece fazer parte até do famoso acordo dos moderados e reformistas, o que garante uma democracia com garantias para os reformistas, ao qual se refere Przeworski²⁰⁹; em consequência, neste caso, há benefícios para ambos. Um caso que vai até muito além do paradigmático é observado na questão da fazenda dos filhos do presidente Fernando Henrique Cardoso²¹⁰, pessoa que antes de estar no governo teve atuação contrária à ditadura.

²⁰⁸ MATHIAS, Suzeley Kalil, op. cit., p. 147.

²⁰⁹ PRZEWORSKI, Adam, Como e onde se bloqueiam as transições para a democracia, in MOISES, J A; ALBUQUERQUE, J A G. Dilemas da Consolidação da Democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 19 a 48. Ver principalmente p. 31.

²¹⁰ MATHIAS, Suzeley Kalil, op. cit., nota 54, p. 147 e 148.

Para ter idéia da semelhança da atuação histórica no âmbito interno, com a atuação na defesa interna durante o período democrático, a figura abaixo faz essa demarcação:



FUCCILLE, Luiz Alexandre, A Segurança Interna no Brasil Pós-Guerra Fria, A Segurança Interna no Brasil Pós-Guerra Fria. REDES 2001. Washington DC, 22-25, maio 2001, Disponível em: <<http://www.ndu.edu/chds/REDES2001/Papers/Block3/Internal%20Security%20Panel/Fuccille.IntSec%20Panel.doc>> Acesso em: 03 out. 2002. Organizado pelo autor.

A questão da defesa interna não é só problemática se levarmos em conta somente as questões históricas, seguida da prática da atuação do Exército no âmbito interno, fortalecida pelos antigos críticos dos excessos dos militares, quando no comando do governo federal. O problema das definições das ameaças, tomando-as de acordo com gradações de intensidade, vista por Suzeley²¹¹ como reedição da Doutrina de Segurança Nacional, onde os “óbices, antagonismos e pressões” poderiam chegar “até o recurso extremo da guerra”. Essa reedição realmente ocorreu, quando da aprovação da Doutrina Militar de Defesa²¹², em 01 de fevereiro de 2007. Apesar de aos acadêmicos não ser dada a condição de preditores do futuro, nesse caso, ao menos, os temores se confirmaram: o quadro I - Níveis de Segurança e

²¹¹ MATHIAS, Suzeley Kalil, op. cit., nota 42, p. 142.

²¹² BRASIL, Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 113, de 1º de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a *Doutrina Militar de Defesa* (MD51-M-04). Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/doutrina_militar_de_defesa.pdf>. Acesso em 03 Jul. 2007.

Instrumentos Estatais de Defesa²¹³, se estrutura de acordo com essa visão. Ele é reproduzido abaixo:

ÂMBITO	SEGURANÇA			INSTRUMENTOS ESTATAIS DE DEFESA		
	NÍVEL	DIMENSÃO	INTERESSES	COERCITIVOS	NÃO COERCITIVOS	
Interno	Individual	Pública	Direitos e Garantias Individuais	Órgãos de Segurança Pública (Poder de Polícia) e FA (casos previstos em lei)	FA (atribuições subsidiárias)	Outros organismos e instituições do Estado
	Comunitário		Grupais setoriais			
Externo	Nacional	Nacional	Objetivos Nacionais	FA	FA (ajuda humanitária)	
	Coletivo	Internacional	Objetivos vitais do conjunto de nações (coincidentes com o interesse nacional)	FA coligadas sob a égide de um Órgão de Segurança Coletiva		

Quadro 12: Níveis de Segurança e Instrumentos Estatais de Defesa

Fonte: BRASIL, Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 113, de 1º de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a *Doutrina Militar de Defesa* (MD51-M-04), Quadro 1 – Níveis de Segurança e Instrumentos Estatais de Defesa, p. 19/48. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/doutrina_militar_de_defesa.pdf>. Acesso em 03 Jul. 2007.

Observando o quadro, nota-se que há total semelhança com a Doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra²¹⁴, debaixo do guarda-chuva da Guerra Fria. A Doutrina da Escola Superior de Guerra modificou-se em 2005. Entretanto, nela se mantém o mesmo texto dos Fundamentos Doutrinários antigos²¹⁵:

“Ações de Defesa Interna

As Ações de Defesa Interna constituem respostas a **ameaças específicas contra a segurança Nacional no âmbito interno**. Tais ameaças devem caracterizar-se como infringentes da ordem jurídica legitimamente estabelecida, estando devidamente evidenciadas por **iniciativas e atos que dificultem ou ponham em perigo o atingimento ou a manutenção dos Objetivos Fundamentais**. A resposta a essas atitudes e a atos de manifesto antagonismo será a adoção de medidas e ações planejadas e coordenadas sob responsabilidade governamental, que devem ser facultadas ou determinadas pelo ordenamento jurídico do Estado.

Ações de Defesa Interna são atos planejados e coordenados pelo Governo, limitados e/ou determinados pelo ordenamento jurídico, aplicados sobre objetivos de âmbito interno da Nação e que visam superar situações que possam atuar contra os Objetivos Fundamentais²¹⁶”.

²¹³ Idem, Quadro 1 – Níveis de Segurança e Instrumentos Estatais de Defesa, p. 19/48.

²¹⁴ Ver ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, Segurança Nacional, in *Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: A Escola, 1995, p. 121 a 146, principalmente quadro da p. 136. Apesar da data, os fundamentos doutrinários se mantiveram exatamente iguais até pouco tempo.

²¹⁵ Idem, p. 132, 133.

²¹⁶ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, Segurança e Defesa Nacionais, in *Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: A Escola, 2005, p. 63. Agradeço à Selma o envio desse documento e a discussão sobre ele.

Portanto, definições a respeito de interesses nacionais, objetivos nacionais, já criticados por Domício Proença Júnior e Eugênio Diniz, continuam no bojo da questão: quem é que define o que se defende, e de que forma? Parece que até os dias de hoje, a definição tem se coadunado com o que pensaram os formuladores da Escola Superior de Guerra, ou por falta de pensamentos analíticos mais aprofundados, ou por desinteresse da classe política, que toma os conceitos oriundos da caserna como se fossem os seus.

Aqui está toda a problemática do pensamento, reflexão e definições com relação à Segurança e a Defesa no Brasil: as definições surgem na caserna, para a caserna. Os guardiões se guardam, sem que exista interferência. E mais: os que fingem guardar os guardiões corroboram seus pensamentos. A lógica reflexa que se estabelece é a de que os militares têm solicitado amparo para suas atividades, que são fornecidas tal e qual pelos que no momento os governam. Assim estabeleceu-se a ação policial na faixa de fronteira²¹⁷.

O que se necessita verificar é qual a lógica da gradação das ameaças, como se define e quem define a abrangência delas, sem que sejam *securitizadas*²¹⁸ todas as formas de ameaças e qual a finalidade de se gradua-las, sem que se tome como possibilidade a consideração de que qualquer movimento social seja uma ameaça ou, quando um movimento social se torna uma ameaça? Quando ele contesta o governo, regime ou estado? Quando um órgão de segurança pode e deve ser acionado a intervir? Quais os limites?

Canudos, por exemplo, demonstra tipicamente o quanto ameaças ao Estado surgem por outros motivos tal como o social que não atendido impõe o estratégico, pela falta de visualização do problema social em momento aprazado e sem que fosse atendido. Da mesma forma que os jovens norte-americanos que fazem uso de drogas são elos na corrente de peso igual às plantações de coca e aos “mulas”, que existem por falta de opção econômica,

²¹⁷ Lei Complementar 97/99 - Organização, Preparo e emprego das forças armadas, atualizada em 2004.

²¹⁸ Termo utilizado por Suzeley.

no mais das vezes. O estratégico se impõe ao social por falta de ação governamental necessária em hora correta.

A questão das **ameaças** à defesa do Estado devem ser contrarrestadas com a força violenta como *ultima ratio*, enfim, administrada, em última instância pelos militares treinados tecnicamente para isso. Entretanto, se a qualquer ameaça se utiliza força bruta, perde-se a capacidade de dosar a violência, a partir do próprio Estado que a trouxe à baila. Fica claro que, tanto na repressão a Canudos, no Brasil, internamente, como no Afeganistão (e Iraque), a solução da violência estatal beira ao desastre, sem saída honrosa. Diversas outras formas de combate são possíveis.

Outra questão apontada por Suzeley é a ligação umbilical de desenvolvimento com segurança, atestando ser essa ligação está inserida na consideração de que as ameaças são internas ao país²¹⁹.

Todas estas questões são somadas, ainda, à percepção de que a estrutura da segurança pública no Brasil é disfuncional²²⁰. Essa percepção abre o caminho para que toda a problemática que envolve a segurança pública, a defesa interna e a defesa fiquem ainda em uma enorme zona cinzenta, conforme afirma Covarrubias.

Essa é sem dúvida a questão mais gritante com relação à definição de missões para as forças armadas, principalmente ao Exército.

²¹⁹ MATHIAS, Suzeley Kalil, op. cit., nota 49, p. 144.

²²⁰ Idem, p. 149.

CAPÍTULO III

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DE FORÇA

Introdução

Esse capítulo visa a mapear as transformações que ocorreram na estrutura da força militar do Exército Brasileiro e os motivos pelos quais elas se deram.

Para isso, analisa os projetos iniciais de reformulação da estrutura da força terrestre, caracterizando a evolução dos acontecimentos, a mudança de caminhos e as expectativas para o futuro.

Busca responder a pergunta que surge da análise do modelo do pós-modernismo militar: quais são as prioridades da Defesa e como foi que as estruturas deram conta dessa realidade? Enfim, como as estruturas conseguiram se adequar a uma realidade futura? Houve ganho de qualidade? Chegou-se a um bom termo?

Relembrando o que foi exposto quanto à direção apontada no que tange à estrutura de força no pós-modernismo militar é a de um exército profissional e enxuto, portanto, necessariamente deveria passar pela eliminação do serviço militar e por um processo de *downsizing*, tendendo a pequenos efetivos profissionais.

Isto foi, de certa maneira, buscado entre 1993 e 1997, quando o Exército expõe no Noticiário do Exército²²¹ o aumento do percentual de cabos e soldados do Núcleo-Base, isto é, não-recrutas, caracterizando a busca pela profissionalização²²². Há um aumento percentual de 76 para 83 % de cabos antigos e de 60 para 71% de soldados. Corroborando com esse caminho, ficou patente a diminuição de recrutas incorporados pelo Exército no período de 1987 a 2001, de 129.898 recrutas para 77.761²²³, respectivamente.

²²¹ Jornal de divulgação da força militar.

²²² Essa tendência é apontada na dissertação de mestrado de autoria própria, na Tabela 4 - Efetivo de QDE (Quadro de Distribuição de Efetivo), KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla, O Serviço Militar, Democracia e Defesa Nacional: Razões da Permanência do Modelo de Recrutamento no Brasil, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), p. 93, 94.

²²³ Kuhlmann, Paulo, idem, Tabela 3 - Dados de recrutamento do serviço militar 1987-2001, p. 90.

Entretanto, uma reversão dessa profissionalização ocorre quando, por motivo do programa do governo federal Soldado Cidadão, o Exército passa a ter um efetivo de 54% de recrutas, em 2006, sendo que em 2002 esse efetivo era de 38%²²⁴.

Visualizando somente essa relação, nada mais se poderia concluir a respeito de profissionalização da força, nem de capacitação; pelo contrário, parece haver uma “reversão irreversível”; entretanto, analisando as mudanças ocorridas na estrutura militar quanto à quantidade de unidades operacionais, destinação, capacitação e arranjo dos efetivos distribuídos nas unidades militares, poderão ser verificadas outras tendências.

Transformações na estrutura de Defesa do Exército

1. A grande estrutura - a divisão territorial e os órgãos de direção

Divisão territorial

A grande divisão regional do Exército para fins operacionais existente até 1985 tem origem no modelo norte-americano após a II Guerra Mundial. No ano de 1956 foram criados os I, II, III e IV Exércitos e o Comando Militar da Amazônia²²⁵. Na verdade, a constituição inicial de Exércitos visava a conseguir estrutura exércitos em campanha em cada uma das divisões territoriais, idealização de crescimento não ocorreu e que demonstrou, com o passar do tempo, ou ser demasiado pretensiosa, considerando-se as possibilidades reais do país, ou que não houve condições de sustentabilidade dessa estrutura desejada no meio político, que não criou possibilidades orçamentárias e estruturais para ela. Como exemplo, temos as unidades pára-quedistas: forma-se o Núcleo da Divisão Aeroterrestre, em 1953, cópia do que existia nos EUA, visando à criação de uma divisão pára-quedista; entretanto, a

²²⁴ Palestra no Memorial da América Latina no Curso Segurança e Defesa Nacional na América Latina, KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla, Serviço Militar: relações com a cidadania, democracia e modernização das Forças Armadas, em 06 Nov. 2006, transparência 40. Disponível em <<http://www.memorial.sp.gov.br/images/noticia/000788/aula7/servico%20militar%20-%20paulo%20kuhlmann.ppt>>. Acesso em 08 Out 2007. Apesar de esse plano estar sofrendo mudanças e não se ter claro como será sua continuação, dentro da força militar.

²²⁵ Exército Brasileiro, Evolução da Estrutura Organizacional, Notícias - Revista Verde-Oliva n.º 170. Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/01Instit/Historia/Artigos/0021405.htm>>, acesso em

realidade transformou esse projeto divisionário em brigada, na Brigada Aeroterrestre²²⁶, em 1969. Denomina-se, posteriormente, Brigada de Infantaria Pára-quedista.

Na passagem de comando do Ministro Walter Pires de Carvalho e Albuquerque para o General Leônidas Pires Gonçalves, as palavras de despedida de Walter Pires reafirmam o que seguidamente Oliveiros Ferreira assevera: os militares se impuseram a saída do poder e a busca pela institucionalização da força militar, evitando o caminho da politização²²⁷. Essa foi a principal meta cumprida por Walter Pires²²⁸.

Leônidas assume sem falar no aspecto da “despolitização” da força militar, fortalecendo a questão da profissionalização²²⁹. Em entrevista para o Noticiário do Exército, Leônidas afirma:

Das minhas preocupações à frente do Ministério do Exército destaco os compromissos da Instituição com ela própria, que podem ser consubstanciados em um objetivo central: proporcionar À Força Terrestre os meios adequados para torná-la realmente capaz de desempenhar com eficiência as tarefas que a Nação lhe confia²³⁰.

A primeira grande realização da administração Leônidas foi a mudança da organização territorial do Exército, “após terem sido definidas as áreas estratégicas do território nacional e estabelecida a vocação prioritária e cada uma delas²³¹”. Em 1985 foram extintos os I, II, III e IV Exércitos²³² e o território foi dividido pelos Comandos Militares de Área. As figuras abaixo mostram a mudança da divisão territorial:

²²⁶ Brigada de Infantaria Pára-quedista, Histórico, Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/06OMs/Infantar/Brigada/Bdapqdt/indice.htm>>, acesso em 15 Set 2006.

²²⁷ Palavras de Walter Pires: “seguindo a orientação do Presidente Figueiredo, desde a primeira hora, procurou a minha administração retirar nossa instituição do processo político em que estava envolvida”. Ministro Walter Pires despede-se do Exército. Noticiário do Exército, nº 6.722, de 15 Mar. 1985, p. 4. Agradeço profundamente ao amigo e capitão, atualmente trabalhando no Arquivo Histórico, Francisco José Corrêa Martins, que me enviou Noticiários do Exército do período de 1985 a 1987.

²²⁸ Walter Pires afirma que “outra grande meta [...] visou a essência da atividade-fim - [...] o aprimoramento das condições de operacionalidade da Força Terrestre”. Idem, p. 4.

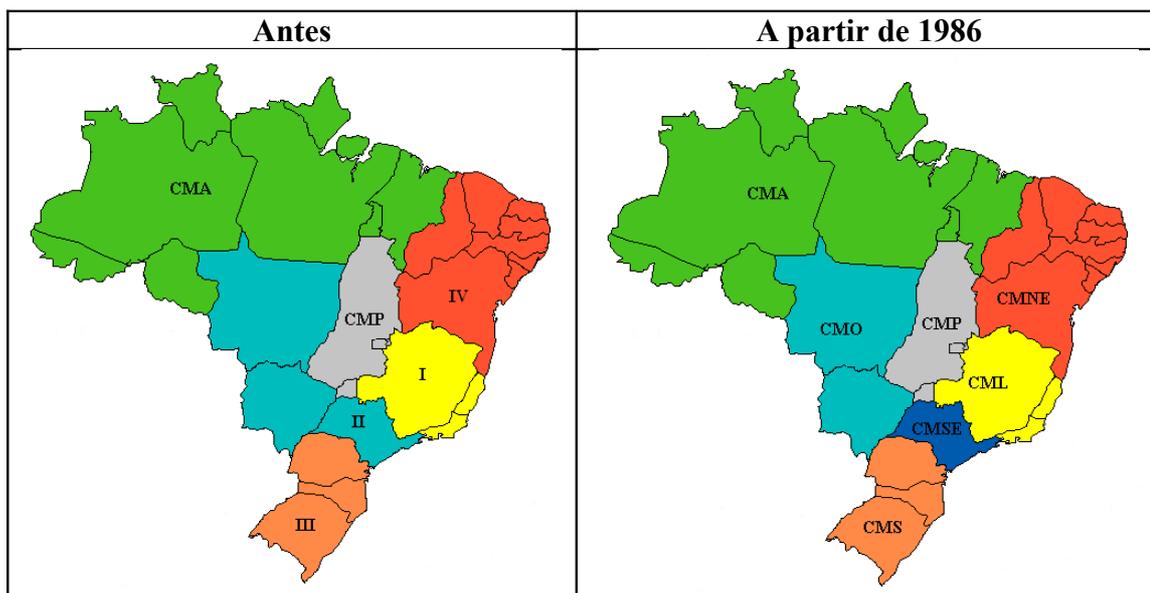
²²⁹ Segundo Leônidas: “a profissionalização deve ser constantemente perseguida”. Idem, p.4.

²³⁰ Noticiário do Exército, nº 6.833, de 25 Ago. 1985, p. 2. Entrevista do Ministro do Exército.

²³¹ Noticiário do Exército, nº 6.970, de 14 Mar. 1986, p. 1. O primeiro ano da administração do Ministro Leônidas.

²³² Noticiário do Exército nº 6.878, de 29 Out. 1985, p. 4 e Noticiário do Exército nº 6.922, de 02 Jan. 1986, p. 1: Nova Organização Territorial do Exército, e Decretos 91.778 e 91.779, de 15 Out. 1985, a vigorar em 1º de janeiro de 1986.

ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO EXÉRCITO: ANTES E DEPOIS DE 1986



Fonte: Noticiário do Exército nº 6.878, de 29 Out. 1985: Nova Organização Territorial do Exército, p. 4.

Em verdade, a divisão territorial do Exército aproxima-se da estruturação por regiões naturais, feita pelo IBGE em 1969; entretanto, distingue ainda mais do que a divisão do IBGE a região Sudeste, separando o Estado de São Paulo como um único Comando.

Órgãos de direção - planejamento e operações

No decorrer da onda reestruturadora, houve uma questão que lidou com as estruturas organizacionais da força, denominada Organização Básica do Exército²³³, buscando subsídio na administração, de acordo com a Teoria Geral da Administração e da Teoria Geral dos Sistemas²³⁴, de acordo com a análise funcional.

Dentro dessa dinâmica, o Estado-Maior do Exército - EME, incumbido da tarefa pelo Ministro do Exército, realizou estudo entre 1988 a 1990. Nesse trabalho, levantou os diversos sistemas que compõem o “sistema Exército”, verificou que havia sistemas sem

²³³ Em 1986, já ocorre uma redefinição, mais direcionada, da responsabilidade do EME por meio do Decreto nº 93.188, de 29 de agosto de 1986: Dispõe sobre a Organização Básica do Exército, e dá outras providências: “Art 7º O Estado-Maior do Exército é o órgão responsável, perante o Ministro do Exército, pelo preparo e pela orientação do planejamento de emprego da Força Terrestre...” Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/Antigos/D93188.htm>. Acesso em 08 Out. 2007.

²³⁴ Metodologia da Análise Funcional (Organização Básica do Exército) - Projeto Sistema Exército - “uma concepção sistêmica”, in ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, Estágio de Preparação da Força Terrestre - EPCOM, p. Brasília, EGGCF, 1991, p. III/1.

coordenação²³⁵, tais como o sistema cultural²³⁶ e o sistema operacional, e constatou, dentre outras coisas, que havia três órgãos de direção geral no Exército²³⁷, quais sejam, o Alto Comando do Exército, o Conselho Superior de Economia e Finanças e o Estado-Maior do Exército, o que atrapalharia o sistema decisório.

O Alto Comando do Exército é tão valorizado, na época de Leônidas, que em seu discurso de posse faz declaração de que contará com seu assessoramento:

Com os membros do Alto Comando, é meu desígnio buscar o assessoramento a fim de fortalecer a capacidade decisória sobre assuntos importantes de minha competência. Assim, à minha, somarei as experiências destes chefes, de reconhecidas virtudes humanas e militares²³⁸.

De fato, o EME analisa, chega à conclusão de que somente um órgão de direção geral deve existir e se classifica como o único órgão que deve permanecer, o que deve ter criado diversos questionamentos e conflitos. Talvez por isso que, apesar de ser localizado o problema na direção geral da força militar nesse período, somente em 2006 muda-se a estrutura da força, passando o EME, finalmente, a ser o único órgão de direção geral, ficando os outros dois órgãos como órgãos de assessoramento superior²³⁹. Entretanto, a ação prolífica do EME durante o período parece ter corroborado a avaliação “tendenciosa”, em benefício próprio, fazendo com que esse órgão se tornasse o órgão responsável pelas políticas da força militar²⁴⁰.

²³⁵ Idem, p. III/5.

²³⁶ A Diretoria de Assuntos Culturais é criada em 1990.

²³⁷ Idem, p. III/1 - “Problemas da OBE em vigor: existência de três Órgãos de Direção Geral para o Sistema Exército: ACEX, CONSEF e EME”.

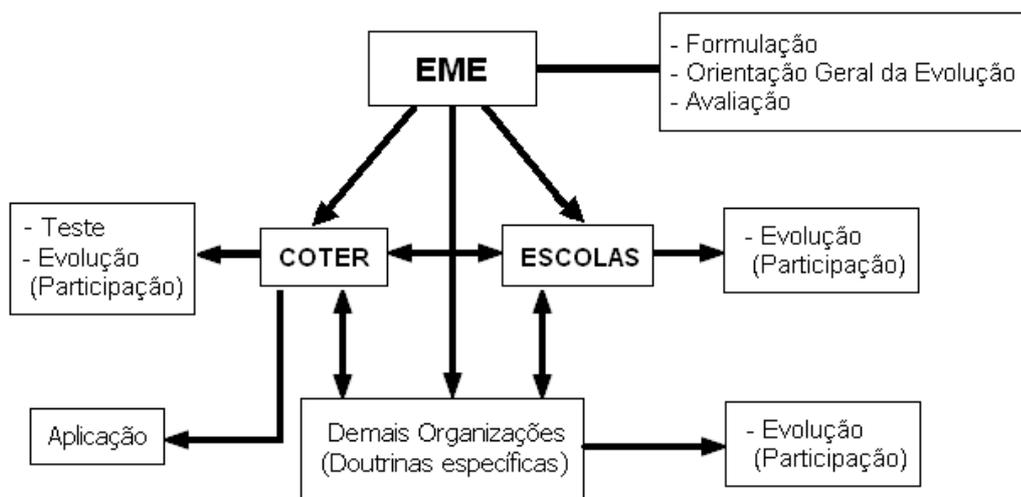
²³⁸ Noticiário do Exército, nº 6.722, de 15 Mar. 1985, p. 4. Gen Ex Leônidas Pires Gonçalves, novo Ministro do Exército.

²³⁹ Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Comando do Exército do Ministério da Defesa, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5751.htm>. Acesso em 08 Out. 2007.

²⁴⁰ Houve uma racionalização da estrutura do próprio EME, visando a possibilitar sua atuação como órgão de direção geral. DINIZ, Esteves (comp.), Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército, Estado-Maior do Exército, Brasília, 1996, p. 575.

Na mesma análise sobre a Organização Básica do Exército verificou-se, como dito acima, que não havia órgão que fosse responsável (“cabeça”) pelo sistema operacional. Por esse motivo foi criado, em 1990, já no período do Ministro do Exército Carlos Tinoco Ribeiro Gomes²⁴¹, o Comando de Operações Terrestres - COTER²⁴². A partir da criação do COTER, responsável então pela operacionalidade da força militar terrestre e do direcionamento do EME como “centro de irradiação da formulação, verificação e evolução da Doutrina Militar²⁴³”, criam-se condições para que se desenvolva e se consolide uma doutrina terrestre brasileira, ao menos administrativamente. A estrutura organizacional e as ligações que fazem tal sistema funcionar assim se configura:

SISTEMA DE DOCTRINA MILITAR TERRESTRE



Fonte: IV. Metodologia do Sistema de Doutrina Militar, in ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, Estágio de Preparação da Força Terrestre - EPCOM. Brasília, EGGCF, 1991, p. IV/3.

De fato, após o estabelecimento do COTER tem havido um aquecimento do sistema operacional, tanto que hoje em dia esse órgão é responsável pelos centros de instrução recentemente criados, pelas forças de ação rápida, pelas unidades de emprego peculiar, enfim,

²⁴¹ Foi ministro do Exército de 1990 a 1992.

²⁴² Decreto n° 99.669, de 6 de novembro de 1990: Dispõe sobre a criação do Comando de Operações Terrestres e dá outras providências.

²⁴³ Metodologia do Sistema de Doutrina Militar, in ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, Estágio de Preparação da Força Terrestre - EPCOM. Brasília, EGGCF, 1991, p. IV/4. Doutrina militar terrestre - trata das questões que tem por objetivo orientar a organização, o preparo e o emprego militar.

pelos órgãos da força terrestre de maior importância operacional no Exército Brasileiro e incumbe-se de avaliar operacionalmente essas forças.

2. A transformação da força

Em vários momentos, o Exército busca afirmar que as mudanças estruturais iniciaram-se antes do rompimento do acordo militar com os Estados Unidos, de acordo com doutrina de emprego mais apropriada à realidade brasileira. Isso desde a reformulação da doutrina militar, nas décadas de 1960 e 1970²⁴⁴, até à transformação da base regimental divisionária utilizada na 2ª Guerra Mundial para a organização tática de brigada, quando surgem as brigadas de infantaria e cavalaria, em 1973²⁴⁵. Segundo Pesce e Mariano da Silva, essa mudança tomou por base o exército britânico como modelo²⁴⁶.

Entretanto, o maior impacto de transformação ocorre após a guerra das Malvinas²⁴⁷: na década de 1980; o Ministro do Exército da época, General Leônidas Pires Gonçalves, determinou ao Estado-Maior do Exército que planejasse a reestruturação da Força²⁴⁸ e, no ano de 1984²⁴⁹ surge, no âmbito do Estado-Maior do Exército, o Sistema de Planejamento do Exército - SIPLEX²⁵⁰. Esse plano perdura, com adaptações, até os dias de hoje²⁵¹. O impacto negativo do preparo dos militares argentinos na guerra das Malvinas serviu

²⁴⁴ Exército Brasileiro, *Evolução da Estrutura Organizacional*, op. cit.

²⁴⁵ Decreto nº 72.637, de 17 de agosto de 1973. Ver Histórico da 10ª Bda Inf Mtz, <http://www.10bdainfmtz.eb.mil.br/pagina2/HISTORICO.htm>

²⁴⁶ PESCE, Eduardo Ítalo & MARIANO DA SILVA, Iberê, *Um Exército para a conjuntura estratégica atual*. Rio de Janeiro, Abril de 2007, p. 14.

²⁴⁷ MONTEIRO FILHO, Eliéser Girão, *O Exército Brasileiro para o Sec.XXI e a profissionalização de parte de suas OM: uma proposta*. Monografia apresentada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro: ECEME, 1992, p. 11. Segundo Monteiro Filho, a guerra das Malvinas fundamenta a necessidade de mudança.

²⁴⁸ Idem, p. 10.

²⁴⁹ Exército Brasileiro, *Evolução da Estrutura Organizacional*, op cit. É importante ressaltar que o primeiro plano reestruturador ocorre pouco antes do primeiro governo civil, o governo Sarney (1985-1990).

²⁵⁰ DINIZ, Esteves op. cit, p. 9. Boa parte do final desse livro visa a descrever as origens do SIPLEX e sua implementação e influência na transformação da Força Terrestre.

²⁵¹ A possibilidade de adaptações já fazia parte do sistema, desde o início.

de reflexão aos militares brasileiros. Esse plano, embora confeccionado em 1984, é aprovado oficialmente em dezembro de 1985, pelo Chefe do Estado Maior do Exército²⁵².

O SIPLEX é visto como doutrina firmada que “estabelece uma metodologia de planejamento, homogeneizando o pensamento militar brasileiro”. Abrange desde a interpretação da missão do Exército, passando pelas concepções estratégicas, diretrizes e planos de execução²⁵³.

Esse primeiro planejamento previa uma reestruturação de curto prazo (5 anos) denominada FT 90, no período de 1986 a 1990, outra de médio prazo (15 anos) até o ano de 2000, denominada FT 2000, finalizando uma de longo prazo (30 anos) até 2015²⁵⁴, denominada FT 21²⁵⁵. Apesar das freqüentes atualizações, foi seminal para a reestruturação do Exército e vários de seus princípios têm sido seguidos até os dias atuais.

Os objetivos iniciais eram a diminuição do hiato tecnológico por meio da implantação da aviação do Exército, da Guerra Eletrônica, criar novas brigadas na Amazônia, em conexão com o Projeto Calha Norte e desconcentrar as organizações militares da 1ª Região Militar (Rio de Janeiro), redistribuindo-as estrategicamente²⁵⁶. Além disso, dar atenção às organizações militares prioritárias, profissionalizando-as progressivamente, buscando a capacitação operacional permanente.

Denominando de revanchismo as acusações que alguns militares recebiam, o Exército procura virar a página do período da confrontação político-ideológica, baseando-se na anistia política e prosseguindo em marcha batida com a reestruturação da força militar²⁵⁷.

²⁵² DINIZ, Esteves, op cit, p. 549.

²⁵³ Idem, p. 537.

²⁵⁴ Hoje em dia o curto prazo coincide com o plano de governo, o médio prazo com o ciclo de vida do material e evolução da doutrina de emprego e o de longo prazo, à carreira do oficial.

²⁵⁵ Fato curioso é que o termo SIPLEX não era conhecido do público interno; esse termo não tinha lugar nos Noticiários do Exército. O termo “da moda” era FT 90. Somente em 1997 o termo começa a ser empregado em larga escala. Havia um sigilo nesse planejamento, que foi, de certa maneira, se dissipando, com o tempo. Isso fica patente quando a monografia de Monteiro Filho, escrita em 1992 sobre o SIPLEX, tinha classificação sigilosa reservada, sendo desclassificada em 2005.

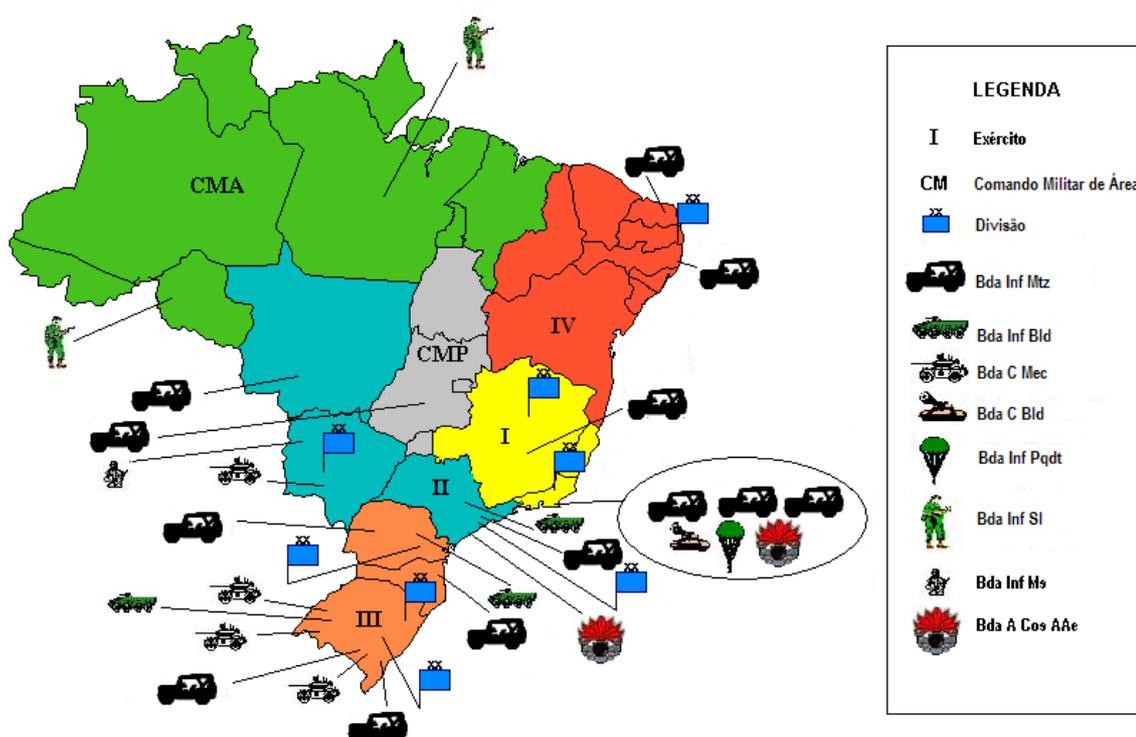
²⁵⁶ MONTEIRO FILHO, Eliéser Girão, op cit, p. 12.

²⁵⁷ Noticiário do Exército, nº 6.833, de 25 Ago. 1985, p. 3. Entrevista do Ministro do Exército.

Era injustificada a concentração de tropas no Rio de Janeiro, as tropas estavam com falta de equipamentos básicos, o que denunciava que o nível de operacionalidade das forças armadas era extremamente baixo²⁵⁸.

Para que se percebam as modificações estruturais, tomou-se como base a configuração do Exército no ano de 1985, pouco antes das grandes transformações, conforme figura abaixo:

DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES ATÉ 1985



Fonte: Decreto nº 79.532, de 13 de abril de 1977 - *Dispõe sobre as áreas de jurisdição dos Exércitos, Comandos Militares de Área e Regiões Militares, e dá outras providências* e site do Exército Brasileiro, no item Organizações Militares, principalmente na parte dos históricos das unidades. Organizado pelo autor.

Legenda

Bda - Brigada

Inf - Infantaria

C - Cavalaria

A Cos AAe - Artilharia de Costa e Anti-Aérea

Bld - Blindada

Ms - Mista

Mec - Mecanizada

Mtz - Motorizada

Pqdt - Pára-quedista

SI - Selva

É patente a desconexão das necessidades de Defesa e a desproporção na distribuição das unidades pelo território: a concentração de unidades no Rio de Janeiro não se justificava nem mesmo no período da Guerra Fria, provavelmente permaneceu até aquela data

²⁵⁸ MONTEIRO FILHO, Eliésér Girão, op cit, p. 2.

dessa maneira por ter estrutura semelhante à época em que a capital do Brasil era no Rio de Janeiro.

Além da concentração exagerada de unidades no Rio de Janeiro; é nítida a falta de unidades militares na região da Amazônia, onde o Brasil faz fronteira a maior parte dos países, e onde se encontram os vazios populacionais e grande quantidade de problemas nas fronteiras, principalmente de tráfico e contrabando.

Com relação à qualidade operacional das brigadas, predominam as, consideradas ultrapassadas pelo baixo nível tecnológico, índice de adestramento, pouca capacidade de deslocamento e nenhuma blindagem.

Tratando de unidades de emprego estratégico, a única grande unidade de pronto-emprego estratégica na época era a Brigada de Infantaria Pára-quedista²⁵⁹.

O quadro abaixo explicita a figura anterior, com mais detalhes quanto à divisão administrativa e operacional:

CM/Exército Sede	RM/Sede	Jurisdição	Div Ex	Brigadas
-----------------------------	----------------	-------------------	---------------	-----------------

²⁵⁹ Apesar de poder ser lançada em pontos bem distantes, carece de meios adequados para operações aeroterrestres, como viaturas adequadas ao aerotransporte ou lançamento. Esse fato foi verificado pessoalmente quando, no período de 1989 a 1994, foi observado que o plano de embarque e carregamento do 8º Grupo de Artilharia de Campanha era inviável, exigindo muito mais aeronaves do que o grupo de artilharia norte-americano que atuou na II Guerra Mundial (citado no livro GAVIN, James M., *Até Berlim - As batalhas de um comandante pára-quedista (1943-1946)*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1982, Vol. 1 e 2). O problema persiste, de acordo com informações recentes. Além dessa incapacidade funcional, depende da Força Aérea para o seu lançamento, fato que, em momento de guerra, pode causar a inviabilização pela utilização dos meios aéreos para finalidades intrínsecas à Força Aérea.

CMA Manaus	8 RM (1977) Belém-PA	Pará Amapá		23ª Bda Inf SI - Marabá-PA (1976) Rod Transamazônica
	12 RM Manaus-AM	Amazonas Acre Roraima Rondônia		17ª Bda Inf SI - Porto Velho-RO (1980) ^a
IV Recife	6 RM (1977) Salvador-BA	Bahia Sergipe	7	7ª Bda Inf Mtz—Natal-RN
	7 RM/7 DE Recife-PE	Rio Grande do Norte Paraíba Pernambuco Alagoas Fernando de Noronha		10ª Bda Inf Mtz - Recife-PE
	10 RM Fortaleza-CE	Ceará Piauí Maranhão (-8 RM)		
CMP Brasília	11 RM Brasília-DF	Distrito Federal Goiás Tocantins (-) Triângulo Mineiro		3ª Bda Inf Mtz – Goiânia - GO
I R. Janeiro	1 RM (1977) Rio de Janeiro-RJ	Rio de Janeiro Espírito Santo	1	Bda Inf Pqdt - Rio de Janeiro-RJ 1ª Bda Inf Mtz - Petrópolis - RJ (1991) ^b 2ª Bda Inf Mtz - Niterói-RJ (1985) ^d
	4 RM/4 DE (1977) B. Horizonte-MG	Minas Gerais (- Triângulo Mineiro)	4	9ª Bda Inf Mtz - Rio de Janeiro-RJ 5ª Bda C Bld - Rio de Janeiro-RJ 1ª Bda A Cos AAe - Niterói, RJ 4ª Bda Inf Mtz- Juiz de Fora-MG
II S. Paulo	2 RM (1977) São Paulo -SP	São Paulo	2	12ª Bda Inf Mtz - Caçapava -SP 11ª Bda Inf Bld - Campinas-SP 2ª Bda A Cos AAe - Santos, SP
	9 RM Campo Grande-MS	Mato Grosso	9	13ª Bda Inf Mtz - Cuiabá-MT 2ª Bda Ms - Corumbá-MS 4ª Bda C Mec - Dourados-MS
III P. Alegre	5 RM/5DE (1977) Curitiba-PR	Paraná Santa Catarina	5	15ª Bda Inf Mtz - Cascavel -PR 14ª Bda Inf Mtz - Florianópolis-SC 5ª Bda Inf Bld - Ponta Grossa-PR
	3 RM Porto Alegre-RS	Rio Grande do Sul	3 - S. Maria- RS 6 - P. Alegre -RS	6ª Bda Inf Bld - Santa Maria 1ª Bda C Mec - Santiago - RS 2ª Bda C Mec - Uruguaiana-RS 3ª Bda C Mec - Bagé- RS 8ª Bda Inf Mtz - Pelotas--RS 16ª Bda Inf Mtz - Santo Angelo - RS (1980) ^c

Quadro 13 - Distribuição das Unidades até 1985

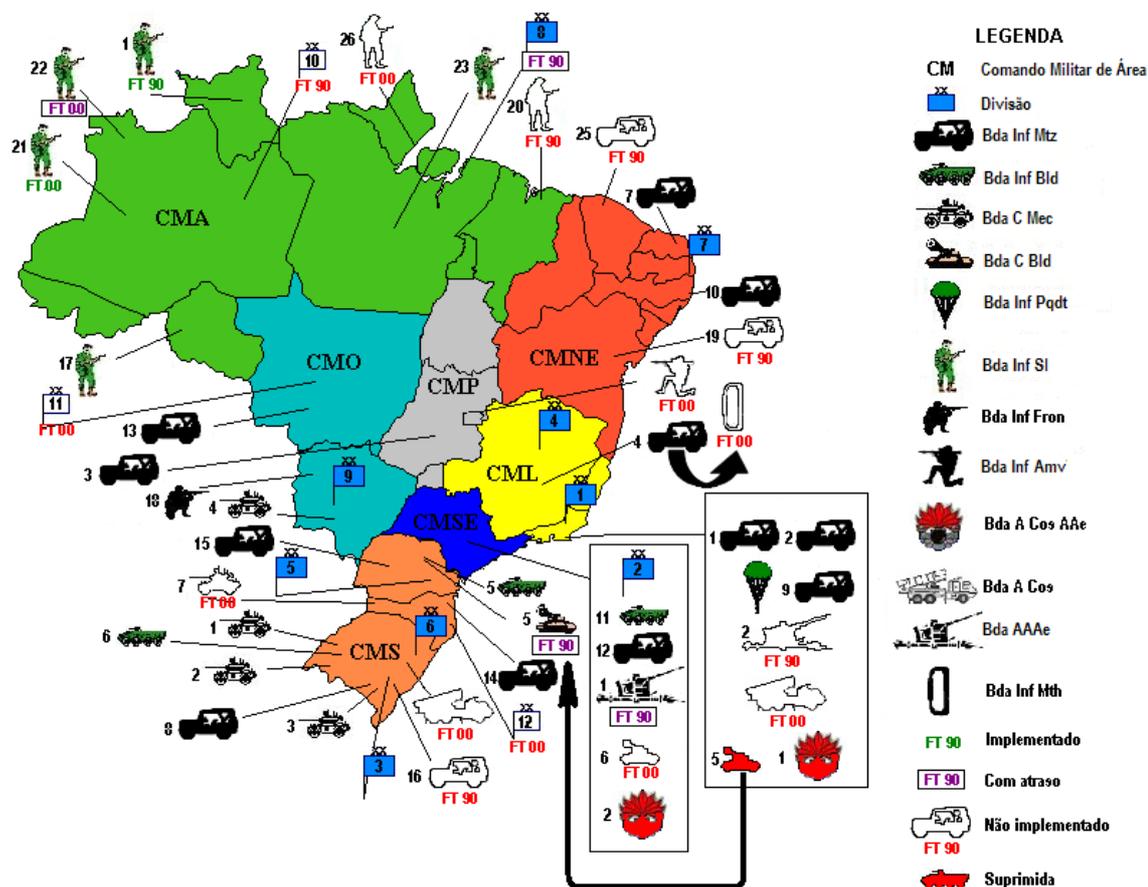
Fonte: Decreto nº 79.532, de 13 de abril de 1977 - *Dispõe sobre as áreas de jurisdição dos Exércitos, Comandos Militares de Área e Regiões Militares, e dá outras providências* (Organizado pelo autor)

Obs: Triângulo Mineiro - Área limitada a leste pelos Municípios de Araguari, Indianópolis, Nova Ponte e Uberaba (estes inclusive)

O SIPLEX previa aumento considerável de brigadas operacionais: de 26, passavam para 38, a criação de várias brigadas na região amazônica (de duas para seis) e o aumento de brigadas especializadas (como por exemplo, a criação da Aviação do Exército e

de brigadas de pronta-resposta, ou forças de ação rápida - FAR). Não havia, nesse plano inicial, a redução de unidades no Rio de Janeiro, tal como a figura abaixo:

FT 90 E 2000 PLANEJADO E EXECUTADO



Fonte: MONTEIRO FILHO, Eliéser Girão, O Exército Brasileiro para o Sec.XXI e a profissionalização de parte de suas OM: uma proposta. Monografia apresentada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro: ECEME, 1992, Anexos A e B. Elaborado pelo autor

Agora, analisando o que se planejava e o que ocorreu de fato, somente uma divisão foi criada, das quatro imaginadas inicialmente planejadas; não houve a criação de diversas brigadas: três motorizadas, uma mecanizada, e uma blindada; não houve a transformação da 4ª Brigada Motorizada em brigada de montanha, entretanto, as brigadas de selva aumentaram consideravelmente (de duas para cinco).

A Artilharia de Costa e Antiaérea foi suprimida; entretanto, não houve a instalação das brigadas de costa e que estavam previstas; das brigadas antiaéreas, somente uma foi criada.

A única brigada prevista para ser transferida do Rio de Janeiro seguiu o planejamento, o que não diminuiria a concentração de brigadas no Rio de Janeiro.

Era previsto a criação de uma brigada aeromóvel em Formosa, GO; entretanto, esta brigada acabou existindo pela transformação de brigada motorizada no Comando Militar do Sudeste, em Taubaté, em proximidade com o Comando de Aviação do Exército, criado inicialmente em Brasília, DF, em 1989 e transferido para Taubaté, em 1991.

O quadro abaixo somente demonstra a “balança de poder” terrestre prevista pelo planejamento das FT 90 e 2000 pelos comandos militares de área:

	CMA	CMP	I/CML	II/CMSE*	II/CMO	III/CMS	IV/CMNE	TOTAL
1985	2	1	7	2	3	9	2	26
FT	6	2	7	4	3	12	4	38
Dif.	+ 4	+ 1	0	+ 2	0	+ 3	+ 2	+ 12

Quadro 14 - Distribuição das Brigadas no território por Comando Militar de Área (Planejado)

Fonte: Elaborado pelo autor

*Obs - O II Exército enquadrava o atual CMO (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul).

Ainda que houvesse a idéia inicial de desconcentrar brigadas do Rio de Janeiro, se tudo fosse implementado como previsto, nem ainda o Comando Militar da Amazônia teria mais brigadas que o Comando Militar do Sudeste. Entretanto, o Comando Militar do Sul aumentaria ainda mais a desproporção de brigadas.

Os planos de implementação da Aviação do Exército, da Guerra Eletrônica e de unidades diversas na Amazônia, inclusive integrado ao Projeto Calha Norte, foram seguidos, exatamente como desejado e planejado²⁶⁰.

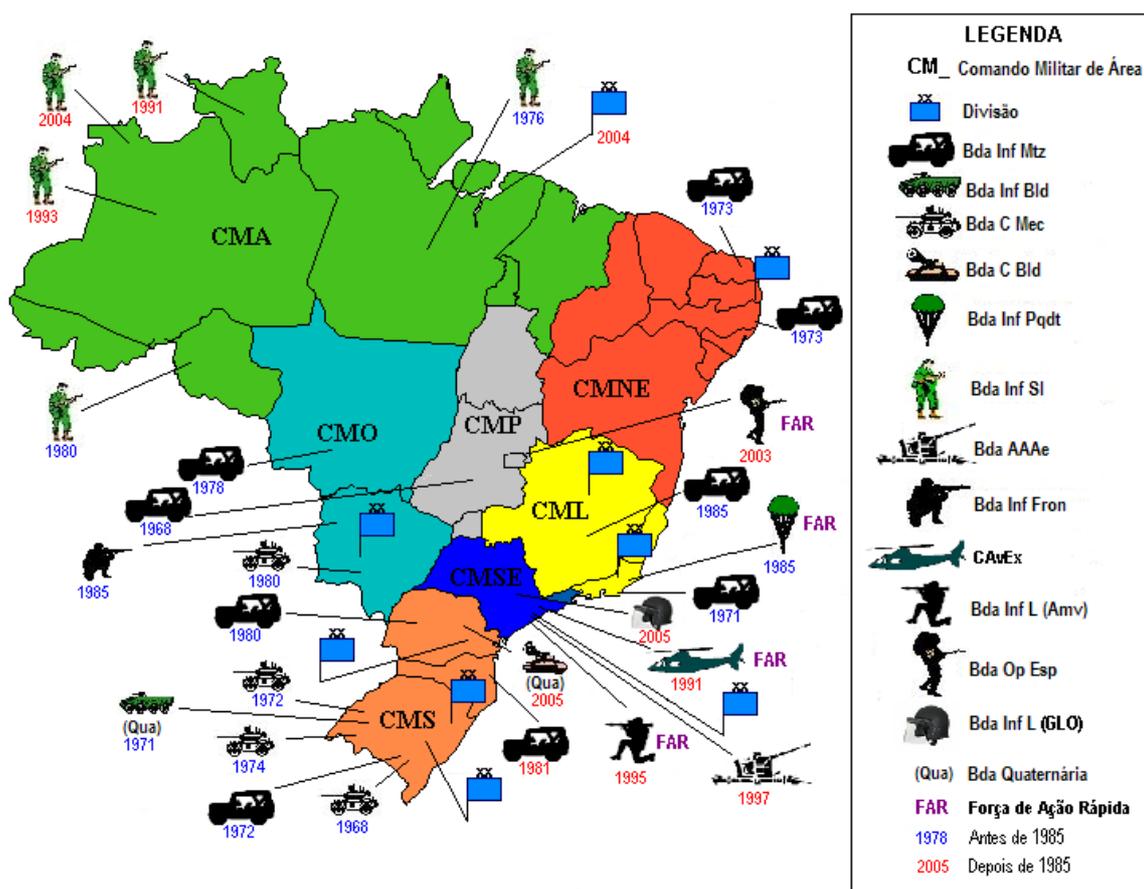
Apesar de não ter sido criada a 26ª Brigada de Infantaria de Selva em Macapá, AP, criou-se a 22ª Brigada de Infantaria de Selva, em São Gabriel da Cachoeira, demonstrando a mudança de prioridades na região, já que a brigada de Macapá teria a sua área de atuação voltada para a Guiana Francesa, e a brigada de São Gabriel da Cachoeira, para a Colômbia e Venezuela.

²⁶⁰ . Isto se deu por motivo do recebimento de recursos extra-orçamentários na ordem de 500 milhões de dólares. DINIZ, Esteves op. cit, p 543, 546 e 547.

A extinção da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada em Petrópolis e a da 2ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Niterói, viabilizaram a criação da 1ª Brigada de Selva, em Boa Vista, RR, e da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, em São Gabriel da Cachoeira, AM. Essas modificações foram ao encontro do princípio de desconcentração de unidades do Rio de Janeiro, anteriormente não seguido.

No mapa abaixo se pode ver a distribuição das brigadas operacionais atualmente:

DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DO EXÉRCITO EM 2007



Base: Decreto nº 3.213, de 19 de outubro de 1999. *Áreas de Jurisdição dos Comandos Militares de Área e das Regiões Militares no Exército Brasileiro*, e site do Exército Brasileiro, Organizações militares. Organizado pelo autor.

Legenda

CMA - Comando Militar da Amazônia
 CMNE - Comando Militar do Nordeste
 CMO - Comando Militar do Oeste
 CML - Comando Militar de Leste
 CMSE - Comando Militar do Sudeste
 CMS - Comando Militar do Sul

Bda - Brigada
 Inf - Infantaria
 C - Cavalaria
 AAAe - Artilharia Anti-Aérea
 Bld - Blindada
 C Av Ex - Comando da Aviação do Exército²⁶¹

Fron - Fronteira
 L - Leve
 Mec - Mecanizada
 Mtz - Motorizada
 Op Esp - Operações Especiais
 Pqdt - Pára-quedista
 SI - Selva
 GLO - Garantia da Lei e da Ordem

²⁶¹ O Comando da Aviação do Exército não é uma brigada, apesar de já ter tido esta denominação.

É nítido o aumento de forças na região Amazônica (CMA) e a diminuição do acúmulo de forças na região do Rio de Janeiro (CML); fica patente, também, o aumento de forças especializadas na região Sudeste (CMSE), mais especificamente no estado de São Paulo.

Caracterizando a prioridade do Comando Militar da Amazônia existe, desde 1993, o 4º Esquadrão de Aviação do Exército e, desde 2003, a 3ª Companhia de Forças Especiais²⁶², ambos em Manaus, o que proporciona ao comando regional maior capacidade e flexibilidade de atuação, embora não representados na figura.

O quadro a seguir busca facilitar a distribuição de brigadas operacionais pelos comandos militares:

	CMA	CMP	I/CML	II/CMSE*	II/CMO	III/CMS	IV/CMNE	TOTAL
1985	2	1	7	2	3	9	2	26
2007	5	2	3	4	3	8	2	27
Dif.	+ 3	+ 1	- 4	+ 2	0	- 1	0	+ 1

Quadro 15 - Distribuição das Brigadas no território por Comando Militar de Área (Executado)

Fonte: Elaborado pelo autor

*Obs - O II Exército enquadrava o atual CMO (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul).

Apesar de não ocorrer o aumento de efetivo e de unidades previsto, várias brigadas de selva foram criadas (ou transferidas), diversas unidades motorizadas deixaram de existir e houve redução significativa de brigadas no Rio de Janeiro. Portanto, as diversas adaptações pela falta de condições econômicas de implementar todo o plano criaram um reordenamento que poderia ser considerado um *downsizing* indireto, ainda que não tenha ocorrido a diminuição de unidades, apenas sua alocação. Assim ocorreram as adaptações:

Ano	TRANSFORMAÇÕES
1976	23ª Bda Inf SI - Rv Transamazônica (criação)
1980	17ª Bda Inf SI - Porto Velho-RO (criação)

²⁶² Subordinada à Brigada de Operações Especiais, para fins de preparo.

1989	Comando de Aviação do Exército - Taubaté, SP (criação)
1987	23ª Bda Inf SI - Marabá - PA - mudança de localização
1991	1ª Bda Inf SI - Boa Vista-RR - transferência da 1ª Bda Inf Mtz - Petrópolis - RJ
1992	Extinção da 1ª Bda A Cós - Niterói, RJ
1993	16ª Bda Inf SI - Tefé-AM - transferência da 16ª Bda Inf Mtz - S. Ângelo - RS
1993	1ª Bda AAAé – Santos, SP - mudança de local (antes - Niterói, RJ)
1997	1ª Bda AAAé – Guarujá, SP mudança de instalações ²⁶³ (antes– Santos, SP)
1995	12ª Bda Inf L (Amv)-Taubaté-SP - transformação 12ª Bda Inf Mtz
2003	Criação da Bda Op Esp Goiania - GO – ocupa instalações da 3ª Bda Inf Mtz (Batalhão de Forças Especiais - RJ + extinção dos 42º e 43º BI Mtz, da 3ª Bda Inf Mtz)
2004	2ª Bda Inf SI - S. G. da Cachoeira-AM - transferência da 2ª Bda Inf Mtz - Niterói (RJ)
	Criação da 8ª Divisão de Exército (junto com a 8 RM)
2005	11ª Bda Inf L (GLO)- Campinas-SP - Mudança de finalidade da 11ª Bda Inf Bld. Material transferido para a 6ª Bda Inf Bld
	5ª Bda C Bld - Ponta Grossa-PR (2005) - Extinção da 5ª Bda C Bld - R. Janeiro-RJ transformação da Bda Inf Bld ²⁶⁴

Quadro 16 - Transformações a partir de 1985

O quadro a seguir sintetiza a estrutura atual da força terrestre, já ilustrada na figura anterior:

CM/Sede	RM/Sede	Jurisdição	Div Ex	Brigadas/Unidades Especiais
CMA (1977) Manaus-AM	8 RM /8 DE (2004) Belém-PA	Pará; Amapá; Maranhão (qdo) Parte TO (qdo)		23ª Bda Inf SI - Marabá - PA (1987)
				16ª Bda Inf SI - Tefé-AM (1993) ^c
	17ª Bda Inf SI - Porto Velho-RO (1980) ^a			
	1ª Bda Inf SI - Boa Vista-RR (1991) ^b			
	2ª Bda Inf SI - S. G. da Cach.-AM (2004) ^d			
	12 RM (1977) Manaus-AM	Amazonas; Acre; Roraima; Rondônia		

²⁶³ Histórico da 1ª Bda AAAé - <http://www.1bdaaaae.eb.mil.br/historia.html>

²⁶⁴ Decreto 5.261, de 03 de novembro de 2004, extinguiu a 5ª Bda C Bld do Rio de Janeiro e transformou a 5ª Bda Inf Bld de Ponta Grossa em 5ª Bda C Bld, tudo a contar de 1º de março de 2005. <http://www.exercito.gov.br/06OMs/Cavalari/Blindado/5bdacblld/indice.htm>

CMNE Recife-PE	6 RM (1977) Salvador-BA	Bahia; Sergipe	7	7ª Bda Inf Mtz - Natal-RN (1973)	
	7 RM/7 DE (1977) Recife-PE	R. Grande do Norte; Paraíba; Pernambuco; Alagoas		10ª Bda Inf Mtz - Recife-PE (1973)	
	10 RM (1977) Fortaleza-CE	Ceará; Piauí; Maranhão (-8 RM)			
CMO/9 DE (1989) C. Grande -MS	9 RM (1977) Campo Grande-MS	Mato Grosso do Sul Mato Grosso	9	13ª Bda Inf Mtz - Cuiabá-MT (1978)	
				18ª Bda Inf Fron - Corumbá-MS (1985)	
				4ª Bda C Mec- Dourados-MS (1980)	
CMP (1977) Brasília	11 RM (1977) Brasília-DF	Distrito Federal; Goiás; Tocantins (-) Triângulo Mineiro		3ª Bda Inf Mtz - Cristalina - GO (2003)	
				Bda Op Esp - Goiânia - GO (2003)	
CML Rio de Janeiro	1 RM (1977) Rio de Janeiro-RJ	Rio de Janeiro Espírito Santo	1	Bda Inf Pqdt - R. Janeiro-RJ (1969)	
	4 RM/4 DE (1977) B. Horizonte-MG	Minas Gerais (- Triâng. Mineiro)	4	9ª Bda Inf Mtz (Es) - R. Janeiro,RJ (1971) 4ª Bda Inf Mtz - J. Fora-MG	
CMSE São Paulo	2 RM (1977) São Paulo -SP	São Paulo	2	11ª Bda Inf L(GLO) - Campinas-SP (2005)	
				12ª Bda Inf L (Amv)- Caçapava -SP (1995)	
				CAvEx - Taubaté-SP (1993)	
				1ª Bda AAAe - Guarujá-SP (1997)	
CMS Porto Alegre-RS	5 RM/5DE (1977) Curitiba-PR	Paraná Santa Catarina	5	15ª Bda Inf Mtz - Cascavel, PR (1980)	
				14ª Bda Inf Mtz - Florianópolis-SC (1981)	
				5ª Bda C Bld - Ponta Grossa-PR (2005 - Qua)	
	3 RM (1977) Porto Alegre-RS	Rio Grande do Sul	3 S. Maria	6	6ª Bda Inf Bld - Santa Maria (1971) Qua - 2004
					1ª Bda C Mec - Santiago - RS (1974)
					2ª Bda C Mec - Uruguaiana-RS (1972)
					3ª Bda C Mec - Bagé- RS (1968)
			6 P. Alegre	8ª Bda Inf Mtz - Pelotas--RS (1972)	

Quadro 17 - Distribuição das unidades em 2007

Base: Decreto nº 3.213, de 19 de outubro de 1999. *Áreas de Jurisdição dos Comandos Militares de Área e das Regiões Militares no Exército Brasileiro*, Palestra do Comando Militar do Sudeste ao Rotary Club da São Paulo, s/d, Site do Exército – www.exercito.gov.br

Decreto nº 4.289, de 27 de junho de 2002. – Criação da Brigada de Operações Especiais.

Observações - Triângulo Mineiro – Área limitada a leste pelos Municípios de Araguari, Indianópolis, Nova Ponte e Uberaba (estes inclusive).

Para que se tenha uma idéia mais geral do que se pretendia fazer com o primeiro plajenamento, e o que realmente se configurou, segue o quadro distinguindo cada

	1985	FT90	FT2000	2007
Divisões	1ª-RJ, 2ª-SP, 3ª-RS 4ª-MG, 5ª-PR, 6ª-RS, 7ª-PE, 9ª-MS	1ª-RJ, 2ª-SP, 3ª-RS 4ª-MG, 5ª-PR, 6ª-RS, 7ª-PE, 9ª-MS 8ª-PA, 10ª-AM	1ª-RJ, 2ª-SP, 3ª-RS 4ª-MG, 5ª-PR, 6ª-RS, 7ª-PE, 9ª-MS 8ª-PA, 10ª-AM 11ª-MT, 12ª-SC	1ª-RJ, 2ª-SP, 3ª-RS 4ª-MG, 5ª-PR, 6ª-RS, 7ª-PE, 9ª-MS 8ª-PA
Total DE	8	10	12	9
Inf Mtz	1ª - Petrópolis-RJ 2ª - Niterói-RJ 3ª - Goiânia-GO	1ª - Petrópolis - RJ 2ª - Niterói-RJ 3ª - Goiânia - GO	1ª - Petrópolis - RJ 2ª - Niterói-RJ 3ª - Goiânia - GO	3ª - Cristalina - GO

	4ª - Juiz de Fora-MG 7ª - Natal-RN 8ª - Pelotas-RS 9ª - R. Janeiro-RJ 10ª - Recife-PE 12º - Caçapava-SP 13ª - Cuiabá-MT 14ª - Flor.-SC 15ª - Cascavel-PR 16ª - S. Ângelo-RS	4ª - Juiz de Fora-MG 7ª - Natal-RN 8ª - Pelotas-RS 9ª - R. Janeiro-RJ 10ª - Recife-PE 12º - Caçapava-SP 13ª - Cuiabá-MT 14ª - Flor.-SC 15ª - Cascavel -PR 16ª - S. Ângelo - RS 19º - BA 25º - CE	7ª - Natal-RN 8ª - Pelotas-RS 9ª - R. Janeiro-RJ 10ª - Recife-PE 12º - Caçapava-SP 13ª - Cuiabá-MT 14ª - Flor.-SC 15ª - Cascavel -PR 16ª - S. Ângelo - RS 19º - BA 25º - CE	4ª - Juiz de Fora-MG 7ª - Natal-RN 8ª - Pelotas-RS 9ª - R. Janeiro-RJ 10ª - Recife-PE 13ª - Cuiabá-MT 14ª - Florianópolis-SC 15ª - Cascavel -PR
Inf Mth			4ª - Juiz de Fora-MG	
Inf Sl	17ª - Porto Velho-RO 23ª - Rv Trans -AM	1ª - Boa Vista-RR 17ª - Porto Velho-RO 22ª - MA 23ª - Rv Trans -AM	1ª - Boa Vista-RR 17ª - Porto Velho-RO 21ª - AM 22ª - MA 23ª - Rv Trans -AM 26ª - AP	1ª - Boa Vista-RR 16ª - Tefé-AM 17ª - Porto Velho-RO 2ª - S. G. da Cach-AM 23ª - Marabá - PA
Inf Pqdt	R. Janeiro - RJ	R. Janeiro - RJ	R. Janeiro - RJ	R. Janeiro - RJ
Op Esp				Goiânia - GO
Inf L (Amv)			Goiânia - GO	12ª - Caçapava -SP
Inf L (GLO)				11ª - Campinas-SP
CavEx				Taubaté-SP
Inf Bld	5ª - Ponta Grossa-PR 6ª - S. Maria 11ª - Campinas-SP	5ª - P. Grossa-PR 6ª - S. Maria 11ª - Campinas-SP	5ª - P. Grossa-PR 6ª - S. Maria-RS 11ª - Campinas-SP	6ª - S. Maria (Qua)
Cav Bld	5ª - R. Janeiro-RJ	5ª - P. Grossa-PR	5ª - P. Grossa-PR 6ª - SP	5ª - P. Grossa-PR (Qua)
Cav Mec	1ª - Santiago - RS 2ª - Uruguaiana-RS 3ª - Bagé- RS 4ª - Dourados-MS	1ª - Santiago - RS 2ª - Uruguaiana-RS 3ª - Bagé- RS 4ª - Dourados-MS	1ª - Santiago - RS 2ª - Uruguaiana-RS 3ª - Bagé- RS 4ª - Dourados-MS 7ª - SC	1ª - Santiago - RS 2ª - Uruguaiana-RS 3ª - Bagé- RS 4ª - Dourados-MS
A Cos Aae	1ª - Niterói, RJ 2ª - Santos, SP			
AA Ae		1ª - RJ 2ª - SP	1ª - RJ 2ª - SP	1ª - Guarujá-SP
Cos			2 - Região Sul 2 - Núcleo Central	
Inf Fron	18ª - Corumbá-MS	18ª - Corumbá-MS	18ª - Corumbá-MS	18ª - Corumbá-MS
TOTAL BDA	25			
EFETIVOS	200.000		250.000	200.000

Quadro 18 - Comparação das transformações 1985- 2007

Legenda

Qua – Quaternária

Com relação ao quadro acima, observa-se que houve um aumento de uma divisão e uma brigada, no total, caracterizando um aumento de unidades militares, sem que tivesse ocorrido aumento de efetivo. Isso demonstra, de certa maneira, um *downsizing* à brasileira, ou seja, buscando atender a uma expectativa do planejamento constante no primeiro SIPLEX,

que era o do aumento de unidades militares, sem que ocorresse o aumento do efetivo, como também era desejado.

Considerando a região amazônica, houve um aumento de 01 divisão e de 03 brigadas na selva, corroborando o nível de prioridade estratégica que a região tem recebido durante o período.

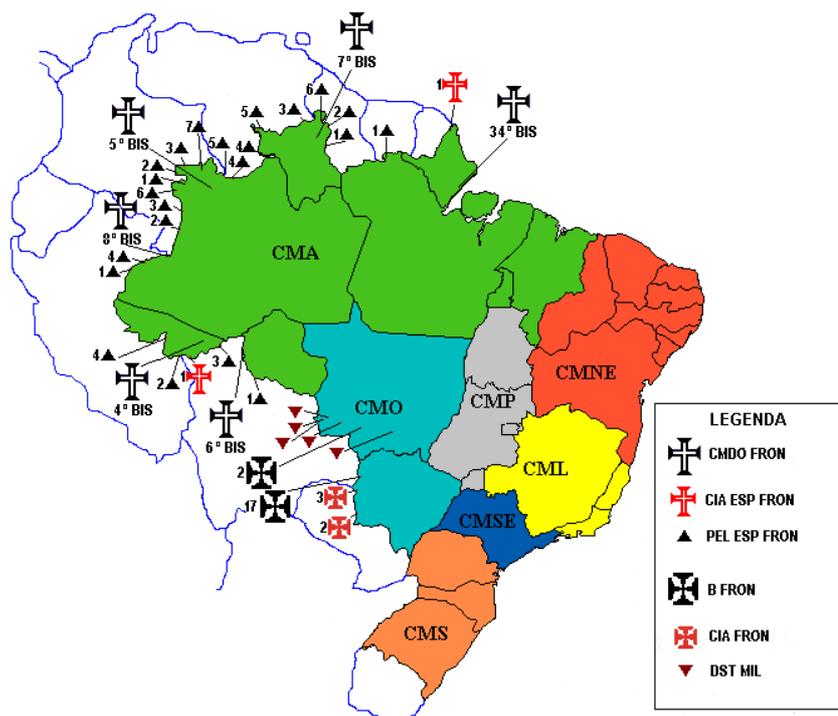
Quanto ao nível de especialização, ocorreu a diminuição de brigadas motorizadas, de brigadas blindadas, e de brigadas de artilharia de costa e antiaéreas.

Amazônia e Calha Norte

O Projeto Calha Norte, que nasceu no EME, foi estruturado como projeto além forças armadas, envolvendo várias atividades que não só as militares. Entretanto, a vertente militar fazia parte do SIPLEX inicial, mas, nesse caso, houve maior número de implantações de pelotões especiais de fronteira (PEF) do que o previsto.

Convém lembrar que na região do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul existem unidades de fronteira; a única diferença é que a maioria dos PEF nesses estados tem mais de 40 anos de instalação.

UNIDADES DE FRONTEIRA



Organizado pelo autor
A descrição detalhada dessas organizações militares encontra-se abaixo:

Subord	Unidade	Localização	Fronteira	Início	Final
8ª DE	CF AP/34º BIS	Macapá, AP			
	1ª Cia Esp Fron	Clevalândia, AP	Guiana		
	3º BIS	Tiriós, PA			
RR1ª Bda Inf SI	CF RR/7º BIS	Boa Vista, RR			
	1º PEF	Bonfim, RR	Guiana		
	2º PEF	Normandia, RR	Guiana		
	3º PEF	BV-8, Pacaraima/RR	Venezuela		
	5º PEF	Auaris	Venezuela		
	4º PEF	Surucucu	Venezuela		
	6º PEF	Uiramutã	Guiana	2002	2004
AM2ª Bda Inf SI	CF Rio Negro/5º BIS	S. Gab. Cach.		1987	1992
	1º PEF	Yauaretê	Colômbia	1988	
	2º PEF	Querari	Colômbia	1988	
	3º PEF	São Joaquim	Colômbia	1988	
	5º PEF	Maturacá	Venezuela	1994	
	4º PEF	Cucui	Venezuela, Colômbia	1940	
	6º PEF	Pari-Cachoeira	Colômbia	1999	
7º PEF	Tunuí	Colômbia	2003		
AM16ª Bda Inf SI	CFSol/8º BIS	Tabatinga	Colômbia, Peru		
	1º PEF	Palmeiras do Javari	Peru		
	2º PEF	Ipiranga	Colômbia		
	3º PEF	Vila Bittencourt	Colômbia		
	4º PEF	Estirão do Equador	Peru		

ROI 7ª Bda Inf SI	CFAC/4º BIS	Rio Branco-AC		1993	
	2º PEF	Assis Brasil, AC	Peru, Bolívia		
	1ª Cia Esp Fron	Brasiléia, AC	Bolívia		
	3º PEF	Plácido de Castro, AC	Bolívia		
	4º PEF	Sta Rosa do Purus, AC			
	CFRO/6º BIS	Guajará Mirim, RO	Bolívia	1932	1992
	1º PEF	Costa Marques, RO Forte P. da Beira	Bolívia	1783	1932
18º Bda Fron	17º B Fron,			1938	1946
	2ª Cia Fron	Porto Murtinho, MS			
	3ª Cia Fron	Coimbra, MS			
	2º B Fron	Cáceres, MT		1939	
	Dest Mil Corixa			1940	
	SDst Mil Porto Esperidião				
	DestMil Santa Rita			1975	
	Dest MilFortuna			1939	
	Dest Mil São Simão			1964	
	SDst Mil Palmarito				
	Dest Mil Casalvasco			1940	
Dest Mil Retiro Confap			1996		

Quadro 19 - Unidades de Fronteira

Bases: Diversas páginas de organizações Militares,

MENDEL, William W., A Amazônia Brasileira: Controlando a Hidra, Military Review (ed. em português), Segundo trimestre 2000. Disponível em <http://www.geocities.com/toamazon/toamilrevbrasileira.htm>. Acesso em 10 Out 07.

Cadernos de Estudos Estratégicos de Logística e Mobilização Nacionais. Seção de Assuntos de Logística e Mobilização da Escola Superior de Guerra (Brasil) - v.1, n. 1 (mar 2007) - Rio de Janeiro: - ESG, 2007 Disponível em <http://www.esg.br/pdf/PUBLICACOES/CadernosSalmob_1_2007.pdf>. Acesso em 13 Out 07.

FELIPPES, Marcelo Augusto de, O Dirigível na Amazônia, Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/03ativid/Amazonia/Artigos/0011206.htm>>. Acesso em 10 Out 07.

(Organizado pelo autor)

Pelotão Especial de Fronteira de Tiriós, <http://www.wikimapia.org/#lat=1.428075&lon=-56.634521&z=7&l=9&m=a&v=2>

Com a transformação da Lei 97/99, que trata do Preparo e Emprego das Forças Armadas, abrangendo agora o policiamento ostensivo nas fronteiras, em 2004, o Exército se sentiu mais prestigiado e com maiores condições de agir, nessas regiões.

Forças de Ação Rápida –FAR

As forças de ação rápida (FAR) são constituídas por unidades possuidoras de grande mobilidade estratégica e com grande flexibilidade de emprego. São unidade completas em pessoal e realizam todos os treinamentos previstos²⁶⁵.

²⁶⁵ HECKSHER, Mario, As forças armadas e o futuro. Disponível em <<http://www.regiaodasagulhasnegras.com.br/forcasarmadas.htm>>. Acesso em 13 nov. 2006.

As Forças de ação rápida estratégicas são: a Brigada de Infantaria Pára-quedista; a 12^a Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel); a Brigada de Operações Especiais; e os Esquadrões de Aviação do Exército. Todas, realmente, têm grandes condições de atuar rapidamente e possuem meios de deslocamento para isso. Têm a característica de estarem localizadas no Núcleo Central (Minas Gerais, Goiás, Goiânia, Rio de Janeiro e São Paulo, estrategicamente a área mais importante do Estado, porém, distante das fronteiras terrestres. Por isso fazem parte da reserva estratégica do Exército, podendo atuar em qualquer parte do território com a finalidade de desequilibrar favoravelmente um provável combate.

Entretanto, a partir de 24 julho do ano 2000, passaram a integrar as forças de ação rápida regional diversas unidades, que são:

Comando Militar da Amazônia

- 52º Batalhão de Infantaria de Selva (Marabá, PA)
- 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromovel)²⁶⁶ (Manaus, AM)
- 4º Batalhão de Aviação do Exército (Manaus, AM)
- 3ª Companhia de Forças Especiais (Manaus, AM)

Comando Militar do Oeste

- 47º Batalhão de Infantaria, Coxim, MS

Comando Militar do Planalto

- 36º Batalhão de Infantaria Motorizado (Uberlândia, MG)

Comando Militar do Nordeste

- 71º Batalhão de Infantaria Motorizado (Garanhuns, PE)

Comando Militar do Sul

- 62º Batalhão de Infantaria (Joinville, SC)
- 19º Batalhão de Infantaria Motorizado (São Leopoldo, RS)

Comando Militar do Leste

- 11º Batalhão de Infantaria de Montanha (São João Del Rey, MG)

A viabilidade de emprego dessas forças na atuação dentro do Comando Militar é razoável, a despeito de várias delas terem meios de deslocamento obsoletos, principalmente as brigadas motorizadas. Há planos longínquos de o Exército mobilizar todas as unidades motorizadas com blindados sobre rodas, o que as tornaria semelhante às brigadas de infantaria

²⁶⁶ <http://www.exercito.gov.br/06OMs/Infantar/Batalhao/Selva/1bis/indice.htm>

mecanizadas argentinas, provocando nova mudança na estrutura. Para isso, será necessária a aquisição de meios blindados.

FORÇAS DE AÇÃO RÁPIDA (FAR)



Fonte: elaborado pelo autor

Aviação do Exército

A Aviação do Exército foi a parte mais badalada da modernização do Exército, sendo citada em diversos Noticiários do Exército nos anos de 1985 e 1986, desde nomeação da comissão para o estudo da implantação²⁶⁷, até o envio de oficiais e sargentos para cursarem na Marinha e Força Aérea, e posterior estabelecimento das organizações militares e centro de

²⁶⁷ EXÉRCITO BRASILEIRO, Aviação do Exército, Noticiário do Exército nº 6872, de 18 out.1985; EXÉRCITO BRASILEIRO, Cursos de Especialização de Pilotos para a Aviação do Exército em 1986, Noticiário do Exército nº 6920, de 30 dez.1985; EXÉRCITO BRASILEIRO, Aviação do Exército - missão Noticiário do Exército nº 6922, de 02 jan.1986; EXÉRCITO BRASILEIRO, Aviação do Exército - 1ª turma de pilotos de helicópteros, Noticiário do Exército nº 6978, de 26 mar.1986; dentre outros.

instrução. Pode ser considerada o carro-chefe da FT 90, por sua característica simbólica e pela capacidade de projetar poder que proporcionou à força terrestre.

A aviação do Exército tem sido empregada para a realização de missões diretamente voltadas às operações de combate, tais como missões de ataque, de reconhecimento, de segurança, incursões, infiltrações e exfiltrações aeromóveis, no treinamento de tropa em técnicas aeromóveis, apoio ao combate e apoio logístico, bem como no apoio aéreo a diversas unidades, no transporte de pessoal, na evacuação médica, na calibração de tiro de artilharia, bem como no apoio a órgãos públicos, tais como o IBAMA, a Polícia Federal e a Defesa Civil.

Em 1993, foi criado o 4º Batalhão de Aviação do Exército em Manaus, AM, que apóia as unidades militares das três forças na região, em operações militares ou assistência à população.

Conforme entrevista com o então comandante da Aviação do Exército, em 2003, de acordo com o Plano Diretor do Exército, há a idéia de se descentralizar a aviação do Exército, de acordo com a seguinte estruturação:

Comando Militar	Local	Esquadrões	Situação
Sudeste	Taubaté	1º e 2º	Permanência
Amazônia	Manaus	4º	Permanência
Oeste	Campo Grande	3º	Transferência
Sul	-	1	Criação
Nordeste	-	1	Criação

Quadro 20 - Descentralização da aviação do Exército

Fonte: Centro de Instrução de Aviação do Exército, Entrevista com Gen Bda Jeannot Jansen da Silva Filho, Comandante da Aviação do Exército, Revista Pegasus, Junho 2003. Disponível em <<http://www.ciavex.ensino.eb.br/pegasus/entrevista.htm>>.

Embora essa descentralização conferisse aos Comandos Militares maior possibilidade de ação e flexibilidade, os Comandos Militares do Oeste, do Sul e Nordeste não contam com esquadrões de aviação.

Brigada de Operações Especiais (Bda Op Esp)

Inicialmente, pode-se dizer que não havia, especificamente, a idealização da criação de uma Bda Op Esp no primeiro SIPLEX. Entretanto, existia a previsão de existência de um batalhão de Forças Especiais e de um batalhão de Comandos, parte da Reserva Estratégica, no Núcleo Central (ou seja, CML, CMSE e CMP), e de um batalhão de Guerra Química no Comando Militar do Sul, previsão feita para a FT 21 (2001 a 2015). Possivelmente o planejamento evoluiu para a união dessas unidades sob um comando centralizado.

Segundo militar que serviu no Batalhão de Forças Especiais (unidade já existente) e nessa grande unidade²⁶⁸ durante o período das transformações, havia um projeto denominado Comando de Unidades de Operações Especiais - COPUEsp, que foi reativado pelo então comandante do Exército, general Gleuber, após o 11 de setembro.

O planejamento inicial era de instalar a Bda Op Esp²⁶⁹ (como ficou sendo chamado o COPUEsp) no Rio de Janeiro, tal como consta no decreto de 27 de junho de 2002²⁷⁰. Logo em seguida, em 03 de setembro de 2003, altera-se o local para Goiânia²⁷¹, no local da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, que foi transferida. Em meados de dezembro de 2003, isso ocorreu efetivamente²⁷². A mudança para Goiânia centralizou a Brigada mais estratégica do

²⁶⁸ Major Luciano Batista de Lima. Realiza curso de Comando e Estado-Maior na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

²⁶⁹ Na verdade, a Bda Op Esp é atípica, porque não possui a mesma formação das Brigadas em geral (Ver Glossário). Ela possui: Batalhão de Forças Especiais, Batalhão de Comandos, Destacamento de Operações Psicológicas, Batalhão de Apoio às Operações Especiais, Base Administrativa, 6º Pelotão de Polícia do Exército e 1º Pelotão de Defesa Química, Biológica e Nuclear. Além disso, possui também a 3ª Companhia de Forças Especiais, sediada em Manaus, e o Centro de Instrução de Operações Especiais.

²⁷⁰ Subchefia para Assuntos Jurídicos, Casa Civil, Presidência da República, *Dispõe sobre a estrutura do Comando do Exército e dá outras providências*. Decreto nº 4.289, de 27 de junho de 2002. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4289.htm>. Acesso em 01 Set 2004. O texto de criação: “Fica criada, no Comando do Exército, a Brigada de Operações Especiais, sediada na cidade do Rio de Janeiro - RJ e subordinada diretamente ao Comando Militar do Leste”.

²⁷¹ Subchefia para Assuntos Jurídicos, Casa Civil, Presidência da República, Decreto nº 4.828, de 3 de setembro de 2003. Dispõe sobre a estrutura do Comando do Exército e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/legislacao/decreto/2003/D4828.htm>> Acesso em 04 Out 07. “Art. 1º Ficam alteradas as sedes dos comandos: I - da Brigada de Operações Especiais, criada pelo Decreto nº 4.289, de 27 de junho de 2002, do Rio de Janeiro - RJ para Goiânia - GO, subordinando-a diretamente ao Comando Militar do Planalto; e II - da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, transformada pelo Decreto nº 72.637, de 17 de agosto de 1973, de Goiânia - GO para Cristalina - GO”.

²⁷² Segundo relato do Major Luciano Batista de Lima.

Exército, livrou-a dos problemas com a criminalidade no Rio de Janeiro e possibilita o rápido acionamento e deslocamento da Bda pela excelente malha viária e aeroviária²⁷³.

É a única grande unidade deste tipo na América Latina, é bastante flexível, tem grande poder de destruição e é capaz de atuar em diversos tipos de missões.

A proximidade do atentado às Torres Gêmeas com a criação da Bda Op Esp sugere que houve a *virtú* do comandante do Exército de aproveitar o momento oportuno e implantar uma grande unidade altamente operacional que ao Brasil é importante, a despeito de ser ela utilizada ou não no combate ao terrorismo²⁷⁴. Impossibilitaria os Estados Unidos de ser contra tal criação, já que, ao menos aparentemente, estaria em consonância com a onda posterior e “combate ao terror”.

Unidades de emprego peculiar e Centros de Instrução

A estruturação de unidades de emprego peculiar e de centros de instrução tem direcionamento com a abertura e desenvolvimento de áreas de especialização diversas, com a finalidade de desenvolver os militares no conhecimento do emprego em regiões diferenciadas (selva, montanha, pantanal, caatinga) ou na utilização de meios de progressão diversos (blindados, pára-quedas, helicópteros), operações especializadas (operações especiais, operações de paz, garantia da lei e da ordem), ou especializações dentro das armas técnicas (engenharia de construção, artilharia de foguetes, guerra eletrônica).

Há diversos cursos e estágios no Exército, conduzidos por diversas escolas já tradicionais (Escola de Material Bélico, Escola de Comunicações, dentre outras), entretanto, quando algum conhecimento diferenciado pretende ser desenvolvido, uma forma de realizar isso é por meio de unidades de emprego peculiar. Uma unidade de emprego peculiar é uma

²⁷³ Agradeço ao Major Lima suas observações.

²⁷⁴ O primeiro comandante dessa grande unidade, General Marco Aurélio, atual Chefe de Gabinete do Estado-Maior do Exército, não acredita que tenha ocorrido influência política na criação da Bda Op Esp e nem o aproveitamento de conjuntura contraterrorista internacional, mas que na verdade foi motivado pela Revolução nos Assuntos Militares que se criou a Bda Op Esp, pela busca de alto nível tecnológico e adestramento das unidades de operações especiais.

“organização militar com vocação para emprego em área de operações com condições especiais de ambiente ou que aplique técnica que necessite de equipamento adicional ou treinamento especializado²⁷⁵”. Assim se descreve a finalidade das unidades de emprego peculiar:

Art. 3º As Unidades de Emprego Peculiar, em princípio, desenvolverão estágios, por intermédio do Centro de Instrução a ser integrado à respectiva Unidade, com a **finalidade de difundir conhecimentos e complementar a capacitação profissional**.

Art. 4º As Unidades de Emprego Peculiar **deverão**, também, **colaborar com o Estado-Maior do Exército no desenvolvimento da doutrina militar terrestre**²⁷⁶.

Atualmente, existem as seguintes unidades de emprego peculiar:

Unidade	Especialidade	Início da formação Ano
11º Batalhão de Infantaria de Montanha	Montanha	1979
72º Batalhão de Infantaria Motorizado	Caatinga	1993
17º Batalhão de Fronteira	Pantanal	1997
11º Batalhão de Engenharia de Construção	Engenharia de Construção	1998
28º Batalhão de Infantaria Leve	Garantia da Lei e da Ordem	2007
6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes	Artilharia de Foguetes	2007

Quadro 21 - Organizações Militares de Emprego Peculiar

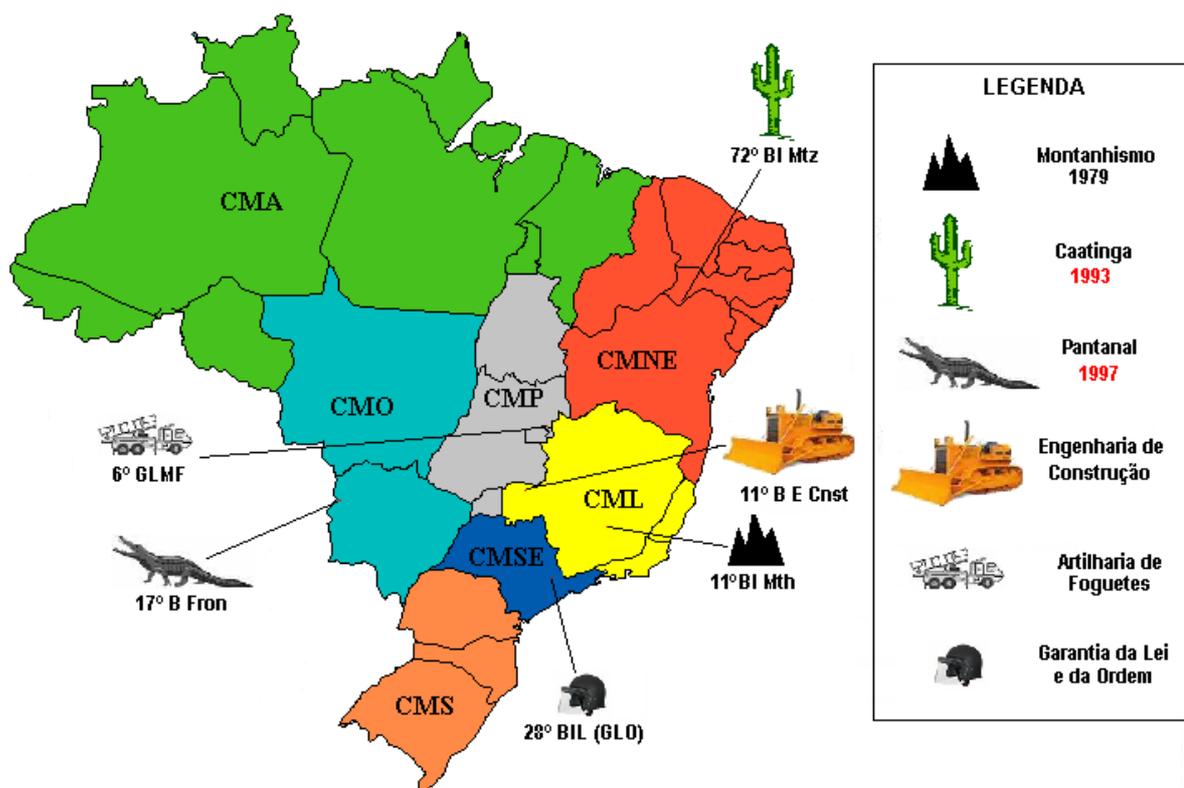
Fontes: Histórico das unidades, Portaria n º 605, de 5 de setembro de 2006: Define e designa as unidades de Emprego Peculiar e dá outras providências. Boletim do Exército n º 36, de 8 de setembro de 2006, p. 7. Disponível em <http://www.sgex.eb.mil.br/be_ostensivo/BE2006/be2006pdf/be36-06.pdf>. Acesso em 18 Out. 2007.

Para fazer uma análise das unidades de emprego peculiar e dos centros de instrução mais recentemente criados, segue-se uma figura destas unidades:

UNIDADES DE EMPREGO PECULIAR

²⁷⁵ Portaria n º 605, de 5 de setembro de 2006: Define e designa as unidades de Emprego Peculiar e dá outras providências. Boletim do Exército n º 36, de 8 de setembro de 2006, p. 7. Disponível em <http://www.sgex.eb.mil.br/be_ostensivo/BE2006/be2006pdf/be36-06.pdf>. Acesso em 18 Out. 2007.

²⁷⁶ Idem, p. 7, Grifos nossos.



Base: Portaria n° 605, de 5 de setembro de 2006 - Define e designa as unidades de Emprego Peculiar e dá outras providências. Boletim do Exército n° 36, de 8 de setembro de 2006, p. 7. Disponível em <http://www.sgex.eb.mil.br/be_ostensivo/BE2006/be2006pdf/be36-06.pdf> Acesso em 05 Out 07.

Tratando da unidade de emprego peculiar que há mais tempo realiza cursos e estágios, existe o 11° Batalhão de Infantaria de Montanha. Além de desenvolver a doutrina dentro da força militar terrestre, existe, desde o SIPLEX 1984 a idéia de se transformar a brigada de Minas Gerais em brigada de montanha, sendo que isso não se configurou como prioridade, por ter sido protelado até os dias de hoje. Entretanto, há o interesse de que isso ocorra, pelo menos em estudos atuais dentro dessa brigada. Talvez a protelação ocorra pela dificuldade em visualizar um emprego de uma brigada de montanha em território nacional, já que não existe teatro de operações nacional que justifique esse direcionamento, portanto, não existe prioridade nesse sentido. Além disso, se houvesse a necessidade de atuação em território de outros países, o emprego provavelmente envolveria neve, o que modifica totalmente a técnica, o material e o equipamento individual, dentre outras condicionantes²⁷⁷. Isso não invalida a

²⁷⁷ Apesar disso, diversos oficiais de infantaria que serviram nessa organização militar realizaram cursos na Argentina e Chile, aprendendo técnicas de montanhismo em rocha e em neve.

especialização de diversos militares no conhecimento de técnicas de escalada, já que é uma técnica que pode ser empregada por qualquer fração militar, em menor escala que uma operação em região de montanha.

As unidades de emprego peculiar mais recentes têm surgido a partir da década de 1990 (caatinga e pantanal), já proporcionando cursos e estágios. As últimas, neste início de século (engenharia de construção, artilharia de foguetes e garantia da lei e da ordem), a que já proporciona cursos e estágios é o 11º BE Cnst²⁷⁸.

Quanto aos centros de instrução, na maior parte regulados pelo Comando de Operações Terrestres, diversos são criados após o desenvolvimento e implantação do SIPLEX 1984, tais como o de Guerra Eletrônica e o de Aviação do Exército, que foram os carros-chefe da busca por reduzir o hiato tecnológico do Exército.

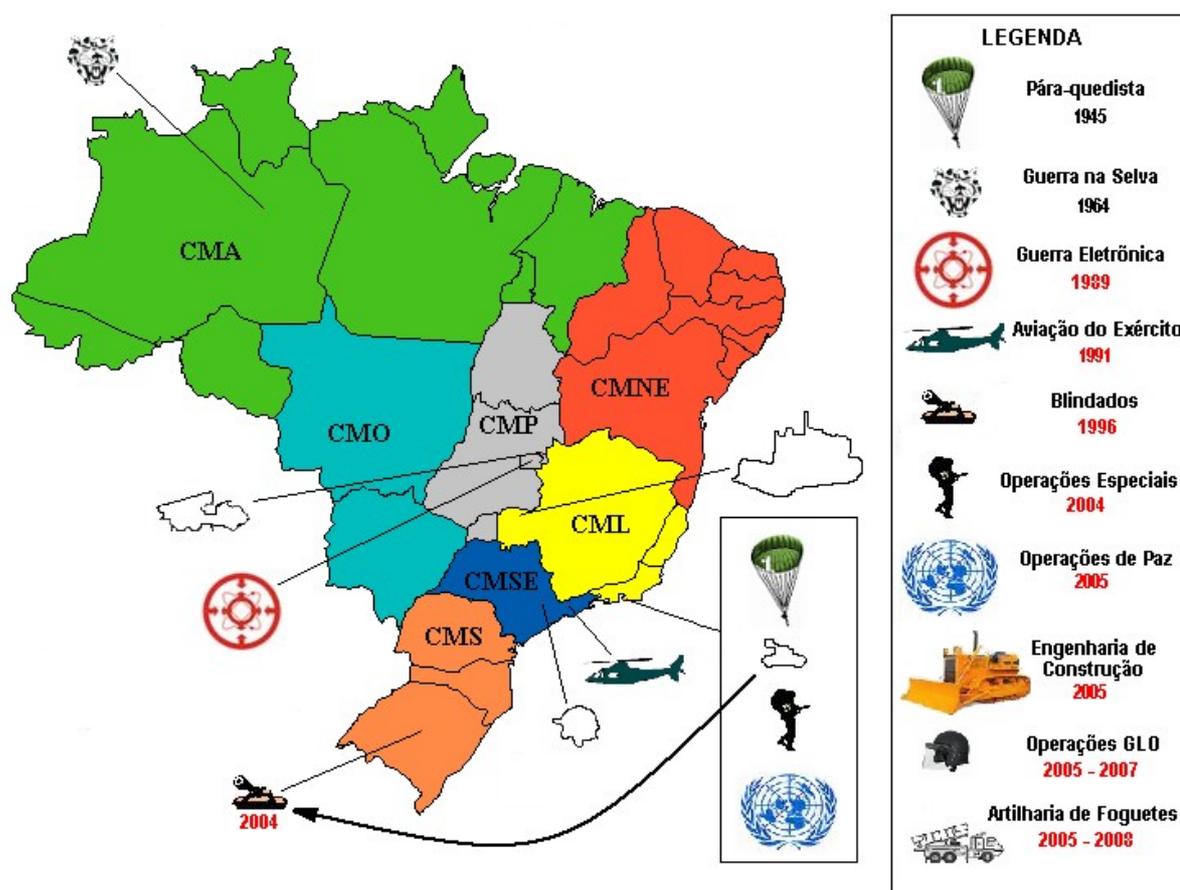
Centros de Instrução	Criação	Funcionamento	Local
Pára-quedista	1945		Rio de Janeiro, RJ
Guerra na Selva	1964		Manaus, AM
Guerra Eletrônica	1989		Brasília, DF
Aviação do Exército	1991		Taubaté, SP
Blindados	1996		Santa Maria, RS
Operações Especiais	2003	2004	Rio de Janeiro, RJ
Operações de Paz	2005		Rio de Janeiro, RJ
Engenharia de Construção	2005	Extinto	Araguari, MG
Operações de Garantia da Lei e da Ordem	2005	Extinto	Campinas, SP
Artilharia de Foguetes	2005	Extinto	Formosa, GO

Quadro 22 - Centros de Instrução do Exército

Fonte: Comando de Operações Terrestres, Centros de Instrução do Exército Brasileiro. Disponível, em <http://www.coter.eb.mil.br/3sch/cinst/centros_instrucao.asp> e Centro Integrado de Guerra Eletrônica - Resumo Histórico. Disponível em <<http://www.cige.eb.mil.br/>>. Acessos em 18 Out. 2007

CENTROS DE INSTRUÇÃO

²⁷⁸ Estágios de: Chefe de Equipe de Drenagem e Obras-de-Arte Correntes, Chefe de Campo, Topografia e Laboratório de Solos/Asfalto, Gerenciamento de Atividades de Construção, dentre outros. Ver página do 11º Btl Eng Cnst. Disponível em <<http://www.btlmaua.com.br/>>. Acesso em 18 Out. 07.



Entretanto, o Centro de Instrução de Artilharia de Foguetes foi extinto em 2006²⁷⁹, provavelmente pela necessidade de desenvolvimento de doutrina própria, ainda incipiente, bem como o Centro de Instrução de Engenharia de Construção²⁸⁰ e o Centro de Instrução de Operações de Garantia da Lei e da Ordem²⁸¹.

Defesa Interna

²⁷⁹ Portaria n° 606, de 5 de setembro de 2006: Extingue o Centro de Instrução de Artilharia de Foguetes e dá outras providências. Boletim do Exército n° 36, de 8 de setembro de 2006, p. 8. Disponível em <http://www.sgex.eb.mil.br/be_ostensivo/BE2006/be2006pdf/be36-06.pdf>. Acesso em 18 Out. 2007.

²⁸⁰ Portaria n° 608, de 5 de setembro de 2006: Extingue o Centro de Instrução de Engenharia de Construção e dá outras providências. Boletim do Exército n° 36, de 8 de setembro de 2006, p. 9. Disponível em <http://www.sgex.eb.mil.br/be_ostensivo/BE2006/be2006pdf/be36-06.pdf>. Acesso em 18 Out. 2007.

²⁸¹ Portaria n° 610, de 5 de setembro de 2006: Extingue o Centro de Instrução de Operações de Garantia da Lei e da Ordem e dá outras providências. Boletim do Exército n° 36, de 8 de setembro de 2006, p. 9. Disponível em <http://www.sgex.eb.mil.br/be_ostensivo/BE2006/be2006pdf/be36-06.pdf>. Acesso em 18 Out. 2007.

1. Brigada de Infantaria Leve - Garantia da Lei e da Ordem

A 11ª Brigada de Infantaria tornou-se Leve por ter perdido seus blindados para o Comando Militar do Sul, com a finalidade de tornar duas brigadas blindadas ternárias em quaternárias²⁸². Além de fazer parte das forças de emprego estratégico, foi a ela atribuída a missão específica de garantia da lei e da ordem (GLO).

Ainda recente e realizando cursos somente para o pessoal que compõe a brigada, foi criado o Centro de Instrução de Garantia da Lei e da Ordem.

Para que todos os comandos de área possuam pessoas qualificadas para executar missões de GLO, os comandos militares que não possuíam batalhões de polícia do Exército passarão a ter por meio de reorganizações das unidades. Possivelmente os militares da política do Exército serão os especialistas em lidar com a parte jurídica das ações, extremamente necessária para que não se perca a legitimidade, evitando o trabalho fora da legalidade²⁸³.

2. Forças de Contingência

No espírito da garantia da lei e da ordem, foi criada por diretriz do Comando de Operações Terrestres uma força, de dimensões de uma brigada²⁸⁴ em cada Comando Militar de Área, direcionada para missões de GLO, denominadas forças de contingência - FOCON. Essa força é montada com grupamentos (batalhões, esquadrões, companhias) de diversas brigadas, ou seja, não há uma brigada específica que componha a FOCON. Os militares que dela fazem parte não podem ser recrutas²⁸⁵.

O emprego²⁸⁶ das FOCON pode ser com as seguintes finalidades:

²⁸² Possuíam três batalhões, hoje possuem quatro.

²⁸³ EXÉRCITO BRASILEIRO, Estrutura Organizacional do Exército Brasileiro, *Revista Verde-Oliva*, Jan-Fev-Mar 2006. Disponível em <http://www.defesanet.com.br/eb/est_06.htm>. Acesso em 03 mar. 2006.

²⁸⁴ Acrescido de um módulo de justiça.

²⁸⁵ EXÉRCITO BRASILEIRO, Força de Contingência para operações de GLO. Noticiário do Exército nº 10235, de 15 ago. 2005. Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/NE/2005/08/enccoter/capaenc.htm>>. Acesso em 03 mar.2006.

²⁸⁶ Comando de Operações Terrestres, Diretriz de Comando Nr 03/05 - Preparo e emprego da força de contingência para operações de garantia da lei e da ordem. Brasília, DF, Jun 2005. Disponível em

- Pacificação de motins
- Pacificação de graves distúrbios realizados por forças adversas
- Desobstrução de estradas e rodovias
- Evacuação de áreas ou edificações dominadas por forças adversas
- Controle de estradas e rodovias
- Segurança de instalações ou áreas
- Interdições de áreas
- Busca e apreensão em áreas urbanas ou rurais
- Segurança de comboios e autoridades
- Segurança de eventos internacionais
- Policiamento de áreas urbanas
- Segurança de eleições
- Contraguerrilha urbana e rural
- Ações de contraterrorismo
- Apoio logístico, de inteligência e de comunicações aos órgãos e segurança pública
- Apoio aos órgãos de defesa civil (ações humanitárias) em caso de calamidades públicas

Assim é a composição das FOCON:



Fonte: Comando de Operações Terrestres, Diretriz de Comando Nr 03/05 - Preparo e emprego da força de contingência para operações de garantia da lei e da ordem. Brasília, DF, Jun 2005. Disponível em <http://www.coter.eb.mil.br/3sch/focon/diretriz_comando_focon.pdf>. Acesso em 03 mai. 2006.

Elaborado pelo autor

De acordo com a análise da composição das FOCON, percebe-se que todas as forças de ação rápida regional integram as FOCON, donde se pode imaginar que a ênfase das FAR regionais deve ser o confronto interno, até porque elas não possuem nenhum meio diferenciado de transporte, tal como as FAR estratégicas.

Além disso, há o dobro de FOCON no Comando Militar do Leste, conseqüentemente a área de maior quantidade de crime organizado, com um regimento de cavalaria mecanizado especializado em GLO (não deixando de considerar a especificidade da brigada GLO em Campinas-SP, área do CMSE).

Assim é a composição detalhada das FOCON:

CM	Brigadas	Batalhões subordinados à Bda	Outras subordinações
CMA AM	23ª Bda Inf SI - PA	50º BIS - Imperatriz-MA 51º BIS - Altamira-PA 52º BIS - Marabá-PA (FAR/FOCON) 53º BIS - Itaituba-PA 23º Esqd Cav SI - Tucuruí-PA	2º BIS - Belém/PA (FOCON) CF AP/34º BIS - Macapá/AP (subordinadas diretamente à 8ª DE)
	1ª Bda Inf SI - RR	1º BIS (Amv) - Manaus/AM (FAR/FOCON) CF RR/7º BIS - Boa Vista/RR 12º Esqd Cav Mec - Boa Vista/RR	
	2ª Bda Inf SI - AM	3º BIS - Barcelos CFRio Negro/5º BIS - SG Cach/AM 56º BIS - Santa Isabel do Rio Negro.	
	16ª Bda Inf SI - AM	61º BIS - Cruzeiro do Sul/AC 17º BIS - Tefé/AM CFSol/8º BIS - Tabatinga/AM	4º B Av Ex - Manaus/AM
	17ª Bda Inf SI - RO	CFAC/4º BIS - Rio Branco-AC CFRO/6º BIS - Guajará-Mirim-RO 54º BIS - Humaitá-AM	
CMNE	7ª Bda Inf Mtz -RN	15º BI Mtz - João Pessoa, 16º B I Mtz - Natal-RN 31º BI Mtz - Campina Grande	01 BI/7ª Bda (FOCON)
	10ª Bda Inf Mtz -PE	14º BI Mtz - Recife, PE 59º BI Mtz - Maceió, 71º BI Mtz - Guaranhuns, (FAR/FOCON) 72º BI Mtz - Petrolina	23º BC - Fortaleza-CE 40º BI - Crateús, CE
CMO MS	13ª Bda Inf Mtz -MT	47º BI (FAR/FOCON) 44º BIMtz - Cuiabá/MT, 58º BIMtz, de Aragarças/GO	01 BI/13ª Bda (FOCON)
	18ª Bda Inf Fron-MS	2º B Fron - Cáceres-MT 17º B Fron - Corumbá-MT	01 BI/18ª Bda (FOCON)
	4ª Bda C Mec- MS	10º R C Mec - Bela Vista, MS 11º R C Mec - Ponta Porã, MS 20º RCB - Campo Grande, MS	FT/4ª Bda (FOCON) 17º R C Mec - Amambaí, MS

CMP DF	3ª Bda Inf Mtz - GO	22º BI - Palmas/TO (FOCON) 36º BIMtz - Uberlândia/MG (FAR/FOCON) 41º BIMtz - Jataí/GO (FOCON) 3º Esq C Mec - Brasília/DF (FOCON)	
	Bda Op Esp - GO (FAR)	1º BAC - Goiânia-GO 1º B F Esp - Goiânia-GO	
CML RJ	Bda Inf Pqdt –RJ (FAR)	25º BIPqdt - Rio de Janeiro/RJ 26º BIPqdt – Rio de Janeiro/RJ (FOCON) 27 BIPqdt – Rio de Janeiro/RJ	
	9ª Bda Inf Mtz (Es) - RJ	1º BI Mtz (Es) (FOCON) 2º BI Mtz (Es) (FOCON) 57º BI Mtz (Es) 15º RCMec GLO (FOCON) REsC	
	4ª Bda Inf Mtz - MG	32º BIMtz – Petrópolis, RJ 10º BI – Juiz e Fora-MG (FOCON) 12º BI – Belo Horizonte, MG (FOCON)	11º BI Mth (FAR)
CMSE SP	11ª Bda Inf L (GLO) - SP	2º BIL (GLO) - São Vicente, SP 28º BIL (GLO) - Campinas, SP 37º BIL (GLO) - Lins, SP	02 BI/11ª Bda (FAR/FOCON)
	12ª Bda Inf L (Amv)- SP (FAR)	4º BIL – Osasco, SP 5º BIL – Lorena, SP 6º BIL – Caçapava, SP 1º Esqd C L	01 BI/12ª Bda (FOCON)
	CAvEx - SP ? (FAR)	1º Esqd Av Ex 2º Esqd Av Ex 3º Esqd Av Ex	
CMS RS	15ª Bda Inf Mtz - PR	30º BI Mtz – Apucarana, PR 33º BI Mtz – Cascavel, PR 16º Esqd C Mec, Francisco Beltrão, PR	Tríplice Fronteira
	5ª Bda C Bld - PR	13º BIB, Ponta Grossa – PR 20º BIB, Curitiba – PR 5º RCC, Rio Negro – PR 5º Esqd C Mec, Castro – PR	
	14ª Bda Inf Mtz - SC	23º BI – Blumenau, SC 62º BI – Joinville, SC (FAR/FOCON) 63 BI – Florianópolis, SC 14ºRC Mec - São Miguel D'Oeste, SC	
	6ª Bda Inf Bld – RS (Quaternária)	7º BIB - Santa Maria-RS 29º BIB - Santa Maria-RS 1º RCC - Santa Maria-RS 4º RCC - Rosário do Sul-RS 6º Esq CMec - Santa Maria-RS	
	1ª Bda C Mec - RS	4º RCB - São Luiz Gonzaga-RS 1º RCMec - Itaqui-RS 2º RCMec - São Borja-RS 19º RCMec – Santa Rosa-RS	
	2ª Bda C Mec -RS	6º RCB - Alegrete-RS 5º RC Mec - Quaraí, RS 8º RC Mec - Uruguaiana, RS	
	3ª Bda C Mec - RS	9º RCB - São Gabriel-RS 3º RC Mec – Bagé-RS (FOCON) 7º RC Mec - S. do Livramento-RS 12º RC Mec - Jaguarão-RS	
	8ª Bda Inf Mtz - RS	9º BI Mtz - Pelotas-RS 18º BI Mtz - Sapucaia do Sul-RS 19º BI Mtz - São Leopoldo-RS (FAR/FOCON) 8º Esq C Mec - Porto Alegre- RS	

Quadro 26 – Unidades componentes da FOCON

Fonte: Comando de Operações Terrestres, Diretriz de Comando Nr 03/05 - Preparo e emprego da força de contingência para operações de garantia da lei e da ordem. Brasília, DF, Jun 2005. Disponível em <http://www.coter.eb.mil.br/3sch/focon/diretriz_comando_focon.pdf>. Acesso em 03 mai. 2006. Elaborado pelo autor.

Apesar de vários exercícios realizados com as FOCON nos anos de 2005 e 2006, há rumores de que esse tipo de organização e de exercício será colocado em “banho maria”. Como se pode verificar, não houve o direcionamento do EME, nesse caso e não constava de planejamento de SIPLEX, nem mesmo os mais atualizados. Talvez se possa dizer que o COTER, feito para auxiliar o EME, dessa vez passou à frente do agora único órgão de direção geral; “o feitiço virou contra o feiticeiro”.

Ainda assim, é de se estranhar toda a condução das operações de GLO, sendo incrementadas logo após a criação da Força Nacional de Segurança Pública, e sem que se vislumbre efetivamente a participação do Exército em operação de tal envergadura que suplante os meios de segurança ora constituídos. Entretanto, esses direcionamentos podem ser vistos como parte da ação preventiva da força armada.

Operações de Paz

A designação de tropa específica para missão de paz não existia no primeiro SIPLEX. Isso ocorreu com o 19º Batalhão de Infantaria Motorizado, em 1997. Posteriormente, a 9ª Bda Inf Mtz passou a ter a incumbência de guardar o material específico das operações de paz e pela pesquisa e desenvolvimento da doutrina de emprego em operações de paz, e a idéia era transformá-la em brigada de força de paz. Depois da criação do Centro de Instrução de Operações de Paz, em 2005, não houve mais esta atribuição à 9ª Bda e diversas brigadas participaram do rodízio nas operações subseqüentes, principalmente no Haiti.

Artilharia de Costa e Anti-aérea

Costa

Com relação à Artilharia de Costa, após os antigos equipamentos tornarem-se completamente obsoletos, o sistema Astros II, destinado a cumprir missões de artilharia de Costa, ainda que somente contra desembarque anfíbio (não contra navios), antes disseminado em Organizações Militares no Rio de Janeiro, Macaé, Brasília e Cruz Alta, foi reunido em Formosa, com a idéia de criar um Centro de Treinamento Integrado de Mísseis e Foguetes.

Anti-aérea

Nesse caso, o desempenho ficou aquém do planejado, até porque somente uma brigada de artilharia anti-aérea foi criada e não duas, até 2000. A previsão inicial era que existissem quatro brigadas de Artilharia Anti-aérea, até 2015; provavelmente isto não ocorrerá.

Efetivo da Força

Um dos aspectos desse primeiro planejamento reestruturador era a previsão de aumento significativo de efetivo e de unidades militares: o Exército possuía efetivo previsto de 197 mil homens²⁸⁷, em 1986, previa para o ano de 2000 um efetivo de 250 mil homens; em 2015, atingiria 300 mil homens. Tudo indica que a Academia Militar das Agulhas Negras foi reformada para duplicar suas instalações para os cadetes, em 1988²⁸⁸, para dar cabo desse aumento significativo de efetivo do Exército, que não ocorreu²⁸⁹. Abaixo segue tabela que comprova o crescimento significativo do efetivo dos cadetes, a partir de 1991, com maiores efetivos nos anos de 1993 e 1996. Em 2004, o efetivo retorna aos valores da década de 1980²⁹⁰.

ANO	EFETIVO	
1985	365	
1986	337	
1987	336	
1988	334	
1989	299	
1990	331	
1991	435	
1992	466	
1993	503	
1994	393	
1995	460	
1996	532	
1997	470	
1998	428	
1999	480	
2000	489	
2001	458	
2002	469	
2003	464	
2004	343	
2005	381	
2006	382	

Tabela 24 :Efetivo da turma de cadetes da AMAN - 1985 a 2006

Fonte: ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS, Anuário Estatístico, 2006, p. 13 e 14.

²⁸⁷ Presidente da República, Decreto nº 92.933, de 17 de julho de 1986, Altera efetivos de Oficiais-Generais do Exército. <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=220114>

²⁸⁸ EXÉRCITO BRASILEIRO, Academia Militar das Agulhas Negras, Histórico Resumido da Academia Militar, Disponível em: <<http://www.aman.ensino.eb.br/phistorico.htm>> Acesso em: 15 ago. 2007.

²⁸⁹ Em 2006, o efetivo existente do Exército Brasileiro era de 177.899 pessoas (dados do Ministério da Defesa).

²⁹⁰ O efetivo se mantinha aproximadamente, em média, o mesmo desde o ano de 1971, entre 315 e 360.

Ainda sobre o efetivo militar, é usual aos militares entenderem que o efetivo deve corresponder percentualmente a algo melhor do que temos no Brasil, numa relação efetivo/território ou efetivo/população do país. Nesse caso, está no ideário militar a necessidade de aumento de efetivo, quando possível. Como já citado anteriormente, Mário César Flores não considera essa avaliação como correta, já que os efetivos devem dar cabo de necessidades da Defesa. Certamente a ameaça não surge pelo tamanho do território, ainda que quanto maior, mais difícil defender; em relação à população, só se for considerada a população nacional como latente agressora do Estado, o que não tem cabimento. Se coubesse uma avaliação quanto à população, esta deveria ser em relação à população dos países fronteiriços; aí, sim, poderia se dizer que teria o Brasil um percentual adequado à Defesa de possíveis agressores externos, ainda que essa avaliação fosse tremendamente descabida, também.

A solução adotada para o aumento do efetivo em caso de necessidade, já que não foi possível atingir o efetivo desejado conforme o planejamento inicial foi a estruturação da Força de Mobilização. Seria composta por pessoal da reserva mobilizável, visando a completar o efetivo em caso de ativação de estrutura militar de guerra²⁹¹.

²⁹¹ Departamento-Geral do Pessoal, A modernização da administração de pessoal no Exército. Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/06OMs/Deptos/dgp/indice.htm>>. Acesso em 17 Jul. 2007.

ESPECIFICAÇÃO		QUANTIDADE											
		1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	
Oficiais-generais		152	151	152	154	156	141	142	141	142	142	142	
Oficiais	Carreira	12.546	12.388	12.717	13.168	13.310	13.153	13.244	13.279	13.286	14.032	13.967	
	Temporário	4.219	5.222	5.507	5.803	5.057	5.314	5.050	4.907 ^a	5.075	7.118	7.315	
	Soma parcial	16.765	17.610	18.224	18.971	18.367	18.467	18.294	18.186	18.361	21.150	21.282	
Praças	Subtenentes e Sargentos	Carreira	22.600	26.300	26.411	26.105	27.411	25.033	29.331	27.014	31.189	27.771	28.500
		Quadro especial	-	-	-	-		3.500		3.500	3.500	3.350	3.000
		Temporário	10.000	12.500	12.070	9.070	9.112	13.938	12.328	5.970	9.376	10.000	6.471
		Soma parcial	32.600	38.800	38.481	35.175	36.523	42.471	41.659	36.484	40.565	41.121	37.971
	Taifeiros		950	1.045	1.109	860	900	900	900	900	900	900	
	Cabos	34.010	139.500	153.450	162.657	134.684	36.843	36.843	37.095	37.343	38.832	39.676	
	Soldados	98.318					98.918	98.918	97.281	99.336	99.855	102.029	
Soma parcial (taif/cb/sd)		132.328					136.661	136.661	135.276	137.579	139.587	142.605	
Vagas não distribuídas		12.535											
Total geral		194.380	197.011	211.352	218.066	190.590	197.740	196.756	190.087	196.647	202.000	202.000	

Tabela 25 - Efetivo do Exército de 1985 a 1995

^a A partir de 1992, não há previsão de capitães temporários

Fontes: Dec. nº 90.946, de 13 de Fevereiro de 1985: Efetivos do Exército para 1985 (Republicação). Boletim do Exército nº 12, de 22 Mar 1985, p. 3 a 7.; Dec. nº 92.933, de 17 de Julho de 1986. Dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, a vigorar em 1986 -. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=220114>>. Acesso em 13 Abr 2006; Dec. nº 94.632, de 14 de julho de 1987 Altera os incisos I e VI da Art. 1º do Dec. nº 93.800, de 16 de dezembro de 1986, que fixa os efetivos do Exército para 1987. Boletim do Exército nº 35, de 28 Ago 1987, p. 5 e 6; Dec. nº 95.834, de 17 de março de 1988. Altera os incisos I e VI da Art. 1º do Dec. nº 95.492, de 15 de dezembro de 1987, que fixa os efetivos do Exército para 1988. Boletim do Exército nº 12, de 25 Mar 1988, p. 3 e 4; Dec. nº 97.557, de 07 de março de 1989: Altera os incisos I e VI da Art. 1º do Decreto nº 97.282, de 20 de dezembro de 1988, que fixa os efetivos do Exército para 1989. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=223910>>. Acesso em 25 Set 2007. Dec. nº 98.660, de 21 de dezembro de 1989. Dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, a vigorar em 1989. Boletim do Exército nº 02, de 12 Jan 1990, p. 5 a 8. Dec. nº 99.402, de 19 de julho de 1990. Dispõe sobre os efetivos do Exército a vigorarem em 1990. Boletim do Exército nº 30, de 27 Jul 1990, p. 6 a 8. Dec. nº 99.842, de 17 de dezembro de 1990. Dispõe sobre os efetivos do Exército a vigorarem em 1991 -. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=134476>>. Acesso em 25 Set 2007. Decreto s/n, de 20 de dezembro de 1992. Dispõe sobre os efetivos do Exército a vigorarem em 1992. Boletim do Exército nº 03, de 17 Jan 1992, p. 5 a 7. Dec. s/n, de 22 de dezembro de 1992. Dispõe sobre os efetivos do Exército a vigorarem em 1993. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=137312>>. Acesso em 25 Set 2007. Dec. nº 1014, de 22 de dezembro de 1993. Dispõe sobre os efetivos do Exército a vigorarem em 1994. Boletim do Exército nº 01, de 07 Jan 1994, p. 5 a 7. Dec. nº 1340, de 20 de dezembro de 1994. Dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, a vigorarem em 1995. Boletim do Exército nº 01, de 06 Jan 1995, p. 7 a 9.

ESPECIFICAÇÃO		QUANTIDADE												
		1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
Oficiais-generais		142	142	142	141	138	134	134	135	136	136	136	136	
Oficiais	Carreira	13.103	13.177	12.749	13.588	16.557	16.509	16.613	16.714	16.814	16.744	17.260	17.358	
	Temporário	7.877	8.408	8.251	6.430	6.250	6.250	6.150	6.048	6.331	7.519	8.354	8.609	
	Soma parcial	20.979	21.585	20.900	20.160	22.807	22.759	22.763	22.762	23.145	24.263	25.614	25.967	
Praças	Subtenentes e Sargentos	Carreira	27.118	27.619	29.607	31.025	32.004	32.400	33.373	35.347	35.920	37.025	37.335	37.612
		Quadro especial	2.350	2.283	2.250	2.050	2.050	2.050	2.050	2.200	2.954	4.455	6.179	7.023
		Temporário	5.599	5.716	5.998	6.700	6.640	6.000	5.830	5.100	5.306	6.797	6.842	7.630
		Soma parcial	35.067	35.618	37.855	39.775	40.694	40.450	41.253	42.646	44.180	48.277	50.356	52.265
Taifeiros		900	900	991	984	985	991	991	1.094	1.064	967	902	865	
Cabos		34.456	34.456	34.456	37.245	35.380	35.273	35.431	35.431	34.677	34.677	34.677	34.677	
Soldados		110.456	109.299	107.556	103.836	102.911	103.382	102.421	100.926	124.293	124.293	124.293	124.293	
Soma parcial (taif/cb/sd)		145.812	144.655	143.003	142.065	139.276	139.646	138.843	137.451	160.034	159.937	159.872	159.835	
Total geral		201.411	202.000	201.900	202.141	202.918	202.989	202.993	202.994	227.495	232.613	235.978	238.203	

Tabela 29 - Efetivo do Exército de 1996 a 2007. Obs: as consultas aos documentos eletrônicos foram realizadas em 25 Set. 2007. Caso contrário, constará a data de acesso diferente.

Fontes: Dec. de 04 de janeiro de 1996: Dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, a vigorarem em 1996. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=142840>>; Dec. de 13 de Janeiro de 1997: Dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, a vigorar em 1997. Disp. em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=145423>>; Dec. nº 2.468, de 20 de janeiro de 1998: Dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, a vigorar em 1998. Imprensa Nacional, Diário Oficial da União, nº 14, de 21 Jan 1998, Seção, I, p. 1 e 2; Dec. nº 2.907, de 29 de dezembro de 1998. Dec. nº 2.907, de 29 de dezembro de 1998. Dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, a vigorar em 1999. Disp. em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=151211>>; Dec. nº 3.063, de 17 de maio de 1999. Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 2.907, de 29 de dezembro de 1998, que dispõe sobre efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, a vigorar em 1999. Disp. em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=226512>>; Dec. de 14 de janeiro de 2000. Dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, a vigorar em 2000. Disp. em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=228768>>; Dec. de 30 de outubro de 2000. Dá nova redação ao art. 1º do Decreto de 14 de janeiro de 2000, que dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, a vigorar em 2000. Disp. em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=230945>>; Dec. nº 3.740, de 31 de janeiro de 2001: Dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, a vigorar em 2001, alterado pelo Decreto nº 3.946, de 1 de outubro de 2001. Dá nova redação ao inciso I do Anexo; 2002. Disp. em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3740.htm>; Dec. nº 4.084, de 15 de janeiro de 2002: Dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, a vigorar em 2002. Disp. em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4084.htm>; Dec. nº 4.575, de 14 de janeiro de 2003: Dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, a vigorar em 2003. Alterado pelos Dec. nº 4.701, de 20 de maio de 2003, Dec. nº 4.754, de 20 de junho de 2003 e Dec nº 4.881, de 18 de novembro de 2003. Disp. em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4575.htm>; Dec. nº 4.967, de 30 de janeiro de 2004: Dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, a vigorar em 2004. Alterado pelo Dec. nº 5.170 de 5 de agosto de 2004. Disp. em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D4967.htm>; Dec. nº 5.337 de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, a vigorar em 2005. Disp. em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5337.htm>; Dec. nº 5.670, de 10 de janeiro de 2006, Dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, a vigorar em 2006. Disp em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5670.htm>. Dec. nº 6.057, de 6 de março de 2007: Dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército, em serviço ativo, a vigorar em 2007. Disp. em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6057.htm>.

Até meados do ano de 1999 o percentual dos cabos e soldados do núcleo-base e do efetivo variável eram estabelecidos de forma global; por causa das restrições orçamentárias, nenhum projeto de profissionalização seria possível, segundo as condições estabelecidas., tal como no quadro abaixo:

GRADUAÇÃO	1999	
	NB (ANTIGOS)	EV (RECRUTAS)
CABOS	82,8	17,2
SOLDADOS	70	30

Tabela 27 : Percentuais de cabos e soldados do Núcleo-Base e Efetivo Variável

Fonte: Portaria nº 005, de 07 de janeiro de 1999: Fixa os percentuais dos Efetivos e Cabos e Soldados do Núcleo-Base e do Efetivo Variável a vigorar em 1999.

Entretanto, em julho de 1999, modifica-se a forma de distribuir os percentuais de cabos e soldados, fazendo-o de acordo com a priorização das organizações militares²⁹². Essa idéia possibilitou relativa profissionalização, sem que se modificassem os percentuais gerais de cabos e soldados recrutadas; atingindo, dentro das possibilidades, os objetivos traçados desde o início do SIPLEX. Esta forma de “reengenharia” realizou o *downsizing* seletivo, uma idéia que pode ser considerada brilhante, para um Exército com poucas condições de aumento de efetivo ou de onerar a folha de pagamento com o aumento de soldados profissionais (antigos), que custam em torno de cinco vezes mais do que o soldado recruta.

O quadro abaixo é uma simplificação dessa “manobra de pessoal”, bastante criativa:

²⁹² Percentuais do Núcleo-Base de cabos e soldados das OM e Frações de OM (exceto cabos músicos e soldados NQR2C) - Extrato

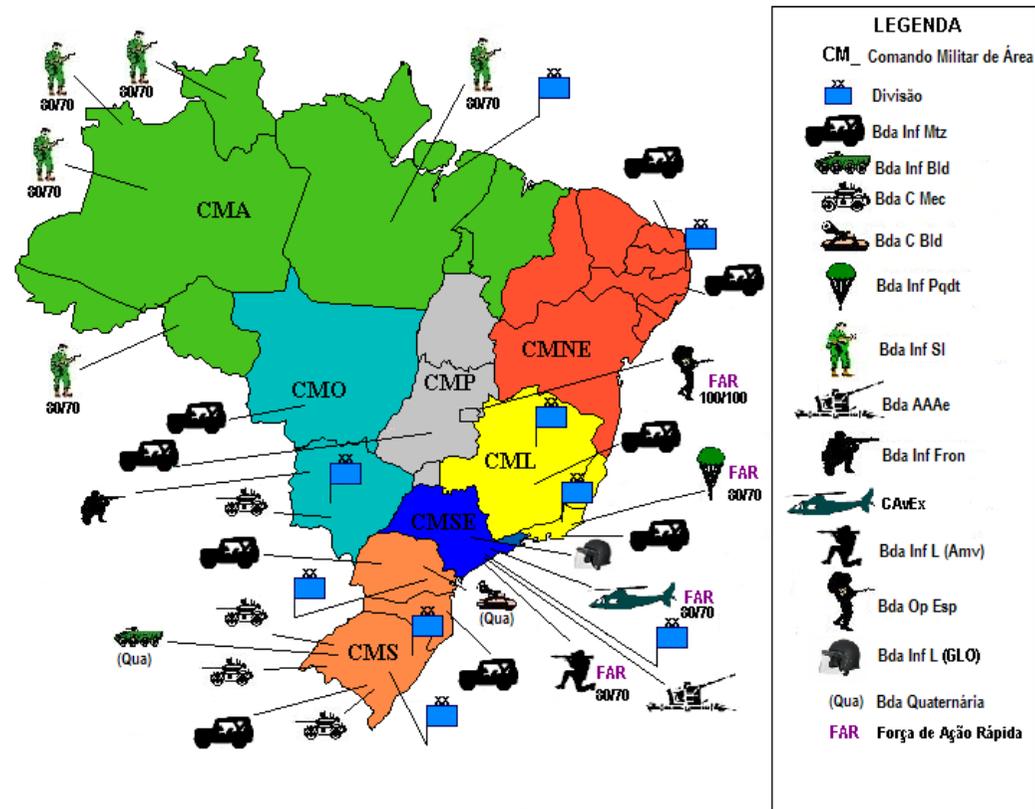
Base: Portaria nº 099-EME, de 17 outubro de 2003 - Estabelece os percentuais e os procedimentos para a determinação do número de cargos do Núcleo-Base para cabos e soldados das Organizações Militares e Frações., Boletim do Exército nº 44, de 31 de outubro de 2003

OM	Bda	Cb	Sd
1º Batalhão de Forças Especiais 1º Batalhão de Ação de Comandos Destacamento de Apoio às Operações Especiais Destacamento de Operações Psicológicas 3ª Companhia de Forças Especiais	Bda Op Esp Bda Op Esp Bda Op Esp Bda Op Esp Bda Op Esp		
Comando de Fronteira do Rio Negro/5º BIS - Todas frações destacadas de OM de fronteira - Companhia de Precursores Pára-quedista - Companhia Comando da 12ª Bda Inf L (Amv)	Bda Inf SI Pelotões Especiais de Fronteira Bda InfPqdt 12ª Bda Inf L (Amv)	100%	100%
- Companhia de Defesa Química, Biológica e Nuclear - OM das Brigadas de Infantaria de Selva - Grandes Unidades, Unidades, Subunidades e Frações que integram a Força de Ação Rápida Estratégica e Regional - Unidades de Emprego Peculiar	Bda Op Esp Bda Inf SI	80%	70%

Quadro 28: Percentuais do Núcleo-Base de cabos e soldados das OM e Frações de OM (exceto cabos músicos e soldados NQR2C) - Extrato

Base: Portaria nº 099-EME, de 17 outubro de 2003 - Estabelece os percentuais e os procedimentos para a determinação do número de cargos do Núcleo-Base para cabos e soldados das Organizações Militares e Frações., Boletim do Exército nº 44, de 31 de outubro de 2003. Disponível em http://www.sgex.eb.mil.br/be_ostensivo/BE003/be_zip/be44-03.zip

PERCENTUAL DE PROFISSIONALIZAÇÃO NAS BRIGADAS



Fonte: Portaria nº 099-EME, de 17 outubro de 2003 - Estabelece os percentuais e os procedimentos para a determinação do número de cargos do Núcleo-Base para cabos e soldados das Organizações Militares e Frações

Elaborado pelo autor

Cenários Prospectivos para o EB 2022 (CENÁRIO EB 2022)

No ano de 2005, o Exército conduziu projeto denominado “Cenários Prospectivos para o EB 2022” - Cenário EB 2022. Dando prosseguimento a esse trabalho, o Exército cria em 20 de fevereiro de 2006 o Grupo de Controle Lince²⁹³ que tem por objetivo monitorar cenários e auxiliar na revisão do SIPLEX²⁹⁴. Esse grupo reúne-se anualmente e realiza simpósios com peritos civis e militares com o objetivo de analisar questões inerentes ao preparo e emprego das forças armadas.

Um dos militares designados para o grupo de controle delinea as discussões ocorridas no âmbito do Cenário EB 2022. A idéia inicial é a de que o Brasil galgaria uma posição de protagonismo no âmbito internacional por causa de sua assunção à condição de potência energética, o que provavelmente proporcionaria reações internacionais²⁹⁵.

A idéia de Brasil Potência, delimitada principalmente pelo Gen Golbery do Couto e Silva e levada às últimas conseqüências pelo General Meira Mattos, agora é revestida de uma visão geopolítica e econômica vinda de fora, partindo de observações de Herman Kahn²⁹⁶, em 1983 e de Jim O'Neill, em 2001²⁹⁷.

Nascimento afirma que o monitoramento de cenários aponta alguns aspectos que podem ser considerados, em avaliação inicial, como reações internacionais, tais como:

...”objeções à pretensão brasileira por uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, restrições ao acesso de tecnologias de ponta, barreiras comerciais ao ingresso de produtos brasileiros a mercados de expressivo potencial econômico, a

²⁹³ COMANDANTE DO EXÉRCITO, Portaria n° 073, de 20 de fevereiro de 2006 - Cria o grupo de controle para o monitoramento dos Cenários EB 2022 e dá outras providências. Boletim do Exército n° 08, de 24 de fevereiro de 2006, p. 8 e 9. Disponível em <http://www.sgex.eb.mil.br/be_ostensivo/BE2006/be2006pdf/be08-06.pdf>. Acesso em 06 set. 2007.

²⁹⁴ Recentemente, em 12 de março de 2007, ocorre uma reunião para abordar a nova metodologia do SIPLEX, no Comando de Operações Terrestres. Notícias do COTER, Palestra sobre a nova metodologia do SIPLEX. Disponível em <<http://www.coter.eb.mil.br/noticias/notint2007/not070312.htm>>. Acesso em 06 set. 2007.

²⁹⁵ NASCIMENTO, Paulo Roberto Laraburu, *Os Cenários Prospectivos do Exército Brasileiro de 2022 e as reações internacionais ao protagonismo brasileiro*, Centro de Estudos Estratégicos do Exército, ECEME, 2007. Disponível em <http://www.eceme.ensino.eb.br/portallee/arquivos/art_cel_p_roberto_reacoes_ao_protagonismo.pdf>, Acesso em: 8 ago 2007.

²⁹⁶ NASCIMENTO, Paulo Roberto Laraburu, op cit, p. 1.

²⁹⁷ CARDOSO, Cíntia, Perigo para a economia brasileira é interno, *Folha de S. Paulo* 21/5/2006. Disponível em <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=268710>>. Acesso em 06 set. 2007.

falta de apoio à candidatura brasileira à presidência do BID e à direção geral da OMC, etc”²⁹⁸.

Entretanto, todos os assuntos elencados como reações internacionais ao protagonismo não parecem indicar suposta reação, mas a manutenção do protagonismo de alguns e a disputa de outros. Até porque os tópicos apresentados por Nascimento são posições às quais o Brasil quer galgar, e não que já as tenha alcançado.

Se a opção brasileira é por estabelecer um *soft power*²⁹⁹ regional e se ampare na idéia de *Brasil - Potência da Paz*³⁰⁰, talvez não ocorram tantas reações a esse tipo de protagonismo. Importa saber se há coerência entre a política externa e o planejamento da Defesa, no Brasil. No texto Nascimento afirma que o monitoramento não indica necessidade de emprego da força militar originário de reações a um provável/possível protagonismo brasileiro³⁰¹. Ainda assim, afirma que uma visão mais holística característica da metodologia de construção de cenários proporcionaria a consideração de algumas possíveis ameaças, tais como a idéia da internacionalização da Amazônia em contexto de segurança sustentável, no contexto da segurança internacional; a constatação de políticas de rearmamento militar que poderiam causar desequilíbrio na América Latina, por exemplo.

A questão que parece tomar conta da discussão, sendo ela mesma parte do problema e a premissa norteadora do planejamento em longo prazo do Exército, é a questão da proeminência/protagonismo do Brasil em longo prazo. Seria assim: o Brasil não é potência proeminente nos dias atuais, mas tudo leva a crer que será. Quando for proeminente, significa que alcançou postos de invejável crescimento econômico e expressão internacional em diversas áreas. Quando isso ocorrer, será necessário uma estrutura militar que dê respaldo à política externa do país.

²⁹⁸ NASCIMENTO, op cit, p. 3, nota 15.

²⁹⁹ Conceito estabelecido por Joseph S. Nye, em *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, 2004.

³⁰⁰ NASCIMENTO, op cit, p. 4.

³⁰¹ Idem, idem.

Os problemas que surgem disso é que o Exército deseja muito que essa proeminência seja alcançada, mas enquanto ela não for, haverá o limitativo de ser um exército do tamanho possível (e talvez até bem menor do que o desejado pelos planejadores do Exército).

Nesse Exército do tamanho possível, marcadamente raciocinado pelo último ministro do Exército, General de-Exército Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena - General- (1992-1998), com a frase: “o Exército deve adequar-se à estatura político-estratégica da Nação³⁰²”, já parte de uma adequação à realidade, observou-se, portanto, o super-dimensionamento da Força Militar na década de 1980, o ajuste entristecido da década de 1990, com o “*downsizing*” forçado³⁰³ sem diminuição de tamanho no início do século XXI, e uma prospecção que aposta no aumento do protagonismo do Brasil.

O que se visualiza: a improvável reação internacional a esse novo país com maior status, aliada à dificuldade elevada de governo, parlamento e sociedade imaginarem a necessidade de um Exército (na verdade, forças armadas) com expressão bélica de respeito, pela falta de inimigo visível e pela premência do problema da ordem da segurança pública ligados ao narcotráfico e ao crime organizado.

Os motivos que levam à essa desconexão entre planejamento e execução, que depende de vontade política e verbas distribuídas, legitimadas por população consciente e que sabe as vicissitudes da Defesa, são pela falta de visibilidade das questões de Defesa, pela falta e um livro de Defesa que explicita as condições da Defesa do Brasil e pela falta de definição de projeto de força pelo governo.

Chega-se a um impasse: ou a força militar terrestre planeja sem o respaldo do governo e da população, ou presta contas de orçamentos gastos e, junto ao ministério da Defesa, organiza um debate amplo sobre o que se possui em termos de Defesa e o que se deseja.

³⁰² EXÉRCITO BRASILEIRO, Exército Brasileiro - evolução recente. Brasília, 1997, p. 3.

³⁰³ Na verdade, a impossibilidade de aumentar o efetivo de 1980, já estagnado em 200 mil em torno de 20 anos, apesar do crescimento da população.

Mostrar as possibilidades e capacidades é papel das forças armadas; definir projetos de força e destinar orçamento necessário, imaginando como otimizar o sistema de Defesa, sem beneficiar nem prejudicar nenhuma das forças singulares, é papel do governo, tendo como cabeça do processo o ministério da Defesa, e como avalizador da sociedade e das necessidades do Estado, os parlamentares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo pasa y todo queda,
pero lo nuestro es pasar,
pasar haciendo caminos,
caminos sobre el mar.
[...]
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.

Antonio Machado³⁰⁴

No início da carreira militar, ao final do primeiro ano da Academia Militar das Agulhas Negras, ocorria um teste vocacional a fim de ajudar o futuro oficial combatente a escolher a arma (*branch*), quadro ou serviço³⁰⁵. Essa escolha era grandemente valorizada pelos oficiais, que a ela atribuíam importância igual ou maior que o casamento, já que, segundo esse argumento, o casamento poderia ser desfeito, ao passo que “uma vez infante, infante até a morte”.

Apesar de o teste vocacional ter indicado preferencialmente as armas-base (Infantaria e Cavalaria) como melhor opção, entretanto, outras considerações se fizeram presentes, descaracterizando-as como escolhas pessoalmente viáveis, apesar do protagonismo dessas armas que atuam mais à frente no campo de batalha³⁰⁶. O direcionamento para a Artilharia³⁰⁷ ocorreu provavelmente porque a execução do tiro real de Artilharia é mais semelhante à realidade da guerra³⁰⁸ e mais arriscado, de certa forma, porque um erro nos cálculos e na execução do tiro poderia ser fatal.

Mais adiante, quando servindo na Brigada de Infantaria Pára-quedista, um grande amigo fez o convite para o cargo de instrutor na Academia Militar das Agulhas Negras, o que

³⁰⁴ O conhecimento desse poema se deu na leitura de MORIN, Edgar, *Caminante*, in *Meus demônios*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 147 a 187.

³⁰⁵ No Brasil, a escolha pode ocorrer entre as armas Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações, o quadro de Material Bélico e o serviço de Intendência. As diferenças entre o “espírito” de cada uma delas é bem descrito por Celso Castro, no livro *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

³⁰⁶ Uma das razões que levou a descartar a Infantaria, extremamente infantil, ligava-se à rejeição causada pelos oficiais do curso básico, na sua maioria infantes que, demasiado exigentes, causaram tremenda aversão à sua arma. Triste decepção ao descobrir, posteriormente, que os oficiais do curso de Infantaria, na época, eram muito amigáveis.

³⁰⁷ O “marketing” dos cadetes artilheiros era peculiar: a recomendação era a de que não se devia escolher a Artilharia, porque não havia nenhuma vantagem e diversas desvantagens (assemelhava-se ao espírito das armas-base, sem ter o status delas; exigia grande quantidade de cálculo, o que a tornava mais difícil; e os oficiais de Artilharia tinham a fama de serem mais exigentes e chatos do que os de outras armas). Esse marketing contrário tinha efeito, por incrível que pareça.

³⁰⁸ Sem desconsiderar os bravos infantes, não havia, particularmente, nenhuma atratividade para um jovem adolescente em atacar morros onde bandeirolas simbolizavam o inimigo.

é motivo de grande honra para qualquer oficial subalterno. Semelhantemente, esse importante convite foi recusado em prol da atuação pára-quedista. A recusa do convite talvez tenha impossibilitado o futuro brilho da carreira, ofuscado pela busca da atuação combatente.

O caminho do estudo acadêmico se inicia motivado por um fracasso na consecução do curso de precursor pára-quedista. Nesse momento, iniciou-se um movimento para fora dos limites da caserna.

Após a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, outra grande bifurcação se fazia novamente presente: prosseguir trilhando a carreira combatente, realizando a Escola de Comando e Estado-Maior, ou buscar outros caminhos? A escolha foi pelo estudo de História, enfim, que se traduziu ao final no estudo do Estado e de suas instituições militares, para entender os limites, as diferenças e as injunções dessa relação complicada entre militares e civis.

Todo esse percurso foi realizado sem premeditação, sem que seguisse um estudo pormenorizado ou planejamento de carreira de longo alcance; pelo contrário, por máximas internas que tinham mais apelo emocional, que agora chegam a este ápice, a conclusão do doutorado.

O entorno dessa vida pautada por idiosincrasias que se encaixam na condição inicial de canhoto, magro e asmático³⁰⁹: Dentro das dificuldades iniciais de vida, o canhoto se vê constantemente como diferente, ainda mais numa estrutura militar padronizada, onde não atira como os outros e, quando lhe é possibilitado, pode dar vazão à sua diferença, utilizando coldre e equipamentos não padronizados; por menor que seja, o espírito da contradição coexiste com aquilo que é regulamentado.

Além disso, pertencer a uma família de origem protestante e conviver com tios ateus e com forte envolvimento político na esquerda, muito queridos e por vezes com virtudes não encontradas nos de confissão cristã³¹⁰, possibilitava tamanha contradição e que criou a característica pessoal de analisar criticamente discursos e práticas³¹¹.

A necessidade de superar dificuldades, desde a respiração e a fragilidade orgânica, fez com que seja, hoje, inimaginável pensar que se conseguiria superar tanto a ponto de chegar a ser pára-quedista militar. Ainda tão conflitante quanto foi tornar-se pára-quedista que realiza pós-graduação em Ciência Política. Ser cristão e militar numa universidade, mais

³⁰⁹ Essa digressão pessoal, tanto quanto irregular, se pauta na reflexão dos primeiros capítulos de Edgar Morin, op. cit., p. 7 a 145.

³¹⁰ A despeito se perceberem também incoerências entre discursos e condutas, tal como seus “antagônicos” familiares.

³¹¹ Feitiço que se vira contra o feiticeiro, pela dificuldade de ser coerente no pensamento e na ação.

especificamente, nas Ciências Sociais, proporcionou uma sensação de estrangeirismo, de óleo mergulhado em água. Todos esses antagonismos pessoais fizeram que a trilha fosse por vezes íngreme, sem deixar de ser instigante.

O prazer da trajetória e a busca pelo desafio e pela situação incômoda da contradição, bem como as inúmeras dificuldades nela encontradas, fazem olhar para trás com um misto de satisfação, cansaço e estranheza: como foi possível superar dificuldades e trilhar caminhos inimaginados? Da mesma forma que não se pensa exatamente de forma racional quando se foge de algo, de maneira semelhante foram trilhadas várias partes do caminho, tal como uma fuga para frente.

Semelhante dificuldade, alegria e contradição foi vivenciada ao debater as questões da paz e da guerra, das diferenças entre o assassinato e a ação militar, da ética e da política, da religião e da vida prática, possivelmente em conflito, já como professor em escola de ensino médio militar³¹². Discussões das mais acaloradas surgiam no tocante à ética da profissão militar, aos limites da obediência militar, da relação complexa entre o soldado e o Estado.

Partindo do caminho pessoal, surge a necessidade recente de percorrer academicamente as dificuldades do caminho na estruturação da força militar terrestre, possibilitada pelo distanciamento e menor envolvimento emocional proporcionado pela reserva³¹³. O período estudado é praticamente o mesmo em que, de dentro, não se percebiam as decisões e as reestruturações. Difícil é compreender que a vida se faz de ações envoltas por grande desconhecimento do meio circundante, que só o distanciamento proporciona razoável capacidade de discernimento.

Portanto, a reestruturação do Exército Brasileiro no desenrolar da transição democrática ocorre diante de um período em que a força militar busca o distanciamento do conflito ideológico-político e da busca pela profissionalização e modernização, tendo como sombra atemorizante o conflito das Malvinas e a derrota da Argentina. Nesse momento o Exército replaneja a força, dirigido pelo general Leônidas, à semelhança de Pinochet, no Chile³¹⁴. Leônidas foi conhecido no meio acadêmico, mais propriamente da Ciência Política e

³¹² MORIN, Edgar, Auto-ética, in *Meus Demônios*, “A dialógica ético-política significa que não se pode nem separar nem confundir ética e política. A ética necessita, muito frequentemente, de uma estratégia, ou seja, de uma política, e a política coloca o problema dos meios e das finalidades éticas [...] O conflito entre o ético e o político surge quando há antagonismo entre uma ética e princípio que, não podendo se encaixar na realidade, torna-se angelismo, e um realismo político sem princípio que aceita todos os fatos consumados”. p. 105, 106:

³¹³ Reserva remunerada; termo utilizado para descrever a aposentadoria militar.

³¹⁴ PRIETO, Carlos Maldonado, Segunda Profesionalización Militar de Chile, IUS-Canada 2004 International Conference: Transformation and Convergence: Armed Forces and Society in the New Security Environment, Toronto, 1-3/10/2004.

das relações civil-militares no Brasil, como quem manteve a tutela militar durante o governo Sarney, influenciando na definição da Assembléia Constituinte, de forma a não deixar que se alterassem as destinações constitucionais das forças militares³¹⁵. É relevante que, já em 1985, em seu discurso de posse, esse ministro do Exército cite a missão das forças armadas muito próxima do que se consolidou na Constituição de 1988, inclusive com as alterações que se fizeram³¹⁶.

De fato, a estruturação ocorre em semelhança da tutela militar: é Leônidas, assessorado pelo Estado-Maior do Exército, que implementa³¹⁷ o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX), que vai se confirmando e tomando vulto, ainda que com diversas dificuldades orçamentárias. De fato, Leônidas pode ser também considerado como o pivô de toda a reestruturação que o Exército trilhou até os nossos dias.

O Exército modifica sua divisão territorial, em 1986, aprimora sua estrutura de direção geral, com um EME modernizado e organizado, e cria em 1990 um órgão de gerenciamento das operações militares, o Comando de Operações Terrestres (COTER) que, junto ao EME, tem se esforçado para aumentar o nível de operacionalidade da força terrestre.

Durante o período de Leônidas, além do esforço do planejamento e da nova divisão territorial, é criada a aviação do Exército, enviando militares para cursarem na Marinha e na Força Aérea logo em 1986, com o funcionamento do batalhão de aviação do Exército a partir de 1988 e, no ano seguinte, com a criação do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica.

Na seqüência e com o correr dos anos, o Exército tem criado e transferido unidades para a região do Comando Militar da Amazônia, desde a criação de uma divisão de exército, diversas brigadas de infantaria de selva e pelotões especiais de fronteira. Se a idéia de soberania é a de presença estatal, vivificação de fronteiras e fornecimento de serviços básicos, ela tem se estabelecido na região Amazônica, junto ao Programa Calha Norte, que se iniciou como projeto de governo na década de 1980. Nessa região as missões abrangem a toda gama possível para as forças militares: construção de nação (*nation building*), por meio da vivificação de fronteiras, com a idéia de colonização e de nacionalização do índio, ações tipo polícia na contenção de ilícitos de toda ordem (contrabando, tráfico de drogas, dentre outras),

³¹⁵ OLIVEIRA, E. R., O aparelho militar. Papel tutelar na Nova República.. In: MORAES, João Carlos Quartim de; COSTA, Wilma P.; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (Orgs.). *A tutela militar*. São Paulo, SP: Vértice, 1987.

³¹⁶ “Defender a Pátria e garantir os poderes **constitucionais**, a lei e a ordem”. Gen Ex Leônidas Pires Gonçalves, novo Ministro do Exército. Noticiário do Exército. Brasília, nº 6.722, de 15 mar. 1986, p. 1. Grifo nosso. Já substituíra a palavra “constituídos”, utilizada na constituição de 1967.

³¹⁷ ‘O SIPLEX, como conta do livro comemorativo do EME, foi criado em 1984. Entretanto, foi proposto ao ministro do Exército em 21 de agosto de 1985 e em 04 de dezembro de 1985 o Chefe do Estado-Maior o aprovou.

policciamento na fronteira, combate convencional contra inimigo de mesmo porte e combate irregular (estratégia de resistência) contra inimigo muito superior. Desde a década de 1990 essa região assume definitivamente a condição de área estratégica prioritária para a defesa externa.

Cabe ressaltar que a atuação policial na região de fronteiras por parte do Exército é regulada em 2004, a despeito do conflito com a Polícia Federal (ainda que teórico). A duplicação de agentes para o mesmo tipo de missão, fazendo colidir atuações de órgãos diferentes, pela falta de meios ou pela dificuldade nacional de se pensar a segurança e a defesa de forma coordenada e estruturada visto que, constitucionalmente, esta missão é de responsabilidade da Polícia Federal. É fato que a regulação da atuação das forças armadas em região de fronteiras se deve a constantes solicitações do Exército, que foram acatadas pelos legisladores.

A despeito da mudança no relacionamento dos países na bacia do Prata, permanecem grandes estruturas de atuação inter-estatal, as brigadas do Comando Militar do Sul, com a busca pelo aperfeiçoamento na doutrina, na estrutura e na manutenção dos carros de combate blindados. A reorganização das brigadas blindadas, tornando-as quaternárias, coloca-as em pé de igualdade com as brigadas argentinas. Se relações modificaram, ainda assim, as estruturas de combate inter-estatal continuam ainda mais azeitadas. Soma-se a isso a criação do Centro de Instrução de Blindados em Santa Maria, RS, em 1996.

No que tange ao número de brigadas operacionais e efetivo, força terrestre permanece praticamente com as mesmas dimensões de 1985, contudo, com considerável transformação e crescente especialização em todos os tipos de missões. Algumas brigadas ganham diversidade de atuação e maior potencialidade de deslocamento e de ação. Como forças de ação rápida, anteriormente só com a brigada pára-quedista e o batalhão de forças especiais, hoje o Exército conta com variados tipos de forças com a finalidade de deslocamento estratégico e atuação imediata: além da brigada pára-quedista, surge o comando de aviação do Exército (1989), as brigadas de infantaria leve aeromóvel (1995) e de operações especiais (2003). Esse acréscimo qualitativo proporciona agilidade e flexibilidade de ação à força militar. Inclusive o Comando Militar da Amazônia se beneficia dessas novas estruturas e conceitos, com o estabelecimento de um esquadrão de aviação do Exército (1993) e uma companhia de forças especiais (2003). Um batalhão de selva tornou-se aeromóvel (2000), aumentando a mobilidade e a flexibilidade na região.

A criação da brigada de Operações Especiais ocorre logo após o atentado às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001. Tudo indica que essa criação foi o aproveitamento da

ocasião que permitiu sua rápida implementação, apesar de já existirem planejamento de criar estrutura semelhante. O governo aquiesce e apóia essa criação, talvez por prevenção à onda terrorista mundial, ou apenas como forma de angariar a simpatia popular. Na verdade, essa estrutura é única na América Latina e tem excepcionais capacidades de flexibilidade operacional e de poder destrutivo. Denomina-se brigada mas é pouco defini-la assim, já que não possui os elementos padrão de uma brigada convencional.

Tratando agora do entroncamento da defesa interna com a segurança pública, ocorre, em 2005, a transformação da 11ª Brigada de Infantaria Blindada em Brigada de Infantaria Leve - Garantia da Lei e da Ordem. Essa transformação é vista por alguns como o caminho normal da especialização do Exército para aquilo que prevê a Constituição ou pela consonância com as crescentes solicitações da sociedade para que o Exército se envolva no combate à criminalidade. Ainda, à adequação causada pela grande utilização dos meios militares no período da “nova república” em atuações na defesa interna, a despeito da incomodação particular dos militares. Essa criação foi a mais destoante de todo o planejamento inicial do SIPLEX, nem sequer mencionado ou sugerido, praticamente na seqüência da criação da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) pelo Ministério da Justiça, em 2004.

Há quem diga que a transformação dessa brigada se deu por dois motivos: pelo esvaziamento dos blindados, que serviram para a reestruturação das brigadas quaternárias no Comando Militar do Sul, somado à preocupação do Exército de que não surja, novamente, uma “guarda nacional”, combatida desde os tempos de Caxias e extinta em 1918.

Outra “manobra” do Exército segue na mesma direção: a estruturação de forças de contingência pelo COTER, em 2005, abrangendo “forças-tarefa” com efetivo constituído por elementos das brigadas em cada Comando Militar de Área, executando exercícios de garantia da lei e da ordem (GLO) corrobora a preocupação do Exército em buscar se habilitar para a atuação em operações de defesa interna, com o intuito de não ser esvaziado quanto a recursos e importância. É fato que a sociedade não consegue ver, nem no horizonte ou mesmo com as ações de Chávez, possibilidade de atuação das forças armadas contra inimigos inter-estatais; no entanto, o problema de segurança é patente e diário, desde muito tempo no Rio de Janeiro, com ramificações do crime organizado para outros Estados.

O Exército já tem sido substituído, recentemente, pela FNSP em operações esporádicas, tal como nos Jogos Panamericanos, no Rio de Janeiro, realizados de 13 a 19 de julho de 2007, de forma que a FNSP ganha cada vez mais relevância, ainda que seja criticada por ser considerada uma força “frankenstein”, sem constituição fixa. Talvez a FNSP seja mais

palatável aos governadores estaduais que nunca desejam abrir mão do controle operacional, admitindo a falência do seu governo, o que seria necessário se houvesse atuação do Exército. Houve várias adaptações extra-constitucionais em intervenções anteriores, criando “convênios” para a atuação do Exército, o que não era muito confortável para o governo federal e nem para o Exército.

Na verdade, por enquanto não há direcionamento do governo federal na busca de política de segurança pública integradora que proporcione resultados no combate ao crime organizado; há, sim, proteções corporativas das forças armadas, governos estaduais e polícias.

Tratando da qualificação e especialização da tropa, verifica-se a criação de diversos centros de instrução, como o de guerra eletrônica (1989), de aviação do Exército³¹⁸, (1991), operações na caatinga (1993), no pantanal (1997), operações especiais (2004), operações de paz (2005), engenharia de construção (2005), artilharia de foguetes (2005) e garantia da lei e da ordem (2005).

As operações de paz tem sido uma das fortes áreas que o Exército tem se envolvido, buscando expressão internacional e preparo da tropa em situações de conflito possíveis, adequando os interesses estratégicos nacionais. Anteriormente, havia o dimensionamento de um batalhão como força de paz; posteriormente, uma brigada; atualmente, a idéia é de capacitar maior número de tropas e possibilitar o aprendizado prático, expandindo esse conhecimento.

As diversas missões subsidiárias são consideradas parte da sustentação da instituição militar em relação à sociedade, parte da ação preventiva no âmbito interno de garantir a simpatia da população em relação à instituição e de acordo com a idéia ainda presente de desenvolvimento e integração nacionais, objetivos nacionais permanentes. Ações como combate à dengue, fornecimento de água no semi-árido nordestino, combate à febre aftosa na região Sul do país, construção de estradas, tratamento médico e dentário das populações ribeirinhas na região amazônica, por exemplo, são atribuições que se somam à construção de nação anteriormente mencionada e praticada por meio do serviço militar e da profissionalização dos recrutas.

No somatório geral, a diversidade de missões às quais os militares se apropriam, a criação de centros de instrução e a diversificação de preparos das brigadas operacionais parecem conferir ao Exército a atuação onidirecional, praticamente conferindo prioridade

³¹⁸ Responsável pelos cursos ligados à formação e especialização no manejo com os helicópteros e estágios de operações aeromóveis.

semelhante a todas as possibilidades de atuação e de missão, com maior qualificação do que no período da Guerra Fria, ou mesmo da situação autoritária vivida pelo Brasil.

Não parece haver tendência semelhante ao modelo do pós-modernismo militar, já que não houve flexibilização das possibilidades de emprego inter-estatal e intra-estatal, ainda que tenha ocorrido um aumento significativo de operações de paz, a partir da década de 1990. Ocorre, sim, a agregação de novas missões com as velhas, sem que exista qualquer menção de abrir mão de alguma delas.

Ainda quanto ao pós-modernismo militar, não se poderia falar em pequenos efetivos profissionais, já que a força militar permanece com recrutamento obrigatório, parte integrante da construção de nação, missão da qual o Exército dá grande importância. O que se crê é que se houvesse a possibilidade de aumento de efetivo, viabilizado por crescimento econômico, a força terrestre buscaria esse caminho. Entretanto, a solução “salomônica” de escolher determinadas brigadas mais relevantes para conter efetivos com maior percentual de profissionais consegue conferir status de tropa profissional a várias brigadas, sem que se abra mão do recrutamento militar obrigatório com sua inserção social e de construção da nacionalidade.

A estrutura política pouco interferiu nas definições de ameaças, missões e estruturas, o que, a uma primeira vista, parece praticamente inexistir qualquer condução política nesse sentido, no Brasil, apesar da democratização, em 1985 e a criação do Ministério da Defesa, em 1999.

Pode-se considerar que o lema utilizado no Noticiário do Exército para iniciativas pessoais dos seus membros “*poucos recursos, muita criatividade*” corresponda ao trabalho de toda a estrutura de comando da força militar, mais especificamente do EME, principalmente após a tomada de consciência dos chefes militares de que “*o Exército deve adequar-se à estatura político-estratégica da nação*”, mais para o mal do que para o bem, quando o estrangulamento pela falta de recursos exige ações inovadoras, além da falta de direcionamento político até o momento, fato que talvez se modifique a partir de futuros direcionamentos do Ministério da Defesa.

Dois iniciativas governamentais recentes merecem atenção: a criação da Subcomissão Permanente para Modernização e Reparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, criada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em junho de 2006. Apesar de o nome sugerir bastante, não houve trabalho consistente realizado, ainda, por essa subcomissão. O outra é o anúncio do Plano de Aceleração do Crescimento da Defesa, anunciado dia 06 de setembro de 2007, a ser conduzida pelo ministro da Defesa, juntamente

com o ministro da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, que irá elaborar o Plano Estratégico de Defesa Nacional e atualizar a Política de Defesa Nacional, com o período de um ano para o término dos trabalhos. Que essas iniciativas tenham relevância e modifiquem positivamente a estrutura de Defesa nacional.

A reclamação incessante dos acadêmicos oriundos do Grupo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro³¹⁹ da necessidade de um *projeto de força* para as forças armadas elaborado pelas instâncias civis que dirigem a nação ainda é utopia. Esse projeto inibiria atitudes corporativas de cada uma das forças em projetos dissonantes entre si, dimensionaria adequadamente o braço armado, eliminando pretensões exageradas e aprofundando algo que só tem vivido de retórica e medidas paliativas, proporcionando adequadas conexões e coordenações na área cinzenta da defesa interna e segurança pública.

Possivelmente uma das formas de iniciar essa construção, que teria como base a discussão de diversas instâncias da sociedade e do Estado, seria a confecção do livro de defesa nacional, tal como a Argentina e principalmente o Chile, que tem um livro de defesa muito bem elaborado e que foi fruto de um trabalho a diversas mãos. Essa reivindicação é constante de um acadêmico decano nos estudos das relações civil-militares³²⁰. Esse livro de defesa foi solicitado ao Ministério da Defesa pela recém-criada Associação Brasileira de Estudos da Defesa, que pode ser um elo a mais na corrente de estimular o pensamento crítico e aprofundado com relação à Defesa no Brasil. O livro seria a base para se definir o que temos e para onde vamos, em questões de Defesa.

O desejo é que este esforço acadêmico possa ter descortinado os “segredos” da força militar terrestre e, unindo a iniciativas como as citadas acima, contribua para a discussão e pensamento da reestruturação da Defesa no Brasil.

³¹⁹ Domicio Proença Júnior, Eugênio Diniz e Salvador Ghelfi Raza.

³²⁰ Eliézer Rizzo de Oliveira, por vários anos, coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTAÇÃO INSTITUCIONAL

BRASIL. Decreto nº 3.466, de 17 de maio de 2000, *Aprova a Estrutura Regimental e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, das Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança, das Gratificações de Representação pelo Exercício de Função e das Gratificações de Representação - GR do Ministério da Defesa, e dá outras providências*

BRASIL, Ministério da Defesa. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. *Política de Defesa Nacional*. Disponível em <http://www.defesanet.com.br/docs/LDN-2005.pdf>.

BRASIL, Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as *normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/LCP/Lcp97.htm>

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004, *Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias*. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp117.htm

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001. Fixa as *diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem*, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3897.htm

BRASIL, Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 113, de 1º de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a *Doutrina Militar de Defesa*. Disponível em: http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/doutrina_militar_de_defesa.pdf.

BRASIL, Decreto nº 5.144, de 16 de julho de 2004, dispõe sobre o *Código Brasileiro de Aeronáutica, no que concerne às aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins*. Diário Oficial da União, nº 137, de 19/07/2004

LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

ARAVENA, Francisco Rojas y MILET Paz, V. (Editores), *Seguridad y Defensa en las Américas: la búsqueda de nuevos consensos*, FLACSO-Chile, 2003, Disponível em <http://www.flacso.cl/flacso/biblos.php?code=570>>. Acesso em 30 Mai. 2006.

CAFORIO, Giuseppe, *The Military Profession: Theories of Change*, *Armed Forces & Society*, 1988; 15; 55

CARRILHO, Maria, *Democracia e Defesa – sociedade, política e Forças Armadas em Portugal*, Lisboa: Dom Quixote, 1994.

CARVALHO, José Murilo de, *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*, in FAUSTO, Boris (org), HGCB, *Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*, tomo III, vol 2, São Paulo: Difel, 1977, p. 180 - 234.

CASTRO, Celso, *O Espírito Militar - Um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

COELHO, Edmundo Campos, *Em busca de identidade: o Exército e a Política na sociedade brasileira*, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

- DINIZ, Esteves (comp.), *Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército*, Estado-Maior do Exército, Brasília, 1996.
- DIXON, Norman F., *A psicologia da incompetência dos militares*, São Paulo: IBRASA, 1973.
- D'ARAUJO, Maria Celina, CASTRO, Celso (org), *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- _____, CASTRO, Celso (org.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- DULLES, John W. F., *Castello Branco, o presidente reformador*. Brasília: Universidade de Brasília, 1964.
- ENGLISH, Adrian, J., *Armed Forces of Latin America*. London: Jane's, 1984.
- FERREIRA, Oliveiros S., *Forças Armadas para quê?* São Paulo, GRD, 1988.
- FLORES, Mário César, *Bases para uma política militar*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- _____, *Reflexões estratégicas - repensando a defesa nacional*, São Paulo, É Realizações, 2002.
- GRIFFITH, Jr, Robert K. *The U.S. Army's transition to the all-volunteer force*, Center of Military History.
- HALTINER, Karl W., KLEIN, Paul & KERNIC, Franz (Ed). *The European Armed Forces in Transition: A Comparative Analysis*. Frankfurt am Main: Peter Lang Pub, 2005.
- HANSON, Victor Davis, *Por que o Ocidente venceu*. São Paulo: Ediouro, 2002.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Ed. Loyola, 2003, 12ª ed.
- HUNTINGTON, Samuel P., *A ordem política nas sociedades em mudança*, São Paulo: Edusp, 1975.
- _____, *A terceira onda: a democratização no final do século XX*, São Paulo: Ática, 1994.
- _____, *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.
- JAURÈS, Jean, *L'armée Nouvelle, L'organisation Socialiste de la France*, L'Humanité, 1915.
- JANOWITZ, Morris, *O soldado profissional*, São Paulo: GRD, 1967.
- LEIRNER, Piero Camargo, *Meia-Volta, Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*, Rio de Janeiro/ São Paulo, FGV/FAPESP, 1997. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- LINZ, Juan, & STEPAN, Alfred, *A Transição e consolidação da democracia – A experiência do Sul da Europa e da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra. 1999.
- LIPOVETSKY, Gilles, com CHARLES, Sébastien, *Os tempos hipermodernos*, São Paulo: Barcarolla, 2004.
- MATHIAS, Suzeley Kalil, SOARES, Samuel Alves (Org.). *Novas ameaças dimensões e perspectivas – desafios para a cooperação em defesa entre Brasil e Argentina*. 1. ed. São Paulo: Sicurezza, 2003.
- MATTOS, Carlos de Meira, *Estratégias militares dominantes - sugestões para uma estratégia militar brasileira*, Rio de Janeiro, Bibliex, 1986.

- MAYORGA, René Antonio & MORÓN, Raúl Barrios, *La Cuestión Militar en Cuestión. Democracia y Fuerzas Armadas*. La Paz: CEBEM 1994;
- MOISES, J A; ALBUQUERQUE, J A G. Dilemas da Consolidação da Democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MOSKOS, Charles, C., & WOOD, Frank R., *Lo Militar: Más que una Profesión ?* Madrid: Ministerio de Defensa, 1991.
- MOSKOS, Charles C., WILLIAMS, John Allen, Segal, David R., *The postmodern military: armed forces after the Cold War*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- _____, Hierarquia e autoridade no estabelecimento militar, in Amitai Etzioni, *Organizações Complexas: estudo das organizações em face dos problemas sociais*, São Paulo: Atlas, 1973.
- NEF, John Ulrich, The Enlightenment and the Progresso of War - The Citizen Soldier, in *Western Civilization since the Renaissance - Peace, War, Industry and the Arts*, New York : Harper & Row, 1963, p. 303 a 315.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de, *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Editora Papirus, 1994.
- OLMEDA, José Antonio (Ed.) *Democracias frágeis. Las relaciones civiles-militares en el mundo iberoamericano* Valencia, Tirant lo Blanch, 2005
- OLMEDA, José Antonio y BANÓN, Rafael, *La institución militar en el Estado contemporáneo*, Madrid: Alianza, 1985.
- _____, La privatización del deber militar: el servicio militar y la organización de las Fuerzas Armadas españolas ante el nuevo escenario estratégico, *Revista de Estudios Políticos*, 1997, julio-septiembre, p. 125-158.
- PROENÇA JUNIOR, Domício & DINIZ, Eugenio, Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica. Brasília, Humanidades, UnB, 1998.
<http://www.de9.ime.eb.br/~intec/Domicio/Dia20out2005/Proen%E7a%20Jr%20&%20Diniz%201998%20-%20Pol%EDtica%20de%20Defesa%20no%20Brasil.pdf>
- PROENÇA JUNIOR, Domício; DINIZ, Eugenio & RAZA, Salvador Ghelfi. Guia de Estudos Estratégicos. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- PROST, Catherine, *L'Armée Brésilienne - Organisation et Rôle Géopolitique*. De 1500 à nos jours. Paris: L'Harmattan, 2003.
- REBELO, Aldo & FERNANDES, Luis (org) *Seminário Política de Defesa para o Século XXI (Brasília: 2002)*, Brasília: Câmara dos Deputados, 2003
- ROUQUIÉ, Alain, O estado militar na América Latina, São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- _____, O extremo-ocidente: introdução à América Latina, São Paulo: EDUSP, [1992], c1987.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes, O regime militar brasileiro e sua política externa, in MARTINS FILHO, João Roberto (org), *O golpe de 1964 e o regime militar – novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006, p. 143 -159.
- ZAVERUCHA, Jorge, *Frágil Democracia: Collor, Itamar, Fhc e Os Militares (1990-1998)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____, *Rumor de Sabres - tutela militar ou controle civil?* São Paulo, Ática, 1994.

ARTIGOS

ARCHAMBAULT, Peter, Thinking about Strategic Threats, *Journal of Military and Strategic Studies*, Winter 2006/07, Vol. 9, Issue 2, www.jmss.org/2007/2007winter/articles/archambault_cont-defence.pdf

ATRIA, Rodrigo, Estado, militares y democracia: La afirmación de la supremacía civil en Chile, *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, Año 15, N° 1, enero-marzo, 2000, 39-46, <http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART41110c9572a1c.pdf>

BELTRÁN, Virgilio R., Las fuerzas armadas del Cono Sur de América frente al siglo XXI: algunas alternativas de cambio, *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, Año 15, N° 3, julio-septiembre, 2000, p. 50-67, <http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART4111034def248.pdf>

BONDY, Harry, Postmodernism and the Source of Military Strength in the Anglo West, *Armed Forces & Society*, n.31; 31, 2004.

BRUNER, Edward F., Army Transformation and Modernization: Overview and Issues for Congress, CRS Report for Congress. Washington DC: CRS, April 2001 (updated). www.au.af.mil/au/awc/awcgate/crs/rs20787.pdf

BURK, James, Theories of Democratic Civil-Military Relations, *Armed Forces & Society* 2002 29: 7-29.

CANTARERO, Ricardo Enrique Neeb, Metodología para el análisis de asignación de recursos, Research and Education in Defense and Security Studies - October 28-30, 2003, Santiago, Chile, Panel: Defense Resource Allocation, <http://www.ndu.edu/chds/redes2003/Academic-Papers/4.DefenseBudget-Economics/1.Defense-Resource-Allocation/3.%20Neeb-final.doc>

CASTRO SANTOS, Maria Helena, A Nova Missão das Forças Armadas Latino-Americanas no Mundo Pós-Guerra Fria: o Caso do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 19 n°. 54 fevereiro/2004, <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a07v1954.pdf>

CORTÊS, George Luiz Coelho (org), Conflitos na América do Sul - Conseqüências para o EB/2022: Relatório de Simpósio, 2007, Centro de Estudos Estratégicos do Exército, Disponível em <http://www.eceme.ensino.eb.br/portallee/arquivos/rel_simp_conflitos_a_sul_set_06.pdf>. Acesso em: 08 ago.2007.

COHN, Lindsay, *The Evolution of the Civil-Military "Gap" Debate*, Paper prepared for the TISS project on the Gap Between the Military and Civilian Society, 1999, Online, Disponível, http://www.poli.duke.edu/civmil/cohn_literature_review.pdf

CÔRTEZ, Marco Henrique C., Defesa Nacional diante do Pós-Modernismo Militar, *Revista da Escola Superior de Guerra*, n° 40, 2001, p. 18-47. www.esg.br/cee/ARTIGOS/cortes1.pdf

COVARRUBIAS, Jaime García, La modernización militar, *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, 1999, Año 14(1): 3-9, <http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART41125f3b04c49.pdf>

_____, El militar Postmoderno en America Latina, *Security and Defense Studies Review*, vol. 2, summer 2002, <http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART411305ca75128.pdf>

_____, El futuro de la conducción del sector defensa en América Latina: un nuevo modelo estratégico y su impacto en el diseño de las fuerzas armadas, *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, 2004, Año 18(1-2): 183-200, <http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART411305ca75128.pdf>

_____, "Bases para una nueva modalidad estratégica", *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, 2001. Año 16(1): 24-47.
<http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART410fbeed889a9.pdf>

_____, La disuasión convencional, *Military Review*, Marzo-Abril 2001, p. 72 -80
<http://usacac.army.mil/CAC/milreview/Spanish/MarApr01/garcia.pdf>

_____, 1999. "La modernización militar", *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, Año 14(1): 3-9, <http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART41125f3b04c49.pdf>

_____, Transformación de la Defensa: El caso de EE.UU. y su Aplicación en Latioamérica, *Military Review* Marzo-Abril 2005, p. 23-30.

DANDEKER, Christopher, New Times for the Military: Some Sociological Remarks on the Changing Role and Structure of the Armed Forces of the Advanced Societies, *British Journal of Sociology*, Vol. 45, No. 4 (Dec., 1994), pp. 637-654.

EIGHMEY, John, Why Do Youth Enlist?: Identification of Underlying Themes, *Armed Forces & Society*, n.1, 2006; vol. 32: pp. 307 - 328.

FEAVER, Peter, The Civil-Military Problematique :Samuel Huntington, Janowitz, and the Question of Civilian Control, *Armed Forces and Society* n. 23,1996 Winter.p168-170.

FETHERSTON-DILKE, Natalia, Política de defensa y transición en Argentina y Chile, *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, Año 11, N1 2, abril-junio 1996, <http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART4119222210fb0.pdf>

FONTANA, Andrés, El rol de las Fuerzas Armadas en el Estado democrático. El caso argentino en perspectiva, *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, 1991. Año 6(3): 36-40, <http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART413cccafcf801.pdf>

FOSTER GREGORY D. The Postmodern Military. The Irony of "Strengthening" Defense. From The Future of War, Vol. 23 (2) - Summer 2001. <http://hir.harvard.edu/articles/print.php?article=910>

_____, "Civil-Military Relations: The Postmodern Democratic Challenge." *World Affairs*, vol. 167, no. 3, Winter 2005, pp. 91-100.

FRANÇOISE, Piotet; VINCENT, Porteret, KATIA, Sorin & CHRISTELLE, Famechon-Koudjil, *Les conditions de vie des militaires en Europe : convergences et divergences (Allemagne, Belgique, Espagne, France, Pays-Bas, Italie et Royaume-Uni)*, Ministère de la Défense,Centre d'études en sciences sociales de la défense,Paris,FRANCE, Mars 2003. http://www.c2sd.sga.defense.gouv.fr/html/recherche/FTP/rapport_piotet_03_03.pdf

GALLARDO, JOSE DIAZ, La era post-Pinochet: Antecedentes y proyecciones en el ámbito de las relaciones cívico-militares, *FASOC*, Año 12, N 4, octubre-diciembre, 1997, 9-14, <http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART4117d663ea428.pdf>

GARCIA, Fernando Thauby, Estrategia de seguridad nacional, política de defensa, política militar, *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, Año 16, N° 1, enero-marzo, 2001, www.fasoc.cl/files/articulo/ART410fbea729644.pdf

GARCÍA, Gonzalo, Una interpretación democrática de las normas militares de la Constitución de 1980", *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, 1993 Año 8(1): 45-55, <http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART41265e331fb89.pdf>

GARRÉ, Nilda, Las Nuevas Amenazas y la Defensa Nacional, *La Nación*, 18 de septiembre de 2006,

<http://www.mindef.gov.ar/secciones/defnac/POLITICAS%20DE%20DEFENSA/articulos/doc%205.doc>

GARRETA, Jaime & TIBILETTI, Luis Claves para una Política de Defensa, *SER EN EL 2000*, Nº6 - Agosto de 1994, Disponível em: <<http://www.ser2000.org.ar/articulos-revista-ser/revista-6/editor.htm>>, Acesso em: 12 jul. 2007.

GAZMURI, Cristián. Las armas chilenas 1975-1982", *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, 1985, Año 1, N1, p. 1-8, <http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART413f72c9a11d4.pdf>

HALTNER, K.W. (a). The Definite End of the Mass Army in Western Europe? *Armed Forces & Society*, 25, 1998, p. 7-36, <http://afs.sagepub.com/cgi/content/abstract/25/1/7>

KEIL, Carsten, *On Conscription*, 2001, Online, Disponível, <http://ckprojects.org/conscription.pdf>

KREBS, Ronald R., A School for the Nation? How Military Service Does Not Build Nations, and How It Might, *International Security*, Spring 2004, Vol. 28, No. 4, Pages 85-124.

MACGREGOR, Douglas, Army Transformation: Implications for the Future, <http://www.comw.org/pda/fulltext/0704macgregor.pdf>

MARQUES, Adriana A., Concepções estratégicas brasileiras no contexto internacional do pós-Guerra Fria. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2003, no. 20 [citado 2007-03-01], pp. 69-85. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000100007&lng=pt&nrm=iso>.

MARTINS FILHO, João Roberto, The Brazilian Armed Forces in the Post-Cold War Era.: What Has Changed in Military Thinking?, Disponível em www.brazil.ox.ac.uk/workingpapers/WP85-martins%20filho.pdf

MATSUDA, Rui Yutaka, *Transformação e Projeto de Força: as necessidades para o Exército Brasileiro*. 2003. Disponível em <http://www.eceme.ensino.eb.br/portalicee/arquivos/transformacao_projeto_forca.zip>

do Século XXI. (Texto para discussão). CEE – ECEME, 2003

MEILINGER, Phillip S., Estratégia Aérea – selecionar alvos para produzir efeitos, *Air & Space Power International*, 2º Trim. 2000, <http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/2tri00/meilinger.htm>

MENESES Emilio & NAVARRO, Miguel, Antecedentes, problemas y perspectivas de las adquisiciones militares chilenas en la década de los años noventa", *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, 1990, Año 5(1): 1-20, <http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART41b4b86770aa2.pdf>

MOSKOS, Charles C., Institutional/Occupational Trends in Armed Forces: An Update, *Armed Forces & Society*, 1986; 12; 377.

_____, "UN Peacekeepers: The Constabulary Ethic and Military Professionalism," *Armed Forces and Society*, 1975, Vol. 1, No. 4, pp. 388-401.

NASCIMENTO, Paulo Roberto Laraburu, *Os Cenários Prospectivos do Exército Brasileiro de 2022 e as reações internacionais ao protagonismo brasileiro*, Centro de Estudos Estratégicos do Exército, ECEME, 2007. Disponível em <http://www.eceme.ensino.eb.br/portalicee/arquivos/art_cel_p_roberto_reacoes_ao_protagonismo.pdf>, acesso em: 8 ago 2007.

PESCE, Eduardo Ítalo & MARIANO DA SILVA, Iberê, Um Exército para a conjuntura estratégica atual. Rio de Janeiro, abr. 2007, 32p. Trabalho registrado no Escritório de Direito Autoral da Fundação Biblioteca Nacional (EDA/FBN) em 10/04/2007.

PRIETO, Carlos Maldonado, Segunda Profesionalización Militar de Chile, IUS-Canada 2004 International Conference: Transformation and Convergence: Armed Forces and Society in the New Security Environment, Toronto, 1-3/10/2004.

_____, Chile versus Perú y Bolivia: Una Relación Vecinal Conflictiva, http://www.seguridadregional-fes.org/upload/3010-001_g.pdf

ROJAS, Fernando, *El Servicio Militar Obligatorio en Paraguay: entre la contestación social y la inercia de las instituciones del Estado autoritario*, Center for Hemispheric Defense Studies, Research and Education in Defense and Security Studies, Washington D.C, 22-25 mai. 2001.

ROJAS, Patrício, El funcionamiento de las fuerzas armadas y del Ministerio de la Defensa Nacional en un régimen plenamente democrático", *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, 1990, Año 5(2): 22-30, <http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART41b4bd5b584f0.pdf>

RUIZ-TAGLE, Eduardo Frei, Presentación del Libro de la Defensa Nacional, "Presentación del Libro de la Defensa Nacional", *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, 1997, Año 12(3): 43-46, <http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART4117da308fef9.pdf>

RUNZA, Ricardo. 2004. "Misiones, despliegue y organización de las Fuerzas Armadas de Argentina, Brasil y Chile", *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, Año 18(1-2): 155-182, <http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART4112cb8275129.pdf>

SANQUIRICO, Francisco Laguna et al., Modelo de Forças Armadas, *Military Review*, 1º Trim 1997, p. 60 - 79. (trad da Revista *Ejército*, jun 1996).

SEGAL, David R., Measuring The Institutional/Occupational Change Thesis, *Armed Forces & Society*, n. 4 1986; vol. 12: pp. 351 - 375.

SEGAL, David R., BOOTH, Bradford & KESTNBAUM, Meyer, "Are Post Cold War Militaries Postmodern?" *Armed Forces & Society* 27:319-342, <http://falcon.arts.cornell.edu/lrs32/articles/pdf337/militaries-postmodern.pdf>.

SMITH, Hugh & MCALLISTER, Ian, The Changing Military Profession: Integrating Women in the Australian Defence Force, *Journal of Sociology*, n.1 1991; vol. 27: pp. 369 - 391.

SØRENSEN, Henning, New Perspectives on the Military Profession: The I/O Model and Esprit de Corps Reevaluated, *Armed Forces & Society*, n.7, 1994; vol. 20: p. 599 - 617.

SOARES, Samuel Alves, De autonomías y controles: fuerzas armadas y sistema político en Brasil (1995-2002), *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, 2004, Año 18(3-4): 83-114, <http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART41f6a747e910b.pdf>

SHIFFF, Rebecca L., Civil-Military Relations Reconsidered: A Theory of Concordance, *Armed Forces & Society*, FII 1995, Vol. 2, N 1., p. 17-48.

SCHEXNIDER, Alvin J. and BUTLER, John Sibley, Race and the All-Volunteer System: A Reply to Janowitz and Moskos *Armed Forces & Society*; 1976, n. 2; 421.

SZAFRANSKI, Richard, Competição Entre as Forças Quando em Ação - Interminável Refrão a Respeito de Papéis e Missões?, *Airpower Journal*, Ed. Brasileira, 2º Trimestre 1997, www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/2tri97/szafran.html

RUNZA, Ricardo A., Misiones, despliegue y organización de las Fuerzas Armadas de Argentina, Brasil y Chile, *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad* • Año 18 • N° 1-2, 2004, p. 155-181, <http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART4112cb8275129.pdf>

YOMA, Edmundo Pérez, La Defensa Nacional de Chile y la globalización, *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, Año 14, N° 4, octubre-diciembre, 1999, p. 55-61 <http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART411259c268ddc.pdf>

_____, La defensa nacional en el umbral del siglo XXI, *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, Año 12, N 4, octubre-diciembre, 1997, 26-31, <http://www.fasoc.cl/files/articulo/ART4117d711e07f1.pdf>

ARTIGOS DE CONFERENCIA

Theoretical and Empirical Challenges to the Postmodern military - Inter-University Seminar on Armed Forces and Society, 45th Anniversary Biennial International Conference. Chicago, outubro de 2005

FORSTER, Anthony, *A critique of Postmodern military thesis: the European challenge*. Disponível em <<http://www.btinternet.com/~anthony.forster4/IUS-Conference-2005.pdf>>. Acesso em 05 Abr. 2006.

HIGATE, Paul & HENRY, M. *Theoretical Eclecticism in Postmodern Times: Using Space and Place to Challenge Militarization*.

EDMUNDS, Timothy, *Importing the Post-Modern Military: A Square Peg in a Round Hole?* (Publicado posteriormente no Jornal 'International Affairs', com o título *What Are Armed Forces For? The Changing Nature of Military Roles in Europe* Vol. 82, n° 6, Nov 2006, p. 1059–1075).

BASHAM, Victoria, Understandings of Equal Opportunities Among Members of Britain's 'Postmodern Military:.' The Intersection of Diversity and British Military Doctrine.

WOODWARD, Rachel & WINTER, Trish, Representing the British Soldier: an approach to the study of culture and identity in the mediated Armed Forces.

Western Economic Association International Annual Meeting, San Francisco, July 5-8, 2001

JEHN, Christopher & SELDEN, Zachary, *The End of Conscription in Europe?* Disponível em <<http://www.rand.org/pubs/monographs/MG265/images/webS0228.pdf>>. Acesso em 28 Set. 2006.

TRABALHOS ACADÊMICOS

INTERRANTE, Charles M., *Drafting a new consensus on conscription - Germany debates the future of compulsory military service*, Master of Arts in Law and Diplomacy, Fletcher School, Tufts University, September 2004, Disponível em <<http://fletcher.tufts.edu/research/2005/Interrante.pdf>>. Acesso em 17 Ago. 2005.

KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla, *O Serviço Militar, Democracia e Defesa Nacional: razões da permanência do modelo de recrutamento no Brasil*, dissertação de mestrado apresentada no Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 10 dez 2001. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-17102006-102857/>>. Acesso em 20 Set. 2006.

MONTEIRO FILHO, Eliéser Girão, *O Exército Brasileiro para o Sec.XXI e a profissionalização de parte de suas OM: uma proposta*, monografia apresentada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro: 1992.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho, *A Formação dos Oficiais da Marinha do Brasil (1978-2001)*, esse de doutorado apresentada no Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, em 2002.

TEXTOS INSTITUCIONAIS/MANUAIS MILITARES

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de, Diretriz Geral do Comandante do Exército, Brasília, DF, 3 de fevereiro de 2003. Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/01Instit/CmtEx/Mensagens/diretriz.htm>>. Acesso em 20 Fev. 2004.

DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (DFID), Understanding and supporting security sector reform, Guidance on supporting the security sector, UK, 2002, <http://www.dfid.gov.uk/pubs/files/supportingsecurity.pdf>

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, Estratégia (C-124). Brasília: EGGCF, 2001.

MINISTERIO DE DEFENSA DE ESPAÑA, *Revisión estratégica de la Defensa*. Disponível em <<http://www.ieee.es/archivos/subidos/documentacion/RED.pdf>>. Acesso em 13 Nov.2006.

_____, *Profesionalización y Modernización: ejes de la reforma de las fuerzas armadas*. Disponível em <<http://www.mde.es/mde/ejercito/profesio.htm>>. Acesso em 13 Nov.1999.

RICHARD, Alain, *La réforme du Service National*, Online. Disponível, <http://www.defense.gouv.fr/reforme/index.html>. 28 jul. 2000.

VIEIRA, Gleuber, Mensagem do Comandante do Exército, Notícias - *Revista Verde-Oliva* n. 170. Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/01Instit/CmtEx/Mensagens/0021408.htm>>. Acesso em 26 Nov. 2001.

_____, *Orientações Gerais ao Exército*, Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/novidades/percepa.htm>>.Acesso em 26 Mar. 2001.

WANDERLEY ROCHA, Fernando Carlos & SENNA PIRES, Sérgio Fernandes, Serviço militar obrigatório versus serviço militar voluntário: o grande dilema. *Cadernos Aslegis*, Brasília, v. 8, n. 24, p. 61-100, 2004. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/comissoes/credn/publicacao/servicomilitar>>. Acesso em 18 Abr. 2005.

JORNAIS

BELAND, Russell & GILROY, Curtis, The Reality of Our All-Volunteer Military, *Washington Post*, Saturday, November 25, 2006; Page A21